UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

CONTRIBUIÇÃO À ELABORAÇÃO DE UM MODELO DE MENSURAÇÃO
APLICADO AOS MODELOS DE DECISÃO DOS PRINCIPAIS EVENTOS ECONÔMICOS
DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA ABORDAGEM DA GESTÃO ECONÔMICA

Carlos Alberto Pereira

Orientador: Prof. Dr. Armando Catelli

São Paulo – 2000

REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROF. DR. JACQUES MARCOVITCH

DIRETOR DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

PROF. DR. ELISEU MARTINS

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

PROF. DR. REINALDO GUERREIRO

1638.15
P436co
e.2

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

DEDALUS - Acervo - FEA

20600003570

CONTRIBUIÇÃO À ELABORAÇÃO DE UM MODELO DE MENSURAÇÃO
APLICADO AOS MODELOS DE DECISÃO DOS PRINCIPAIS EVENTOS ECONÔMICOS
DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA ABORDAGEM DA GESTÃO ECONÔMICA

Tese apresentada à Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade,
para obtenção do título de Doutor em
Controladoria e Contabilidade.

Carlos Alberto Pereira

Orientador: Prof. Dr. Armando Catelli

São Paulo – 2000

96461

79796

T658.151 P436c0 e.2
T79796

20600003570

Powered by RfidProStar - www.tagprocess.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Pereira, Carlos Alberto

Contribuição à elaboração de um modelo de mensuração aplicado aos modelos de decisão dos principais eventos econômicos de instituições financeiras : uma abordagem da gestão econômica / Carlos Alberto Pereira . — São Paulo : FEA/USP, 2000.
321 p.

Tese - Doutorado
Bibliografia.

1. Controladoria 2. Gestão econômica 3. Instituições financeiras I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

CDD – 658.151

AGRADECIMENTOS

Deus, eu Te agradeço por tudo que me foi concedido.

Ao Professor Doutor Armando Catelli agradeço a orientação na elaboração deste trabalho e as oportunidades que tem proporcionado para o meu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal.

Ao Professor Doutor Reinaldo Guerreiro agradeço a amizade, a motivação e a confiança que tem demonstrado nas minhas atividades acadêmicas e profissionais, bem como as preciosas sugestões de melhoria deste trabalho.

Ao Professor Doutor Iran Siqueira Lima agradeço as valiosas oportunidades de aprendizado e as contribuições oferecidas para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Agradeço à Professora Doutora Ilse Maria Beuren e ao Professor Doutor Natan Szuster as sugestões encaminhadas quando da defesa pública desta tese.

Agradeço aos mestres que têm conduzido os meus estudos no programa de doutorado da FEA/USP: Professor Doutor Eliseu Martins, Professor Doutor Geraldo Barbieri, Professor Doutor Lázaro Plácido Lisboa, Professor Doutor José Carlos Marion, Professor Doutor Luiz João Corrar, Professor Doutor Masayuki Nakagawa, Professor Doutor Sérgio de Iudícibus, Professor Doutor Sérgio Rodrigues Bio e Professor Doutor Stephen Charles Kanitz.

Aos colegas de estudo do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP agradeço as profícuas discussões e trocas de idéias. Em especial, agradeço aos amigos do Núcleo de Gestão Econômica – GECON, que contribuíram significativamente com as pesquisas e trabalhos desenvolvidos.

Agradeço aos dirigentes e colaboradores da FIPECAFI e das Instituições com as quais tive a oportunidade de interagir ao longo dos últimos anos, dentre elas: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação Instituto de Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Federal do Ceará e Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Agradeço à Lilian, ao Bruno e ao Gabriel a compreensão, o carinho e o apoio recebidos em todos os momentos, amenizando as dificuldades inerentes ao processo de trabalho empreendido.

Nenhum trabalho resulta apenas do esforço do seu autor. Por isso, manifesto o meu profundo agradecimento a todos que, de algum modo, auxiliaram-me nesta tarefa.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a:

Lilian, minha esposa

Bruno e Gabriel, meus filhos

Dirce, minha mãe

Francisco e Quinha, meus avós (em memória)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos modelos de decisão e mensuração aplicados aos principais eventos econômicos de Instituições financeiras, com vistas à otimização dos seus níveis de eficácia.

O estudo se desenvolve a partir da visão sistêmica de uma instituição financeira e sob o enfoque da gestão econômica, segundo a qual a otimização dos níveis de eficácia de uma empresa ocorre num contexto de planejamento, execução e controle, por meio da escolha de alternativas que otimizem os seus resultados econômicos. Nesse processo, são tomadas decisões sobre os eventos econômicos, que são fenômenos que alteram a situação patrimonial da empresa, gerando os seus resultados econômicos, e que, portanto, devem ser identificados, mensurados e informados corretamente, com vistas a assegurar a eficácia das decisões.

Na atividade básica de uma instituição financeira, são tomadas decisões sobre a *captação* e a *aplicação* de recursos financeiros, bem como sobre a *manutenção* e *liquidação* dos ativos e passivos resultantes dessas decisões, que constituem os eventos econômicos objeto deste estudo.

Para esses eventos, é proposto um modelo conceitual de mensuração de resultados, que contempla os seguintes conceitos: *resultado econômico* como medida da eficácia da empresa e *parâmetro das decisões*; *transações* como foco de mensuração de resultados; *valor econômico* para avaliação de ativos e passivos financeiros; *custo de oportunidade* para mensuração do valor econômico dos ativos e passivos financeiros; e *moeda constante* para evidenciar os ganhos e perdas decorrentes de variações do poder aquisitivo da empresa.

A partir da adoção desses conceitos, verifica-se que a captação e a aplicação de recursos financeiros geram resultados econômicos *pontuais* (no momento em que são contratadas ou liquidadas) e *tempo-conjunturais* (durante a sua permanência em

carteira) – e não somente com a passagem do tempo, conforme preconizam os modelos tradicionais de apuração de resultados de instituições financeiras.

Qual o valor econômico de um ativo ou passivo financeiro? Qual o resultado gerado no momento da realização de uma transação financeira? Qual o resultado da manutenção de ativos e passivos em carteira? Como mensurar as variações do seu valor econômico ao longo do tempo? Vale a pena manter um ativo financeiro até o final da sua vida útil? Se não valer, que desconto oferecer ao cliente para que este antecipe a sua liquidação?

Este trabalho se propõe a auxiliar na busca de respostas a essas questões, fornecendo uma base conceitual que permite a produção de informações relevantes para subsidiar as decisões que ocorrem no processo de planejamento, execução e controle de uma instituição financeira, visando assegurar a sua eficácia.

ABSTRACT

The aim of this work is to contribute to the improvement of the models for decision-making and measuring applicable to the main economic events of financial institutions, in order to optimize their levels of efficiency.

The study is developed on the basis of the systemic view of a financial institution and is approached from the angle of economic management, according to which the optimization of the efficiency levels of a company occurs in a context of planning, execution and control, by means of choosing alternatives which optimize its economic results. During this process, decisions are taken about the economic events, which are phenomena that alter the equity situation of the company, generating its economic results and which, therefore, must be correctly identified, measured and informed, in order to guarantee the efficiency of the decisions.

The basic activity of a financial institution includes decisions about the funding and application of financial resources, as well as about the maintenance and settlement of the assets and liabilities resulting from these decisions, which constitute the economic events that are the object of this study.

For these events, a conceptual model is proposed for measuring income, which contemplates the following concepts: *economic income* as a measure of the efficiency of the company and parameter of the decisions; *transactions* as the focus of income measuring; *economic value* for the valuation of financial assets and liabilities; *opportunity cost* for measuring the economic value of the financial assets and liabilities; and *constant* currency for disclosing the gains and losses resulting from variations in the purchasing power of the company.

On the basis of the adoption of these concepts, it is demonstrated that the funding and application of financial resources generate *punctual* (at the moment they are contracted or settled) and *situational* economic income (during their stay in portfolio) –

and not only over time, as the traditional models for determination of income of financial institutions proclaim.

What is the economic value of a financial asset or liability? What is the result generated at the moment of realizing a financial transaction? What is the result of holding assets and liabilities in portfolio? How can the variations of its economic value be measured over time? Is it worth it to hold a financial asset until the end of its useful life? If it is not, which discount should be offered to the client for anticipating its settlement?

This work aims at helping in the search for answers to these questions, providing a conceptual base which allows for the production of relevant information to support the decisions that occur during the process of planning, execution and control of a financial institution, in order to guarantee its efficiency.

SUMÁRIO

<u>CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA</u>	<u>1</u>
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	2
1.2 CONTEXTO DE EXPECTATIVAS E TEORIAS EXISTENTES: O INÍCIO DA FORMULAÇÃO DO PROBLEMA CIENTÍFICO	3
1.3 O PROBLEMA	17
<u>CAPÍTULO 2 – PLANEJAMENTO DO TRABALHO</u>	<u>18</u>
2.1 METODOLOGIA, MÉTODO E CONHECIMENTO CIENTÍFICO	18
2.1.1 O MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO SEGUNDO POPPER	19
2.1.2 O MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO SEGUNDO OUTROS AUTORES	25
2.2 OBJETO	26
2.3 OBJETIVO	27
2.4 HIPÓTESE	28
2.5 SUBHIPÓTESES	29
2.6 MÉTODO DE PESQUISA	30
2.7 PREMISSAS	32
2.8 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES	33
2.9 TERMINOLOGIA E CONCEITOS BÁSICOS	36

3.1	FUNÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS	43
3.2	PARA QUE SERVEM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS?	48
3.3	AMBIENTE EXTERNO	54
3.3.1	AMBIENTE REMOTO	55
3.3.2	AMBIENTE PRÓXIMO	57
3.4	O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL	59
3.4.1	MERCADO FINANCEIRO	61
3.4.2	O SEGMENTO BANCÁRIO	62
3.5	AMBIENTE INTERNO	69
3.5.1	MISSÃO	69
3.5.2	MODELO DE GESTÃO	70
3.5.3	OS SUBSISTEMAS EMPRESARIAIS	71
3.5.4	ÁREAS, ATIVIDADES, EVENTOS E TRANSAÇÕES	73
3.5.5	SISTEMA DE GESTÃO E SISTEMA DE INFORMAÇÕES	76
3.6	PARTICULARIDADES DA GESTÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	80
3.6.1	GESTÃO COMERCIAL	80
3.6.2	GESTÃO FINANCEIRA	82
3.6.3	RISCOS BANCÁRIOS	88

4.1	EVENTOS ECONÔMICOS E TRANSAÇÕES	94
4.1.1	CONCEITO	96
4.1.2	CARACTERIZAÇÃO	97
4.1.3	EVENTOS PROVOCADOS E NÃO-PROVOCADOS	108
4.1.4	EVENTOS PONTUAIS E TEMPO-CONJUNTURAIS	109
4.1.5	EVENTOS SIMULADOS, PLANEJADOS, PROGRAMADOS E REALIZADOS	109
4.2	RESULTADO ECONÔMICO	111
4.2.1	CONCEITO	111
4.2.2	FLUXO OPERACIONAL, ECONÔMICO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL	112
4.2.3	RESULTADO ECONÔMICO COMO INDICADOR DA EFICÁCIA	115
4.2.4	FORMAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO	117
4.2.5	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA A MENSURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO	118
4.3	VALOR ECONÔMICO	123
4.3.1	RECURSO ECONÔMICO, ESCASSEZ E UTILIDADE	125
4.3.2	O VALOR É SUBJETIVO	131
4.3.3	PREÇO DE MERCADO E VALOR ECONÔMICO	133
4.3.4	A MOEDA COMO MEDIDA DE VALOR	136
4.3.5	O VALOR DOS RECURSOS NO TEMPO	139
4.3.6	DEFININDO O VALOR ECONÔMICO	139
4.4	CUSTO DE OPORTUNIDADE	140
4.4.1	CONCEITO	141
4.4.2	CARACTERIZAÇÃO	144
4.4.3	REQUISITOS	149
4.4.4	OS CUSTOS DE OPORTUNIDADE NUMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	150
4.5	REQUISITOS DOS MODELOS DE DECISÃO ECONÔMICA	157

<u>CAPÍTULO 5 – MODELO DE MENSURAÇÃO APLICADO AOS MODELOS DE DECISÃO DOS</u>	
<u>PRINCIPAIS EVENTOS ECONÔMICOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</u>	<u>160</u>
5.1 OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO	161
5.1.1 ASPECTOS FÍSICO-OPERACIONAIS	161
5.1.2 IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS ECONÔMICOS	165
5.1.3 CAPTAÇÃO	166
5.1.4 EVENTOS TEMPO-CONJUNTURAIS	186
5.1.5 RESGATE	208
5.2 OPERAÇÕES DE APLICAÇÃO	219
5.2.1 ASPECTOS FÍSICO-OPERACIONAIS	219
5.2.2 IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS ECONÔMICOS	222
5.2.3 CONCESSÃO	223
5.2.4 EVENTOS TEMPO-CONJUNTURAIS	244
5.2.5 RECEBIMENTO DE PRESTAÇÕES	271
5.2.6 LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	279
5.3 MODELO DE IDENTIFICAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE RESULTADOS	291
5.4 MODELO DE INFORMAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E DESEMPENHOS	297
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>306</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>315</u>

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – O método hipotético-dedutivo segundo outros autores, com base em LAKATOS & MARCONI (1991, p. 70-72)
- Quadro 2 – Variáveis do ambiente remoto
- Quadro 3 – Requisitos do modelo de gestão, conforme CATELLI (1999, p.143)
- Quadro 4 – Fluxo de recursos entre a gestão comercial e financeira
- Quadro 5 – Eventos econômicos são transações de troca
- Quadro 6 – Classificação dos eventos econômicos
- Quadro 7 – O resultado da escolha de uma alternativa considerando o custo de oportunidade
- Quadro 8 – Requisitos dos modelos de decisão
- Quadro 9 – Variação patrimonial do evento captação
- Quadro 10 – Balanço patrimonial da Unidade Captadora, em T0 – após a captação
- Quadro 11 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, em T0 – após a captação
- Quadro 12 – Balanço patrimonial do Banco, em T0 – após a captação
- Quadro 13 – Balanço patrimonial do evento captação – modelo conceitual de mensuração
- Quadro 14 – Modelo de decisão – evento captação
- Quadro 15 – Demonstração do resultado econômico da Unidade Captadora – evento captação
- Quadro 16 – Demonstração simplificada do resultado da manutenção do passivo, de T0 a T15 e de T15 a T30
- Quadro 17 – Modelo de apuração das variações no valor econômico do passivo
- Quadro 18 – Demonstração da variação do valor econômico do passivo, de T0 a T15

- Quadro 19 – Demonstração analítica do resultado econômico do evento manutenção do passivo, de T0 a T15
- Quadro 20 – Evolução dos saldos das contas vinculada e remunerada mantidas pela Unidade Captadora na Central de Recursos, de T0 a T15
- Quadro 21 – Demonstração de Resultados da Unidade Captadora, de T0 a T15
- Quadro 22 – Balanço patrimonial dos eventos tempo-conjunturais ocorridos na Unidade Captadora, de T0 a T15, e mensurados em T15
- Quadro 23 – Balanço patrimonial da Unidade Captadora – antes e depois dos eventos tempo-conjunturais
- Quadro 24 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, em T15
- Quadro 25 – Demonstração de resultados da Central de Recursos
- Quadro 26 – Balanço patrimonial do evento resgate, em T15
- Quadro 27 – Balanço patrimonial da Unidade Captadora, em T15
- Quadro 28 – Demonstração de resultados do evento resgate, na Unidade Captadora
- Quadro 29 – Balanço patrimonial do evento resgate em T30
- Quadro 30 – Demonstração do resultado do evento resgate em T30
- Quadro 31 – Planilha de evolução do empréstimo concedido, em moeda corrente – *tabela price*
- Quadro 32 – Planilha de evolução do empréstimo concedido, em moeda constante – *tabela price*
- Quadro 33 – Variação patrimonial do evento concessão de empréstimo
- Quadro 34 – Balanço patrimonial do evento concessão de empréstimo, em T0
- Quadro 35 – Balanço patrimonial da Unidade Aplicadora, após o evento concessão de empréstimo, em T15
- Quadro 36 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, em T0

Quadro 37 – Balanço patrimonial do Banco, em T0

Quadro 38 – Balanço patrimonial do evento concessão de empréstimo – modelo conceitual de mensuração

Quadro 39 – Modelo de decisão – aplicação

Quadro 40 – Demonstração de resultado do evento concessão de empréstimo, em T15

Quadro 41 – Evolução do valor econômico do ativo, de T0 a T60

Quadro 42 – Variação patrimonial da manutenção do ativo

Quadro 43 – Demonstração simplificada do resultado da manutenção do ativo, de T0 a T30

Quadro 44 – Modelo de apuração das variações do valor econômico do ativo

Quadro 45 – Variação do valor econômico do ativo

Quadro 46 – Demonstração analítica do resultado da manutenção do ativo, de T0 a T30

Quadro 47 – Manutenção das captações e aplicações internas, de T0 a T30

Quadro 48 – Demonstração de resultados dos eventos tempo-conjunturais

Quadro 49 – Balanço patrimonial do evento manutenção do passivo, em T30

Quadro 50 – Balanço patrimonial da Unidade Aplicadora, antes e depois dos eventos tempo-conjunturais

Quadro 51 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, antes e depois da ocorrência dos eventos tempo-conjunturais

Quadro 52 – Variação patrimonial do evento recebimento de prestação, em T0

Quadro 53 – Demonstração de resultado do evento recebimento de prestação

Quadro 54 – Balanço patrimonial do evento recebimento de prestação, em T30

Quadro 55 – Balanço patrimonial da Unidade Aplicadora, antes e depois do recebimento da prestação

Quadro 56 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, em T30

Quadro 57 – Variação patrimonial do evento liquidação do empréstimo

Quadro 58 – Balanço patrimonial do evento liquidação do empréstimo, em T30

Quadro 59 – Balanço patrimonial da Unidade Aplicadora, antes e depois do evento
liquidação do empréstimo

Quadro 60 – Demonstração de resultados da Unidade Aplicadora

Quadro 61 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, em T30

Quadro 62 – O resultado econômico da operação financeira, demonstrado por evento, no
período de T0 a T30

Quadro 63 – O resultado econômico da Unidade Aplicadora, no período de T0 a T30

Quadro 64 – Matriz de identificação e acumulação de resultados

Quadro 65 – Modelo de informação para avaliação de resultados e desempenhos –
GECON

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Esquema do método hipotético-dedutivo, segundo POPPER (In LAKATOS & MARCONI: 1991, p.66)
- Figura 2 – Etapas do método hipotético-dedutivo, segundo POPPER (In LAKATOS & MARCONI: 1991, p.66).
- Figura 3 – O processo de intermediação financeira, segundo ANDREZO & LIMA (1999, p.10)
- Figura 4 – Ambiente remoto e ambiente próximo, segundo CATELLI (1999, p.41)
- Figura 5 – O ambiente próximo de uma instituição financeira
- Figura 6 – Sistema financeiro no Brasil
- Figura 7 – O segmento bancário
- Figura 8 – Áreas, atividades, eventos e transações
- Figura 9 – A contabilidade como transformadora de dados sobre transações em informações econômicas
- Figura 10 – Os eventos econômicos constituem a base das decisões, conforme OLIVEIRA & PEREIRA (1999, p.8)
- Figura 11 – Dimensões operacional, econômica, financeira e patrimonial
- Figura 12 – Curva de indiferença de um consumidor
- Figura 13 – Hierarquia das necessidades, segundo MASLOW (In HEYMANN & BLOOM: 1990, p.184)
- Figura 14 – A sistemática de transferência interna de recursos, adaptada de OLIVEIRA & PEREIRA (1999, p.11)
- Figura 15 – Cesta de alternativas de captação e aplicação para a identificação dos custos de oportunidade dos recursos financeiros de uma instituição financeira

Figura 16 – Fluxo financeiro de uma operação de captação de recursos

Figura 17 – Fluxo de caixa do evento captação, em moeda corrente

Figura 18 – Fluxo de caixa do evento captação, em moeda constante

Figura 19 – Valor presente do fluxo de caixa da captação, em moeda constante

Figura 20 – Dados dos eventos tempo-conjunturais – manutenção do passivo

Figura 21 – Fluxo de caixa do resgate em T15, em moeda corrente

Figura 22 – Fluxo de caixa do resgate em T15, em moeda constante

Figura 23 – Fluxo de caixa do resgate em T30, em moeda corrente

Figura 24 – Fluxo de caixa do resgate em T30, em moeda constante

Figura 25 – Fluxo financeiro de uma operação de aplicação de recursos

Figura 26 – Fluxo de caixa do evento concessão do empréstimo, em moeda corrente

Figura 27 – Fluxo de caixa do evento concessão do empréstimo, em moeda constante

Figura 28 – Fluxo de caixa do evento concessão do empréstimo, ajustado pelo risco de crédito, em moeda constante

Figura 29 – Valor presente do fluxo de caixa da concessão do empréstimo, em moeda constante

Figura 30 – Fluxo de caixa do recebimento de prestação, em moeda constante

Figura 31 – Fluxo de caixa do evento liquidação de empréstimos, em moeda constante

Figura 32 – Modelo de acumulação de resultados

Figura 33 – Ilustração de algumas possibilidades de acumulação de resultados das transações, conforme os vários objetos de avaliação (modelo matricial)

Figura 34 – Modelo conceitual de avaliação de resultados e desempenhos – GECON

INTRODUÇÃO

Não existem dúvidas de que a gestão de uma instituição financeira vem se tornando cada vez mais desafiadora. Em menos de duas décadas, o papel e as técnicas gerenciais de instituições financeiras se modificaram drasticamente. O mercado financeiro se modificou. Muitas barreiras e proteções que regulavam a atividade financeira geograficamente deixaram de ser eficazes num mundo globalizado. Surgiram novos produtos e serviços. Novos canais de distribuição têm permitido a oferta eletrônica de produtos e serviços suportada por sistemas de informações e telecomunicações extremamente sofisticados. Um aumento da competição tem levado diversas instituições a investir em parcerias que se pretendem duradouras entre seus fornecedores e clientes.

Todos esses fatores têm contribuído para um aumento da complexidade da gestão de instituições financeiras, conduzindo a novas demandas por informações. As informações gerenciais produzidas com base nos conceitos tradicionais de mensuração de resultados não atendem às atuais necessidades dos gestores dessas instituições. Por um lado, esse fato pode ser preocupante. Por outro, o momento atual pode constituir uma excelente oportunidade para inovações.

Este trabalho tem por escopo propiciar aos gestores de instituições financeiras condições para que suas decisões contribuam efetivamente para conduzir a empresa à otimização dos seus níveis de eficácia, fornecendo uma base conceitual para mensuração do resultado econômico proporcionado pelos principais eventos econômicos que ocorrem no processo de gestão de suas atividades.

A eficácia de qualquer empresa corresponde ao cumprimento da sua missão, que requer a sua continuidade, a qual, por sua vez, requer a otimização dos seus resultados econômicos. A medida da eficácia da empresa é o seu resultado econômico, que corresponde à variação da sua riqueza num determinado período.

A riqueza da empresa é dada pelo conjunto de ativos e passivos que compõem o seu patrimônio num determinado momento. Esses ativos e passivos devem ser avaliados pelo seu valor econômico, de modo que o patrimônio líquido da empresa espelhe também o seu valor econômico. O valor econômico da empresa se altera conforme são agregados novos ativos e passivos ao seu patrimônio e conforme se modifique o valor econômico dos ativos e passivos já contratados, formando o seu resultado econômico.

Desse modo, o resultado econômico corresponde à variação do patrimônio líquido da empresa num determinado período, ajustada por eventuais aumentos ou reduções de capital e distribuição de dividendos, descontado-se, ainda, a remuneração do capital investido. O resultado econômico de uma empresa pode ser definido, então, como a renda efetivamente proporcionada pelo capital investido no empreendimento.

O resultado econômico da empresa como um todo é formado pelo resultado econômico das suas partes, isto é, das suas áreas, atividades, eventos e transações. O resultado de suas áreas é formado pelos resultados das atividades sob responsabilidade de um gestor específico; enquanto o resultado dessas atividades compõe-se dos resultados dos eventos econômicos e transações relacionados a cada uma delas. Além desses elementos, observa-se a necessidade de se identificar os resultados proporcionados por produtos, clientes, segmentos de atuação, regiões – enfim, por todos os elementos que são objetos de avaliação e decisão numa organização.

Gestores são tomadores de decisões, isto é, eles têm o poder de transformar o patrimônio da empresa por meio da escolha de alternativas de ação. Visando otimizar os níveis de eficácia da empresa, os modelos decisórios dos gestores devem identificar e selecionar as melhores alternativas de ação, segundo a sua contribuição para os resultados econômicos da empresa.

Nesse contexto, fica evidente a necessidade de identificação, estruturação, mensuração e informação dos fenômenos potencialmente capazes de modificar a situação patrimonial da empresa. Esses fenômenos são os eventos econômicos, que constituem a verdadeira origem dos resultados de uma empresa. A identificação e a

correta mensuração dos eventos econômicos permitem a estruturação de modelos de decisão preditivos da eficácia da empresa, considerando os impactos econômicos e patrimoniais das diversas alternativas disponíveis, no momento em que os gestores tomam suas decisões, sejam estas decisões de planejamento, execução ou controle.

Visando contribuir para o aperfeiçoamento dos modelos decisórios e de mensuração aplicáveis a instituições financeiras, este trabalho estrutura-se da seguinte forma:

- Capítulo 1 – Caracterização do Problema
- Capítulo 2 – Planejamento do Trabalho
- Capítulo 3 – Visão Sistêmica de uma Instituição Financeira
- Capítulo 4 – Conceitos Fundamentais de Decisão e Mensuração Econômica
- Capítulo 5 – Modelo de Mensuração Aplicado aos Modelos de Decisão dos Principais Eventos Econômicos de Instituições Financeiras

No Capítulo 1, é caracterizada a situação-problema que define o objeto deste estudo.

No Capítulo 2, apresentam-se os aspectos metodológicos da pesquisa realizada, definindo-se o objeto, o objetivo, a hipótese, as premissas e as justificativas e contribuições do trabalho. Visando facilitar o entendimento e a comunicação, apresentam-se, ao final deste capítulo, alguns termos e conceitos básicos, bem como a definição adotada para cada um deles.

No Capítulo 3, caracteriza-se, sob uma abordagem sistêmica, o contexto no qual se desenvolve este estudo, destacando-se: a função dos mercados financeiros e o papel das organizações financeiras na sociedade moderna; os seus ambientes externo (remoto e próximo) e interno (subsistemas); e alguns aspectos particulares da gestão de instituições financeiras, no que se refere ao papel da gestão comercial, gestão financeira e riscos.

No Capítulo 4, são discutidos os conceitos fundamentais de decisão e mensuração econômica que integram o modelo de mensuração proposto, quais sejam: eventos econômicos e transações; resultado econômico; valor econômico e custo de oportunidade.

No Capítulo 5, esses conceitos são aplicados ao contexto de uma Instituição financeira, conforme estudado no Capítulo 3, de modo a permitir a caracterização e estudo dos modelos de decisão e mensuração dos principais eventos econômicos que ocorrem no processo de realização da atividade de intermediação financeira, em suas operações de captação e aplicação de recursos.

Para cada grupo de operações (captação e aplicação), são identificados os eventos econômicos e caracterizados os seus respectivos fluxos físico-operacionais, modelos de decisão e de mensuração, estudando-se, por meio de exemplos numéricos, os seus efeitos econômicos e patrimoniais.

Ao final, é apresentado o modelo de acumulação aplicável aos eventos estudados, bem como o modelo de informação voltado para avaliação de resultados e desempenhos, demonstrando-se, desse modo, a adequação dos modelos propostos ao processo de gestão econômica de instituições financeiras.

CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A caracterização de um problema a ser solucionado consiste no primeiro passo da pesquisa científica. Entretanto, uma preocupação que antecede a formulação do problema é a escolha do tema ou assunto, que normalmente restringe-se a uma determinada área de conhecimento em que a pesquisa deverá ser empreendida. Além da escolha do tema, é importante a especificação da perspectiva ou enfoque sob o qual o tema será tratado (SEVERINO: 1996, p.74).

Este estudo se desenvolve no ramo de conhecimento denominado "Controladoria", sob o enfoque da gestão econômica, que tem por escopo a eficácia empresarial. A eficácia é obtida com a otimização dos resultados econômicos da empresa, a partir das decisões dos seus gestores, que são tomadas num processo de gestão estruturado nas fases de planejamento, execução e controle. Esse processo é suportado por sistemas de informações que visam suprir, com informações econômicas, as necessidades dos gestores para fins de tomada de decisão. Desse modo, a controladoria, como um ramo de conhecimento, compreende o estudo das premissas, dos conceitos e dos princípios que possibilitam a definição de modelos de decisão, mensuração, acumulação e informação de resultados, e que suportem, conceitualmente, os sistemas de informações de apoio ao processo de gestão econômica das empresas, com vistas a assegurar a otimização dos seus resultados econômicos.

Sob o enfoque da gestão econômica, a Controladoria é uma área multidisciplinar, envolvendo, basicamente, conceitos contábeis, administrativos e econômicos.

Este estudo se desenvolve no contexto de instituições financeiras, no que se refere à gestão de sua atividade básica de intermediação financeira e, mais especificamente, à tomada de decisão relativa aos principais eventos econômicos identificados às suas operações de captação e aplicação de recursos.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

"Problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução" (LAKATOS: 1991b, p.159).

A colocação clara do problema desencadeia a formulação da hipótese geral, que constitui inicialmente uma solução provisória do problema, a ser testada no decorrer do raciocínio. A partir da definição da solução que se pretende demonstrar no curso do trabalho, pode-se falar de Tese, que constitui a idéia central da pesquisa realizada (SEVERINO, 1996, p.75).

O problema de uma pesquisa científica não resulta da simples observação dos fenômenos. Contrariamente, a definição do que será observado (objeto) em relação a determinado fenômeno é o que resulta do problema de uma pesquisa científica.

Desse modo, a observação, num contexto de pesquisa científica, é uma atividade seletiva, tendo como critério de seleção as expectativas inatas ou o conhecimento prévio, e como objetivo: "encontrar ou verificar alguma regularidade que foi pelo menos vagamente deslumbrada; trata-se de uma atividade norteadas pelos problemas e pelo contexto de expectativas" (POPPER: In LAKATOS & MARCONI: 1991, p.68).

POPPER (In LAKATOS & MARCONI: 1991, p.68) considera que um problema de pesquisa científica surge, em geral, de conflitos existentes entre expectativas e teorias existentes. Um conhecimento prévio forma um conjunto de expectativas em torno de algum fenômeno. A quebra dessas expectativas provoca uma dificuldade: o problema que vai desencadear a pesquisa.

1.2 CONTEXTO DE EXPECTATIVAS E TEORIAS EXISTENTES: O INÍCIO DA FORMULAÇÃO DO PROBLEMA CIENTÍFICO

O contexto de expectativas e de teorias existentes em relação ao tema deste trabalho, do qual se extrai o problema central do estudo, é formado pelos seguintes elementos:

- a) a necessidade de informações econômicas que supram adequadamente os modelos decisórios dos gestores em relação aos eventos econômicos que ocorrem numa instituição financeira, como um requisito para otimização dos seus resultados globais. Para o atendimento dessa necessidade, destacam-se as contribuições do Modelo de Gestão Econômica - GECON;
- b) o importante papel da contabilidade, o qual, sob o enfoque da teoria da comunicação, é suprir os modelos decisórios dos gestores com informações econômicas;
- c) a constatação da insuficiência de alguns conceitos usualmente aplicados à mensuração de resultados de instituições financeiras para suprir adequadamente os modelos decisórios dos gestores dessas instituições.

A necessidade de informações que supram adequadamente os modelos decisórios dos gestores em relação aos eventos econômicos de instituições financeiras

A eficácia de uma empresa se caracteriza pelo cumprimento da sua missão e requer a sua sobrevivência, o que requer a obtenção de um resultado econômico que assegure, no mínimo, a reposição de todos os recursos utilizados no processo de realização das suas atividades.

A atividade básica de uma instituição financeira, na sua forma tradicional, consiste num processo de realização de operações de captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros. A captação se resume na obtenção ou compra de recursos financeiros no mercado, mediante a assunção de passivos financeiros. A aplicação consiste no fornecimento de recursos financeiros ao mercado, constituindo ativos financeiros. Na atividade de intermediação, as transações entre fornecedores e tomadores de recursos financeiros são realizadas por meio de uma instituição financeira.

Nesse processo, observa-se a ocorrência de eventos econômicos, que são fenômenos que transformam o patrimônio da empresa e, portanto, geram os seus resultados. Esses fenômenos decorrem das decisões dos gestores, que se referem, basicamente, à contratação, manutenção e liquidação dessas operações.

Essas decisões envolvem a obtenção e o uso de recursos financeiros, os quais, por serem escassos e possuírem utilidade, possuem valor econômico, transformando a riqueza da empresa.

Por isso, os eventos econômicos são ocorrências potencialmente capazes de gerar resultados econômicos, que correspondem a variações da sua riqueza de uma entidade, já no momento de realização das transações.

Durante a permanência dos ativos e passivos resultantes das transações realizadas, os seus respectivos valores econômicos também se alteram, em função da passagem do tempo e da influência de variáveis como inflação, risco e custo de oportunidade, transformando o patrimônio da empresa e, desse modo, impactando os seus resultados.

Ao ser liquidada uma operação financeira, seja de captação ou de aplicação de recursos, ocorrem efeitos patrimoniais, sendo também possível a geração de resultados econômicos.

Com o objetivo de otimizar os resultados da empresa, as decisões dos gestores devem considerar todos os seus efeitos sobre o patrimônio da empresa. O processo de

decisão compreende a identificação e a escolha de alternativas de ação, que deve ocorrer com base nos resultados que essas alternativas são capazes de gerar.

A otimização do resultado global da empresa nasce da otimização do resultado de cada evento, no âmbito de responsabilidade do gestor de cada área da empresa. Os eventos econômicos constituem, portanto, a base das decisões dos gestores.

Uma transação corresponde ao menor nível em que pode ser identificado um evento econômico. Os eventos econômicos referem-se a transações de uma mesma natureza, isto é, que causam o mesmo tipo de impacto patrimonial e econômico. Por isso, os seus efeitos econômicos e patrimoniais são previsíveis e passíveis de estruturação e mensuração de acordo com os modelos de decisão dos gestores.

Os resultados das transações acumulam-se por eventos, que se acumulam por atividades e, estas, segundo as áreas de responsabilidade dos gestores. Esses resultados podem ser associados aos produtos, clientes, áreas e outros atributos dos objetos de avaliação no processo de gestão de uma instituição financeira.

O papel dos gestores envolve, portanto, a otimização dos resultados globais e setoriais da empresa, a partir da otimização das decisões que ocorrem no âmbito de sua responsabilidade. Com esse propósito, devem planejar, empreender e controlar todos os eventos econômicos que acontecem no processo de realização física das atividades sob sua responsabilidade.

O patrimônio da empresa, que espelha a sua riqueza, é o resultado de todos os eventos econômicos que ocorreram em suas atividades, desde a sua constituição. E será, no futuro, o resultado dos eventos que serão empreendidos como fruto das decisões dos seus gestores.

Um modelo de decisão é uma representação da sistemática de como as decisões são ou deveriam ser tomadas. Envolve a identificação de um problema e das alternativas para solucioná-lo, a avaliação dessas alternativas e a escolha de uma que satisfaça melhor a determinado objetivo, conforme um critério previamente definido. Se o objetivo

da decisão é otimizar os resultados dela decorrentes, então o critério básico de seleção de alternativas é o melhor resultado econômico por elas proporcionado.

Desse modo, o processo de decisão que assegura a escolha da melhor alternativa para a empresa não pode considerar apenas informações sobre custos ou receitas isoladamente. Toda decisão envolve o sacrifício (custo) de recursos em troca de algum benefício (receita), de modo que devem ser confrontados todos os custos e receitas associados às alternativas disponíveis, num problema de decisão, como um requisito mínimo para que possam ser avaliadas as diversas alternativas disponíveis e escolhida a melhor do ponto de vista econômico.

Os modelos decisórios dos gestores devem, portanto, ser estruturados de forma a contemplar as variáveis relevantes do problema de decisão, requerendo a mensuração dos impactos econômicos das diversas alternativas disponíveis, bem como o acompanhamento dos efeitos econômicos das alternativas escolhidas ao longo do tempo.

Os sistemas de informações, que visam atender aos modelos decisórios dos gestores, devem estar aptos a identificar, estruturar, mensurar, acumular e informar os efeitos econômicos de todos os eventos objeto das decisões dos gestores – sejam estas decisões relacionadas ao planejamento, à execução ou ao controle de suas atividades.

Em todas essas fases do processo de gestão ocorrem decisões, que requerem, portanto, modelos de decisão estruturados, baseados em critérios de mensuração consistentes e uniformes, de modo a permitir a avaliação de resultados e desempenhos.

Nesse cenário, identificam-se algumas expectativas em relação à informação requerida para a tomada de decisão que vise a otimização de resultados de uma instituição financeira:

- os eventos econômicos ocorrem no processo físico de realização das atividades, decorrem das decisões dos gestores e, por isso, sempre existem em qualquer atividade empresarial, gerando efeitos patrimoniais e econômicos;

- esses efeitos precisam ser gerenciados, como um requisito fundamental para a otimização de resultados;
- as decisões devem ser tomadas com base em resultados econômicos;
- devem ser identificadas as variáveis relevantes do problema de decisão;
- devem ser mensurados os efeitos dessas variáveis sobre o patrimônio da empresa;
- os efeitos mensurados devem ser acumulados segundo os diferentes objetos de avaliação, sem distorcer a representação da realidade físico-operacional da empresa;
- os ativos e passivos devem ser avaliados pelo seu valor econômico;
- os sistemas de informações devem ser capazes de identificar, estruturar, mensurar, acumular e reportar informações econômicas sobre os eventos.

Para essa finalidade, destacam-se as contribuições da teoria da gestão econômica, que contempla um conjunto de conceitos, princípios e definições que visam conduzir a empresa à otimização dos seus níveis de eficácia. O Modelo de Gestão Econômica - GECON, conforme vem sendo estudado e desenvolvido por diversos pesquisadores no âmbito do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, sob a coordenação do Professor Doutor Armando Catelli, consolida um corpo de conhecimentos sobre a gestão baseada em resultados econômicos, contribuindo para que a Ciência Contábil cumpra o seu papel como supridora de informações para decisão.

O papel da contabilidade, sob o enfoque da teoria da comunicação

A contabilidade tem sido definida por diversos estudiosos e pesquisadores como o método de identificar, mensurar, acumular e reportar informação econômica, com vistas a suprir os modelos decisórios dos diversos usuários.

De acordo com IUDÍCIBUS (1997, p.26), a contabilidade pode ser conceituada, sob uma abordagem sistêmica, como "o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação". Esse processo de comunicação implica, segundo o autor, o reconhecimento dos tipos de informação necessária para cada principal usuário e a avaliação da habilidade dos usuários em interpretar a informação adequadamente.

IUDÍCIBUS (1997, p.26) conclui que "o objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança".

HENDRIKSEN (1999), em sua obra clássica sobre *Teoria da Contabilidade*, faz freqüentes alusões aos conceitos de eventos e transações como sendo o objeto da mensuração contábil.

CATELLI (1999), ao estruturar o modelo de gestão econômica, propõe a mensuração de resultados contábeis com base em transações, adotando conceitos econômicos para a mensuração de ativos e passivos e, portanto, do patrimônio e lucro da empresa.

A teoria da contabilidade é bastante rica e capaz de proporcionar informações úteis e relevantes para a tomada de decisão, principalmente quando a ela somam-se as contribuições da teoria econômica, da qual se depreendem os conceitos de resultado econômico, valor econômico e custo de oportunidade, conforme serão estudados neste trabalho.

Diante dessas observações, fica claro que pertence à contabilidade o papel de identificar, mensurar, acumular e reportar os eventos econômicos que ocorrem no processo físico das atividades, a fim de suprir os modelos decisórios dos gestores com informações econômicas.

Nesse contexto, GUERREIRO (1989, p.57) considera que a caracterização dos modelos decisórios dos diversos usuários de um sistema de informação não é tarefa simples e, citando Hendriksen, adverte: "embora possa ser possível estabelecer os modelos de decisão descobrindo como os usuários realmente tomam suas decisões e quais informações eles desejam, este procedimento pode não conduzir aos melhores resultados porque os usuários estão limitados pela Informação contábil disponível ou porque eles podem não estar usando os melhores modelos". Concordando com esse ponto de vista, GUERREIRO (1989, p.57) afirma que esses modelos podem ser estabelecidos em uma base normativa e melhorados por meio de pesquisa empírica, concluindo que: "tanto na caracterização dos objetivos dos sistemas de informação, bem como no processo de implementação de sistemas de informação das organizações, a postura normativa (o que deveria ser), na caracterização dos modelos de decisão, deve prevalecer sobre a postura positiva ou descritiva (o que é)".

Análise de alguns critérios ortodoxos de mensuração de resultados em instituições financeiras

Considerando-se as expectativas formadas e apresentadas anteriormente, em torno da informação contábil requerida para a tomada de decisões no ambiente empresarial, são analisados, a seguir, alguns princípios e conceitos tradicionalmente utilizados para mensuração de resultados em instituições financeiras. O objetivo desta análise é demonstrar criticamente a insuficiência desses critérios para a tomada de decisão que vise otimizar os resultados econômicos da empresa, abrindo uma lacuna onde se insere a proposta deste estudo.

Não é objetivo desta análise a discussão desses critérios para outras finalidades, tais como: legais, societárias ou fiscais – embora acreditemos que as decisões tomadas nessas esferas também pudessem ser mais bem suportadas por critérios econômicos de mensuração do patrimônio e dos resultados das instituições financeiras.

A mensuração de resultados em instituições financeiras está fortemente condicionada pelo "modelo contábil societário". Mesmo os modelos denominados "gerenciais" apóiam-se, de algum modo, nas informações produzidas pelos modelos societários. Quando isso acontece, esses modelos estão sujeitos às mesmas críticas que recaem sobre o modelo societário.

Modelo Societário

O modelo societário caracteriza-se pela aplicação da legislação vigente no Brasil, que regulamenta a forma de contabilização dos ativos e passivos e apuração de resultados nas instituições financeiras. Essa legislação é inspirada no modelo americano e baseia-se nos Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC).

Em relação à *base de mensuração* dos resultados, o modelo societário considera a "atividade" de intermediação financeira como o foco da apuração de resultados. Para se obter uma prova disso, basta olhar uma demonstração de resultados publicada por uma instituição financeira, no qual receitas e custos dos produtos ativos e passivos são periodicamente agregados e confrontados, gerando informações sobre os denominados "resultados da intermediação financeira".

Desse modo, mesmo ocorrendo o registro contábil de transações, a apuração de resultados situa-se num nível mais amplo do que o das transações ou eventos, isto é, nas atividades ou produtos, normalmente expressos por meio das "contas" contábeis. Na verdade, atividades e produtos são unidades de acumulação e, portanto, não constituem a verdadeira origem dos resultados da empresa.

Em relação à *base de valor* utilizada para a quantificação de receitas e custos, o modelo societário adota o princípio do *custo histórico como base de valor*. Assim, tanto as receitas e custos financeiros como os ativos e passivos resultantes de uma operação

financeira são mensurados e mantidos no patrimônio da instituição pelos seus valores históricos, atualizados de acordo com as condições contratuais de cada operação.

Desse modo, os ativos e passivos não estão expressos individualmente pelo seu verdadeiro valor para a empresa (valor econômico). Conseqüentemente, as receitas, custos e resultados apurados não refletem as variações da riqueza econômica da empresa, nem o seu patrimônio reflete o valor econômico da empresa.

A informação sobre o *valor histórico* dos ativos e passivos, atualizado conforme as condições contratuais, não suporta adequadamente a tomada de decisões sobre a sua manutenção ou liquidação, porque não espelha o seu verdadeiro valor para a empresa. Desse modo, pode-se perder oportunidades de otimização de resultados (conforme será demonstrado no Capítulo 5 deste trabalho).

Quanto ao *momento de reconhecimento* de receitas e custos financeiros, o critério básico utilizado é a passagem do tempo, por meio do qual os *juros* são apropriados "pro-rata" ao longo do tempo, tendo como contrapartida os ativos e passivos a que se referem. Desse modo, não são reconhecidos efeitos econômicos no momento de realização dessas transações, sendo esses efeitos distribuídos proporcionalmente ao longo da vida da operação. A implicação do uso desse critério é que os valores dos ativos e passivos acabam não correspondendo aos seus respectivos valores econômicos, e, desse modo, as receitas e custos apurados também não guardam relação com os efeitos econômicos produzidos sobre a riqueza da empresa.

Quanto ao reconhecimento dos *efeitos inflacionários* sobre os ativos e passivos financeiros de uma instituição financeira, observa-se que se adotam índices externos (UFIR, TR, IGP, IPC etc.) à empresa e que são aplicados sobre saldos médios históricos das carteiras de ativos e passivos financeiros. Desse modo, não são evidenciados os impactos econômicos causados pelas variações do poder de compra da instituição, que oscila em função dos preços dos recursos que compõem a sua cesta de consumo. Eventualmente, nessa cesta, podem existir operações indexadas a esses indicadores externos, o que não significa que a Inflação da Instituição financeira é exatamente igual à

variação desses índices no período. Assim, ganhos e perdas monetários apurados com base em indicadores externos não espelham os efeitos da inflação sobre a riqueza da empresa.

Pelos motivos discutidos, conclui-se que os procedimentos e práticas contábeis atuais não permitem a mensuração dos efeitos causados pelos eventos econômicos sobre o patrimônio e resultados econômicos da empresa, no momento em que ocorrem. Desse modo, não são adequados para suportar modelos de decisão sobre esses eventos.

Não se questiona, neste momento, a validade dos PFC para as finalidades societárias, embora partilhemos da idéia de que os princípios de mensuração econômica pudessem permitir a produção de informações contábeis muito mais relevantes também para o público externo à empresa. Destaque-se que a adoção de princípios de mensuração econômica não significa o abandono total e indiscriminado dos PFC, tendo em vista que alguns desses princípios são relevantes para as finalidades gerenciais, como, por exemplo, os da entidade, confrontação e competência.

Entretanto, como se clarifica no transcurso deste trabalho, são exatamente alguns conceitos econômicos de mensuração que permitem o atendimento desses princípios. O reconhecimento de resultados pontuais e tempo-conjunturais das transações, com base no conceito de evento econômico, por exemplo, permite a quantificação da verdadeira riqueza da empresa e da sua evolução temporal (lucro) no momento em que são geradas as variações na sua riqueza – assegurando-se o atendimento do princípio da entidade, confrontação e competência. Por outro lado, o reconhecimento de resultados com base nos custos históricos não apenas fere esses princípios como também distorce a representação da realidade econômica da empresa, quebrando um princípio básico da gestão de qualquer negócio: o princípio da controlabilidade – tendo em vista que custos históricos decorrentes de uma decisão não são mais passíveis de gestão, mas sim os seus efeitos presentes e futuros sobre o empreendimento.

De fato, custos históricos são ocorrências do passado, e o passado não é mais controlável. Ao emprestar um certo volume de recursos financeiros para um cliente, um

banco já não dispõe mais desse recurso. Ele simplesmente já não existe mais no seu patrimônio físico. O que ficou no seu patrimônio foi uma expectativa de recebimento futuro, e é exatamente esse ativo que deve ser gerenciado.

Diante desses aspectos, conclui-se que as informações produzidas com base no modelo contábil societário de instituições financeiras não são suficientes para atender as necessidades dos gestores dessas organizações, com vistas à otimização dos seus resultados econômicos.

Modelos "Gerenciais"

Na tentativa de sanar ou minimizar problemas identificados no uso do modelo contábil societário para fins gerenciais, é comum, no ambiente de Instituições financeiras, o desenvolvimento de sistemas de apuração de resultados paralelos aos sistemas contábeis.

MUCCILLO NETTO (1989, p.19) desenvolveu um estudo profundo analisando os problemas de utilização de modelos de avaliação de desempenhos e resultados em instituições financeiras. Nesse estudo, o autor identifica o que denomina problemas "técnicos" e "comportamentais". Em relação aos aspectos técnicos, ele ressalta que um dos problemas importantes encontrados nesses modelos é estarem "divorciados" de um quadro referencial, que contempla um conjunto de conceitos e definições como: sistema; a empresa como um sistema aberto; filosofia da empresa; objetivos; modelo de gestão; eficiência e eficácia; processo de planejamento e controle; e sistemas de informações.

Corroborando esse ponto de vista, ressalte-se que o não atendimento das premissas de um "quadro referencial" básico pode levar ao desenvolvimento de modelos de mensuração incapazes de retratar adequadamente a realidade física, financeira, econômica e patrimonial de uma Instituição financeira. A eficácia de um modelo "gerencial" de apuração de resultados só é verificada quando permite aos gestores

exercer uma gestão eficaz, isto é, rumo à otimização de resultados da empresa. Por isso, esses modelos devem ser desenvolvidos tendo como referência um conjunto básico de conceitos¹ sobre a empresa, a sua missão, o papel das suas áreas, o seu processo de gestão.

Diante da complexidade que normalmente caracteriza a gestão dos negócios dessas instituições, o risco é que modelos não sustentados por conceitos sólidos e consistentes de mensuração induzam a decisões exatamente opostas às que realmente interessam à empresa.

A título de ilustração, destaca-se a adoção de preços de transferência de recursos financeiros entre as diversas áreas e atividades desenvolvidas na instituição, com base no conceito de Central de Recursos, considerando critérios como "transferência líquida", "divisão de *spread*" ou "*spread* médio".

A transferência líquida de fundos consiste em as unidades de negócios comerciais (agências, pontos-de-venda) de um banco transferirem, para uma unidade central, apenas o excesso de captações sobre aplicações de recursos, ou requisitarem os recursos faltantes, quando as suas aplicações superam as captações.

A utilização desse critério não respeita um modelo de gestão típico de instituições financeiras, em que os gestores de agências ou pontos-de-venda normalmente não possuem autonomia para aplicar os recursos que captam, nem responsabilidade sobre equilibrar seus fluxos financeiros. Essas unidades não são responsáveis por administrar os recursos que captam, os quais são transferidos para a gestão financeira, que os gerenciam visando aproveitar oportunidades e equilibrar riscos da instituição.

O mesmo raciocínio vale para a utilização de critérios como "*spread* médio" ou "divisão de *spread*". O *spread* é formado pela diferença entre taxas de aplicação e

¹ Esses conceitos são contemplados pelo modelo de gestão econômica.

captação do banco e, por isso, não espelha o valor econômico do recurso transferido de uma unidade para outra. Do ponto de vista da avaliação de desempenho, os preços formados com base nesses critérios são injustos, tendo em vista que os gestores são responsabilizados por fatores fora do seu controle, como, por exemplo, ineficiências ou eficiências nas taxas de captação ou aplicação praticadas por outros gestores. Desse modo, não se assegura que as decisões tomadas por um gestor contribuam favoravelmente no sentido da otimização dos resultados da empresa como um todo.

Observa-se, ainda, que alguns modelos incluem no custo financeiro das operações o "custo" de itens não-financeiros, como, por exemplo, serviços prestados ou custos de processamento, sistemas e pessoal. Por possuírem preços específicos, esses recursos não-financeiros não podem ser incluídos na margem financeira das operações. Noutros casos, eles se referem a custos fixos (estruturais) de uma atividade e não podem ser repassados a margens unitárias dos produtos ou a outras atividades e áreas cujos gestores não possuem controle sobre eles. Isso porque, além de distorcerem a informação sobre os resultados das operações, atividades e áreas, os gestores dessas áreas não exercem nenhum tipo de ação sobre esses recursos e, desse modo, não poderiam ser responsabilizados pelos seus efeitos econômicos.

Terido em vista que grande parcela dos custos de uma instituição financeira é de natureza fixa, defende-se freqüentemente a idéia de que esses custos devem ser "alocados" aos produtos/serviços, sob a crença de que somente dessa forma é possível o controle dessas despesas. Do mesmo modo, despesas da administração central são repassadas às agências e pontos comerciais, com base na premissa de que são essas unidades que realizam as operações e, assim, geram o resultado da instituição financeira.

Do ponto de vista gerencial e econômico, essas crenças e idéias carecem de sustentação teórica e científica. Todas as áreas, e não apenas os pontos comerciais de uma instituição financeira, contribuem para a formação do seu resultado global. A questão fundamental reside na correta identificação, mensuração e acumulação desses

resultados, considerando tanto o processo físico e operacional das atividades, como os aspectos de responsabilidade das áreas sobre os recursos envolvidos.

A crença de que somente através da alocação (rateio) de custos fixos é possível gerenciá-los está totalmente equivocada. Ao serem transferidos custos de uma unidade para outras que não detêm controle sobre os mesmos, perde-se a condição de otimização de resultados a partir de quem efetivamente possui autoridade sobre esses recursos.

O método de custeio por absorção, que consiste na alocação de custos departamentais aos produtos ou às áreas, sempre levará a algum grau de distorção, independentemente do critério adotado. A magnitude dessa distorção pode até mesmo induzir os gestores à tomada de decisões exatamente opostas às desejáveis para a instituição. Cabe destacar que os custos fixos referem-se à estrutura de uma área, atividade ou da Instituição e, em alguns casos, superam até mesmo o custo financeiro das operações. Quando rateados, distorcem completamente as informações sobre os resultados tanto dos produtos como das áreas e atividades. Qualquer tentativa de incorporar uma parcela de custos estruturais, que normalmente são de natureza fixa, ao custo de uma unidade de produto ou de serviço consiste em contrariar a própria natureza desses custos.

1.3 O PROBLEMA

Diante desse quadro, em que se identifica a necessidade de informações econômicas sobre os eventos econômicos, o papel da contabilidade como supridora de informações econômicas e a insuficiência dos modelos tradicionais para atenderem a essa necessidade, apresenta-se a seguinte questão a que se propõe responder este estudo:

Quais conceitos devem ser empregados na mensuração dos eventos econômicos de instituições financeiras, com vistas à formulação de modelos decisórios que permitam a otimização dos seus níveis de eficácia?

A resposta a essa questão é proposta por meio do estudo dos principais eventos econômicos que ocorrem no processo físico e operacional da atividade básica de uma instituição financeira, com base num conjunto de conceitos fundamentais de decisão e mensuração econômica, conforme preconiza o modelo de gestão econômica.

CAPÍTULO 2 – PLANEJAMENTO DO TRABALHO

Neste capítulo, apresenta-se a estrutura metodológica e conceitual utilizada na pesquisa realizada, envolvendo a definição do objeto, dos objetivos, da metodologia, das justificativas e contribuições do estudo. Ao final, são apresentados os principais termos e conceitos utilizados neste trabalho, bem como as definições adotadas para cada um deles.

2.1 METODOLOGIA, MÉTODO E CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Ciência pode ser definida como um conjunto de conhecimentos sistematizados, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos (TRUJILLO: In LAKATOS & MARCONI: 1991, p.19).

A *metodologia científica* corresponde ao estudo dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas.

O termo *método* está diretamente relacionado à filosofia de Descartes, que evidenciou a necessidade de se proceder numa pesquisa por ordem e não ao acaso. Com esse sentido, o *método* designa um conjunto de procedimentos ou passos para se chegar a uma meta desejada (RUSS: 1991, p.185).

O *método científico* consiste, portanto, num conjunto ordenado de procedimentos para obtenção de *conhecimento científico* sobre determinado fenômeno.

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; mas nem todos os ramos de estudo que empregam esses métodos podem ser caracterizados como ciência. Embora esses métodos não sejam de uso exclusivo das ciências, “não há ciência sem o emprego de métodos científicos” (LAKATOS & MARCONI, 1991, p.39).

TRUJILLO (In LAKATOS & MARCONI: 1991, p.17) caracteriza o *conhecimento científico* como sendo real (factual) porque lida com ocorrências ou fatos, isto é, com toda "forma de existência que se manifesta de algum modo".

Desse modo, os cientistas utilizam-se de métodos científicos de investigação com a finalidade de compreender determinados fenômenos e os mecanismos que os regem, produzindo *conhecimento científico*.

Segundo LAKATOS & MARCONI (1991, p.17), o conhecimento científico diferencia-se de outros tipos de conhecimento (popular, filosófico, religioso) por ser:

- a) contingente – porque suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por meio da experimentação;
- b) sistemático – porque é ordenado logicamente, formando um sistema de premissas, princípios, conceitos (teoria);
- c) verificável – porque não contempla hipóteses que não podem ser testadas;
- d) falível – porque não é definitivo, absoluto ou final;
- e) aproximadamente exato – porque novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acerto da teoria existente.

2.1.1 O MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO SEGUNDO POPPER

Desde Aristóteles, a teoria do conhecimento se baseava no senso comum. POPPER propôs a teoria objetiva do conhecimento, defendendo que a ciência é hipotética e provisória (e não *episteme* ou *definitiva*), contrapondo-se ao empirismo e ao indutivismo.

O avanço da ciência não se deve ao fato de se acumularem experiências ao longo do tempo, mas, antes, "rumo a um objetivo remoto e, no entanto, atingível, o de sempre descobrir problemas novos, mais profundos e mais gerais e de sujeitar suas respostas

sempre a testes provisórios, a testes sempre renovados e sempre mais rigorosos” (POPPER: In LAKATOS & MARCONI: 1991, p.65).

O método hipotético-dedutivo, segundo POPPER, parte da idéia de que toda pesquisa tem sua origem num problema para o qual se procura uma solução, por meio de tentativas (conjecturas, hipóteses, teorias) e eliminação de erros.

Ao estudar a “tríade” dialética (tese, antítese e síntese), POPPER sugere que toda discussão científica se inicie com um problema (P1), ao qual se oferece uma espécie de solução provisória, uma teoria-tentativa (TT), passando-se, então, a criticar a solução, objetivando a eliminação do erro (EE). A exemplo do que ocorre na dialética, esse processo se renovaria, dando origem a novos problemas (P2).

Desse modo, POPPER entende que “a ciência começa e termina com problemas”, conforme ilustra a Figura 1:

Figura 1 – Esquema do método hipotético-dedutivo, segundo POPPER (In LAKATOS & MARCONI: 1991, p.66)

POPPER valoriza o conhecimento racional sustentado em teorias que devem corresponder à realidade. Concordando com esse ponto de vista, EISTEIN se reporta a POPPER: “Na medida em que um enunciado científico se refere à realidade, ele tem que ser falseável; na medida em que não é falseável, não se refere à realidade” (In LAKATOS & MARCONI: 1991, p.67).

O método consiste em tentativas de falseamento das hipóteses, visando “corroborá-las” e não “comprová-las”. A propósito, POPPER considera que a comprovação de uma hipótese é mesmo impossível, devido às limitações física e temporal impostas à própria coleta de dados: a comprovação de uma hipótese requer acumular todos os casos positivos presentes, passados e futuros (In LAKATOS & MARCONI: 1991, pp.69-70).

O método hipotético-dedutivo, conforme POPPER, contempla as seguintes etapas:

Figura 2 – Etapas do método hipotético-dedutivo, segundo POPPER (In LAKATOS & MARCONI: 1991, p.66)

Essas etapas compreendem os seguintes momentos no processo de investigação:

- a) *problema*, que surge, em geral, de conflitos entre expectativas e teorias existentes;
- b) solução proposta, que consiste numa *conjectura* (nova teoria), da qual são deduzidas conseqüências na forma de proposições passíveis de testes;
- c) testes de *falseamento*, que são tentativas de refutação das proposições, com base, dentre outros meios, na observação e experimentação.

2.1.1.1 PROBLEMA

O problema surge do confronto entre expectativas e teorias existentes em torno de algum fenômeno. Uma dificuldade provocada pela quebra dessas expectativas caracteriza o problema que desencadeia uma pesquisa.

2.1.1.2 CONJECTURA

Na visão de POPPER, o aumento do conhecimento se dá por meio de conjecturas e refutações. Conjectura é uma proposição passível de teste, direto ou indireto, mas sempre dedutivamente. É uma hipótese lançada como explicação provisória sobre determinado fenômeno, cuja comprovação ou refutação motiva o trabalho de pesquisa.

Se a hipótese não supera os testes de falseamento, será refutada, exigindo nova reformulação do problema e da hipótese. Caso contrário, estará "corroborada"² como solução para o problema formulado, pelo menos até que surjam novas teorias capazes de refutá-la. Assim, o conhecimento científico encontra-se em constante evolução.

A hipótese é uma suposição, uma explicação provisória. É uma afirmação de uma relação, a ser verificada, entre pelo menos duas variáveis. Sem a formulação de uma hipótese o processo de pesquisa não passa de uma sucessão de operações desordenadas. Uma teoria pode ser entendida como um sistema de hipóteses.

² Na visão de POPPER, o termo a ser utilizado é mesmo "corroboração", e não "confirmação", que não coaduna com a evolução do conhecimento científico. Para se "confirmar" uma hipótese, seria necessário acumular todo o conhecimento passado, presente e futuro, e isso é impossível. No entanto, pode-se dizer que a não descoberta de evidências que neguem a hipótese formulada corrobora-a, porquanto tenha superado todos os testes de falseabilidade.

2.1.1.3 TENTATIVAS DE FALSEAMENTO

A tentativa de falseamento consiste em testar as conseqüências deduzidas ou deriváveis da hipótese, com vistas à eliminação de erros.

Dentre as diferentes formas de teste, existe o processo de observação e experimentação, que consiste em observar, de forma controlada e sistemática, os fenômenos reproduzíveis cientificamente, com o objetivo de verificar uma determinada hipótese.

A maior parte das ciências aceita a experimentação como primeiro e último elo do processo de produção de conhecimento científico. Esse processo se inicia com a observação de um fenômeno da realidade empírica e termina com a comprovação empírica das conclusões teóricas.

De acordo com as proposições de POPPER, esse processo ocorre por meio de tentativas de negação das conseqüências que se extraem da hipótese assumida, com base em argumentação dedutiva.

Existem vários tipos de argumentação dedutiva:

- a) "afirmação do antecedente" (*modus ponens*) – quando a primeira premissa é um enunciado condicional, a segunda coloca o antecedente deste mesmo enunciado e a conclusão derivada é o conseqüente da primeira premissa. Exemplo: Se p , então q . Ora, p . Então, q .
- b) "negação do conseqüente" (*modus tollens*) – quando a primeira premissa é um enunciado condicional, a segunda é uma negação do conseqüente desse enunciado e a conclusão derivada é uma negação da primeira. Exemplo: Se p , então q . Ora, não- q . Então, não- p .

Formas ligeiramente diferentes permitem negar o conseqüente ou afirmar o antecedente. No primeiro caso, tem-se que: Se p , então não- q . Ora, q . Então, não- p . No segundo caso, tem-se que: Se não- p , então não- q . Ora, não- p . Então, não- q . Neste

último caso, como as premissas tomam forma negativa, negar o conseqüente equivale a afirmar o antecedente.

Quanto mais falseável for uma conjectura, mais científica ela será, e será mais falseável quanto mais informativa, quanto maior o seu conteúdo empírico. Essas conjecturas altamente informativas são as que, segundo POPPER, realmente interessam à ciência.

Contrariamente ao método indutivo, segundo o qual busca-se o maior número de casos concretos que confirmem a hipótese; o método dedutivo, conforme proposto por POPPER, busca evidências empíricas para negá-la. A premissa que está por trás é que todos os casos positivos coletados não serão suficientes para confirmar, necessariamente, a hipótese; enquanto apenas um caso negativo será suficiente para falseá-la. Se a conjectura resistir a testes severos, estará "corroborada" e não confirmada, como defendem os indutivistas.

A idéia de "corroboração", em vez de confirmação da hipótese, é coerente com a idéia de evolução do pensamento científico, para o qual não existe certo ou errado absoluto, mas respostas provisórias baseadas na percepção momentânea das pessoas.

Desse modo, a não descoberta de um caso concreto negativo corroborará a hipótese formulada inicialmente, o que não elimina o seu caráter de provisoriedade. Apesar de ter superado todos os testes efetuados num determinado momento, mesmo que em circunstâncias rigorosamente controladas, não existe certeza total de que não surgirão novos fatos que invalidem a hipótese, como tem ocorrido com muitas teorias na história da ciência.

A despeito da subjetividade inerente ao processo de falseamento, POPPER defende que "a objetividade dos enunciados científicos está no fato de que podem ser testados intersubjetivamente", isto é, por meio da crítica.

2.1.2 O MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO SEGUNDO OUTROS AUTORES

Analizando as proposições de outros estudiosos da metodologia científica, LAKATOS & MARCONI (1991:70) concluem que existem pequenas variações em relação às etapas propostas por POPPER para o método hipotético-dedutivo, conforme ilustra o Quadro 1:

Quadro 1 - O método hipotético-dedutivo segundo outros autores, com base em LAKATOS & MARCONI (1991, pp.70-72)

AUTOR	ETAPAS DO MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO
COPI (1)	<div>1. Problema</div> <div>2. Hipóteses Preliminares</div> <div>3. Fatos Adicionais</div> <div>4. Hipótese</div> <div>5. Dedução de Conseqüências</div> <div>6. Aplicação</div>
BUNGE (2)	<div>1. Colocação do Problema</div> <div>2. Construção de um Modelo Teórico</div> <div>3. Dedução de Conseqüências Particulares</div> <div>4. Teste de Hipóteses</div> <div>5. Adição ou Introdução das Conclusões na Teoria</div>
SOUZA et alii (3)	<div>1. Formulação da(s) Hipótese(s) a partir de um Fato-Problema</div> <div>2. Inferência das Conseqüências Preditivas da(s) Hipótese(s)</div> <div>3. Testes de Conseqüências Preditivas</div>

NOTAS:

(1) COPI, Irving M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

(2) BUNGE, Marlo. *La Ciencia, su método y su filosofía*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1974.

(3) SOUZA, Aluísio J. M. et alii. *Iniciação à lógica e à metodologia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1976.

2.2 OBJETO

Etimologicamente, o termo objeto designa "o que é jogado à frente" e, portanto, se contrapõe ao sujeito como sendo algo suscetível de experiência (DUROZOI e ROUSSEL: 1996, p.347). ULLMO (In RUSS: 1991, p.203) denomina objeto uma parte dos fenômenos observáveis que dá lugar à manifestação, nas relações repetíveis, do valor constante de certo número de parâmetros.

Desse modo, este estudo tem por objeto os **eventos econômicos**, ou seja, os **fenômenos** que alteram a situação patrimonial de uma instituição financeira. Esses objetos são estudados em termos dos seus impactos econômicos e patrimoniais, com vistas à definição dos seus respectivos modelos de decisão e mensuração.

Evidentemente, não se pretende estudar todos esses eventos, mas aqueles ligados diretamente à atividade básica de uma instituição financeira (intermediação financeira), os quais, por serem repetíveis, são previsíveis em termos dos seus efeitos, podendo ser estruturados os seus modelos de decisão e mensuração, a serem incorporados ao sistema de informações da empresa.

Esses modelos sustentam, conceitualmente, o sistema de informações de apoio à tomada de decisão, juntamente com os modelos de identificação, mensuração, acumulação e informação, constituindo a base conceitual do sistema.

2.3 OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para o aperfeiçoamento dos modelos decisórios dos principais eventos econômicos que ocorrem na atividade principal de uma instituição financeira, por meio da proposição do modelo de mensuração desses eventos, sob o enfoque da gestão econômica.

Para este propósito, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- caracterização do ambiente externo e interno das instituições financeiras, de modo a serem identificados os principais eventos econômicos que ocorrem no fluxo físico-operacional de suas atividades financeiras, bem como as principais variáveis a eles relacionados (modelo de identificação), como um pré-requisito para o estudo dos modelos de decisão e mensuração aplicáveis nesse contexto;
- estruturação dessas variáveis em modelos decisórios que considerem as receitas e custos envolvidos no problema de decisão, evidenciando as margens de contribuição dos eventos (modelo de decisão);
- proposição e demonstração da aplicação dos conceitos de mensuração desses eventos (modelo de mensuração), por meio do estudo dos seus efeitos econômicos e patrimoniais, considerando as variáveis envolvidas nos seus respectivos modelos de decisão;
- demonstração da possibilidade de acumulação desses impactos conforme diferentes objetos de avaliação de uma instituição financeira, tais como: produtos, clientes, atividades, áreas, regiões e outros elementos de interesse da gestão (modelo de acumulação);
- demonstração da adequação do modelo proposto ao processo de avaliação de resultados e desempenhos, nas fases de planejamento, execução e controle (modelo de informação).

2.4 HIPÓTESE

O trabalho ora apresentado se caracteriza, metodologicamente, como uma "tese", conforme definida por LEITE: "um instrumento de pesquisa destinado a promover a aquisição de novos conhecimentos com o objetivo de interpretação, predição e controle do fenômeno em estudo" (In LAKATOS & MARCONI: 1992, p.165).

A tese é, portanto, uma hipótese assumida preliminarmente como verdadeira, da qual, conforme preconiza o método hipotético-dedutivo, deduzem-se conseqüências que serão submetidas a testes de falseamento, com o objetivo de "corroborar" ou "refutar" a hipótese.

O fenômeno em estudo, conforme já mencionado, refere-se aos principais *eventos econômicos* que ocorrem no processo físico de realização da atividade principal de uma instituição financeira, com vistas à proposição de um modelo de mensuração que contribua para o aperfeiçoamento dos seus respectivos modelos decisórios, como forma de contribuir para a solução do problema caracterizado preliminarmente.

A hipótese básica assumida é que, se forem identificados e mensurados corretamente os impactos econômicos e patrimoniais causados pelos eventos econômicos de uma instituição financeira, os seus respectivos gestores terão mais condições de realizar uma gestão eficaz, isto é, tomar decisões que a conduzam efetivamente à otimização de resultados econômicos da empresa.

Sobre esse aspecto, destaca-se que, na ótica da gestão econômica, a otimização dos resultados globais da empresa conduz à melhoria dos seus níveis de eficácia e depende da otimização do resultado de cada decisão, num contexto de planejamento, execução e controle, o qual envolve a integração entre as diversas áreas, atividades, eventos e transações.

2.5 SUBHIPÓTESES

Subhipóteses são deduções da hipótese central (Tese), as quais, se sobreviverem aos testes de falseamento (experimentações), segundo o método hipotético-dedutivo, corroboram a hipótese central em defesa da tese. Da hipótese central assumida deduzem-se as seguintes subhipóteses:

- os eventos econômicos são fenômenos que geram os resultados econômicos da empresa e, portanto, a base dos modelos de decisão e mensuração econômica;
- os modelos de decisão devem incorporar conceitos que permitam a mensuração de todos os efeitos econômicos e patrimoniais dos eventos econômicos, conforme a responsabilidade dos seus respectivos gestores;
- os efeitos econômicos e patrimoniais dos eventos econômicos são previsíveis e repetíveis, permitindo a estruturação de modelos decisórios e de mensuração preditivos dos seus efeitos, sustentando conceitualmente os sistemas de informações de gestão econômica;
- os eventos econômicos identificados e mensurados corretamente permitem o conhecimento da formação dos resultados da empresa, possibilitando a acumulação dos resultados de acordo com as necessidades de informação dos gestores (áreas, atividades, produtos, eventos e transações);
- o emprego do conceito de evento econômico assegura o atendimento do princípio da controlabilidade, segundo o qual, um gestor só é capaz de otimizar o resultado das variáveis que estão sob seu efetivo controle;
- o uso do conceito de evento econômico – como base para a identificação, mensuração, acumulação e informação de resultados – comprova que o núcleo da mensuração contábil deve ser a transação, e não os produtos e as atividades da empresa.

2.6 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa realizou-se com base no método hipotético-dedutivo, conforme proposto por POPPER e exposto anteriormente. Desse modo, a caracterização do problema que desencadeou a pesquisa está fundamentada na confrontação entre um conjunto de expectativas e teorias existentes acerca do tema deste trabalho, conforme apresentado no Capítulo 1.

A partir da caracterização do problema, definiram-se o objeto, o objetivo e a hipótese central assumida para este trabalho. Da hipótese central, foram extraídas subhipóteses (conjecturas), das quais deduzem-se conseqüências práticas, em termos de definição dos conceitos (evento econômico, resultado econômico, valor econômico, custo de oportunidade) a serem empregados nos modelos de decisão e mensuração dos eventos objeto deste estudo. Esses conceitos foram estudados profundamente no Capítulo 4, concluindo-se, ao final do capítulo, por um conjunto de requisitos para que tais conceitos sejam empregados adequadamente no contexto da gestão econômica de uma empresa.

Ao longo do Capítulo 5, esses conceitos são testados (experimentação), por meio da sua aplicação ao contexto de instituições financeiras. Segundo POPPER, o método científico consiste em tentativas de falseamento de uma hipótese, o que ocorre por meio da experimentação do que dela se pode deduzir. Por fim, não encontrando nenhum caso que negasse (caso "negativo") uma ou mais subhipóteses assumidas preliminarmente, que foram deduzidas da hipótese central, concluiu-se pela "corroboração" da hipótese central.

A caracterização do problema de que trata este estudo baseou-se em pesquisas bibliográficas, experiências profissionais, estudos realizados durante o programa de doutorado da FEA/USP e participações em congressos e fóruns de debates sobre o assunto.

A pesquisa bibliográfica desenvolvida nos demais estágios de elaboração deste trabalho realizou-se com base num roteiro de estudo do tema, partindo de assuntos gerais para outros mais específicos, isto é, da caracterização do ambiente (externo e interno) em que ocorrem as decisões no contexto de uma instituição financeira para a caracterização dos eventos econômicos e dos conceitos aplicáveis aos seus respectivos modelos de decisão e mensuração.

Basicamente, o estudo compreendeu as seguintes etapas:

- a) coleta de dados, de modo a se obterem subsídios sobre o contexto no qual se insere o objeto deste estudo (ambiente, gestão, segmento e eficácia de uma instituição financeira);
- b) levantamento e estudo dos conceitos fundamentais de decisão e mensuração econômica aplicáveis ao contexto caracterizado;
- c) aplicação desses conceitos ao ambiente caracterizado, por meio de desenvolvimento de casos e exemplos numéricos, de cuja análise e interpretação são efetuadas as proposições e extraídas as conclusões deste trabalho.

Os exemplos numéricos desenvolvidos são utilizados com os seguintes propósitos: identificação dos eventos econômicos e variáveis integrantes dos seus respectivos modelos de decisão; ilustração da aplicação dos conceitos de mensuração propostos; e análise interpretativa dos resultados da aplicação desses conceitos, como forma de se testar as conseqüências derivadas das hipóteses assumidas e, desse modo, fundamentar as argumentações e conclusões em defesa da tese ora proposta.

As teorias e conceitos estudados derivam, basicamente, dos seguintes ramos de conhecimento: contabilidade, administração e economia – dos quais se extraem as premissas que são expostas a seguir.

2.7 PREMISSAS

Para a realização deste trabalho, foram assumidas as seguintes premissas:

- a) uma instituição financeira é um sistema aberto e dinâmico, que interage permanentemente com o seu ambiente externo, influenciando e sendo influenciada pelo comportamento das variáveis ambientais;
- b) os gestores de uma Instituição financeira são competentes e estão interessados na continuidade da empresa e na busca dos melhores resultados para o cumprimento da sua missão;
- c) os proprietários ou acionistas interagem, direta ou indiretamente, com a instituição financeira, delegando poderes aos seus gestores e, ao mesmo tempo, cobrando desempenhos;
- d) as decisões dos gestores devem basear-se em modelos de decisão lógicos, racionais, que assegurem a escolha das melhores alternativas econômicas para a empresa;
- e) para assegurar a escolha das melhores alternativas econômicas, os modelos de decisão dos gestores devem refletir a sua realidade físico-operacional em termos econômicos;
- f) o sistema de informações deve gerar informações visando suprir os modelos de decisão dos gestores;
- g) o sistema de informações deve identificar, mensurar, acumular e comunicar corretamente todas as ocorrências econômicas e patrimoniais.

2.8 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES

Este trabalho tem por escopo propiciar aos gestores de instituições financeiras condições de que suas decisões contribuam efetivamente para conduzir a empresa à otimização dos seus níveis de eficácia.

Nesse sentido, o trabalho contempla uma proposta concreta de mensuração de resultados aplicável aos modelos de decisão dos principais eventos econômicos de instituições financeiras, que se materializa sob a forma de um *modelo de mensuração* que adota os seguintes conceitos fundamentais:

- *resultado econômico* como medida de eficácia da empresa e das decisões dos seus gestores;
- *evento econômico* e *transação* como foco da decisão e da mensuração de resultados;
- *valor econômico* para avaliação de ativos e passivos financeiros;
- *custo de oportunidade* para mensuração do valor econômico de ativos e passivos financeiros, inclusive dos recursos transacionados internamente entre as diversas áreas da empresa;
- *moeda constante* como unidade de medida de valor que expressa as variações do poder aquisitivo da empresa (inflação interna).

Operando esses conceitos básicos, que serão discutidos no corpo deste trabalho, o *modelo de mensuração* apresentado propõe e demonstra que:

- as transações constituem a verdadeira origem dos resultados econômicos de uma instituição financeira;
- as transações que causam o mesmo tipo de impacto patrimonial constituem eventos econômicos passíveis de modelagem em termos de decisão, mensuração, acumulação e informação econômica;

- os modelos de decisão dos gestores devem contemplar, de forma estruturada, as variáveis relevantes envolvidas no problema da decisão (escolha de alternativas);
- as operações financeiras geram resultados econômicos pontuais (no momento da sua contratação e da sua liquidação) e tempo-conjunturais (durante a sua manutenção no *portfolio*);
- os efeitos econômicos e patrimoniais dos eventos e transações devem ser reconhecidos contabilmente de modo a espelhar a verdadeira situação econômica e patrimonial da empresa, suportando modelos decisórios voltados para a escolha de alternativas que otimizem os seus resultados econômicos;
- os resultados proporcionados pelas transações podem ser identificados diretamente a diferentes objetos de avaliação - eventos, produtos, atividades, clientes, áreas, regiões e segmentos - assegurando um alto grau de flexibilidade na acumulação desses resultados, sem o uso de "artifícios" ou critérios extra-contábeis;
- o reconhecimento dos resultados econômicos dos eventos e transações permite identificar a contribuição das decisões para a formação do patrimônio e, portanto, do valor econômico da empresa.

Em relação à teoria da contabilidade, este trabalho propõe e demonstra a aplicação do conceito de transações como o foco da mensuração contábil, visando suprir adequadamente os modelos decisórios dos gestores da empresa.

No campo das pesquisas sobre gestão econômica, este trabalho contempla o estudo dos conceitos do modelo de gestão econômica aplicado ao ambiente de instituições financeiras, agregando uma metodologia que contribui para: identificação e mensuração dos principais eventos econômicos de operações financeiras; mensuração do valor econômico de ativos e passivos financeiros, bem como das variações desse valor; reconhecimento de resultados pontuais e tempo-conjunturais em transações financeiras;

caracterização do custo de oportunidade no ambiente de Instituições financeiras; reconhecimento dos efeitos Inflacionários sobre as operações financeiras; tratamento econômico do risco de crédito.

Ao ambiente prático das organizações financeiras, este trabalho propõe uma base conceitual sólida e consistente – derivada do campo contábil, administrativo e econômico – que pode contribuir para o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de sistemas de informações de apoio às decisões, objetivando efetivamente a otimização dos resultados econômicos da empresa. A base conceitual proposta permite ainda a modelagem e construção de sistemas simuladores de negócios, aplicáveis às diversas áreas que realizam e gerenciam operações financeiras, os quais idealmente devem estar integrados ao sistema corporativo de avaliação de resultados e desempenhos de uma instituição financeira. Desse modo, destaca-se a viabilidade prática dos conceitos propostos no que se refere ao seu emprego sistemático para sustentar as decisões que ocorrem tipicamente no processo de gestão das instituições financeiras.

Finalmente, como premissa de todo trabalho científico, as contribuições deste trabalho justificam-se no contexto social, considerando que a gestão econômica das atividades de intermediação financeira pode proporcionar benefícios não apenas às organizações que as realizam, mas também à sociedade, por meio do uso eficiente e eficaz de recursos que, por serem escassos, devem ser bem administrados.

2.9 TERMINOLOGIA E CONCEITOS BÁSICOS

Agente Econômico – entidade que realiza transações envolvendo recursos econômicos.

Aplicação – evento econômico caracterizado pelo emprego de recursos em ativos. Normalmente, uma aplicação financeira refere-se a uma saída de recursos financeiros (caixa) e entrada de um ativo financeiro (empréstimos) no patrimônio de uma entidade, visando a obtenção de benefícios futuros.

Área de Responsabilidade – unidade organizacional delimitada pela responsabilidade de um gestor, o qual tem poder de decisão sobre as variáveis que impactam os desempenhos. As áreas de responsabilidade constituem-se em centros de resultado ou de investimento.

Atividade – processo físico de transformação de recursos em produtos ou serviços.

Ativo – bens e direitos representados por um fluxo de benefícios futuros de recursos econômicos.

Ativo Financeiro – é um direito em relação a outra unidade econômica, que não proporciona serviços materiais a seu possuidor, mas é mantido como reserva de valor em função do retorno que dele se espera obter (VAN HORNE: In ANDREZO & LIMA: 1999, p.6).

Atualização Monetária – valor resultante da correção de valores históricos por meio da aplicação de indexadores sobre ativos e passivos financeiros, constituindo, respectivamente, receitas ou custos de atualização monetária.

Banco – instituição financeira que realiza atividades financeiras por meio de operações de captação, intermediação e aplicação de recursos no mercado financeiro.

Banco Comercial – instituição financeira que opera com carteiras comerciais de captação e aplicação de curto e médio prazos.

Banco Múltiplo – instituição financeira que opera com diversas carteiras de operações: comerciais, investimentos, desenvolvimento e financiamentos, crédito imobiliário e arrendamento mercantil.

Captação – evento econômico caracterizado pela obtenção de recursos, mediante a assunção de um passivo. Uma captação financeira refere-se a uma entrada de recursos financeiros (caixa) e entrada de um passivo financeiro (exigibilidades) no patrimônio de uma entidade, implicando sacrifícios futuros de recursos.

Central de Recursos – unidade interna que compra todos os recursos captados e fornece todos os recursos aplicados pelas diversas áreas de uma instituição financeira. Funciona como um banco interno.

Custeio Direto – método de apuração de custos que identifica aos produtos de um evento somente custos variáveis, tratando custos fixos como custos de estrutura/atividade.

Custo – valor econômico dos recursos empregados num processo de geração de produtos (produção).

Custo de Oportunidade – valor econômico da melhor alternativa desprezada numa decisão.

Custo Fixo – valor econômico dos recursos estruturais empregados numa atividade ou área administrativa num determinado período, tais como: pessoal, aluguel, energia elétrica e telecomunicações.

Custo Variável – valor econômico dos recursos que variam direta e proporcionalmente por unidade de produto gerada.

Depósitos – exigibilidades de uma instituição financeira decorrentes da captação de recursos no mercado financeiro.

Depósitos a Prazo – exigibilidades de uma instituição financeira decorrentes da captação de recursos financeiros por um determinado período de tempo, em condições previamente estabelecidas em termos de juro e atualização monetária.

Depósitos à Vista – exigibilidades de uma instituição financeira decorrentes da captação de recursos financeiros livremente movimentáveis pelo cliente fornecedor.

Depósitos Compulsórios – recolhimentos obrigatórios efetuados ao Banco Central pelas instituições financeiras sobre o montante de recursos por ela captados.

Duration – medida de sensibilidade às taxas de juros em termos de tempo, determinando a duração média ponderada dos fluxos de caixa de um ativo financeiro.

Encaixe – quantidade de moeda que uma instituição financeira mantém em caixa para atender a necessidades de saque dos seus clientes.

Evento Económico – ocorrência que altera a situação patrimonial de uma entidade, gerando os seus resultados. Refere-se também a um conjunto de transações de uma mesma natureza, isto é, que causam um mesmo tipo de impacto patrimonial.

Eventos Pontuais – eventos económicos cujos impactos são observados num determinado momento do tempo.

Eventos Tempo-Conjunturais – eventos económicos decorrentes da passagem do tempo e de variáveis conjunturais externas à empresa. Os eventos tempo-conjunturais referem-se a períodos de tempo, e são potencialmente capazes de alterar o valor económico dos ativos e passivos mantidos durante um determinado período no património de uma entidade.

Fluxo Físico-Operacional – processo desempenhado para a realização de um evento ou atividade.

Indexador – índice de mercado ao qual são vinculadas operações com taxas de juros pós-fixadas. Exemplos de indexadores: TR – Taxa Referencial de Juros, IGP – Índice Geral de Preços, TBF – Taxa Básica de Financiamento.

Índice Interno de Preços – índice que mensura as variações do poder aquisitivo de uma entidade, por meio das variações de preços da sua cesta de consumo específica.

Instituição Financeira – entidade que pratica a atividade de captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros, podendo constituir-se sob a forma de bancos, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, dentre outras.

Instrumento Financeiro – meio de realização de operações financeiras, normalmente representado por títulos ou certificados.

Intermediação Financeira – atividade básica de uma instituição financeira, que consiste na captação e aplicação de recursos financeiros dos agentes econômicos poupadores e tomadores.

Juro – renda decorrente do uso de recursos financeiros por um período de tempo.

Liquidez de um Ativo – grau de facilidade com que um ativo é conversível em moeda em relação ao tempo e ao risco de perda de seu valor nominal.

Liquidez de uma Empresa – capacidade de uma empresa manter equilíbrio financeiro (entradas e saídas de caixa).

Margem de Contribuição – diferença entre receitas e custos variáveis dos eventos, apurados conforme o método de custeio direto.

Maturidade – prazo em que o valor principal e os juros são pagos aos detentores de instrumentos financeiros.

Mercado de Crédito – segmento do mercado financeiro no qual os bancos atuam diretamente captando e aplicando recursos financeiros de curto prazo.

Mercado Interfinanceiro – segmento do mercado financeiro no qual as instituições financeiras captam e aplicam recursos entre si.

Mercado Primário – mercado em que são emitidos e transacionados novos instrumentos financeiros.

Mercado Secundário – mercado em que são transacionados Instrumentos financeiros emitidos no passado.

Modelo de Decisão – de forma restrita, refere-se ao conjunto de conceitos, princípios e critérios que sistematizam o processo de identificação e escolha entre alternativas. De forma ampla, compreende também os conceitos de mensuração aplicáveis à avaliação dessas alternativas.

Modelo de Gestão – conjunto de crenças, valores e princípios que determinam a forma como uma entidade é administrada.

Modelo de Identificação – conjunto de conceitos e critérios que determinam o momento em que devem ser reconhecidos os eventos econômicos, bem como os objetos aos quais estão relacionados.

Modelo de Informação – conjunto de conceitos que determinam a forma como as informações devem ser produzidas e comunicadas aos usuários.

Modelo de Mensuração – conjunto de conceitos que permitem quantificar economicamente os atributos de um determinado objeto.

Moeda – padrão monetário que serve como meio de troca, estoque de valor, unidade de mensuração e padrão de pagamentos futuros no mercado.

Moeda Corrente – padrão monetário adotado numa economia para a realização de transações entre os diversos agentes econômicos.

Moeda Interna – padrão monetário que mede o poder de compra de uma entidade.

Operação Financeira – transação que envolve a captação ou aplicação de recursos financeiros.

Obrigação Primária – passivo constituído diretamente pelo tomador que deseja investir ou cobrir gastos de consumo, por meio da emissão de títulos primários, tais como: notas promissórias, debêntures e ações.

Obrigação Secundária – passivo constituído por intermediários financeiros quando da captação de recursos dos poupadores, por meio da emissão de títulos secundários, tais como: certificados de depósitos bancários, recibos de depósitos.

Passivo – obrigação representada por um fluxo de sacrifícios futuros de recursos econômicos.

Passivo Financeiro – é uma obrigação decorrente da obtenção (captação) de recursos financeiros, representada por um fluxo de sacrifícios futuros na forma de recursos financeiros.

Poupadores – entidades que ofertam recursos financeiros às instituições financeiras.

Preço de Transferência – valor pelo qual são transferidos produtos e recursos entre as atividades e unidades internas de uma organização. Corresponde ao custo de oportunidade dos recursos transferidos.

Produto Bancário – instrumento financeiro que resulta de uma transação bancária. Exemplos: certificados de depósitos, contratos de empréstimos, de financiamentos.

Receita – valor econômico dos produtos gerados num processo de produção.

Recurso Econômico – bens que são escassos e úteis e, por isso, possuem valor econômico.

Recurso Financeiro – recurso econômico representado por uma quantidade específica de dinheiro ou moeda.

Resultado Econômico – variação da riqueza de uma entidade.

Risco – probabilidade de ocorrência de um evento futuro que cause impactos econômicos e financeiros negativos (perdas).

Risco de Crédito – probabilidade de perda associada ao não recebimento de ativos financeiros.

Risco de Descasamentos – probabilidade de perdas associadas às diferentes condições (prazos, moedas, taxas de juros) das carteiras de ativos e passivos que compõem o patrimônio de uma instituição.

Risco de Liquidez – probabilidade de desequilíbrio financeiro de uma instituição financeira.

Risco de Taxa – probabilidade de perda associada a variações das taxas de mercado dos instrumentos financeiros.

Serviço – benefício extraído de um ativo.

Sistema – conjunto de elementos interdependentes que interagem entre si para a consecução de um fim comum.

Sistema aberto – sistema que interage com o seu ambiente externo.

Taxa de Juros – percentual que expressa o preço do dinheiro no tempo.

Títulos Públicos – títulos emitidos pelo governo de um país, tanto para financiamento de suas despesas (Títulos do Tesouro) como para controle de taxas de juros do mercado financeiro (Títulos do Banco Central).

Tomadores – entidades que demandam recursos financeiros das instituições financeiras.

Transação – operação de troca de recursos econômicos, que constitui a menor unidade de um evento econômico.

Valor Econômico – valor presente do fluxo de benefícios ou sacrifícios esperados, respectivamente, de um ativo ou passivo. Esses fluxos são avaliados por preços validados pelo mercado e descontados por uma taxa que espelhe o custo de oportunidade da entidade que deles faz uso.

CAPÍTULO 3 – VISÃO SISTÊMICA DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Neste capítulo, objetiva-se fornecer uma visão integrada de diversos conceitos fundamentais para a gestão eficaz de uma instituição financeira, com base numa abordagem sistêmica. Essa abordagem refere-se a uma metodologia de estudo derivada da teoria de sistemas, que permite uma visão mais abrangente sobre determinado objeto do que se considerado isoladamente, bem como a sua delimitação e estudo num determinado contexto. Desse modo, o estudo de um objeto requer o entendimento das suas inter-relações com o contexto (ambiente) no qual se insere, bem como das interações entre as suas partes componentes (subsistemas).

Após o estudo da função dos mercados financeiros e a caracterização do papel das instituições financeiras no atual ambiente econômico, são estudados o seu ambiente externo (ambiente remoto e ambiente próximo) e o seu ambiente interno (subsistemas), com ênfase nos conceitos de missão, processo de gestão, sistemas de informações e eficácia.

Em termos metodológicos, objetiva-se, neste capítulo, caracterizar o ambiente em que se situa o objeto deste estudo, constituindo um referencial para a identificação e tratamento dos principais eventos econômicos de uma instituição financeira.

3.1 FUNÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS

O mercado financeiro é composto pelo conjunto de entidades e instrumentos que possibilitam a transferência de recursos dos poupadores para os tomadores, criando condições de liquidez no mercado. "Investimento e poupança constituem o cerne de todo o sistema financeiro, onde se procura identificar mecanismos que possibilitem o

aproveitamento dos fluxos de poupança e investimentos da forma mais eficiente possível, de modo a atingir o maior grau de satisfação das necessidades dos indivíduos” (ANDREZO & LIMA, 1999, pp.4-5).

Poupança pode ser definida como a parcela de renda não consumida. A poupança surge porque um indivíduo opta em trocar um poder de consumo presente e certo por um poder de consumo futuro e incerto. Refere-se, portanto, a uma decisão intertemporal, isto é, de distribuição do consumo no tempo. Por outro lado, o emprego dos recursos poupados, próprios ou de terceiros, constitui um investimento, contribuindo para a formação de novos recursos.

Numa economia moderna, há inúmeros agentes que participam do processo poupança-investimento, regulamentando, realizando ou auxiliando na transferência de recursos entre poupadores e investidores. Dentre esses agentes, VAN HORNE (In ANDREZO & LIMA, 1999, p.6) destaca que as:

- **unidades econômicas superavitárias** – são as que apresentam desejo de investir inferior à capacidade de poupança, ou seja, possuem recursos em excesso;
- **unidades econômicas deficitárias** – são aquelas que possuem desejo de investir superior à capacidade de poupança, ou seja, necessitam de recursos.

As primeiras têm a preocupação imediata de identificar alternativas para aplicar os seus excessos de recursos, enquanto as segundas preocupam-se em como obter recursos para viabilizar os seus projetos de investimento. Nesse processo, essas entidades realizam transações que envolvem ativos e passivos financeiros, constituindo direitos e obrigações umas em relação às outras.

Para ANDREZO & LIMA (1999, p.7), “o mercado financeiro existe porque, em um dado momento, alguns agentes econômicos poupam mais do que investem enquanto outros investem mais do que poupam, sendo necessário transferir recursos das unidades

que apresentam níveis de poupança para as unidades que necessitam de recursos para investir, de modo a obter a maior otimização da aplicação dos recursos disponíveis na economia e o mais alto nível de satisfação possíveis”.

Para destacar a importância do mercado financeiro e da atividade de intermediação financeira na economia, baseamo-nos no estudo desenvolvido por ANDREZO & LIMA (1999, p.7-14), conforme segue.

Inicialmente, considere-se a existência de um sistema econômico muito simples, em que não há qualquer ativo financeiro, inclusive moeda. Unidades econômicas com excesso de recursos sobre o consumo teriam de encontrar outras unidades com falta daqueles recursos para investir, satisfazendo os seus desejos por meio do intercâmbio de mercadorias. Um pescador, por exemplo, teria de encontrar pessoas que desejassem consumir o seu produto e que produzissem os bens que ele deseja. Desse modo, alguns fatores limitariam excessivamente a poupança, o investimento e, conseqüentemente, o crescimento econômico, tais como: indivisibilidade de alguns bens para fins de troca, dificuldade de equilíbrio entre oferta e procura, investimentos limitados à capacidade produtiva, falta de incentivos para a poupança.

Considerando, entretanto, a existência de um ativo financeiro - o papel-moeda - os indivíduos poderiam desdobrar as suas operações em duas transações distintas: uma de compra e outra de venda; possibilitando a acumulação de riqueza, tendo em vista que a moeda funciona como uma reserva de poder aquisitivo. Desse modo, os agentes econômicos poderiam assumir investimentos superiores aos seus fluxos correntes, fazendo uso dos recursos que tivesse poupado. Entretanto, esses agentes continuariam limitados ao seu estoque de poupança, dada a inexistência de financiamento, abandonando ou postergando seus investimentos.

Suponha-se, agora, que um determinado agente econômico deseje ampliar os seus investimentos, mas não possua recursos, enquanto outro agente econômico possua excesso de recursos acumulados para um consumo futuro. Este pode, então, fornecer os recursos para o primeiro, o qual emite um título representativo de sua obrigação. Essa

obrigação é denominada *obrigação primária* ou *direta*, representada por títulos emitidos diretamente pelo tomador que deseja investir ou cobrir gastos de consumo, tais como: notas promissórias, debêntures e ações.

Isso estimula consideravelmente a poupança e o investimento, tendo em vista que os agentes econômicos deficitários não precisam mais aguardar o acúmulo de riqueza própria para realizar seus investimentos, assim como os agentes superavitários podem encontrar opções mais interessantes para aplicar seus recursos do que mantê-los em caixa. Esse mecanismo de transferência direta tem efeitos positivos sobre o nível de produção e de renda de uma sociedade, mas ainda não é capaz de atender a todas as necessidades de uma economia moderna.

Considere-se, por exemplo, que existiriam ainda necessidades a serem satisfeitas, como, por exemplo, a do agente deficitário que deseja mais recursos do que consegue obter diretamente de outros agentes; ou daquele que não conseguiu investir todo os recursos captados; ou, ainda, do que deseja fazer investimentos de longo prazo e não encontra fornecedores que se entusiasmem com a idéia de imobilizar seu capital por um longo período.

Desse modo, surgem naturalmente entidades especializadas em aproximar poupadores e tomadores, com o objetivo de facilitar a comunicação entre eles e/ou de realizar apenas a intermediação de suas transações, sem assumir riscos em seu próprio nome. Esses agentes atuam como meros intermediários, distribuindo ativos financeiros sem o lançamento de obrigações de sua parte, como, por exemplo, as sociedades corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

Entretanto, o contato direto entre os agentes poupadores e tomadores ainda não conduz à otimização do fluxo de recursos de uma economia moderna, tendo em vista que os intermediários estariam limitados a oferecer recursos em prazos, taxas e riscos conforme as preferências dos seus fornecedores.

Surge, então, a necessidade de que os títulos emitidos no *mercado primário* sejam negociados no *mercado secundário*, os quais se referem, respectivamente, ao local

em que são transacionados novos títulos e ao local em que esses títulos são novamente negociados (transferidos). Via de regra, esses títulos têm livre negociação a partir da sua emissão, podendo ser transferidos de uma entidade a outra. No mercado secundário, não há ingresso de novos recursos financeiros para a entidade emissora, mas sim um resgate do título para quem o havia adquirido, viabilizando a liquidação dos investimentos realizados originalmente pelos poupadores. O mercado secundário imprime um maior grau de liquidez aos títulos e facilita o processo de mudança de composição de carteiras, permitindo que os agentes econômicos exponham-se a um nível mais elevado de risco.

Finalmente, em função do desequilíbrio entre oferta e demanda de recursos nas condições desejadas pelos participantes desses mercados, surge a necessidade de que os intermediários financeiros (que anteriormente apenas "conectavam" poupadores e tomadores) captem recursos por meio da emissão de obrigações contra si próprios (*obrigações secundárias* ou *indiretas*) e os emprestem a outros agentes econômicos, em condições diferentes de volumes, prazos e riscos.

Esse mecanismo caracteriza o processo de intermediação financeira, conforme representado na Figura 3:

Figura 3 – O processo de intermediação financeira, segundo ANDREZO & LIMA (1999, p.10)

Nesse caso, os intermediários financeiros assumem responsabilidade e atuam por conta e risco próprios, realizando operações ativas, quando compram títulos primários e atuam como credores, e operações passivas, quando vendem títulos secundários e atuam como devedores. Esses agentes recebem juros nas operações ativas e pagam juros nas operações passivas, ficando com a diferença entre essas taxas, também denominada *spread*. Exemplos desse tipo de instituição são: bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento e caixas econômicas.

Os intermediários financeiros dividem-se em *monetários* e *não-monetários*, conforme a sua capacidade de criar moeda.

Os *agentes monetários* possuem a capacidade de criar moeda primária e secundária. A autoridade monetária emite moeda primária, ou seja, papel-moeda. Os demais agentes monetários criam moeda secundária, ou seja, captam depósitos à vista que são emprestados a outros agentes e retornam ao sistema na forma de novos depósitos à vista. Exemplos desse tipo de instituição: caixas econômicas, bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial.

Os *agentes não-monetários* operam apenas com recursos movimentáveis após um prazo determinado, como, por exemplo, os depósitos a prazo, não possuindo a capacidade de criar moeda. Exemplos desse tipo de instituição: bancos de investimento e sociedades de crédito, financiamento e investimento.

3.2 PARA QUE SERVEM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS?

A atividade básica de uma instituição financeira, conforme estudou-se, consiste em captar recursos financeiros das entidades que dele dispõem (poupadores) e emprestá-los a entidades que demandam recursos (tomadores, investidores), bem como intermediar negócios entre as mesmas, colocando-as em contato (intermediação).

Essa atividade é realizada por meio de um conjunto de produtos de captação, aplicação e serviços. As instituições financeiras captam recursos financeiros ofertados por agentes econômicos poupadores e os direcionam para tomadores de financiamento. É interessante notar que um mesmo agente econômico pode se constituir ora como fornecedor, ora como tomador de recursos do sistema. Muitas vezes, um mesmo agente econômico realiza simultaneamente esses dois papéis com uma ou mais instituições financeiras.

As instituições financeiras acumulam e transformam recursos

A atividade de intermediação permite que as instituições financeiras acumulem volumes expressivos de recursos que talvez os tomadores não conseguissem obter individual e diretamente dos clientes. Essa atividade permite que as instituições financeiras reúnam e emprestem recursos em condições diferentes das condições em que os obtiveram, as quais talvez nem interessassem às duas partes (clientes e tomadores), em função das suas preferências e expectativas individuais. Presume-se, dessa forma, que as instituições financeiras tenham condições de realizar operações mais atraentes para esses agentes do que se procurassem realizá-las individualmente.

Desse modo, os intermediários financeiros possuem condições de desfrutar de economias de escala, com custos menores de financiamento, por trabalharem continuamente na compra de títulos primários.

Os bancos diluem riscos

A atividade de intermediação permite, ainda, que as instituições financeiras assumam e diluam riscos que talvez os agentes econômicos não pudessem suportar individualmente. Por outro lado, elas se expõem a certos tipos de riscos que certamente

não existiriam no caso de um financiamento direto entre poupadores e tomadores, como, por exemplo, os denominados "riscos de descasamentos".

As instituições financeiras bancárias criam moeda

Os recursos captados e emprestados pelas instituições financeiras bancárias retornam ao sistema financeiro, na forma de novas captações de recursos. Isso leva ao conhecido fenômeno denominado "efeito multiplicador", que se resume na capacidade de o sistema financeiro "criar" moeda. Isto é, um determinado volume de recursos financeiros que um banco capta e empresta retorna, em algum momento, para o sistema bancário, o que lhe proporciona a capacidade de emprestá-lo novamente.

Possuindo a capacidade de criar moeda, os bancos competem, de certa forma, com os governos dos países em relação à emissão de moeda. A existência desse fenômeno tem levado os governos à imposição de rigorosos controles sobre a atividade bancária, tais como: recolhimentos compulsórios, controles de taxas de juros, capital mínimo de funcionamento e tributação. No mercado internacional, observa-se a existência de acordos que visam assegurar uma certa estabilidade do sistema, como, por exemplo, o Acordo da Basiléia.

As instituições financeiras são instrumentos de promoção do desenvolvimento econômico e social

Por meio de instituições financeiras, os governos normalmente realizam os diversos programas de financiamento com o objetivo de fomentar a atividade econômica, tais como: programas habitacionais, crédito rural, financiamentos de longo prazo para aquisição de máquinas e equipamentos. Dessa forma, as instituições financeiras constituem um segmento diferenciado do sistema financeiro de qualquer país,

funcionando como um importante instrumento para o desenvolvimento econômico e social. Em vista disso, a atividade financeira tem sido altamente regulamentada e controlada, absorvendo todos os efeitos das políticas governamentais, ao mesmo tempo em que influencia significativamente os demais setores econômicos.

A expansão dos mercados financeiros

O fenômeno da globalização, facilitado pelo avanço tecnológico, tem levado o sistema financeiro para dimensões que ultrapassam os limites dos mercados regionais. Hoje, os diversos agentes econômicos que atuam no sistema financeiro dispõem de opções de negócio que jamais foram consideradas na visão clássica da teoria monetária e *banking*. Essas novas opções se referem tanto a formas alternativas de captação e aplicação de recursos financeiros como de arbitragem e administração de riscos (*hedging*).

Nesse contexto, observa-se que diversas instituições financeiras têm repensado a sua forma de atuação, o que tem levado a uma reflexão sobre o seu verdadeiro papel na sociedade. Será que o papel de uma instituição financeira é mesmo realizar a intermediação financeira? Ou seria esse apenas o meio básico pelo qual ela procura atender alguma necessidade social, talvez um pouco mais ampla?

Repensando o papel dos bancos

Uma constatação que leva diretamente ao questionamento do papel dos bancos na sociedade moderna é o fenômeno denominado “desintermediação financeira”, facilitado pelo desenvolvimento tecnológico. Esse fenômeno é caracterizado pelo número crescente de operações financeiras realizadas diretamente entre os agentes econômicos não-financeiros, sem participação direta do mercado financeiro institucional.

Contrapondo-se a esse fato, verifica-se que a atividade de uma instituição financeira como a realizada pelos bancos constitui um elo de uma cadeia de atividades que une, praticamente, todos os setores da economia de um país, e muitas vezes de países diferentes. Dificilmente encontra-se um agente econômico que não realize transações com instituições financeiras.

Nesse contexto, considerar que o papel de uma instituição financeira é realizar a intermediação financeira é reduzir o seu escopo e a sua importância no contexto social. Esse é apenas o meio básico pelo qual ela cumpre a sua missão.

A missão de uma instituição financeira

A missão de uma empresa constitui a sua razão de ser e, conceitualmente, está ligada ao atendimento de necessidades ambientais. A missão de qualquer empresa não é tão ampla, a ponto de abarcar todo o universo das necessidades humanas, nem tão restrita, a ponto de se limitar a geração de um determinado produto ou serviço. Essas necessidades se delimitam, no contexto ambiental, pelo ramo de negócio em que a empresa atua, que, no caso de uma instituição financeira, refere-se à atividade de intermediação financeira. Os produtos e serviços de uma instituição financeira constituem apenas os meios básicos pelos quais ela procura cumprir a sua missão.

Desse modo, a missão de uma instituição financeira está ligada à necessidade de que os capitais fluam entre os diversos agentes econômicos numa economia, permitindo-lhes a realização de seus diversos projetos. Essa é mesmo uma necessidade da sociedade moderna, cujo sistema econômico, baseado na troca de bens entre os diversos agentes econômicos, utiliza o dinheiro como meio de troca, de financiamento e de reserva de valor. O atendimento dessa necessidade permite que os diversos agentes econômicos realizem seus projetos de investimento, produção, pessoal, recebendo ou

pagando uma remuneração que, espera-se, seja justa pelo capital disponibilizado ou empregado.

A atividade de uma instituição financeira se justifica a partir da eficácia com que realiza a atividade de intermediação, o que engloba tanto a noção de eficiência como de produtividade no emprego de recursos, de modo a satisfazer interesses conflitantes das diversas entidades com as quais se relaciona. Além desse aspecto, a sobrevivência de uma instituição financeira depende da sua capacidade de gerar um resultado econômico suficiente para repor os recursos empregados em suas atividades, inclusive o capital investido no empreendimento.

Segundo as teorias da escassez e utilidade, desenvolvidas pelos economistas e que serão estudadas mais adiante neste trabalho, os diversos agentes econômicos buscam satisfazer suas (infinitas) necessidades por meio da escolha das melhores alternativas que encontram tanto para obtenção como para o uso dos seus recursos (limitados).

Sob essa ótica, é razoável a hipótese de que os agentes econômicos (poupadores) continuarão emprestando dinheiro a uma determinada instituição financeira enquanto não dispuserem de opções tão boas para empregá-lo. Ao mesmo tempo, os agentes econômicos (tomadores) demandarão recursos de uma instituição enquanto não dispuserem de alternativas melhores de financiamento para a realização dos seus desejos.

Nota-se, claramente, que, nesse processo, as instituições financeiras funcionam como uma espécie de "acelerador" ou "freio" da economia, e os seus níveis de eficácia impactam diretamente o desempenho dos diversos agentes econômicos.

Sob o enfoque da teoria dos sistemas, uma instituição financeira se caracteriza como um sistema aberto e essencialmente dinâmico, isto é, como um conjunto de elementos interdependentes que interagem entre si para a consecução de um fim comum, em constante inter-relação com o seu ambiente externo.

Como sistema aberto, a empresa encontra-se permanentemente interagindo com o seu ambiente externo. Como sistema dinâmico, ela realiza uma ou um conjunto de atividades, que decorrem da interação dos seus subsistemas internos entre si e destes com o seu ambiente externo. Esse processo de interação mantém a empresa em constante mutação, o que requer que essas atividades sejam permanentemente gerenciadas, de modo a manter a empresa no sentido do cumprimento da sua missão.

3.3 AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo de uma empresa compõe-se de um conjunto de entidades que, direta ou indiretamente, influenciam ou são influenciadas pela sua atuação. Indiretamente, esses impactos decorrem de variáveis políticas, sociais, econômicas, ecológicas, regulatórias e outras variáveis conjunturais. Diretamente, resultam de um processo de troca de produtos/recursos, dinheiro, informação, tecnologia e diversos serviços transacionados com outras entidades.

Ao estudar o ambiente externo da empresa, CATELLI (1999, p.41) propõe a caracterização do seu ambiente remoto e do seu ambiente próximo, realçando a visão de segmento e as variáveis que determinam a amplitude da gestão de uma empresa, conforme apresentado na Figura 4:

Figura 4 – Ambiente remoto e ambiente próximo, segundo CATELLI (1999, p.41)

3.3.1 AMBIENTE REMOTO

O ambiente remoto de uma instituição financeira compõe-se de entidades que, embora possam não se relacionar diretamente com ela, possuem autoridade, domínio ou influência suficientes para definir variáveis conjunturais, regulamentares e outras condicionantes da sua atuação. Exemplos dessas entidades são: governos, entidades reguladoras e fiscalizadoras, entidades de classe, associações empresariais, entidades influentes de outros segmentos, governos de outros países.

Esses atores normalmente desempenham papéis significativos na determinação de variáveis que influenciam o ambiente econômico como um todo, tais como demonstradas no Quadro 2:

Quadro 2 – Variáveis do ambiente remoto

Variáveis Políticas	Regime de governo Governo atual/futuro Relacionamentos com outros países
Variáveis Econômicas	PIB Inflação Distribuição de renda Taxas de juros Prazo de operações financeiras Crédito Inadimplência
Variáveis Sociais	Mercado de trabalho Mudanças culturais Capacitação técnica Educação
Variáveis Tecnológicas	Tecnologia de produção Tecnologia de vendas Tecnologia de transportes Tecnologia de administração Tecnologia de comunicações Tecnologia de informática
Variáveis Ecológicas	Participação da empresa com a reposição e/ou restauração ambiental Fiscalização
Variáveis Regulatórias	Limites operacionais Tributos (diretos, indiretos e sobre operações financeiras) Prazos de financiamentos Incentivos fiscais

Essas variáveis caracterizam o quadro atual e os cenários onde atua uma instituição financeira, influenciando tanto as suas condições de sobrevivência e desenvolvimento, como as condições dos demais agentes econômicos do sistema.

Normalmente, essas variáveis não são controláveis por uma empresa individualmente, mas influenciam outras variáveis que integram o seu ambiente próximo e podem estar sob sua influência direta.

3.3.2 AMBIENTE PRÓXIMO

O ambiente próximo de uma instituição financeira é composto pelas entidades que fornecem recursos, compram produtos e competem tanto por recursos como por produtos de suas atividades, constituindo o mercado financeiro.

Nota-se que as entidades reguladoras do mercado financeiro não atuam apenas definindo normas, mas sobretudo realizando transações nesse mercado, fornecendo ou tomando recursos, com a finalidade de controlar taxas de juros, níveis de inflação, velocidade de expansão da base monetária e níveis de crescimento econômico, dentre outras variáveis.

As variáveis que determinam a amplitude da gestão de uma instituição financeira referem-se, portanto, às suas transações, tais como: volumes, prazos e taxas, conforme representado na Figura 5:

Figura 5 – O ambiente próximo de uma instituição financeira

O sistema financeiro pode ser dividido em subsistema normativo, composto por entidades reguladoras, e subsistema de intermediação financeira, composto pelos bancos e outras instituições financeiras.

3.4 O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL

No Brasil, o sistema financeiro pode ser assim caracterizado:

Figura 6 – Sistema financeiro no Brasil

O subsistema normativo compõe-se de entidades responsáveis pela definição, implementação e fiscalização de diretrizes e políticas que regulamentam a atividade financeira no país, tais como: CMN – Conselho Monetário Nacional e seus órgãos consultivos, BACEN – Banco Central do Brasil, CVM – Comissão de Valores Mobiliários e SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

O subsistema de instituições financeiras e auxiliares é composto de entidades que realizam ou auxiliam a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros:

- instituições especiais – compreende instituições responsáveis pela execução de políticas do governo em relação a setores específicos da economia, tais como: crédito rural, crédito habitacional, financiamentos a longo prazo e outros. Situam-se nesse grupo entidades como: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BASA – Banco da Amazônia e BNB – Banco do Nordeste do Brasil. Além de funções delegadas pelo governo, algumas dessas Instituições atuam como instituições financeiras bancárias, como é o caso do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.
- instituições financeiras bancárias – bancos comerciais e bancos múltiplos;
- instituições não-bancárias – bancos de investimento; bancos de desenvolvimento; sociedades de crédito, financiamento e investimento; sociedades de arrendamento mercantil; cooperativas de crédito; associações de crédito imobiliário; companhias de seguro e de capitalização;
- Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) – caixas econômicas, sociedades de crédito imobiliário;
- instituições auxiliares – bolsas de valores, corretoras, distribuidoras;
- instituições não-financeiras – *factoring*.

Os bancos, que compõem o subsistema de intermediação do sistema financeiro nacional, atuam ao lado de diversas outras instituições financeiras e configuram-se, basicamente, como:

- bancos comerciais – que operam uma carteira de ativos e passivos de curto prazo, denominada carteira comercial;

- bancos múltiplos – que operam, normalmente, diversas carteiras de operações, dentre elas: comercial; de investimentos e desenvolvimento; de crédito, financiamento e investimento; crédito imobiliário; e arrendamento mercantil.

Neste trabalho, o termo “banco” é utilizado para designar genericamente uma instituição financeira que realiza a atividade de captação, intermediação e aplicação financeira, independentemente de se constituir como banco comercial, múltiplo ou entidade não-bancária.

3.4.1 MERCADO FINANCEIRO

O mercado financeiro contempla:

- **mercado monetário** – que tem por objetivo assegurar a liquidez do sistema financeiro, envolvendo operações de curto e curtíssimo prazos, normalmente representadas por papéis de alta liquidez. Esse mercado envolve o mercado de títulos públicos, o mercado interfinanceiro e o mercado aberto. Nele são transacionados títulos emitidos pelo governo (Banco Central, Tesouro, Estados e Municípios), certificados de depósitos interfinanceiros e alguns títulos de emissão privada, como os certificados de depósito bancário. As taxas de juros praticadas nesse mercado constituem referências fundamentais para toda a economia.
- **mercado de crédito** – que tem por objetivo suprir as necessidades de curto e médio prazos dos diversos agentes econômicos. Nesse mercado, são realizadas operações como: empréstimos de curto e médio prazos, descontos de títulos, créditos rotativos, *hot-money* e crédito direto ao consumidor.

- **mercado de capitais** – com o objetivo de suprir as necessidades de financiamento de médio e longo prazos, e também por prazo indeterminado, como ocorre com a emissão de ações. Exemplos de transações realizadas nesse mercado são: financiamentos, repasses de recursos, arrendamento mercantil, leasing, ações, debêntures.
- **mercado cambial** – no qual ocorrem transações de compra e venda de moedas internacionais conversíveis. As transações realizadas nesse mercado são denominadas operações de câmbio.

Embora, na prática, esses mercados se confundam, existe uma referência comum entre eles, que é dada pelas taxas de juros, espelhando os preços com que os recursos e instrumentos financeiros são transacionados.

3.4.2 O SEGMENTO BANCÁRIO

Um segmento pode ser definido como um conjunto de atividades que constituem um determinado estágio de um ciclo econômico, que vai desde a obtenção dos insumos necessários às atividades dos participantes desse ciclo até o consumo final dos produtos e serviços gerados.

Por exemplo, a indústria automobilística constitui um ciclo econômico que agrega uma imensa variedade de recursos, que são oferecidos por diversas empresas às montadoras, as quais repassam seus produtos às concessionárias, e estas, por sua vez, distribuem-nos aos consumidores finais. Cada uma dessas entidades atua num determinado estágio desse ciclo, ou seja, no segmento de auto-peças, de montadoras, de concessionárias, dentre outros.

Num determinado segmento, são identificados claramente: as entidades que o compõem, seus relacionamentos, suas atividades e os respectivos recursos/produtos que transacionam.

O segmento bancário pode ser caracterizado como um conjunto de entidades que interagem nos mercados de recursos e produtos financeiros, regulando, competindo ou realizando transações de captação e aplicação de recursos.

O segmento bancário pode ser esquematizado conforme a Figura 7, que demonstra também os relacionamentos entre as entidades que compõem os mercados de recursos e de produtos e a gestão comercial e financeira de uma instituição bancária:

Figura 7 – O segmento bancário

3.4.2.1 ENTIDADES E RELACIONAMENTOS

Nesse segmento, destacam-se as seguintes entidades e seus principais papéis:

- a) **Governo** – o governo, por meio do CMN – Conselho Monetário Nacional e de outros órgãos públicos, tem o papel de formular a política de moeda e crédito. Ao emitir e recomprar seus títulos, o governo opera ativamente no mercado financeiro;
- b) **Banco Central** – o BACEN é uma entidade governamental responsável pela execução das políticas determinadas pelo governo e pela fiscalização da atuação das entidades financeiras. Operando no mercado financeiro, como órgão regulador, o BACEN se constitui também como fornecedor ou tomador de recursos das instituições financeiras;
- c) **CVM** – entidade que normaliza e controla o mercado de valores mobiliários, no qual atuam as companhias com capital aberto;
- d) **Acionistas** – investidores que detêm ações, desejando um retorno sobre o capital investido;
- e) **Bancos** – entidades que realizam a captação, intermediação e aplicação financeira, competindo com outras entidades para captar e aplicar recursos financeiros dos poupadores e tomadores, bem como para prestar serviços financeiros;
- f) **Concorrentes** – entidades que atuam no segmento bancário, competindo com os bancos na captação, intermediação e aplicação de recursos;
- g) **Poupadores** – entidades superavitárias que disponibilizam recursos financeiros para os bancos, satisfazendo suas necessidades por meio dos produtos de captação;

- h) **Tomadores** – entidades deficitárias que obtêm recursos dos bancos, satisfazendo suas necessidades por meio dos produtos de aplicação;
- i) **Poupadores Alternativos** – entidades detentoras de capital e que operam em outros segmentos do mercado financeiro (não-bancário), possuindo opções diferentes para a satisfação das necessidades dos tomadores de recursos dos bancos;
- j) **Tomadores Alternativos** – entidades que necessitam de capital e que operam em outros segmentos do mercado financeiro (não-bancário), possuindo opções diferentes para a satisfação das necessidades dos poupadores de recursos nos bancos;

O segmento bancário se caracteriza pela existência de dois grandes mercados: o mercado de recursos e o mercado de produtos.

3.4.2.2 MERCADO DE RECURSOS

O mercado de recursos dos bancos se caracteriza pela existência das seguintes alternativas e restrições de negócios, que normalmente envolvem grande volume de recursos:

- a) **Mercado Interfinanceiro** – trata-se de um mercado em que os bancos negociam livremente suas operações, sem interferência do Banco Central. As operações no mercado interfinanceiro acontecem por meio de títulos denominados CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro. As taxas médias praticadas nesse mercado constituem variáveis importantes na formação de preços das diversas operações realizadas no mercado financeiro.

- b) **Mercado de Títulos Públicos** – visando antecipar receitas orçamentárias e financiar déficits fiscais, o governo capta recursos por meio da emissão de títulos (LTN – Letras do Tesouro Nacional, LFT – Letras Financeiras do Tesouro, NTN – Notas do Tesouro Nacional) representativos da dívida pública. Esses títulos são vendidos diretamente às instituições interessadas, por meio de leilões públicos realizados pelo Banco Central. Existe um mercado denominado “secundário” no qual esses títulos públicos, de alta liquidez, podem ser transacionados antes do seu vencimento. O próprio governo pode recomprar esses títulos antes do seu vencimento. Os títulos de emissão do Banco Central (BBC – Bônus do Banco Central, LBC – Letras do Banco Central, NBC – Notas do Banco Central) têm o objetivo de executar a política monetária adotada pelo governo, constituindo-se um mecanismo de controle dos níveis de taxas na economia. Com esse propósito, o Banco Central define referências de taxas, como, por exemplo, a TBC – Taxa do Banco Central, como parâmetro para demonstrar a taxa mínima pela qual ele está disposto a vender títulos; ou a TBAN – Taxa de Assistência do Banco Central, que indica a taxa máxima pela qual o BACEN estará cobrando em operações de redesconto, no caso de uma instituição financeira precisar recorrer a este socorro para suprir suas deficiências de caixa. Desse modo, a TBC e a TBAN funcionam como referenciais de taxas para o mercado bancário.
- c) **Redesconto do Banco Central** – visando assegurar a liquidez do mercado bancário, o Banco Central supre a necessidade de caixa das instituições financeiras que – eventualmente – não conseguirem fechar suas posições diárias de caixa.

- d) **Depósitos Compulsórios** – como forma de controlar o efeito multiplicador dos meios de pagamento na economia, as autoridades monetárias estabelecem que uma parcela dos recursos captados livremente pelas instituições financeiras no mercado deve ser recolhida obrigatoriamente ao Banco Central. As alíquotas incidem diretamente sobre os volumes de depósitos captados e variam conforme o tipo de produto (depósitos à vista, depósitos a prazo), restringindo a disponibilidade dos bancos para empréstimos. Desse modo, os depósitos compulsórios limitam o volume de meios de pagamento na economia, com impactos diretos sobre as taxas de juros e de inflação. Os depósitos compulsórios incidentes sobre depósitos à vista são mantidos em dinheiro no Banco Central, e, normalmente, não são remunerados. Os recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo são realizados em títulos do governo e, desse modo, possuem remuneração.

No mercado de recursos, normalmente os bancos realizam transações de volumes expressivos (atacado) e com margens menores do que as obtidas no mercado de produtos financeiros (varejo).

3.4.2.3 MERCADO DE PRODUTOS

O mercado de produtos financeiros é o local onde os bancos compram e vendem dinheiro e prestam serviços financeiros, normalmente por meio de uma rede de distribuição (agências, pontos-de-venda) e uma linha de produtos financeiros de captação, aplicação e serviços.

A sua atividade de captação se realiza por meio de produtos como: depósito à vista, depósito a prazo e poupança. A atividade de aplicação se realiza por meio de

produtos como: crédito rotativo, empréstimos, desconto de duplicatas, contas garantidas, *hot-money* e outros.

Além da captação, os bancos prestam serviços que podem também constituir fontes de recursos financeiros, tais como: cobrança de títulos, recebimento de tributos, recebimentos de contas de água, luz e telefone. Normalmente, esses serviços envolvem um prazo entre a entrada efetiva de caixa e o repasse ao credor. Esse prazo é denominado *float*, e os recursos mantidos no período podem ou não ser remunerados pelo banco, dependendo das condições contratuais. Por exemplo, ao receber um título que estava em cobrança, o banco pode ter negociado com o credor desse título um preço pelo serviço prestado e um prazo (D ; $D+1$; $D+2$; $D+n$) para lhe disponibilizar os recursos originários da transação. Durante o prazo estipulado, os recursos originários dessa transação financiam as atividades do banco, gerando uma oportunidade de aplicá-los no mercado financeiro.

No mercado de produtos, os fornecedores e tomadores de recursos financeiros são altamente sensíveis às taxas e condições oferecidas pelo Banco, migrando, freqüentemente, suas operações entre as diversas alternativas do mercado bem como de uma instituição financeira para outra.

3.5 AMBIENTE INTERNO

Nesta seção, destacam-se alguns conceitos fundamentais que caracterizam o ambiente interno de uma instituição financeira.

3.5.1 MISSÃO

O maior objetivo da empresa é o cumprimento da sua missão, que se refere à própria razão da sua existência e está ligada a necessidades ambientais relacionadas à sua principal atividade. A correta explicitação da missão favorece a clarificação do seu papel na sociedade, constituindo um referencial para atuação dos gestores.

As instituições financeiras existem porque a sociedade moderna necessita que os capitais fluam entre os diversos agentes econômicos, como um requisito para a promoção do desenvolvimento econômico e social. A atividade de intermediação financeira constitui o meio básico pelo qual elas cumprem a sua missão. Fazem isso captando e aplicando recursos financeiros, por meio de um conjunto de produtos e serviços.

Como a missão é o maior objetivo da empresa, e o conceito de eficácia está ligado ao atendimento de objetivos, a eficácia de uma empresa se configura pelo cumprimento da sua missão. Embora verdadeira, essa conclusão ajuda pouco os gestores no dia-a-dia dos seus negócios. O que os gestores precisam é de uma medida da eficácia da empresa, de forma a constituir instrumentos que lhes permitam conduzi-la nesse sentido.

O resultado econômico é a melhor medida da eficácia da empresa, tendo em vista que reflete todos os requisitos para que a empresa seja eficaz. O resultado econômico reflete as condições de eficiência, de produtividade, de satisfação, de desenvolvimento e

de continuidade ou sobrevivência da empresa. Ao mesmo tempo, o resultado econômico limita e condiciona a atuação da empresa na busca desses requisitos.

3.5.2 MODELO DE GESTÃO

O modelo de gestão de uma empresa compreende um conjunto de crenças, valores e princípios que determinam a forma como a empresa é administrada. Inclui crenças e valores sobre o processo de planejamento e controle, grau de autonomia dos gestores, critérios de avaliação de desempenho e princípios que determinam a postura gerencial. Sob forte influência dos proprietários e principais executivos da empresa, o modelo de gestão influencia fortemente a forma como os gestores decidem na empresa. Sua importância se releva por influenciar todos os subsistemas da empresa, condicionando a interação da empresa com os demais sistemas que compõem o seu ambiente externo.

De acordo com CATELLI (1999, p.143), o modelo ideal de gestão deveria objetivar a otimização dos níveis de eficácia da empresa, atendendo aos seguintes requisitos, com vistas à obtenção do resultado correto, ótimo, assegurado e efetivado, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 – Requisitos do modelo de gestão, conforme CATELLI (1999, p.143)

RESULTADO CORRETO	Através de um modelo de mensuração capaz de avaliar corretamente o Impacto econômico de cada transação, refletindo adequadamente as ocorrências físico-operacionais.
RESULTADO ÓTIMO	Através do estabelecimento do modelo de decisão para cada evento, que torne possível a caracterização da alternativa otimizadora de cada decisão, considerando o modelo de apuração do RESULTADO CORRETO.
RESULTADO ASSEGURADO	Através da implementação de modelo de gestão que assegure a plena utilização das potencialidades dos gestores, objetivando a obtenção do RESULTADO ÓTIMO.
RESULTADO EFETIVADO	Através de um modelo de informação/comunicação oportuno, confiável e útil, que garanta o apoio requerido aos gestores para efetivação dos RESULTADOS OBJETIVADOS.

3.5.3 OS SUBSISTEMAS EMPRESARIAIS

GUERREIRO (1989, p.165) identifica seis subsistemas componentes do sistema empresa, que interagem no sentido do cumprimento da sua missão:

- a) **Subsistema Institucional** – O subsistema institucional se relaciona aos propósitos do sistema empresa e à sua filosofia de atuação, que decorre de um conjunto de crenças, valores e princípios que orientam a sua atuação de um modo geral. Esse conjunto de crenças, valores e expectativas convertem-se em diretrizes que orientam todos os demais componentes do sistema empresa aos resultados desejados, contemplando princípios que norteiam o comportamento diante dos seus clientes, fornecedores, empregados, comunidade, governo,

segmento; tais como: ética, imagem no ambiente externo, credibilidade e confiança nos seus produtos. O subsistema institucional compreende, ainda, o modelo de gestão da empresa, conforme estudado na seção 3.5.2;

- b) **Subsistema Físico** – Compreende todos os elementos materiais do sistema empresa, tais como: imóveis, instalações, máquinas, veículos, estoques; e os processos físicos das operações, que se materializam nas diversas atividades que utilizam recursos para a geração de produtos/serviços. Não inclui o elemento humano, que compõe o subsistema social, mas sim todos os recursos físicos que as pessoas utilizam para desempenhar as suas funções na empresa;
- c) **Subsistema Social** – Refere-se ao conjunto dos elementos humanos na organização, bem como às características próprias dos indivíduos, tais como: necessidades, criatividade, objetivos pessoais, motivação e liderança. O nível de motivação e satisfação das pessoas reflete-se diretamente no desempenho da empresa, pelos níveis de absenteísmo, *turnover*, paralisações, reclamações trabalhistas. Da mesma forma, o nível de capacitação técnica e a competência gerencial determinam a qualidade das decisões, requerendo desenvolvimento e treinamento de pessoal;
- d) **Subsistema Organizacional** – Refere-se à organização formal da empresa, ou seja, à forma como são agrupadas as suas diversas atividades em departamentos (departamentalização), aos níveis hierárquicos, às definições de amplitude e responsabilidade, ao grau de descentralização das decisões e à delegação de autoridade;
- e) **Subsistema de Gestão** – Refere-se ao processo de planejamento, execução e controle, que orienta a realização das atividades da empresa aos seus propósitos, ou seja, é responsável pela dinâmica do

sistema. Justifica-se pela necessidade de planejamento, execução e controle das atividades empresariais, para que a empresa alcance os seus propósitos. Requer um conhecimento adequado da realidade físico-operacional, financeira, econômica e patrimonial, por meio de informações geradas pelo subsistema de informação; e

- f) **Subsistema de Informação** – É constituído de atividades de obtenção, processamento e geração de informações necessárias à execução e gestão das atividades da empresa, incluindo informações ambientais, operacionais e econômico-financeiras.

3.5.4 ÁREAS, ATIVIDADES, EVENTOS E TRANSAÇÕES

Da interação entre os subsistemas componentes do sistema empresa, nascem as suas atividades. CATELLI (apud GUERREIRO:1996, p.87) define atividade como “um processo físico que consome recursos e gera produtos e serviços”, e considera que, no desenvolvimento desse processo, surgem os eventos econômicos, que se referem às transações que ocorrem nesse processo.

GUERREIRO (1996,87) considera que o estado dinâmico de uma empresa se caracteriza por meio da Interação entre os subsistemas da empresa, produzindo atividades a partir da ocorrência de diversos eventos econômicos, que se materializam sob a forma de transações. Desse modo, considera que uma empresa é uma “cadeia de relacionamentos” entre atividades, em que nenhuma delas é auto-suficiente, mas, pelo contrário, é dependente de recursos que ela obtém de outras atividades internas à empresa ou do ambiente externo.

Eventos econômicos são ocorrências que alteram a situação patrimonial da empresa e, por isso, são potencialmente capazes de gerar resultados econômicos. Essas ocorrências materializam-se sob a forma de transações, que constituem o menor nível de

identificação de uma variação do patrimônio da empresa. As transações que causam um mesmo tipo de impacto patrimonial, considerando a natureza dos recursos e produtos envolvidos, constituem uma classe específica de evento econômico. Isto é, as transações de compras, estocagem, vendas constituem classes específicas de evento econômico.

As atividades, os eventos e as transações de uma empresa podem ser agrupados conforme as suas áreas de responsabilidade, isto é, áreas que se delimitam conforme as responsabilidades de seus respectivos gestores.

Desse modo, identifica-se uma hierarquia entre os conceitos de área de responsabilidade, atividade, evento econômico e transações, conforme a Figura 8:

Figura 8 – Áreas, atividades, eventos e transações

Uma instituição financeira pode ser visualizada como um grande processo que utiliza recursos (materiais, humanos, financeiros, tecnológicos etc.) para a geração de produtos e serviços, composto de diversos processos menores, interdependentes, que

são as suas atividades, tais como: captação, aplicação, prestação de serviços, câmbio, processamento de dados e recebimento de contas, dentre outras.

Essas atividades identificam-se às diversas áreas da empresa (áreas de negócios, pontos-de-venda, centros de processamento etc.), conforme a responsabilidade de cada gestor. Em cada uma dessas atividades, ocorrem eventos econômicos, como a captação de depósitos à vista, de depósitos a prazo ou a aplicação de recursos, por meio de crédito rotativo, empréstimos de curto prazo, financiamentos e outras modalidades de operações. Esses eventos se referem às diversas transações individuais.

Algumas atividades internas geram produtos ou serviços que objetivam atender a necessidades externas à empresa, outras atividades podem se voltar para o atendimento de necessidades internas. Produtos e serviços de uma atividade podem constituir-se em recursos para outras atividades internas. As atividades caracterizam-se, portanto, por transações de troca de recursos, produtos, serviços, que tanto podem ocorrer internamente, entre as diversas atividades da empresa, como externamente, com os diversos agentes econômicos.

Os recursos empregados nas atividades são escassos e possuem utilidade e, por isso, possuem valor econômico. Pela mesma razão, os produtos e serviços gerados também possuem valor econômico.

A continuidade da empresa requer, portanto, um resultado econômico suficiente para repor os recursos empregados em suas atividades. O seu resultado econômico surge da diferença entre o valor econômico dos produtos e serviços deduzido do valor econômico dos recursos empregados nas suas atividades. Os seus resultados determinam as suas condições de continuidade, refletindo os seus níveis de eficácia, que se refere ao cumprimento da sua missão.

A sobrevivência da empresa é um pressuposto intrínseco à sua natureza. Ao ser constituída, já se pressupõe a sua continuidade. Entretanto, para garantir a sua sobrevivência, é necessário que a empresa mantenha uma capacidade de adaptação e mudança em relação ao seu ambiente.

Ao estudar essa questão, BIO (1985, p.18) observa que "Uma das implicações críticas dos conceitos de sistema na Administração é justamente a concepção da empresa como um sistema aberto, pois tal visão ressalta que o ambiente em que vive a empresa é essencialmente dinâmico, fazendo com que um sistema organizacional, para sobreviver, tenha de responder eficazmente às pressões exercidas pelas mudanças contínuas e rápidas do ambiente".

Concordando com esse ponto de vista, ressalte-se que respostas são necessárias, mas não suficientes para garantir a sobrevivência da empresa. O fato de não se manifestar já constitui uma resposta. É necessário que as suas respostas sejam eficazes, conduzindo a empresa efetivamente ao alcance da sua missão.

Essa necessidade conduz a outras duas necessidades:

- a) sistema de gestão estruturado, compreendendo o processo de planejamento, execução e controle, sendo que os modelos decisórios dos gestores devem se voltar para a otimização dos resultados em todas as etapas desse processo, como um requisito fundamental para a eficácia da empresa;
- b) sistema de informações integrado ao sistema de gestão, com o objetivo de suprir adequadamente as necessidades dos gestores, conforme a fase do processo de gestão em que se encontram, permitindo a escolha das melhores alternativas (decisões) em todas essas etapas.

3.5.5 SISTEMA DE GESTÃO E SISTEMA DE INFORMAÇÕES

O sistema de gestão de uma empresa compreende o processo de planejamento, execução e controle, e é determinado fundamentalmente pelo seu modelo de gestão, que corresponde às crenças, valores e princípios básicos que regem a forma como ela é

administrada. Desse modo, cada empresa possui um modelo de gestão próprio, e o sistema de gestão diverge de uma empresa para outra.

Por esse motivo, tanto o modelo de gestão como o sistema de gestão de uma instituição financeira em relação a outra podem ser diferentes. Não é objetivo deste trabalho estudar os diversos modelos de gestão e sistemas de gestão no contexto de instituições financeiras. Considerando que este trabalho fundamenta-se nas proposições do modelo de gestão econômica, algumas dessas proposições são estudadas a seguir, em termos gerais, no que se refere ao sistema de gestão e sistema de informações e, na seção seguinte deste capítulo, são destacados alguns aspectos da gestão de instituições financeiras que particularizam o seu sistema de gestão e, portanto, as informações requeridas.

O modelo de gestão econômica fundamenta-se num conjunto de princípios e definições que visam conduzir a empresa para a eficácia, por meio da otimização dos seus resultados econômicos, que constituem a medida da eficácia empresarial.

Sob esse enfoque, o sistema de gestão econômica consiste, basicamente, num processo de otimização de resultados, contemplando as seguintes etapas:

- **planejamento estratégico** – consiste num processo de análise do ambiente externo (oportunidades e ameaças) e interno (pontos fortes e fracos) da empresa, que resulta na definição de diretrizes estratégicas que visam a assegurar o cumprimento da missão da empresa;
- **pré-planejamento operacional** – consiste na identificação e na escolha de alternativas operacionais que viabilizem as diretrizes estratégicas;
- **planejamento operacional de longo e médio prazos** – corresponde ao detalhamento das alternativas escolhidas na fase de pré-planejamento, relativamente a recursos, produtos, volumes, preços e outras variáveis, considerando um determinado horizonte de tempo (longo, médio e curto prazos);

- **programação** – consiste no planejamento operacional de curto prazo efetuado no momento mais próximo da realização dos eventos, à luz de um conhecimento mais seguro das variáveis envolvidas;
- **execução** – corresponde à fase em que os planos são implementados, as ações acontecem e as transações se realizam;
- **controle** – consiste na implementação de ações corretivas, quando os resultados realizados divergem dos planejados, visando a assegurar o cumprimento ou a revisão dos planos.

Cumpre notar que, em todas essas fases são tomadas decisões. O próprio processo de planejamento é um processo de escolha de alternativas, do qual resultam diretrizes, objetivos e metas. Durante a fase de execução, as ações são empreendidas e as transações realizadas. O controle tem por escopo assegurar a eficácia das decisões, por meio de ações corretivas tanto sobre o desempenho planejado quanto sobre o que vem sendo realizado.

O sistema de informações constitui o instrumento para que os gestores atuem com o objetivo de otimizar os resultados da empresa e, deve, portanto, estar integrado ao processo de gestão, atendendo às necessidades dos gestores em todas as suas fases. Nesse sentido, o sistema de informações baseado no modelo de gestão econômica estrutura-se nos seguintes módulos:

- **módulo de variáveis ambientais** – banco de dados de diversas naturezas sobre ambiente externo, que procura subsidiar os gestores na fase de planejamento estratégico;
- **módulo de simulações** – subsidia os gestores durante a fase de pré-planejamento, gerando informações sobre os resultados econômicos das alternativas simuladas;

- **módulo orçamentário** – oferece suporte aos gestores durante a fase de planejamento operacional de curto, médio e longo prazos, gerando informações sobre os eventos planejados;
- **módulo de resultados realizados** – contempla informações sobre os resultados realizados, subsidiando os gestores na fase de controle.

Esses módulos são integrados e sustentados numa mesma base conceitual, dada pelos seguintes modelos:

- **modelo de decisão** – refere-se ao processo de tomada de decisões sobre os eventos econômicos, considerando as alternativas existentes. De forma restrita, o modelo de decisão contempla as etapas do processo decisório, que envolve, basicamente: identificação do problema; levantamento de alternativas visando solucioná-lo; avaliação das alternativas; escolha de uma alternativa com base em critérios preestabelecidos. De forma ampla, o modelo de decisão compreende também os conceitos de mensuração dessas alternativas;
- **modelo de mensuração** – consiste num conjunto de conceitos de mensuração econômica, que permite a quantificação física e econômica dos eventos que decorrem das decisões (simuladas, planejadas e realizadas) dos gestores;
- **modelo de informação** – refere-se ao processo de geração e comunicação de informações gerenciais. Nesse sentido, o modelo de informação utilizado pelo sistema de informações de gestão econômica contempla tanto aspectos relacionados com a qualidade da informação (utilidade, oportunidade, confiabilidade, correção etc.), como aspectos lógicos do processo decisório. Este último aspecto refere-se à informação necessária para a simulação, avaliação e seleção de alternativas, bem como para a avaliação de resultados e desempenhos. Avaliação de resultados se refere aos objetos físicos como: atividades, produtos, eventos e transações; avaliação de desempenhos diz

respeito à avaliação das áreas de responsabilidade dos gestores. As informações são entendidas como facilitadoras e indutoras das ações gerenciais para a otimização dos resultados.

3.6 PARTICULARIDADES DA GESTÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A literatura que trata da gestão de instituições financeiras é muito vasta, constituindo uma linha de pesquisa interessante que envolve, dentre outros assuntos, a gestão de carteiras de ativos e passivos e de riscos. O esforço de reunir as diferentes visões dos autores e técnicas disponíveis ou propostas sobre esses assuntos foge dos objetivos deste trabalho.

Dentro do escopo deste trabalho, interessa-nos particularmente estudar os efeitos econômicos das transações que caracterizam a atividade de intermediação financeira. Para esse propósito, é fundamental o entendimento das principais funções da gestão comercial e da gestão financeira de uma instituição financeira, constituindo um modelo básico que representa a sua realidade física e operacional.

3.6.1 GESTÃO COMERCIAL

A gestão comercial é responsável pela compra e venda dos recursos financeiros no mercado bancário. Algumas instituições financeiras bancárias, denominados "bancos de varejo", realizam as suas atividades comerciais por meio de uma rede de distribuição (agências/pontos-de-venda), conforme as políticas e objetivos gerais do empreendimento. Essa rede de distribuição normalmente vincula-se a unidades regionais de negócios, que são responsáveis por um conjunto de agências ou pontos-de-venda.

A premissa que justifica a existência de agências numa instituição financeira bancária é que no varejo realizam-se melhores negócios do que no atacado, além de permitir a diluição de riscos. Desse modo, o banco investe recursos humanos, tecnológicos, ativos fixos, com a intenção de obter e distribuir recursos para as melhores alternativas econômicas, por meio de diversos canais de distribuição (agências, pontos de atendimento, terminais eletrônicos, *home-banking* etc.).

Os gestores dos pontos comerciais são responsáveis pela realização das atividades de captação, aplicação e prestação de serviços. Cada uma dessas atividades possui produtos e serviços específicos, que normalmente são comuns a todas as unidades.

Em relação a esses produtos, que se caracterizam como operações financeiras (ativas e passivas), os gestores tomam decisões de contratação, manutenção e liquidação³, segundo parâmetros e políticas definidas pela administração central.

Para captar recursos, as unidades comerciais constituem passivos financeiros. Os recursos captados são transferidos imediatamente para a gestão financeira do banco, que os administra globalmente, enquanto os passivos gerados nas transações são administrados pelas unidades comerciais.

Na aplicação, os recursos emprestados pelas agências aos seus clientes são supridos pela gestão financeira. Ao aplicar recursos, as agências constituem ativos financeiros, que são por elas administrados durante os respectivos prazos contratados.

Os riscos de crédito das operações ativas são normalmente associados às agências, por requererem esforços de seus gestores no sentido de assegurar o recebimento dos fluxos de prestações contratadas, conforme as diretrizes e políticas globais do empreendimento. Já os riscos de descasamentos de ativos e passivos

³ Essas decisões caracterizam os eventos econômicos das operações financeiras, conforme serão estudados mais adiante.

(descasamentos de fontes e usos, taxas, prazos e moedas) requerem administração global, o que normalmente é efetuado pela gestão financeira do banco.

Normalmente, a gestão comercial acessa o **mercado de produtos** (depósitos à vista, depósitos a prazo, poupança, financiamentos, empréstimos e serviços), enquanto o acesso ao mercado de recursos (interfinanceiro e de títulos públicos, por exemplo) restringe-se à gestão financeira do banco.

As margens dessas operações e dos serviços que as agências prestam devem cobrir os seus custos estruturais e o custo do capital nela investido, gerando uma contribuição positiva para o empreendimento. Caso contrário, a sua continuidade não se viabiliza.

Diante dessas considerações, assume-se a premissa de que uma agência ou ponto comercial constitui-se numa unidade de negócios, que possui um gestor específico, cuja responsabilidade compreende, além da realização de transações, a administração dos ativos e passivos contratados, bem como da estrutura (ativos fixos, recursos humanos, telecomunicações) disponibilizada para a sua atuação.

A sua missão consiste na distribuição dos produtos e serviços da empresa ao mercado, buscando realizar os melhores negócios para o banco e, ao mesmo tempo, gerando uma margem suficiente para cobrir os seus custos estruturais e remunerar o capital investido no empreendimento.

Desse modo, sob a responsabilidade de um gestor existe um conjunto de ativos e passivos, bem como uma estrutura física que deve ser por ele administrada.

3.6.2 GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira é a área responsável pelo fluxo financeiro necessário para assegurar a continuidade das atividades normais da instituição, assumindo os riscos de

descasamentos de prazos, moedas e taxas das operações, de acordo com as políticas e objetivos gerais do empreendimento.

Nas transações financeiras, uma mesma fonte de recursos pode ter usos alternativos em termos de aplicação desses recursos, quando considerados os diversos produtos ativos do banco. E também podem existir alternativas diferentes de fontes (passivos) para um mesmo produto ativo.

Uma outra situação possível refere-se à existência de operações "casadas", isto é, ativos que foram constituídos com passivos específicos, como ocorre, por exemplo, numa operação de repasse de financiamento. Neste caso, fontes e usos de recursos estão perfeitamente identificados entre si, de modo que uma unidade monetária emprestada corresponde a uma unidade monetária obtida de uma fonte específica de recursos. Assim, a instituição mantém os ativos e passivos no seu balanço, ficando com a diferença de taxas de juros de captação e aplicação os recursos, sendo que, muitas vezes, assume o risco de crédito associado ao ativo.

Desse modo, fica clara a existência de possibilidades de otimização de resultados, que se configura pela melhor disposição entre ativos e passivos, considerando os cenários previstos e as restrições legais, num contexto de planejamento.

Isso implica a necessidade de direcionamento de esforços de captação e aplicação de recursos, para as operações e produtos que mais interessam ao banco. Na prática, observa-se que esse direcionamento tem ocorrido de diferentes maneiras e com base em técnicas variadas, como, por exemplo, a manipulação de preços de transferência dos recursos financeiros entre agências e tesouraria central. Destaque-se, entretanto, que o modelo de gerenciamento baseado na manipulação do preço de transferência de recursos financeiros não é adequado para expressar a verdadeira contribuição das transações, tendo em vista que os recursos transferidos entre as unidades internas de uma

organização devem ocorrer pelo seu valor econômico, isto é, pelo seu custo de oportunidade⁴.

A gestão financeira do banco se concretiza pelas atividades de uma Tesouraria Central e de uma Mesa de Operações.

Tesouraria Central

A Tesouraria Central é uma área cujo papel reside em assegurar a regularidade no fluxo financeiro da instituição, mantendo os encaixes necessários para a realização das operações do banco. Com esse objetivo, a Tesouraria Central se configura como um "banco" dentro do banco. Isto é, é um banco interno que oferta e demanda recursos financeiros, conforme as disponibilidades ou necessidades identificadas internamente.

A Tesouraria mantém o caixa central do banco, com base em controles físicos que lhe permitem identificar os volumes de recursos requisitados e oferecidos pelas agências, por natureza de ativo e passivo, tendo em vista que esses volumes constituem as bases de cálculo dos recolhimentos obrigatórios (depósitos compulsórios) ao Banco Central.

No dia-a-dia das suas atividades, a Tesouraria opera com base em estimativas de depósitos e saques globais, de modo que lhe possibilite, idealmente, fornecer recursos no momento em que são requisitados pelas áreas, visando minimizar o custo da liquidez do banco. A manutenção (estocagem) de recursos financeiros em caixa implica perdas monetárias e de oportunidade⁵.

⁴ Esse conceito será estudado detalhadamente no capítulo 4, e a sua aplicação ao ambiente de instituições financeiras é estudada no capítulo 5 deste trabalho.

⁵ A decisão de manter recursos em caixa configura uma aplicação de recursos, cujos efeitos econômicos são reconhecidos no modelo de mensuração proposto.

De acordo com a programação financeira, a Tesouraria constata a sobra ou falta de recursos financeiros, o que dará origem a novas transações, visando equilibrar o fluxo financeiro do banco, conforme diretrizes, planos e políticas globais do empreendimento.

Mesa de Operações

A Mesa de Operações é a área que atua no mercado de recursos do banco, com base nas disponibilidades e/ou necessidades de recursos identificadas, e também busca aproveitar oportunidades de mercado, tanto na obtenção e aplicação de recursos, como na liquidação de operações anteriormente realizadas. Isto é, no seu âmbito de atuação, são tomadas decisões de contratação, manutenção e liquidação de operações financeiras ativas e passivas⁶.

A falta de recursos poderá levar o banco ao mercado interfinanceiro, ao mercado secundário de títulos públicos ou ao redesconto do Banco Central.

Nota-se que a falta de recursos financeiros não levará o banco necessariamente à constituição de um novo passivo, tendo em vista as alternativas existentes de obter fundos desfazendo-se de ativos, como, por exemplo, vendendo títulos públicos que estavam em carteira.

Da mesma forma, a sobra de recursos pode levar tanto a uma transação de aplicação, constituindo um novo ativo, como à liquidação de uma operação passiva. O modelo de decisão do gestor requer, portanto, considerar todas as alternativas disponíveis e mensurar os seus respectivos impactos econômicos, de modo a assegurar a escolha das melhores alternativas existentes para utilizar o excesso ou suprir os recursos financeiros faltantes.

⁶ A exemplo da área comercial, essas decisões constituem eventos econômicos.

É importante destacar que a Mesa de Operações não age somente com base na sobra ou falta de recursos do banco. Ela também realiza “apostas” no mercado financeiro, buscando aproveitar oportunidades de mercado.

As operações financeiras normalmente realizadas pela Mesa de Operações e envolve produtos como: CDI ativos, CDI passivos, Títulos Públicos.

A gestão financeira não tem o papel de competir com as agências e outros pontos comerciais do banco, e, por isso, o mercado de produtos financeiros de varejo constitui um espaço a ser explorado pelas unidades comerciais, evidentemente com base nas políticas globais do empreendimento.

Fluxo de recursos financeiros entre as atividades internas de uma instituição financeira

Considerando que as atividades realizadas pelo banco correspondem a processos físicos inter-relacionados, que utilizam recursos e geram produtos específicos, pode-se esquematizar o fluxo de recursos entre a gestão comercial e financeira da seguinte forma:

Quadro 4 – Fluxo de recursos entre a gestão comercial e financeira

ÁREA	DIVISÃO	ATIVIDADES	RECURSOS	PRODUTOS
GESTÃO COMERCIAL	Rede de Distribuição (Agências, Pontos-de-Venda)	Captação	Depósitos à Vista Depósitos a Prazo	Aplicações Internas
		Aplicação	Captações Internas	Empréstimos Financiamentos
		Serviços	Cobrança de Títulos	Aplicações Internas
GESTÃO FINANCEIRA	Mesa de Operações	Captação	CDI – Captação	Caixa Central
		Aplicação	Caixa Central	CDI – Aplicação Títulos Públicos
	Tesouraria Central	Captação	Captações Internas Redesconto	Caixa Central
		Aplicação	Caixa Central	Depósitos Compulsórios Caixa/Disponibilidades Aplicações Internas

Nota-se que os recursos captados pela *gestão comercial* são transferidos para a *gestão financeira* (Tesouraria Central), constituindo ativos (aplicações internas) nas agências, enquanto os passivos são mantidos. Para a liquidação desses passivos, o fluxo financeiro é inverso.

Por outro lado, na aplicação, a gestão comercial obtém recursos da gestão financeira (Tesouraria Central), constituindo passivos que são mantidos em seu patrimônio ao lado dos ativos correspondentes (empréstimos, financiamentos).

3.6.3 RISCOS BANCÁRIOS

Risco é normalmente definido como o impacto adverso sobre a lucratividade decorrente de fontes de incerteza. Corresponde a uma probabilidade de perda que afeta o valor econômico dos ativos de uma instituição financeira. A mensuração do risco envolve conhecer as fontes de incerteza e seus efeitos potenciais sobre a lucratividade da empresa. Não é objeto deste trabalho o desenvolvimento de um modelo de mensuração de riscos, nem de técnicas de gestão de risco. Esses assuntos são objeto de vasta literatura, constituindo uma área de conhecimento específica e complexa. Para os objetivos deste trabalho, limitamo-nos a abordar alguns aspectos essenciais sobre riscos bancários, que nos auxiliam em nossas proposições, deixando o seu estudo aprofundado como uma das possíveis extensões deste trabalho.

BESSIS (1998, p.5) identifica os seguintes tipos principais de riscos a que uma instituição financeira sujeita-se em suas atividades: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juros, risco de mercado, risco de câmbio e risco de solvência.

Risco de Crédito

Risco de crédito refere-se à probabilidade de não recebimento de um ou mais fluxos de caixa associados a um ativo. Ou seja, é o risco do não-pagamento, por parte do devedor, da sua dívida no banco. Uma instituição financeira pode assumir um risco maior numa aplicação compensando-o com riscos menores em outras operações, de modo que a receita total obtida da carteira de ativos seja suficiente para assegurar a cobertura dos riscos nela envolvidos e, desse modo, uma rentabilidade positiva das operações. Entretanto, essa variável está relacionada a um tomador específico de recursos, que pode oferecer níveis de riscos maiores ou menores do que o de uma carteira.

Dada uma taxa de risco r que expresse a probabilidade de não-recebimento de um fluxo futuro de caixa, esse fluxo deve ser multiplicado pelo coeficiente $(1 - r)$ de forma a expressar o fluxo de caixa esperado de um ativo.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é considerado o maior risco a que uma instituição está sujeita. Esse tipo de risco é freqüentemente definido de várias formas: incapacidade extrema de liquidez (*bankruptcy*), em decorrência da incapacidade da Instituição financeira saldar as suas dívidas; incapacidade dos ativos para cobrir passivos de curto prazo e saídas inesperadas de recursos; ou, ainda, incapacidade de obtenção de recursos a um custo denominado "normal".

Risco de Taxas de Juros

Esse tipo de risco decorre da probabilidade de que as taxas de juros se movimentem na economia. Muitos dos ativos e passivos de uma instituição financeira são sensíveis às oscilações das taxas de juros do mercado. Essas taxas são tipicamente instáveis.

Numa interpretação desse conceito, de forma mais aproximada aos objetivos deste trabalho, esse tipo de risco decorre da probabilidade de que as taxas de juros de mercado sejam diferentes das expectativas iniciais, isto é, de quando foram realizadas.

Tendo em vista que as expectativas de taxas de juros formam o valor econômico de ativos e de passivos financeiros, conforme será demonstrado no capítulo 5 deste trabalho, variações dessas expectativas também modificam esses valores, gerando resultados econômicos. Portanto, as variações das taxas de juros são contempladas no

modelo de mensuração proposto, e os seus efeitos são identificados aos eventos denominados tempo-conjunturais, que absorvem os impactos econômicos das mudanças de expectativas e de taxas de juros.

Risco de Mercado

O risco de mercado está associado às oscilações do valor de mercado de ativos e passivos financeiros dentro de um determinado período de tempo requerido para liquidar as transações realizadas. Evidentemente, há uma grande possibilidade de que esses valores oscilem ao longo do tempo. O risco de mercado existe apenas dentro do prazo requerido para liquidação de um instrumento financeiro. Se esses ativos são destinados à liquidação no mercado dentro desse determinado prazo, oscilações no seu valor de mercado geram receitas ou custos para a instituição. Esses efeitos devem ser previstos e mensurados, de forma que os gestores da instituição mantenham-se sensíveis aos efeitos econômicos da manutenção desses ativos no patrimônio da empresa durante algum período de tempo.

Risco de Câmbio

Esse tipo de risco decorre de possíveis oscilações nas taxas cambiais às quais são indexadas as operações financeiras, isto é, na paridade de uma moeda em relação a outra. Os efeitos econômicos desse tipo de variação decorrem da indexação de ativos e passivos a taxas cambiais ou da contratação de operações em moedas estrangeiras. Conceitualmente, seus efeitos são semelhantes aos causados pelas variações de taxas de juros em ativos ou passivos indexados, isto é, sensíveis a oscilações de indexadores como, dentre outros: TR, IGP, IPC e TJLP.

Risco de Insolvência

O risco de insolvência refere-se à incapacidade de cobrir as perdas decorrentes de todos os outros tipos de riscos, com o capital disponível. Por isso, o risco de insolvência é denominado "riscos dos riscos" e constitui um risco "padrão" de qualquer empreendimento.

Riscos de Descasamentos

Ao gerenciar carteiras bastante diversificadas em termos de produtos, volumes, prazos, taxas, indexadores, os bancos correm riscos de descasamentos, isto é, riscos decorrentes da diversificação das carteiras. Esses riscos referem-se a:

- a) ***Descasamentos de Fontes e Usos*** – Alguns recursos captados pelos bancos têm destinações específicas, como acontece, por exemplo, com os depósitos em cadernetas de poupança, que devem ser direcionados para financiamentos habitacionais ou compra de letras hipotecárias. Entretanto, uma mudança de conjuntura econômica pode levar os agentes poupadores à retirada de seus recursos da poupança, direcionando-os, por exemplo, para os depósitos a prazo ou para os fundos de investimentos. Os recursos empregados nessas modalidades também possuem destinações específicas: enquanto os depósitos a prazo podem ser aplicados livremente (descontados os depósitos compulsórios), os fundos de investimentos são entidades diferentes, embora muitas vezes administradas pelo próprio banco (por meio de uma distribuidora de títulos e valores mobiliários). Ou seja, os recursos que lastreavam as operações habitacionais não estão mais depositados em poupança. No outro lado do balanço, os

financiamentos habitacionais permanecem, até porque constituem operações de longo prazo. Isso pode levar o banco a novas necessidades de captação, certamente a custos diferentes dos recursos captados em poupança. Como um banco opera diversas modalidades de captação e aplicação de recursos, haja vista o grande número de produtos bancários existentes, é muito comum ocorrerem descasamentos de fontes e usos. Em outras palavras, não existe uma correspondência direta entre o dinheiro que entra e o dinheiro que sai do seu caixa, de modo que quando um banco realiza um empréstimo, ele não sabe exatamente qual foi a fonte. O que ele sabe é que deve administrar esse tipo de risco, mantendo um certo equilíbrio financeiro e econômico em suas operações, dentro das restrições legais.

- b) **Descasamentos de Prazos** – Esse tipo de risco decorre da possibilidade de que o banco empreste recursos por prazos diferentes dos que foram captados. O banco pode captar recursos, por exemplo, em depósitos à vista e depósitos a prazo de 30 e 60 dias, emprestando-os por 90 ou 180 dias. Isso requer uma preocupação do banco em manter um certo nível de liquidez em sua atividade. Uma prova dessa necessidade é que, se todos os clientes de um banco quisessem sacar os recursos que mantêm em depósitos à vista, certamente o banco não teria como atendê-los imediatamente.
- c) **Descasamentos de Moedas** – É possível que ao captar recursos os bancos constituam passivos na moeda corrente do país, enquanto no seu ativo figuram ativos lastreados em moedas de outros países. Esse fato mantém o banco sujeito aos efeitos da variação cambial entre essas moedas, podendo resultar em efeitos positivos ou negativos para o banco.
- d) **Descasamentos de Taxas** – Podem figurar no patrimônio de uma instituição financeira operações ativas e passivas com taxas prefixadas e

operações com taxas pós-fixadas. As operações com taxas pós-fixadas mantêm o banco sensível a oscilações das taxas de mercado, o que o expõe ao risco denominado descasamento de taxas. Se o volume de operações passivas sensíveis a taxas de juros supera o de operações ativas sensíveis, uma subida nas taxas de mercado causará um impacto maior nos custos financeiros do que nas receitas financeiras do banco. E vice-versa. Um instrumento bastante utilizado para gerenciar esse tipo de risco é denominado "Análise de GAP", e procura medir esses impactos no âmbito global das carteiras do banco, permitindo direcionar os esforços de captação e aplicação do banco conforme as expectativas de taxas de juros.

CAPÍTULO 4 – CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE DECISÃO E MENSURAÇÃO ECONÔMICA

Neste capítulo são apresentados os conceitos de mensuração aplicáveis aos modelos de decisão dos eventos econômicos. Do estudo desses conceitos, deduz-se um conjunto de requisitos que devem ser atendidos pelos modelos de decisão econômica. A aplicação desses conceitos aos eventos em estudo é efetuada no Capítulo 5, com base em exemplos numéricos.

Em termos metodológicos, busca-se a formação de uma base teórica que sustente conceitualmente a formulação de modelos de decisão e mensuração sobre os principais eventos econômicos de uma instituição financeira.

4.1 EVENTOS ECONÔMICOS E TRANSAÇÕES

O conceito de *evento econômico* constitui o núcleo fundamental dos modelos de decisão e mensuração propostos neste trabalho. Eventos econômicos são fenômenos que alteram o patrimônio de uma entidade e, por isso, geram resultados. Os eventos econômicos se compõem de transações, que constituem o menor nível ao qual pode ser identificado o resultado de uma organização.

Historicamente, a contabilidade tem sido reconhecida como a ciência que identifica, classifica, registra e informa eventos e transações que provocam mutações no patrimônio de uma entidade. Com esse escopo, a contabilidade constrói balanços e demonstrações de resultados, que evidenciam, estática e dinamicamente, o patrimônio e a sua evolução.

Sob uma abordagem sistêmica, a contabilidade está permanentemente ligada ao ambiente interno e externo de uma entidade, identificando, classificando e registrando

transações, com base num sistema de conceitos, com vistas a produzir informações econômicas, que visam, em última instância, atender necessidades de decisão.

Figura 9 – A contabilidade como transformadora de dados sobre transações em informações econômicas

HENDRIKSEN, em sua obra clássica denominada *Teoria da Contabilidade*, faz freqüentes alusões aos conceitos de transações e eventos, baseando-se na premissa de que a contabilidade é a ciência que identifica, mensura e informa transações econômicas. Segundo o autor, "um evento é uma ocorrência, um fenômeno ou uma transação, o qual é separado para ser observado e ter uma melhor interpretação semântica do que a mensuração de ativos e passivos. No entanto, somente certas características dos eventos podem ser mensuradas e reportadas; na abordagem contábil do evento, mudanças de preços são assumidas por serem observáveis, verificáveis e relevantes." (apud PARISI In: CATELLI, 1999, p.110).

CATELLI (1994) assume o conceito de transações como base para a mensuração da evolução patrimonial da empresa, propondo que os seus resultados econômicos sejam também apurados por transações. As transações são caracterizadas por CATELLI como a menor unidade geradora dos resultados de uma entidade e, conforme os seus atributos, podem ser acumuladas por eventos, atividades, áreas, constituindo diferentes unidades de acumulação.

A mensuração de resultados das transações, conforme proposta de CATELLI, permite que a contabilidade cumpra o seu papel fundamental de supridora de informações econômicas para fins de decisão. A apuração de resultados por transação assegura o suprimento dos modelos decisórios dos diversos usuários da informação contábil, dentre os quais encontram-se os gestores e investidores, estruturando as variáveis relevantes do problema de decisão de cada um.

Pretende-se demonstrar, neste capítulo, que a apuração de resultados por transações viabiliza esse importante papel da contabilidade, ao permitir a integração entre os modelos de decisão, mensuração e informação.

4.1.1 CONCEITO

CATELLI (1997) nos ensina que “evento econômico é uma ocorrência que altera, qualitativa e quantitativamente, o patrimônio de uma entidade”. Num sentido mais restrito, considera que um determinado evento econômico agrega transações de uma mesma natureza, isto é, que causam o mesmo tipo de impacto patrimonial.

Sendo o patrimônio de uma entidade constituído de um conjunto de ativos e passivos, os eventos econômicos podem ser entendidos como transformações que nele ocorrem, por meio da inclusão, manutenção ou baixa de ativos e passivos, que ocorrem nas atividades da empresa.

GUERREIRO (1989, p.248) considera que “as atividades desenvolvidas na empresa assumem o caráter de eventos econômicos, uma vez que se caracterizam como processos de transformação de recursos em produtos e serviços”, considerando que esses recursos, produtos e serviços, por serem escassos e atenderem necessidades, possuem valor econômico.

Sob esse enfoque, o patrimônio de uma empresa, num determinado momento, pode ser entendido como derivado de todos os eventos econômicos ocorridos desde a

sua constituição. Do mesmo modo, o patrimônio futuro de uma empresa será igual ao seu patrimônio atual considerando os efeitos de todos os eventos econômicos que ocorrerão até uma determinada data futura.

4.1.2 CARACTERIZAÇÃO

PARISI e NOBRE (In CATELLI: 1999, p.108) consideram que os eventos econômicos são dotados dos seguintes atributos:

- a) alteram a situação patrimonial da empresa;
- b) seus efeitos são mensuráveis monetariamente;
- c) são previsíveis e, portanto, podem ser estruturados num sistema de informação;
- d) dizem respeito ao desempenho da organização e acabam refletindo os modelos de decisão restritos dos gestores.

As decisões tomadas pelos gestores assumem o caráter de eventos econômicos, tendo em vista que constituem ocorrências que alteram a situação patrimonial da empresa. No processo de gestão das atividades da empresa, ao decidirem sobre o uso de recursos e a geração de produtos e serviços que possuem valor econômico, os gestores estão alterando o patrimônio da empresa, constituindo os seus resultados.

Daí a necessidade de serem identificados, mensurados, acumulados e informados os resultados dos eventos econômicos que ocorrem numa empresa. Desse modo, os resultados de produtos, clientes, atividades e áreas, por exemplo, são simples acumulações dos resultados dos eventos relacionados a cada um desses objetos.

O sistema de apuração de resultados por eventos diferencia-se dos sistemas tradicionais, que têm por foco os produtos e atividades da empresa. Ao considerarem os produtos como o menor nível de apuração de resultados, os sistemas de informações

tradicionais desprezam a verdadeira origem dos resultados da empresa, que são os eventos e transações. Mesmo que registradas as transações, os sistemas tradicionais mensuram apenas os seus custos ou as suas receitas, e o confronto entre ambos ocorre apenas no nível de produtos ou atividades. Essas receitas e custos referem-se, muitas vezes, a valores históricos e não guardam relação com a contribuição econômica do produto ou da atividade. Desse modo, os sistemas tradicionais não atendem aos modelos decisórios dos gestores, impossibilitando-os de identificar quais os eventos que agregaram valor à empresa e, num evento específico, quais as margens de contribuição das transações que o compõem.

A principal consequência de não serem apurados os resultados por eventos é que *a empresa perde oportunidades de otimizações*, por não conhecer a verdadeira origem dos seus resultados.

Na tentativa de conhecer esses resultados, muitas vezes são utilizados artifícios que, em vez de auxiliar, mascaram ainda mais a realidade econômica da empresa. Critérios de rateio de custos, por exemplo, além de distorcer a realidade econômica da empresa, podem induzir a decisões contrárias aos interesses da empresa. Além disso, esses critérios quebram um princípio fundamental da gestão, que se refere à controlabilidade. Um gestor só pode ser responsabilizado por variáveis sob seu controle.

PARISI e NOBRE (In CATELLI: 1999, p.106) consideram que os principais eventos de uma empresa estão relacionados aos objetivos-fim das atividades empresariais, tais como: compras, estocagem, produção, vendas, finanças.

Diante da sua capacidade de transformar o patrimônio da empresa, uma transação constitui o menor nível em que pode ser identificado um evento econômico. As transações se caracterizam, portanto, como o fato gerador dos resultados da empresa. Seus efeitos econômicos devem ser mensurados de modo a suprir modelos decisórios otimizantes, isto é, que permitam a escolha das melhores alternativas para a empresa, em termos de resultado econômico, como um requisito fundamental para a otimização de seus resultados.

Os eventos econômicos transformam o patrimônio de uma empresa

Eventos econômicos são ocorrências que impactam o patrimônio da empresa e se referem ao fluxo físico e operacional de suas atividades. Representam acontecimentos físicos que transformam recursos em produtos ou serviços, gerando resultados econômicos. Por isso, os eventos econômicos se constituem nos pontos focais da tomada de decisão no Modelo de Gestão Econômica.

Quando uma empresa realiza uma compra à vista de uma determinada quantidade de matéria-prima, ela já não possui mais o ativo financeiro (dinheiro) no seu patrimônio, mas sim um novo ativo (estoque). Nesse caso, ocorreu uma transformação física no seu patrimônio, caracterizada pela saída de uma certa quantia de recursos financeiros e pela entrada de uma determinada quantidade de matéria-prima.

Tendo em vista que cada um desses ativos possui um valor econômico diferente entre si para a empresa, pode-se dizer que ocorreu também uma transformação na situação econômica da empresa. Se ela desembolsou \$ 100 unidades monetárias por um recurso cujo valor econômico é \$ 105, a sua riqueza econômica aumentou, naquele momento, em \$ 5 unidades monetárias.

Tendo em vista que, após a realização dessa transação, os recursos financeiros já não existem mais no seu patrimônio físico, eles já não possuem mais a capacidade de alterar a sua riqueza. O recurso que passou a integrar o seu patrimônio é um novo ativo, representado por uma certa quantidade de matéria-prima, com um novo potencial de alterar a riqueza da empresa. Mesmo que não ocorra nenhuma transformação física do recurso, uma mudança do seu valor econômico altera o valor do patrimônio da empresa e, portanto, o valor econômico da empresa.⁷

⁷ Sob esse enfoque, podemos afirmar que o custo histórico como base de valor, conforme empregado na prática contábil, não guarda nenhuma relação com o valor econômico de um ativo.

Numa instituição financeira, ao ser concedido um empréstimo a um cliente, ocorre uma transformação física no seu patrimônio. Após a realização dessa transação, o dinheiro já não existirá mais no caixa da instituição, sendo incorporado um novo ativo (empréstimo) ao seu patrimônio. É muito provável que esse novo ativo, no momento da realização dessa transação, possua um valor econômico diferente do valor econômico do dinheiro que estava no caixa da empresa, gerando uma variação na sua riqueza. Essa variação é exatamente igual à diferença entre o valor econômico dos ativos que foram transacionados, representando também uma variação no valor econômico da empresa.

O patrimônio de uma entidade é formado por um conjunto de ativos e passivos, que representam respectivamente benefícios e sacrifícios presentes ou futuros de recursos econômicos.

Para que o patrimônio líquido de uma entidade espelhe o seu valor econômico, todos os seus ativos (inclusive os intangíveis) e passivos devem estar avaliados pelos seus respectivos valor econômico. Esse patrimônio é formado pelas transações individuais, que consistem em trocas entre ativos e/ou passivos. Por envolverem ativos e passivos que possuem valor econômico diferentes, as transações geram resultado econômico, que decorrem das transformações do patrimônio líquido da empresa.

Considerando que o patrimônio líquido de uma empresa deve espelhar o seu valor econômico, *o resultado econômico de uma transação individual é a parcela de patrimônio líquido que ela é capaz de agregar ao valor da empresa*. Desse afirmação deduz-se que, ao buscar a otimização dos resultados econômicos de uma empresa, os gestores estão administrando o valor econômico da empresa.

Os eventos econômicos são transações de troca

O conceito de evento econômico se materializa sob a forma de transações de troca, conforme ilustra o Quadro 5:

Quadro 5 – Eventos econômicos são transações de troca

<div>POR DE</div>	ATIVO	PASSIVO	SERVIÇO
ATIVO	<div>Quando um ativo é utilizado para obtenção de outro ativo.</div> <div>Exemplo: produção, compra à vista, empréstimo concedido, aplicação financeira.</div> <div>Efeitos Patrimoniais: saída de um ativo, entrada de um novo ativo.</div>	<div>Quando um ativo é utilizado para liquidação um passivo.</div> <div>Exemplo: pagamento de uma compra a prazo, salários mensais.</div> <div>Efeitos Patrimoniais: saída de um ativo, saída de um passivo.</div>	<div>Quando um ativo é utilizado para obtenção de serviços.</div> <div>Exemplo: depreciação.</div> <div>Efeitos Patrimoniais: Saída ou redução de um ativo; consumo de serviços (custo).</div>
PASSIVO	<div>Quando um passivo é assumido para obtenção de um ativo.</div> <div>Exemplo: obtenção de um financiamento, captação de recursos.</div> <div>Efeitos Patrimoniais: Entrada de um passivo, entrada de um ativo.</div>	<div>Quando uma dívida é assumida para liquidar outra dívida.</div> <div>Exemplo: renegociação de uma dívida com um banco.</div> <div>Efeitos Patrimoniais: Saída de um passivo, entrada de um novo passivo.</div>	<div>Quando uma dívida é assumida para obtenção de serviços.</div> <div>Exemplo: salários a pagar.</div> <div>Efeitos Patrimoniais: entrada de um passivo, consumo de serviços (custo).</div>
SERVIÇO	<div>Quando serviços são prestados em troca de ativos.</div> <div>Exemplo: recebimento à vista por um serviço prestado.</div> <div>Efeitos Patrimoniais: entrada de um ativo, prestação de serviços (receita).</div>	<div>Quando serviços são prestados para liquidar um passivo.</div> <div>Exemplo: prestação de serviços que foram recebidos antecipadamente.</div> <div>Efeitos Patrimoniais: saída de um passivo, prestação de serviços (receita).</div>	<div>Quando serviços são prestados em função do recebimento de outros serviços.</div> <div>Exemplo: contratos de serviços mútuos.</div> <div>Efeitos Patrimoniais: prestação de serviços (receita), consumo de serviços (custo).</div>

No Quadro 5, fica claro que os eventos econômicos causam impactos patrimoniais, e os seus resultados decorrem do valor econômico dos recursos (ativos, passivos, serviços) envolvidos numa transação.

A manutenção de ativos e passivos no patrimônio de uma empresa também gera impactos patrimoniais, decorrentes da alteração dos seus respectivos valores econômicos em função de oscilações de preços, taxas, inflação ou simplesmente pela passagem do tempo. Esses eventos são denominados tempo-conjunturais e também consistem em transações de trocas de recursos. Num banco, por exemplo, os recursos mantidos em caixa também representam uma aplicação de recursos financeiros, o que requer a mensuração dos efeitos econômicos da sua manutenção sobre o patrimônio da empresa (perda monetária, custo de oportunidade).

Essas transações tanto podem ocorrer externamente, entre a empresa e uma outra entidade, como internamente, entre as suas áreas e atividades.

Transações de uma mesma natureza causam o mesmo tipo de impacto patrimonial. Mudam-se os valores, mas preservam-se as variáveis da transação.

Podem existir classes e subclasses de eventos econômicos, agrupando transações conforme os seus atributos. Por exemplo, a captação de recursos constitui-se num evento econômico, que pode se dividir em depósitos à vista e depósitos a prazo. As transações de depósitos a prazo podem ser classificadas conforme se refiram a um RDB ou CDB, à taxa (prefixada e pós-fixada), ao prazo (30, 60, 90 dias) ou a qualquer outro atributo da transação.

Os eventos econômicos são a base das decisões

Decisão é, essencialmente, a escolha de uma dentre duas ou mais alternativas para a satisfação de um determinado objetivo. Só existe um problema de decisão quando existem duas ou mais alternativas que satisfaçam um mesmo objetivo.

O processo decisório envolve, basicamente, as seguintes etapas:

- a) identificação da necessidade ou oportunidade de decidir, caracterizando um problema que requer decisão;
- b) levantamento de restrições e alternativas para a solução do problema caracterizado;
- c) estabelecimento de um critério de avaliação e de seleção dessas alternativas;
- d) avaliação das alternativas;
- e) escolha (ou seleção) da alternativa que mais satisfaz ao critério estabelecido.

GUERREIRO (1989, p.248) considera que "os eventos econômicos se constituem nos objetos de tomada de decisão, e os indivíduos que tomam decisões são os gestores. Os gestores são, portanto, os responsáveis pelo processo de tomada de decisões econômicas na sua esfera de atuação, ou seja, são os responsáveis pela gestão econômica".

Os gestores decidem sobre eventos econômicos, considerando as alternativas existentes em cada fase do processo de gestão, no seu âmbito de atuação. Já no planejamento, os gestores estão decidindo sobre quais eventos serão realizados num determinado período, visando ao alcance de objetivos e metas. Na execução, ao se realizar uma compra, efetuar um empréstimo, obter um financiamento ou prestar um determinado tipo de serviço, por exemplo, os gestores estão comparando e escolhendo alternativas. Também na fase de controle, os gestores selecionam e empreendem ações corretivas, que decorrem da comparação entre os eventos planejados e os realizados.

Os eventos econômicos, constituem, portanto, a base das decisões, conforme representa a Figura 10:

Figura 10 – Os eventos econômicos constituem a base das decisões, conforme OLIVEIRA & PEREIRA (1999, p.8)

Em todas as fases do processo de gestão, as decisões consistem em escolha dentre alternativas. Na medida que é efetuada uma opção, em detrimento de outras, surgem mutações na riqueza da empresa. Não tomar uma decisão é também uma decisão, que possui consequências econômicas.

As decisões tomadas na empresa, seja no âmbito de cada área ou da empresa como um todo, refletem-se no seu patrimônio, tendo em vista que alteram a sua situação físico-operacional, financeira e econômica.

Os modelos de decisão dos gestores referem-se, portanto, aos eventos econômicos ligados às suas atividades. Em termos econômicos, as alternativas disponíveis devem ser avaliadas pelos custos e benefícios que são capazes de proporcionar, considerando as restrições existentes. Desse modo, o critério de seleção é a melhor contribuição econômica gerada.

As decisões requerem informações sobre os resultados dos eventos econômicos

A afirmação "decisão requer informação" é mesmo um axioma. Entretanto, a ligação entre decisão e informação não é tão direta quanto essa afirmação. Em outras palavras, como identificar a informação relevante para a tomada de decisão?

Considerando que a tomada de decisão é, na sua essência, um processo de escolha dentre alternativas, pode-se dizer que a informação relevante para a tomada de decisão é aquela que auxilia na avaliação das alternativas existentes, permitindo a escolha daquela que gera a melhor contribuição econômica.

Desse modo, a tomada de decisão requer informações sobre os resultados dos eventos econômicos envolvidos no problema da decisão. Por exemplo, se o objetivo for comprar um imóvel para uso próprio, por meio de financiamento, diante de restrições como o valor do imóvel e das prestações mensais, os eventos econômicos a ser considerados referem-se: 1) à aquisição do imóvel; e 2) à obtenção do financiamento. As diversas alternativas consideradas devem contemplar tanto o valor econômico do imóvel em relação ao seu preço à vista (margem operacional) como o valor econômico do financiamento desse imóvel em relação ao valor financiado (margem financeira). O resultado de cada alternativa disponível é dado pelo somatório das margens de contribuição de cada evento envolvido no problema de decisão, considerando as restrições existentes.

Em relação a uma determinada área de responsabilidade, os eventos econômicos devem ser identificados de forma a contemplar todos os recursos econômicos consumidos e todos os produtos gerados pela área, ou seja, todo o seu resultado.

Os eventos econômicos decorrem de variáveis externas e internas que são relevantes à gestão empresarial

Os modelos decisórios dos gestores, ao se basearem nos eventos econômicos que ocorrem em suas atividades, contemplam e estruturam variáveis que impactam a situação patrimonial da empresa, e que, portanto, são relevantes para a otimização dos resultados.

Quantidades de recursos, prazos, taxas, riscos e outras variáveis operacionais são previsíveis no momento da decisão. Ao serem estruturadas de acordo com o conceito de evento econômico, essas variáveis constituem modelos decisórios que permitem a escolha das melhores alternativas considerando os seus resultados.

A premissa fundamental da adoção desse critério de escolha é a de que a otimização do resultado global da empresa depende da otimização do resultado de cada decisão.

A mensuração dos eventos econômicos permitem demonstrar a formação dos resultados econômicos da empresa

O resultado da empresa nasce do resultado de cada transação. As transações, agrupadas segundo a sua natureza, formam os resultados dos eventos econômicos. Estes podem ser divididos em várias classes de eventos, mas estão sempre ligados a uma atividade específica. As atividades são delimitadas no âmbito de uma área de

responsabilidade, de modo que os resultados dessas áreas, quando somados, espelham os resultados da empresa como um todo.

Isso significa que a mensuração dos resultados dos eventos econômicos e transações permite identificar a formação do resultado da empresa. Desse modo, os gestores obtêm respostas às questões: quando, como, onde e sob responsabilidade de que área são gerados os resultados da empresa. Conhecer a formação dos seus resultados é um requisito fundamental para a otimização da eficácia empresarial.

Classificação dos eventos econômicos

A teoria da classificação integra a metodologia científica com o objetivo de facilitar o estudo de um determinado objeto ou fenômeno.

Uma das tendências inatas do ser humano consiste em ordenar seus conhecimentos acerca da realidade e em organizar as disciplinas passíveis de análise e estudo. Em praticamente todas as áreas de conhecimento, existem critérios que regulam a classificação dos fenômenos objeto de estudo. Os critérios mais comumente observados consistem em classificar objetos considerando:

- relações hierárquicas entre si;
- características comuns entre eles;
- relações com outros objetos fora do grupo.

Considerando a natureza, o momento e a fase do processo de gestão a que se referem, os eventos econômicos podem ser classificados conforme o Quadro 6:

Quadro 6 – Classificação dos eventos econômicos

NATUREZA	MOMENTO DE RECONHECIMENTO	FASE DO PROCESSO DE GESTÃO
<ul style="list-style-type: none">• Provocados• Não-Provocados	<ul style="list-style-type: none">• Pontuais• Tempo-Conjunturais	<ul style="list-style-type: none">• Simulados• Planejados• Programados• Realizados

4.1.3 EVENTOS PROVOCADOS E NÃO-PROVOCADOS

Considerando a sua natureza, os eventos econômicos podem ser classificados em:

- a) **provocados** – que decorrem do processo decisório do gestor responsável por uma atividade. Exemplo: uma compra de recursos;
- b) **não-provocados** – que ocorrem independentemente do processo decisório do gestor de uma atividade. Exemplo: um sinistro.

Em ambos os casos, os efeitos dos eventos são previsíveis, estruturados e, portanto, devem ser controlados pelos gestores. Mesmo a ocorrência de um evento não-provocado, como um sinistro, pode causar impactos patrimoniais relevantes e, por isso, os gestores devem tomar alguma decisão no sentido de minimizar os riscos de sua ocorrência, como, por exemplo, contratando um seguro.

4.1.4 EVENTOS PONTUAIS E TEMPO-CONJUNTURAIS

Quanto ao momento de reconhecimento, os eventos econômicos dividem-se em:

- a) **pontuais** – são ocorrências cujos impactos patrimoniais acontecem no momento da tomada de decisão, e os seus efeitos devem ser imediatamente reconhecidos. Exemplo: compra de matéria-prima, venda, captação e aplicação financeira;
- b) **tempo-conjunturais** – são ocorrências cujo impacto patrimonial decorrem da passagem do tempo e da mudança de variáveis conjunturais – tais como variações de preços, de taxas de juros, de riscos, de custos de oportunidade e de inflação. Esses eventos devem ser reconhecidos periodicamente, em algum momento do tempo, e sempre se referem a um período (e não ao momento). Exemplos: valorização de estoques, variação de taxas, de índices de inflação.

Nos eventos pontuais, as variáveis que determinam o valor econômico dos ativos e passivos envolvidos numa transação são previsíveis e determinam os seus resultados já no momento da tomada de decisão. Nos eventos tempo-conjunturais, devem ser identificadas e mensuradas as causas das variações no valor econômico dos ativos e passivos, confrontando-as com os custos de oportunidade do capital mantido no período.

4.1.5 EVENTOS SIMULADOS, PLANEJADOS, PROGRAMADOS E REALIZADOS

Quanto à fase do processo de gestão, os eventos econômicos podem ser:

- a) **simulados** – a simulação de eventos econômicos permite prever os resultados das diversas alternativas existentes antes da tomada de decisão. Essa decisão pode referir-se tanto à escolha de um plano

(orçamentação) como à implementação de um plano já aprovado (execução). Em ambos os casos, o resultado simulado é igual ao da alternativa escolhida, constituindo uma transação orçada ou realizada, conforme a fase do processo de gestão (planejamento ou execução);

- b) **planejados** – são os eventos econômicos selecionados para constituir o plano que deverá ser realizado num determinado período. O processo de orçamentação compreende a simulação de diversos eventos, de modo a identificar o resultado ótimo para a empresa como um todo. Assim, o orçamento compreende os eventos planejados que otimizam o resultado global, constituindo a base para programação e realização de transações;
- c) **programados** – os eventos orçados para um determinado período são programados conforme se aproxime o momento de realizá-los. A programação consiste num planejamento de curtíssimo prazo, considerando as condições presentes no momento de implementação dos planos operacionais;
- d) **realizados** – são os eventos efetivamente ocorridos. Tendo em vista que os eventos planejados representam o nível ótimo de resultados da empresa, as transações devem ser realizadas buscando-se cumprir os planos. Visando assegurar o cumprimento dos planos, bem como mantê-los no rumo dos propósitos globais do empreendimento (dado que o ambiente é dinâmico), os desempenhos planejados e realizados devem ser comparados entre si, de modo a permitir a identificação de desvios, de suas causas e a adoção de medidas corretivas (controle).

A comparabilidade entre os eventos planejados e realizados permite o exercício do controle. A condição que assegura a comparabilidade entre os eventos simulados, orçados, programados e realizados é a uniformidade dos conceitos de mensuração adotados. A mesma base conceitual deve ser utilizada tanto para mensurar os eventos planejados como os realizados.

4.2 RESULTADO ECONÔMICO

4.2.1 CONCEITO

O lucro econômico de uma empresa pode ser entendido como o aumento da sua riqueza, do seu patrimônio, obtido a partir das suas atividades. É, portanto, uma medida dinâmica, isto é, apurada entre dois momentos.

O valor do patrimônio representa uma medida estática do valor da empresa e, se corretamente mensurado, espelha a sua riqueza num determinado momento. Assim, o resultado econômico da empresa – calculado pela variação da sua riqueza entre dois momentos – representa uma medida dinâmica do incremento do seu patrimônio.

Há que se considerar, no entanto, eventuais ajustes nesse patrimônio, tais como: aumentos ou reduções de capital e distribuição de dividendos. O resultado econômico de uma entidade corresponde à variação do seu patrimônio líquido num determinado período, ajustada por eventuais aumentos ou redução de capital e distribuição de dividendos, descontado-se, ainda, a remuneração do capital investido.

Desse modo, o resultado econômico pode ser definido como a renda efetivamente proporcionada pelo capital investido num empreendimento. A renda é dada pelo fluxo de benefícios líquidos que pode ser obtido de um capital. O capital é o investimento realizado com intenção de se obter esse fluxo de benefícios, seja esse investimento representado por uma quantia de dinheiro, um ativo fixo ou um conjunto de ativos e passivos (patrimônio) à disposição de uma área, atividade ou empresa.

GUERREIRO (1989, p.187) observa que "A caracterização do lucro no contexto da riqueza ou do capital da entidade, desenvolvida por diversos estudiosos, especialmente na área contábil, apóia-se na definição de lucro de um indivíduo efetuada por J. R. Hicks na sua obra *Value and Capital*", na qual Hicks diz que o lucro é "a quantia que uma

pessoa pode consumir durante um período de tempo e estar tão bem no final do período como estava no início” (In GUERREIRO: 1989, p.187).

Segundo GUERREIRO (1989, p.190), “Em termos econômicos, o lucro é visto como a quantia máxima que a firma pode distribuir como dividendos e ainda continuar tão bem ao final do período como estava no começo. Continuar tão bem, economicamente falando, é interpretado como manter o capital intacto em termos do valor descontado do fluxo de recebimentos líquidos futuros. O lucro econômico é gerado, portanto, assim que exista um aumento no patrimônio líquido. Por outro lado, para mensurar o lucro como incremento do patrimônio líquido é necessária a avaliação de todos os ativos da empresa com base nos recebimentos líquidos futuros esperados. O lucro é mensurado através do crescimento do patrimônio líquido originado pela manipulação dos ativos. Sob esse prisma, os ativos de qualquer natureza são ‘recebíveis’ esperados para fluir para a empresa período a período.”

Desse modo, entende-se que o problema da mensuração do lucro é inseparável da mensuração dos ativos e passivos. O valor de um ativo, para um determinado agente econômico, corresponde ao valor presente do fluxo de benefícios que o ativo é capaz de gerar para o agente econômico. Esse valor pode alterar-se em função de mudanças no fluxo de benefícios, de variações do valor desses benefícios, das taxas de oportunidade utilizadas para descontá-lo ou, ainda, do uso a que ele se destina.

O resultado econômico decorre da variação do patrimônio num determinado período. Para cada evento ou transação realizada, a apuração do resultado econômico consiste em comparar o patrimônio antes e depois da ocorrência do evento ou transação.

4.2.2 FLUXO OPERACIONAL, ECONÔMICO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL

O resultado econômico reflete as dimensões operacional, econômica, financeira e Patrimonial da gestão, que se associam, respectivamente, aos fluxos físicos, econômicos,

financeiros e patrimoniais dos eventos econômicos, conforme evidencia a Figura 11 (CATELLI 1999, p.111):

Figura 11 – Dimensões operacional, econômica, financeira e patrimonial

Dimensão Operacional

O fluxo operacional diz respeito aos aspectos físicos dos eventos, ou seja, à quantidade de serviços e produtos gerados, quantidade de recursos consumidos, qualidade e cumprimento de prazos. Conforme se observa na Figura 11, a realização de uma transação numa determinada data altera a situação física da empresa.

Dimensão Econômica

As quantidades físicas de recursos consumidos e de produtos gerados, ambas submetidas a um processo de mensuração econômica, utilizando-se valores de mercado na condição de pagamento à vista, caracterizam o fluxo econômico do evento, no que se refere aos seus aspectos operacionais, que é formado por receitas, custos e resultados operacionais. Os valores econômicos dos recursos consumidos correspondem aos custos e os valores econômicos dos produtos e serviços gerados correspondem às receitas. Confrontando-se esses custos e receitas, origina-se o resultado operacional do evento.

Dimensão Financeira

Os pagamentos relativos à obtenção dos recursos consumidos no processo de execução das atividades são efetuados num determinado momento do tempo: antecipadamente, à vista ou futuramente. O mesmo ocorre com o recebimento das vendas dos produtos gerados, ou seja, a receita pode ser recebida antecipadamente, à vista ou em data futura.

Quaisquer que sejam os prazos, a todo evento associa-se um fluxo de recebimentos e/ou pagamentos. Tendo em vista o conceito econômico clássico de "valor do dinheiro no tempo", um fluxo financeiro futuro deve ser descontado a valor presente, produzindo receitas e custos financeiros, o que caracteriza o resultado financeiro do evento.

Os resultados operacionais e financeiros dos eventos formam o resultado econômico total.

Dimensão Patrimonial

O fluxo patrimonial evidencia a mutação nas contas patrimoniais entre os instantes de tempo t_0 e t_1 , em decorrência dos impactos operacionais, econômicos e financeiros dos eventos.

Se os eventos estiverem corretamente mensurados, quanto ao momento de ocorrência e impactos tempo-conjunturais, o patrimônio líquido em t_1 será o patrimônio líquido de t_0 acrescido dos efeitos econômicos dos eventos ocorridos no período.

4.2.3 RESULTADO ECONÔMICO COMO INDICADOR DA EFICÁCIA

Em face de que a empresa é constituída sob o pressuposto da continuidade e que esta depende dos resultados gerados em suas atividades, CATELLI e GUERREIRO (1992, p.11) concluem que "O lucro corretamente mensurado (...) é a melhor e a mais consistente medida da eficácia da organização".

Nesse sentido, GUERREIRO propõe os conceitos fundamentais para a correta mensuração do lucro, conforme serão discutidos na seção 4.2.5 deste trabalho.

Considerando que o lucro corretamente mensurado refere-se, conceitualmente, ao resultado econômico, destacam-se os seguintes pontos que reforçam a sua validade como uma medida da eficácia da empresa:

- a) o resultado econômico representa o incremento da riqueza da empresa, do seu patrimônio ou do seu valor;
- b) o resultado econômico reflete a eficácia da empresa, as quais, segundo GIBSON et alli (1988, p.77), decorre da sua capacidade de:

- **SOBREVIVÊNCIA** – que se refere à capacidade da empresa de se manter no ambiente, com continuidade;

- ADAPTABILIDADE – que se refere à capacidade da empresa de se ajustar ao ambiente, respondendo adequadamente às mudanças induzidas de fora para dentro;
 - DESENVOLVIMENTO – que se refere à capacidade da organização de investir em si mesma, para garantir a sua capacidade de sobrevivência;
 - PRODUTIVIDADE – que se refere à capacidade da organização de produzir a quantidade e a qualidade de “outputs” exigidos pelo meio ambiente, a partir de recursos limitados (fazer mais com os mesmos recursos);
 - EFICIÊNCIA – que se refere à capacidade da empresa de melhor aproveitar os seus recursos (fazer o mesmo com menos recursos);
 - SATISFAÇÃO – que se refere ao atendimento das necessidades e desejos das diversas entidades com as quais a empresa se relaciona, interna e externamente, tais como: clientes, acionistas, empregados, fornecedores, governo, sindicatos etc.
- c) o resultado econômico é influenciado por todos os fatores que determinam a eficácia da empresa (sobrevivência, desenvolvimento, produtividade, eficiência e satisfação) e também os influencia;
- d) o resultado econômico possui um caráter preditivo da eficácia da empresa, porque reflete a sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros, podendo ser planejado;
- e) o resultado econômico da empresa decorre do resultado de suas áreas, atividades, eventos e transações, permitindo avaliar as suas contribuições para os níveis de eficácia da empresa;

- f) o resultado econômico expressa-se monetariamente e permite traduzir, numa base comum, os atributos de diferentes objetos e eventos, possibilitando construir os seus respectivos modelos de decisão econômica, o que não ocorre com outras medidas de eficácia da empresa, como, por exemplo, os indicadores de eficiência e produtividade;
- g) "o resultado econômico constitui-se numa informação que supre adequadamente os modelos de decisão de pelo menos dois importantes usuários da informação contábil: o proprietário do capital e o administrador do capital" (GUERREIRO: 1989, p.195).

Desse modo, conclui-se que o resultado econômico é o conceito que permite à contabilidade cumprir o seu papel de fornecer informações adequadas aos modelos decisórios dos diversos tipos de usuários, dentre os quais destacam-se os investidores e administradores do empreendimento. Presume-se que ambos interessem-se por informações sobre valor (e não somente sobre custos), sobre o quanto vale o seu capital (e não sobre quanto foi o seu investimento), sobre o potencial de geração de riqueza da empresa (e não quanta riqueza foi gerada no passado).

4.2.4 FORMAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO

O resultado econômico da empresa é formado pelos resultados econômicos das áreas que a compõem. Essas áreas são definidas como "centros de responsabilidade", ou seja, possuem um gestor específico com responsabilidade sobre determinadas atividades. Os resultados das áreas, portanto, são formados pelos resultados proporcionados pelas atividades sob responsabilidade dos seus respectivos gestores.

O resultado de uma atividade, por sua vez, é formado pelo resultado dos eventos necessários para realizá-la, como, por exemplo: compras, produção, estocagem, vendas, captação e aplicação de recursos.

Conforme já estudado, um evento econômico refere-se a um conjunto de transações de mesma natureza, cujo impacto econômico pode ser mensurado da mesma forma (modelo de mensuração econômica dos eventos). A transação consiste, portanto, no menor nível em que pode ser identificado o resultado econômico.

Os resultados econômicos das transações acumulam-se por eventos, atividades, áreas e empresa, podendo também ser associados a produtos, clientes, segmentos, regiões e outros objetos de avaliação econômica. Desse modo, evidencia-se onde, quando e como são formados os resultados da empresa, capacitando os seus gestores a otimizar os resultados de suas decisões.

4.2.5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA A MENSURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO

Tendo em vista que o resultado econômico de uma entidade decorre da variação do seu patrimônio avaliado economicamente – após considerados eventuais ajustes (aumentos/diminuições de capital, distribuição de dividendos etc.) e a remuneração do capital investido – a mensuração do resultado econômico é inseparável da mensuração dos ativos e passivos que integram esse patrimônio.

Considerando que a problemática da mensuração do lucro é inseparável da mensuração de ativos e passivos, GUERREIRO (1989 p.201-203) propõe os seguintes os princípios fundamentais para a mensuração do lucro:

- a) o mercado é o validador do “potencial de serviços” dos diversos ativos;
- b) deve ser levado em consideração o valor do dinheiro no tempo;
- c) a empresa opera de acordo com o postulado da continuidade;
- d) a empresa, na hipótese de descontinuidade, deve avaliar os seus ativos a valores de realização;

- e) do ponto de vista econômico, "potencial de serviços", "serviços futuros", "benefícios futuros" dizem respeito ao montante de riqueza que o ativo pode gerar para a empresa;
- f) o potencial de serviço de cada natureza de ativo deve ser analisado à luz da sua função dentro da empresa, na continuidade de suas operações;
- g) o potencial de serviço do ativo independe da forma como ele é financiado;
- h) um determinado ativo pode possuir um potencial de serviço diferente, dependendo da empresa que o possui;
- i) um ativo cuja função é totalmente dissociada das operações da empresa em sua continuidade normal deve ser avaliado por valor de venda;
- j) a riqueza de uma empresa varia na medida em que o mercado reconhece um maior ou menor valor para os bens e serviços que ela possui;
- k) a riqueza de uma empresa aumenta pela agregação de valor proporcionado pelo seu processo de transformação de insumos em produtos e serviços;
- l) o modelo de decisão do proprietário, do ponto de vista racional-econômico, ou seja, independentemente de valores sociais ou não-econômicos, considera: (1) a continuidade do investimento no empreendimento é preservada se o montante de riqueza a ser produzido por esse investimento é superior ao seu valor de venda; (2) a continuidade do investimento no empreendimento é preservada se o montante de riqueza a ser produzido por esse investimento é superior ao montante de riqueza a ser produzido por outro tipo de investimento com o mesmo nível de risco;
- m) o modelo de decisão do administrador, do ponto de vista racional-econômico, diz respeito à otimização do resultado econômico da atividade sob sua responsabilidade;

- n) a otimização do resultado econômico se dá: (1) no processo de transformação de insumos em produtos e serviços (agregação de valor) e (2) pelo aproveitamento das oportunidades de ganhos pela valorização de determinados tipos de ativos, proporcionadas pelo mercado;
- o) os ativos devem ser avaliados de forma que o patrimônio líquido da empresa represente efetivamente quanto vale a empresa num determinado momento. O patrimônio líquido da empresa deve representar o seu custo de oportunidade, ou seja, o quanto os seus proprietários deixarão de ganhar em uma tomada de decisão alternativa à continuidade da empresa. O patrimônio líquido deve representar, portanto, o valor atual mínimo pelo qual a empresa, em sendo negociada, não alteraria o nível de riqueza dos seus proprietários.
- p) quanto vale a empresa num determinado momento do tempo é a base ideal para o cálculo do custo de oportunidade, a ser cobrada pelos proprietários dos responsáveis pelos resultados globais da empresa. É também a base de cálculo ideal para a cobrança da responsabilidade dos diversos gestores pela parcela de riqueza da empresa que está sob seu gerenciamento.

Para uma determinada entidade, um ativo pode ser entendido como um recurso econômico capaz de lhe gerar algum benefício imediato ou futuro.

MARTINS (1972, p.30) considera que “ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente”.

SPROUSE e MOONITZ, citados por IUDÍCIBUS (1997, p.124), entendem que “ativos representam benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada”. Essa definição enfatiza os seguintes elementos que caracterizam um ativo:

- o seu potencial de geração de benefícios;

- o caráter de incerteza quanto aos seus benefícios ("esperados");
- ser decorrente de alguma transação, seja esta corrente ou passada.

MEIGS e JOHNSON (In IUDÍCIBUS: 1997, p.124) definem ativo como "recursos econômicos possuídos por uma empresa".

IUDÍCIBUS (1997, p.136) considera que "Todo ativo representa, mediata ou imediatamente, direta ou indiretamente, uma promessa futura de caixa".

GUERREIRO (1989, pp.204-208) propõe os seguintes princípios para mensuração de ativos:

- a) o valor de um ativo é o dinheiro equivalente a seus serviços potenciais, que é igual à soma dos preços de mercado futuro de todo o fluxo de serviço a ser gerado, descontado pela probabilidade e fator de juro a valor presente;
- b) o potencial de serviço do ativo independe da forma como é financiado;
- c) cada espécie de ativo, de acordo com a sua natureza e utilidade que proporciona à empresa, está sujeito a um critério próprio de mensuração que expresse o seu valor econômico;
- d) a mensuração do ativo deve espelhar o seu valor econômico num determinado momento, e não quanto valia ou custou quando foi adquirido;
- e) a mensuração do ativo deve estar de acordo com o postulado da continuidade;
- f) a depreciação de um ativo corresponde à perda do seu potencial de geração de benefícios;
- g) o custo de reposição não é um critério válido para a mensuração do valor de qualquer ativo;

- h) o valor do potencial de serviços de um ativo é dado pelo mercado, o que pode conduzir a oscilações da riqueza ao longo do tempo, conforme se altere o valor desses serviços no mercado;
- i) as receitas devem ser reconhecidas no momento da produção (processo de transformação de insumos em bens e serviços), e confrontadas com os respectivos custos incorridos para obtê-la;
- j) valores expressos em moedas de datas diferentes devem ser corrigidos monetariamente para a data da apuração do resultado.

Desse modo, o valor econômico de um ativo é dado pelo valor presente do fluxo futuro de benefícios líquidos, estes avaliados pelos seus respectivos preços de mercado à vista e descontados por uma taxa de probabilidade e juro (custo de oportunidade).

Em relação aos passivos, HENDRIKSEN e BREDÁ (1999, p.410) entendem que passivos "são sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes", e possuem as seguintes características:

- a obrigação deve existir no momento presente, decorrente de algum evento ou transação passada;
- a obrigação pode derivar da aquisição de bens ou serviços, de perdas incorridas pelas quais a empresa é responsável ou de expectativas de perdas pelas quais a empresa se obrigou;
- tem uma data de vencimento conhecida ou uma expectativa de que ocorram desembolsos em algum momento específico do tempo;
- a obrigação deve ser reconhecida independentemente de um credor tê-la declarado como direito seu ou mesmo ter conhecimento dela.

Desse modo, o caráter legal da exigibilidade não é um requisito para caracterização de um passivo, sendo suficiente o reconhecimento do seu potencial de gerar sacrifícios futuros de recursos econômicos.

Da mesma forma que um ativo pode ser caracterizado pelo seu potencial de geração de *benefícios futuros*, um passivo pode ser analisado sob a ótica do seu potencial de geração de *sacrifícios futuros*.

O valor econômico de um passivo corresponde ao valor presente do fluxo de sacrifícios futuros, estes avaliados pelos seus respectivos preços de mercado à vista e descontados por uma taxa de probabilidade e fator de juro (custo de oportunidade).

4.3 VALOR ECONÔMICO

O valor dos recursos existentes ou disponíveis para uma economia, bem como as formas de alocação desses recursos entre as diversas alternativas de produção existentes, tem sido objeto de amplo debate entre os economistas.

As primeiras idéias sobre *valor* foram lançadas por Adam Smith, há mais de dois séculos, promovendo mudanças significativas na teoria econômica. Primeiramente, Smith distinguiu *valor de troca* de *valor de uso*. O valor de troca reflete o valor de mercado de um determinado bem, enquanto o valor de uso é dado pela sua utilidade particular, isto é, para um determinado fim. Essa distinção foi adotada pela teoria clássica, mas foi sendo substituída pela teoria marginalista, que procurou demonstrar que o valor de troca de um bem é determinado pela sua utilidade marginal e, desse modo, pelo seu valor de uso.

Esses assuntos têm sido ampla e profundamente estudados na teoria econômica, constituindo um verdadeiro fórum de debates e discussões que têm envolvido também outros ramos do conhecimento, como finanças e contabilidade. Diversas premissas e enfoques têm norteado o estudo desse assunto pelos vários autores que empreenderam pesquisas sobre o tema, levando-os a conclusões também diferentes.

A necessidade identificada para o estudo desse tema, em relação aos objetivos deste trabalho, não compreende a análise de como o conceito de "valor" e suas

definições vêm evoluindo ao longo do tempo. Particularmente, interessa-nos o estudo do conceito enquanto constituinte de um dos pilares sobre o qual repousa a proposta empreendida neste trabalho, isto é, no que se refere à geração de informações que permitam a tomada de decisões que otimizem os resultados econômicos de uma instituição financeira.

Para este estudo, assume-se a premissa de que o patrimônio líquido de uma empresa deve espelhar o seu valor econômico. Para que isso seja possível, todos os seus ativos e passivos devem estar avaliados pelo respectivo valor econômico. Desse modo, o resultado econômico da empresa corresponde à variação do seu patrimônio líquido (ou do seu valor econômico), que é determinada tanto pela incorporação e pela baixa de ativos e passivos no patrimônio da empresa, como pela variação do valor econômico dos ativos e passivos que o compõem. Esses ativos e passivos referem-se, respectivamente, a benefícios ou sacrifícios futuros de recursos econômicos, e têm por origem as decisões tomadas na empresa. Considerando que os recursos econômicos são limitados, a gestão da empresa deve buscar empreender ações que busquem as melhores alternativas tanto de obtenção como de utilização desses recursos. As decisões agregam e transformam ativos e passivos, produzindo efeitos econômicos sobre o patrimônio da empresa, que podem ser positivos ou negativos dependendo do valor econômico dos recursos nelas envolvidos.

Desse modo, a mensuração do valor econômico dos recursos envolvidos nas alternativas disponíveis, num problema de decisão, deve permitir a escolha da alternativa que agrega o melhor resultado econômico ao patrimônio da empresa. A escolha de uma alternativa significa abandonar as demais existentes. O valor da melhor alternativa abandonada é o custo de oportunidade da decisão.

Sob esse enfoque, o conceito de valor econômico está intimamente relacionado ao conceito de custo de oportunidade. O resultado econômico decorre do benefício da alternativa escolhida em relação ao custo de oportunidade, que constitui, dessa forma, a base para a tomada de decisões que visam otimizar o resultado da empresa.

A mensuração do resultado econômico da empresa, de suas áreas, atividades, produtos, eventos ou transações requer a mensuração do valor econômico dos recursos consumidos e produtos gerados por esses objetos de avaliação.

Uma resposta adequada à questão da mensuração do valor econômico de ativos e passivos, sejam eles financeiros ou não, envolve a determinação do custo de oportunidade dos recursos econômicos a eles identificados. O estudo do conceito de valor econômico requer, portanto, o estudo do conceito de custo de oportunidade.

Com essa finalidade, busca-se, a seguir, caracterizar o conceito de valor econômico a partir dos requisitos básicos que nos permitem caracterizar um recurso como um *recurso econômico*. Esses requisitos se referem às condições de *escassez* e *utilidade*. Posteriormente, passa-se ao estudo do conceito de custo de oportunidade, apresentando-se, ao final deste capítulo, conclusões quanto aos requisitos que devem orientar a formulação de modelos de decisão voltados à otimização de resultados econômicos.

As considerações reunidas neste trabalho auxiliam tanto na justificativa para adoção do conceito de custo de oportunidade como base para a mensuração do valor econômico de ativos financeiros e passivos financeiros, como para desvendar alguns “mistérios” acerca da aplicação desse conceito no ambiente das instituições financeiras.

4.3.1 RECURSO ECONÔMICO, ESCASSEZ E UTILIDADE

Um recurso é econômico quando é escasso e útil. Implícita ao conceito de recurso econômico, está a noção de *escassez* e *utilidade*. Para os economistas, um bem é considerado recurso econômico quando atende, simultaneamente, às condições de *escassez* e *utilidade*.

A *escassez* de um recurso econômico se refere à sua oferta limitada para o atendimento das infinitas necessidades e desejos dos indivíduos de uma sociedade. Se

não existissem limites para a obtenção de recursos, os desejos humanos seriam totalmente satisfeitos. A escassez de recursos restringe a satisfação dos desejos humanos. Por isso, é inerente ao ser humano a decisão sobre quais necessidades satisfazer prioritariamente e em que nível de satisfação. Pelo mesmo motivo, existe uma preocupação de se fazer o melhor uso dos recursos disponíveis, seja para uma sociedade, uma empresa ou um indivíduo.

Embora necessária, a condição de escassez não é suficiente para que um recurso seja considerado recurso econômico. É preciso considerar a *utilidade* desse recurso, que pode ser entendida como a sua capacidade de satisfazer necessidades e desejos humanos. Um recurso que seja útil, mas exista sem restrições para obtê-lo, também não pode ser entendido como recurso econômico.

Escassez e utilidade são requisitos fundamentais para a caracterização de um recurso econômico, e também para justificar a necessidade da gestão econômica desses recursos na sociedade. Isto é, a sociedade deve buscar, permanentemente fazer o melhor uso dos seus recursos e, ao mesmo tempo, gerar o melhor nível de satisfação humana.

Utilidade e utilidade marginal

Utilidade significa *satisfação*. Esse conceito tem sido estudado, na área da economia, com base nas teorias que explicam o comportamento do consumidor. Essas teorias baseiam-se na premissa de que "as pessoas tendem a escolher os bens e serviços a que atribuem mais valor" (SAMUELSON: 1999, p.81).

A teoria da utilidade tem sido empregada pelos economistas para explicar a forma pela qual consumidores dividem racionalmente seus recursos limitados dentre os bens que lhes proporcionam mais satisfação. Uma forma de se medir a utilidade de um bem é pelo conceito de utilidade marginal. A utilidade marginal se refere ao nível de satisfação

que cada unidade adicional de recurso consumido é capaz de proporcionar ao consumidor. Sob esse enfoque, os economistas estabeleceram a lei da utilidade decrescente, segundo a qual a utilidade marginal de um bem diminui à medida que aumenta a quantidade consumida. Nesse caso, a utilidade total aumenta, mas a taxas decrescentes. Cada unidade adicional de recurso consumido proporciona um incremento cada vez menor no nível de satisfação do consumidor.

Desse modo, a quantidade de recursos que o consumidor estaria disposto a sacrificar para obter uma unidade a mais de um determinado bem é decrescente, evidenciando um nível menor de contribuição dessa unidade adicional para a sua satisfação.

Entretanto, a visão atual desse conceito rejeita a hipótese de que as preferências dos consumidores são estabelecidas de forma cardinal. Elas seriam estabelecidas de forma ordinal, o que significa que a ordenação das preferências do consumidor não passa necessariamente pela quantificação de quão diferentes são essas preferências. Desse modo, é suficiente para o consumidor determinar, por exemplo, que o recurso A é preferível ao recurso B.

Curvas de Indiferença

Para explicar o comportamento do consumidor, Pareto desenvolveu o que atualmente se designa por "curvas de indiferença" (In: SAMUELSON & NORDAUS, 1999, p.96).

Suponha-se que um consumidor possua a opção de adquirir diferentes combinações de dois bens, como, por exemplo, alimentação e vestuário, dado um determinado conjunto de preços. Para cada combinação dos dois bens, o consumidor prefere uma à outra ou, então, fica indiferente. Por exemplo, se ele tivesse de escolher entre a combinação A, de uma unidade de alimento e 6 de vestuário, e a combinação B,

de 2 unidades de alimento e 3 de vestuário, pode ocorrer que ele opte por A, B ou fique indiferente.

Supondo que o consumidor seja indiferente às alternativas A e B e que existam outras combinações que também lhe são igualmente satisfatórias, pode-se construir um gráfico que retrata uma *curva de indiferença* do consumidor:

Figura 12 – Curva de indiferença de um consumidor

A curva de indiferença é convexa em relação ao ponto de origem, de modo que, quando há um deslocamento no sentido do aumento da quantidade de um bem, a consequência é uma redução da quantidade do outro bem. Essa propriedade ilustra um fenômeno observado na vida real, denominada pelos economistas como *lei da substituição*: “quanto mais escasso é um bem, maior é o valor relativo de substituição; a sua utilidade marginal aumenta relativamente à utilidade marginal do bem que se tornou abundante” (SAMUELSON & NORDAUS, 1999, p.98).

Por exemplo, ao se deslocar do ponto A para o ponto B, o consumidor iria trocar 3 unidades de vestuário por uma de alimento; mas, de B para C, iria sacrificar apenas uma

unidade de vestuário para obter uma terceira unidade de alimento. Para obter mais uma unidade de alimento, sacrificaria apenas mais meia unidade do seu consumo, já reduzido, de vestuário.

Partindo do pressuposto de que o consumidor atinge um maior nível de satisfação quando obtém uma maior quantidade dos dois bens, pode-se traçar várias curvas de indiferença, que retratam seus diferentes níveis de satisfação, representadas pelas linhas tracejadas na Figura 12. Entretanto, as verdadeiras possibilidades de consumo restringem-se pelo rendimento do consumidor ou pelo quanto ele está disposto a sacrificar para obtenção desses dois bens.

Eventuais alterações nos preços dos recursos, assim como no rendimento ou na parcela que o consumidor está disposto a dispendar para obtê-los, fazem com que o consumidor atinja níveis diferentes de satisfação.

Evidentemente, uma curva de indiferença varia de um agente econômico para outro, conforme suas necessidades, preferências, expectativas, bem como por restrições de renda, de acesso ao mercado e outras condicionantes do seu comportamento.

Sob esse enfoque, a noção de valor assume um caráter *subjetivo*, podendo ser influenciado pelo próprio conjunto de crenças e valores de uma pessoa, que determina a sua percepção e forma de agir sobre a realidade que a circunda. Por esse motivo, alguns bens extremamente valorizados numa sociedade podem não o ser noutras. E, pelo mesmo motivo, uma pessoa pode atribuir um valor inestimável a um bem que outra pessoa rejeita.

O paradoxo do valor

Em sua obra *A Riqueza das Nações*, Adam Smith apresenta o paradoxo do valor, que pode assim ser resumido:

"Por que razão um bem que é essencial à vida, como a água, pode ter um tão preço baixo em relação a um outro bem não é essencial, como os diamantes?"

Uma das explicações encontradas para esse fenômeno baseia-se na teoria da oferta e procura. As curvas da oferta e da procura da água intersectam-se num ponto onde o preço é muito baixo; enquanto as curvas da oferta e procura dos diamantes intersectam-se num ponto onde o preço é muito alto. Isso tem sido explicado pelo fato de que os diamantes são muito escassos e a água é abundante, mas observa-se que, na economia de alguns países e em situações específicas, o preço da água pode também ser muito elevado. Essa explicação, portanto, ainda não é suficiente para o fenômeno: é preciso considerar a utilidade marginal desses bens. Enquanto a utilidade marginal do último copo d'água pode ser extremamente baixa em relação ao primeiro, a utilidade marginal do último diamante descoberto pode não ser tão inferior à do primeiro.

As necessidades humanas podem ser hierarquizadas, desde as necessidades básicas de sobrevivência até o simples desejo de consumir ou possuir algo, passando também pelo desejo de acumular riqueza. MASLOW propõe a seguinte hierarquia das necessidades humanas:

Figura 13 – Hierarquia das necessidades, segundo MASLOW

(In HEYMANN & BLOOM: 1990, p.184)

Dessas colocações, depreendem-se os seguintes pontos:

- a) a noção de valor é subjetiva;
- b) a otimização do uso de um determinado recurso econômico é antes um problema físico que econômico;
- c) o valor de um determinado recurso econômico pode ser diferente de uma pessoa para outra.

4.3.2 O VALOR É SUBJETIVO

Subjetividade é a qualidade do que pertence ao sujeito e, portanto, pode ser influenciado pelos fenômenos psíquicos, enquanto fenômenos de consciência (ABBAGNANO: 1992, p.922).

Por essa razão, o caráter de subjetividade intrínseco à noção de valor implica algum grau de aproximação. Isto significa que o valor não é um número absoluto, exato, mas sim que procura expressar algum grau aproximado de satisfação que o sujeito consegue extrair de um determinado objeto⁸.

A noção de valor envolve, portanto, os atributos do objeto a ser avaliado, mas num contexto determinado pelo sujeito. Desse modo, um mesmo objeto pode possuir um valor diferente de um sujeito para outro. E mesmo para um único sujeito, o valor de um objeto pode se modificar em função das necessidades, das expectativas ou até mesmo do uso que o sujeito faz desse objeto.

⁸ A economia e a contabilidade não são ciências exatas, mas sim ciências sociais, isto é, que estudam fenômenos relacionados ao ser humano enquanto parte de um sistema social, em que ocorrem interações entre outros seres humanos e entidades criadas por eles mesmos (empresas, por exemplo).

O valor de um recurso pode variar conforme o sujeito

Desse mesmo raciocínio, extrai-se a noção de que o valor de um recurso pode variar de um agente econômico para outro. Conforme existam diferentes alternativas de obtenção e de uso para os mesmos recursos (limitados), e considerando que estes voltam-se para o atendimento de necessidades que podem variar numa escala de prioridades (vide modelo de MASLOW) diferente para cada agente econômico, o valor desses recursos pode se diferenciar de um agente econômico para outro.

O uso de recursos econômicos é, na sua essência, uma atividade econômica, isto é, que consome ou utiliza recursos econômicos para o atendimento de alguma necessidade.

Uma sociedade compõe-se de um sistema de atividades econômicas, que são desempenhadas por empresas ou por pessoas individualmente. Essas atividades se inter-relacionam, formando uma cadeia de atividades conectadas entre si, nas quais os produtos de umas se constituem nos recursos de outras. O produto de uma atividade tanto pode ser consumido como servir de *input* para outra atividade.

As entidades que realizam atividade econômica, transformando recursos econômicos em produtos denominam-se agentes econômicos. Um agente econômico é uma entidade que, seja por direito formal ou pelo simples fato de dispor de recursos econômicos, possui a capacidade de extrair os benefícios que advêm do seu uso.

Nem sempre os agentes econômicos dispõem de todos os recursos necessários para realizar as suas atividades. Na maioria das vezes, eles precisam obter recursos externamente. Para obter esses recursos, talvez tenham de abrir mão de outros recursos de que dispõem ou irão dispor no futuro. De fato, a troca de um recurso por outro que mais lhes interessa permite usufruir de benefícios que antes não eram possíveis. Mas, para isso, foi preciso se desfazer dos benefícios que o antigo recurso seria capaz de lhes

proporcionar. Ao obter recursos, precisam distribuí-los entre as diversas alternativas de uso disponíveis. E, ao empregá-los numa alternativa, abrem mão dos benefícios que obteriam se tivessem escolhido uma outra alternativa (custo de oportunidade).

Para tomar uma decisão, como um agente econômico pode saber se uma alternativa ou outra é capaz de lhe proporcionar mais ou menos benefícios? Como saber se a sua escolha será capaz de manter ou agregar efetivamente uma nova capacidade de continuidade da sua atividade produtiva? Como distribuir os diversos recursos entre as diferentes alternativas de uso desses recursos? Em outras palavras, como resolver o problema da otimização do uso de recursos escassos, pertencentes a um único agente econômico ou mesmo a uma sociedade? É preciso se ter alguma noção quantitativa, mesmo que aproximada, do valor dos recursos econômicos.

4.3.3 PREÇO DE MERCADO E VALOR ECONÔMICO

O paradoxo do valor, conforme colocado por Adam Smith (preço da água *versus* preço dos diamantes), destaca o fato de que o preço de mercado de um bem não corresponde necessariamente ao seu valor econômico.

Por serem escassos e úteis para o atendimento de necessidades, os recursos econômicos possuem valor econômico. Uma prova concreta disso é a existência de mercados onde esses recursos podem ser comercializados e de preços pelos quais eles podem ser trocados.

O mercado desempenha importante papel na determinação do valor econômico dos recursos econômicos. Nele, compradores e vendedores realizam transações de troca, determinando, dentre outras condições, os preços pelos quais os recursos econômicos são negociados. Entretanto, os preços de mercado não correspondem, necessariamente, ao valor econômico de todos os recursos.

Os preços dos recursos são influenciados, dentre outros fatores, pela quantidade física de oferta e procura por esses bens. Ao mesmo tempo, as quantidades ofertadas e demandas de um bem são influenciadas pelos seus preços. Um aumento do preço de um recurso pode causar, para um determinado agente econômico, pelo menos, dois efeitos:

- efeito de substituição, que consiste na sua troca por recursos similares, reduzindo a sua quantidade demandada (o agente econômico possui outras alternativas para a satisfação das suas necessidades);
- efeito rendimento, que significa uma perda do seu poder de compra (o agente econômico ficou mais pobre).

Em condições de concorrência perfeita, isto é, quando nenhum agente econômico é suficientemente forte para afetar os preços de mercado dos bens transacionados, os preços são aceitos como uma medida do valor econômico desses bens. Por outro lado, em condições de concorrência imperfeita, levantam-se dúvidas sobre a validade dessa medida.

O monopólio, por exemplo, é caracterizado pelos economistas como um caso de extrema imperfeição do mercado. Nesse caso, apenas um agente econômico detém o fornecimento de um determinado recurso econômico e, portanto, teria liberdade total para impor os preços que desejasse. Note-se, entretanto, que, mesmo em condições de monopólio, os preços não são tão livres quanto parecem ser, e o mercado continua exercendo papel importante na decisão dos consumidores desses recursos. Partindo da premissa até aqui empregada de que os agentes econômicos possuem recursos econômicos limitados, é muito provável que eles não estejam dispostos a pagar “qualquer preço” por um determinado recurso. Se o preço da água tratada e encanada subir até um nível em que os consumidores não possam mais utilizá-la, é muito provável que procurarão formas alternativas de satisfazer as suas necessidades em relação a esse recurso, talvez perfurando um poço ou mudando-se para a beira de um lago.

O preço de um determinado recurso econômico representa o sacrifício, quantificado em termos monetários, que o consumidor teria de fazer para obter esse

bem e, desse modo, os benefícios advindos do seu uso; se esse preço superar o valor do benefício que ele espera obter desse mesmo recurso, o seu comportamento racional será não adquiri-lo.

Para esse consumidor, qual seria o valor econômico do recurso: o valor de mercado ou dos benefícios que dele espera extrair? No exemplo, fica claro que o valor de mercado do recurso expressa o seu valor de troca, enquanto os seus benefícios representam o seu valor de uso.

O valor de troca de um ativo não corresponde necessariamente ao seu valor econômico. É preciso considerar também o uso que os agentes econômicos fazem desses recursos. Um mesmo recurso pode ser passível de usos diferentes, o que pode levar um determinado agente econômico a adquiri-lo por um preço que outro agente não estaria disposto a pagar para obtê-lo.

O valor de mercado como parâmetro para avaliação dos benefícios de um ativo

O valor de mercado corresponde ao valor de troca de um recurso por outro, e normalmente esse valor é expresso em unidades monetárias. A quantidade de dinheiro corresponde, portanto, a uma medida pontual (isto é, num determinado momento do tempo) do valor de troca de um recurso. Despendendo uma certa quantia em dinheiro, um determinado agente econômico pode obter recursos para o atendimento das suas necessidades. Pode desfrutar os benefícios do uso desse recurso.

Um ativo pode gerar um único fluxo de benefício ou, então, um fluxo de benefícios futuros ao longo do tempo. O valor de mercado desses benefícios, mensurado em quantidade de unidades monetárias, no momento em que serão extraídos, constitui, portanto, um bom referencial para avaliar o valor desse recurso.

Entretanto, para essa finalidade, é preciso considerar alguns aspectos:

- a) o padrão monetário adotado como medida de valor;
- b) o valor dos recursos no tempo;
- c) o custo de oportunidade.

4.3.4 A MOEDA COMO MEDIDA DE VALOR

A teoria de Adam Smith reflete uma preocupação em estabelecer as bases para uma noção de valor absoluto, que tornaria possível avaliar a riqueza e a sua evolução. Para essa finalidade, Smith adota o trabalho como medida de valor.

Atualmente, a teoria econômica incorpora uma noção de preços relativos, de proporções de troca, descartando qualquer possibilidade de medida absoluta de valor. Keynes, por exemplo, define valor como poder de compra, o que nos remete diretamente ao estudo desse conceito sob a ótica das relações de troca.

De fato, na economia moderna, observa-se que o dinheiro tem sido utilizado para expressar os preços relativos dos bens, como uma medida das relações de troca de recursos entre os diversos agentes econômicos. Entretanto, como medida absoluta para avaliação da evolução da riqueza de uma entidade econômica, a moeda corrente não expressa a variação da sua verdadeira capacidade de compra. Em outras palavras, o acúmulo de moeda corrente não significa necessariamente um acúmulo de riqueza.

Embora expresse nominalmente uma determinada quantia de dinheiro pelo qual um bem pode ser trocado, a moeda corrente não constitui parâmetro seguro para avaliação da riqueza e sua acumulação, tendo em vista que está sujeita às oscilações do seu poder de compra. Desse modo, um aumento da quantidade de moeda corrente pode não significar um aumento de riqueza de quem a possui. Se os preços dos recursos que um agente consome normalmente em suas atividades se elevarem mais do que o

aumento da quantidade de moeda que representa a variação do seu patrimônio, num determinado período, certamente ele terá diminuído a sua capacidade de continuar operando as suas atividades⁹.

"Quando se fica sujeito às mutáveis relações de troca dos distintos bens, corre-se o risco de que alguma modificação destas – em particular a queda do valor relativo do bem acumulado – anule o esforço anterior de acumulação" (POSSAS: In CARNEIRO: 1997, p.17).

Diante dessas considerações, um aspecto relevante da mensuração do valor diz respeito à sua unidade de medida. O dinheiro é uma medida arbitrária de valor, visto que o seu próprio valor está sujeito a alterações, não espelhando as variações do poder de compra. Por isso, chama-se o preço em dinheiro de valor nominal. Mas qual seria, então, a medida do valor real de um bem?

Considerando que a continuidade de um agente econômico requer a manutenção do seu poder aquisitivo, de tal modo que ele consiga repor os recursos necessários às suas atividades, os preços desses recursos parecem dar uma boa noção de sua capacidade de "continuar" operando.

A variação desses preços ao longo do tempo altera o poder aquisitivo da empresa, tendo em vista que o seu patrimônio é limitado. As variações dos preços desses recursos ao longo do tempo fazem com que o poder de compra da empresa oscile, afetando também a sua riqueza e, portanto, as suas condições de continuidade.

Daí a necessidade de adoção de um índice interno que mensure as variações do poder de compra da empresa, conforme se alterem os preços dos recursos que ela consome (IIP – Índice Interno de Preços).

⁹ Este aspecto justifica, para a mensuração da riqueza (patrimônio) e da sua evolução (resultado econômico) de um determinado agente econômico, a adoção de uma moeda interna que expresse a variação do seu poder de compra dos recursos necessários para suas atividades.

A adoção de uma moeda interna, que reflita as variações específicas de preços dos recursos que a empresa consome, permite acompanhar a evolução do seu patrimônio em função das variações no seu poder de compra.

Índices gerais de preços (IGP, IGP-M, IPC etc.) não atendem a esse requisito. A TR – Taxa Referencial de Juro também não indica a verdadeira inflação de uma instituição financeira, apesar de que boa parte das suas operações com taxas pós-fixadas sejam baseadas nesse indicador. Se, por exemplo, a TR se mantiver estável em 2% num determinado período, o banco continuará pagando \$ 2 para utilizar \$ 100 unidades monetárias de recursos financeiros. Supondo que tivesse sido este o único recurso consumido pelo banco, a sua inflação teria sido igual a zero, e não de 2% como induziria o indicador. A inflação é uma variável intrínseca aos mercados, varia para cada agente econômico e é tão importante quanto uma taxa de juro numa operação financeira.

Sob essa abordagem chega-se a algumas conclusões interessantes, como, por exemplo, que a taxa de juros “real” de uma operação financeira não corresponde à parcela de juros que excede o indexador de uma operação com taxa pós-fixada. Por exemplo, uma operação que custe ao banco a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) mais 1% ao mês sobre o valor atualizado pode ter um custo real superior a 1% ao mês, se a inflação interna do banco for inferior à variação do IGP-M. O conhecimento desse fenómeno interessa particularmente às decisões de formação de taxas em instituições financeiras.

Desde que a moeda interna de uma empresa reflita efetivamente a variação no seu poder aquisitivo, a sua adoção como unidade de medida de valor permite avaliar a capacidade da empresa de assegurar a sua continuidade, por meio da reposição dos recursos consumidos no processo produtivo.

4.3.5 O VALOR DOS RECURSOS NO TEMPO

Nem sempre os benefícios de um determinado recurso estão disponíveis no momento de sua aquisição. Seja por limitação física ou por um plano de uso desse recurso, os seus benefícios podem se distribuir ao longo do tempo. Operações financeiras, por exemplo, são transações que caracteristicamente demandam tempo para o recebimento de benefícios, que se materializam sob a forma de "juro".

Além desse aspecto, é possível que, para extrair os benefícios desse recurso, tenha-se que incorrer em algum sacrifício ao longo do tempo.

Um equipamento, por exemplo, pode ter uma vida útil estimada de 10 anos e uma capacidade total de gerar 10.000 unidades de um produto. Esse fluxo de serviços pode ser decrescente ao longo do tempo e o equipamento pode requerer manutenções periódicas.

O dinheiro possui um valor intrínseco, que é determinado pelo seu poder de compra à vista. Numa perspectiva futura, uma mesma quantidade de dinheiro não tem o mesmo valor do que no presente.

Desse modo, recursos que não estão disponíveis no momento devem ser descontados por uma taxa que reflita o valor do dinheiro no tempo.

4.3.6 DEFININDO O VALOR ECONÔMICO

Com base nas considerações efetuadas neste capítulo, o valor econômico de um recurso corresponde ao valor presente do fluxo futuro de benefícios que é capaz de proporcionar, conforme o uso a que se destina, descontado da variação do poder de compra específico (inflação interna) e por uma taxa que reflita o valor do dinheiro no tempo (custo de oportunidade).

Esses benefícios devem ser avaliados com base numa moeda que expresse o poder de compra do agente econômico que dele faz uso (moeda constante).

Cada fluxo de benefício de um ativo deve ser descontado com base numa taxa que reflita o custo de oportunidade do dinheiro ao longo do tempo.

A seguir, apresenta-se o estudo mais aprofundado do conceito de custo de oportunidade, com vistas a constituir parâmetros que permitam o emprego do conceito no contexto de decisão e mensuração de resultados.

4.4 CUSTO DE OPORTUNIDADE

A noção de custo de oportunidade pode ser entendida como parte do estudo do comportamento humano ou como um elemento da teoria econômica que relaciona a tomada de decisão à busca de uma situação ideal de otimização.

Enquanto existem muitos aspectos pelos quais o conceito poderia ser estudado sob a ótica comportamental, a teoria econômica baseia-se na premissa fundamental de que uma decisão econômica nasce do fato de que os desejos e necessidades humanas não podem ser completamente atendidos, devido à escassez de recursos econômicos. É a escassez que requer a escolha de uma dentre diferentes alternativas, seja de obtenção ou de uso de um determinado recurso. Uma simples situação que requeira uma decisão pressupõe a existência de pelo menos duas alternativas. A escolha de uma delas exclui automaticamente a aceitação da outra. Daí surge a noção de custo de oportunidade, que está relacionada ao custo de não ter sido escolhida uma outra alternativa.

4.4.1 CONCEITO

Diante da condição de escassez, a escolha de uma alternativa significa prescindir de outras, e evidentemente dos benefícios que dela resultariam. Noutras palavras, todo ato de escolha (decisão) envolve um ato de sacrifício para a obtenção de algum benefício.

"A teoria da escolha racional propõe que um indivíduo que pode escolher livremente sempre selecionará a alternativa que lhe proporciona o maior benefício, isto é, utilidade ou valor" (HEYMANN & BLOOM: 1990, p.9).

O custo de oportunidade de uma decisão é dado, portanto, pelo valor econômico da melhor alternativa de que se prescinde, isto é, aquela que é capaz de gerar o maior nível de benefício.

HEYMANN & BLOOM (1990, p.11) citam as definições de vários autores que compartilham dessa idéia:

"The alternative cost [opportunity cost] of using resources in a certain way is the value of what these resources could have produced if they had been used in the best alternative." (MANSFIELD: 1977, p.11)

"The opportunity cost of using any input in a particular production process is the output foregone from not using the input in some alternative production process (since it cannot be used in two production processes simultaneously)." (MAURICE & SMITHSON: 1981, p.227)

"Opportunity costs can be defined as those benefits which could have been received had an alternative course of action been chosen."

(THOMPSON: 1973, p.263)

Considerando que existem potencialmente muitos usos diferentes para um mesmo recurso econômico, SOLOMONS (In HEYMANN & BLOOM: 1990, p.11) defende que o custo de oportunidade é determinado pelo maior benefício sacrificado quando de uma escolha, conforme expõe:

"the [opportunity] cost of committing resources to any particular use is determined by the value of the resources in their best alternative use. By committing them to one use, all other possible uses are excluded. Some of these excluded uses are more valuable than others. It is the most valuable of them which is alone relevant in determining what has been sacrificed by committing the resources elsewhere - or in determining the 'cost' of committing them elsewhere." (SOLOMONS: In HEYMANN & BLOOM: 1990, p.11)

O *custo de oportunidade* corresponde ao valor de um determinado recurso em seu melhor uso alternativo. Representa o custo da escolha de uma alternativa em detrimento de outra capaz de proporcionar um maior benefício, ou seja, é o custo da melhor oportunidade a que se renuncia quando da escolha de uma alternativa.

Considerando que o problema fundamental da tomada de decisão é a escolha de alternativas, o *custo de oportunidade* sempre está presente no problema da decisão, expressando o benefício da melhor alternativa desprezada na escolha.

Assim, o resultado de uma decisão decorre do confronto entre o benefício gerado pela alternativa escolhida e o benefício que seria obtido pela escolha da melhor alternativa abandonada.

Exemplificando, suponha-se que, num problema de decisão, existam três alternativas disponíveis e cada uma delas proporcione os seguintes benefícios líquidos:

- ALTERNATIVA A → BENEFÍCIOS LÍQUIDOS = 100
- ALTERNATIVA B → BENEFÍCIOS LÍQUIDOS = 120
- ALTERNATIVA C → BENEFÍCIOS LÍQUIDOS = 115

O custo de oportunidade da escolha de uma determinada alternativa corresponde ao benefício líquido da melhor alternativa desprezada. Assim os resultados gerados pela escolha de cada uma das alternativas poderiam ser assim expressos:

Quadro 7 – O resultado da escolha de uma alternativa considerando o custo de oportunidade

EQUAÇÃO DE RESULTADOS	ALTERNATIVA A	ALTERNATIVA B	ALTERNATIVA C
Receita	100	120	115
(-) Custo de Oportunidade	(120)	(115)	(120)
(=) Resultado	(20)	5	(5)

Sendo a alternativa B a que proporciona o melhor benefício líquido, a escolha das alternativas A ou C resultaria num prejuízo econômico. Por outro lado, a escolha da alternativa B proporcionaria um lucro econômico equivalente a \$ 5, decorrente do valor

do benefício líquido de \$ 120, deduzido do valor do benefício líquido de \$ 115 que seria proporcionado pela alternativa C, que representa a melhor alternativa desprezada (custo de oportunidade).

4.4.2 CARACTERIZAÇÃO

Considerando que decisão consiste essencialmente da escolha de uma alternativa, o custo de oportunidade é intrínseco ao problema de decisão. Só existe decisão e, portanto, custo de oportunidade quando existirem alternativas que satisfaçam um mesmo objetivo, num contexto específico de decisão.

O custo de oportunidade é definido para um problema específico de decisão

Analisando o exemplo anterior, à luz das proposições dos autores mencionados, depreende-se que o custo de oportunidade somente pode ser determinado considerando um problema específico de decisão.

Isto significa que um determinado recurso econômico pode possuir um valor econômico diferente em função do uso que dele se deseja fazer.

Um imóvel, por exemplo, pode possuir um valor econômico de W unidades monetárias se for utilizado para instalações próprias, X se for destinado a aluguel, Y se for destinado à venda imediata e Z se for um investimento que se pretende manter por um determinado período, esperando-se uma valorização. Com esse exemplo, fica claro que os fluxos esperados de benefícios de um ou outro uso são diferentes. Na decisão de compra desse imóvel, já se tem o uso que dele se espera fazer, o que não significa que esse uso não se modifique ao longo do tempo. Mas, se mudar a finalidade de um ativo, altera-se também o seu valor econômico para o agente que o utiliza.

O critério de avaliação desses fluxos é sempre o mesmo: o valor presente do fluxo futuro de benefícios líquidos, sendo que esses benefícios são avaliados pelo custo de oportunidade de obtenção no mercado dos recursos ou serviços que dele se espera (melhor preço de mercado).

Como esses fluxos não ocorrem imediatamente, há que se considerar o valor do dinheiro no tempo, que também é dado pelo custo de oportunidade de obtenção (captação) dos recursos financeiros.

Existe custo de oportunidade da obtenção e custo de oportunidade do uso de um recurso econômico

Tendo em vista que o custo de oportunidade existe para uma situação específica de decisão, pode-se aceitar a idéia de que o valor de um recurso é diferente conforme as diversas situações de decisão que definem o que dele se espera. Assim, o custo de oportunidade de obtenção de um recurso econômico é diferente do custo de oportunidade de utilização desse mesmo recurso.

Na decisão de obtenção (compra, aquisição ou captação) de um determinado recurso, o custo de oportunidade é dado pela melhor alternativa encontrada no mercado para obtê-lo, isto é, ao menor preço de mercado, nas mesmas condições requeridas.

Numa decisão de uso (utilização ou aplicação), o custo de oportunidade é definido pelo valor da melhor alternativa encontrada no mercado para utilizá-lo, isto é, ao maior preço de mercado encontrado, nas mesmas condições requeridas.

O valor econômico de um recurso é o custo de oportunidade

O valor econômico de um ativo é o seu custo de oportunidade, que corresponde à melhor alternativa desprezada no mercado quando de uma decisão.

Desse modo, o resultado agregado pela escolha de uma alternativa é a diferença entre o benefício efetivamente obtido e o que seria possível de ser obtido na melhor alternativa desprezada. Essa diferença corresponde ao verdadeiro resultado agregado pela transação, tendo em vista que o benefício da melhor alternativa desprezada é tão real quanto a alternativa escolhida. Isto significa que o custo de oportunidade é potencialmente tão capaz de alterar o patrimônio da empresa como os custos históricos.

Custo de oportunidade e otimização de resultados

O problema da otimização do uso de recursos econômicos passa, num primeiro momento, por uma questão física e, posteriormente, por uma questão econômica¹⁰. A questão física está relacionada a restrições de volumes físicos, quantidades, produtividade, eficiência, prazos – enfim todas as variáveis que limitam fisicamente as atividades. Essas restrições existem no processo operacional das atividades e, portanto, limitam o lucro. Se não houvesse restrições, o lucro seria infinito.

¹⁰ O modelo de mensuração proposto neste trabalho baseia-se na realidade física e operacional da empresa, com base na premissa de que todas as ocorrências físicas refletem-se nos seus resultados econômicos. Desse modo, a otimização do resultado econômico da empresa implica a melhor disposição dos seus recursos econômicos entre as suas áreas, atividades e produtos, considerando as restrições físicas existentes.

Observa-se, no entanto, que, na medida em que existem diferentes alternativas de satisfação de uma necessidade (objetivo), a custos também diferentes, surge a possibilidade de otimização econômica. A otimização econômica, nesse caso, corresponde ao melhor lucro possível, diante das alternativas e restrições existentes.

Desse modo, um modelo econômico de decisão deveria permitir a otimização física do uso dos recursos, à medida que um agente econômico possua diferentes alternativas para atender às suas necessidades. As variáveis contempladas nos modelos de decisão, assim como os conceitos utilizados para mensuração dos seus impactos, deveriam proporcionar ao tomador de decisão uma certa sensibilidade em relação às possibilidades de otimização tanto de obtenção como de uso dos recursos econômicos. O conceito que permite esse tipo de diagnóstico é o custo de oportunidade.

O custo de oportunidade é o parâmetro de decisão

O uso do custo de oportunidade para a mensuração do valor econômico dos ativos e passivos de uma entidade significa incorporar um parâmetro de alta qualidade para a tomada de decisões dos gestores.

Decisões de obtenção de um recurso são tomadas e avaliadas em relação à melhor alternativa existente no mercado para obtenção dos benefícios desejados. Do mesmo modo, decisões de utilização de um recurso são tomadas e avaliadas em relação à melhor alternativa de uso desses recursos.

O custo de oportunidade não é uma ficção

Num contexto de decisão, é fundamental que as alternativas consideradas sejam efetivas e estejam imediatamente disponíveis no mercado. Efetivas, porque as

alternativas consideradas devem ser realmente possíveis de serem conseguidas. Imediatamente disponíveis, porque o momento da tomada de decisão configura uma oportunidade única de otimização de resultados. A escolha de uma alternativa (decisão) implica renúncia de oportunidades, considerando a possibilidade de se auferir ganhos noutras alternativas.

Se as alternativas consideradas não atenderem a esses requisitos, o valor que se pretende espelhar o custo de oportunidade não passa de uma ficção, e os efeitos de uma decisão que o tome como parâmetro podem ser prejudiciais à empresa.

HEYMANN & BLOOM (1990, p.12) consideram que, num contexto de decisão, as alternativas devem ser:

- a) completas – devem ter sido identificadas todas as alternativas disponíveis;
- b) perfeitas – todas as alternativas devem ser alcançáveis sem custos adicionais;
- c) livres – todas as alternativas devem ser alcançáveis sem barreiras ou restrições.

Uma transação realizada entre dois agentes econômicos pode proporcionar lucro econômico para ambos

Tendo em vista que o valor econômico de um determinado recurso pode variar de um agente econômico para outro, em função dos seus custos de oportunidade, é possível que dois agentes obtenham lucro econômico num negócio realizado entre ambos. Essa noção é uma explicação racional para a troca de bens numa economia.

Desse modo, o valor econômico de um ativo ou passivo, para um determinado agente econômico, é determinado pelo seu custo de oportunidade, que considera as

alternativas disponíveis para obtenção ou uso dos recursos ou serviços a eles identificados no mercado.

Isso explica, em parte, o motivo pelo qual os bens são trocados na economia: o valor econômico de um mesmo bem pode ser diferente entre os diversos agentes econômicos, de modo que uma transação realizada entre dois agentes econômicos pode proporcionar lucro econômico para ambos.

4.4.3 REQUISITOS

Diante dos pontos estudados nas seções anteriores, conclui-se que a utilização do conceito de custo de oportunidade no contexto das decisões de uma empresa deve respeitar os seguintes requisitos:

- a) as alternativas consideradas devem ser reais;
- b) as alternativas consideradas devem estar disponíveis no momento da decisão, tendo em vista que a escolha de uma alternativa em detrimento de outra requer a garantia de que essa outra alternativa possa ser realmente concretizada;
- c) o valor do custo de oportunidade de um recurso é dado pelo mercado e não internamente. O que a empresa decide é o uso que se fará dele e, por isso, o seu valor econômico nem sempre corresponde a o preço de mercado. Os custos de oportunidade não são manipuláveis internamente, visto que o mercado é que “decide” os preços dos recursos;
- d) as alternativas consideradas devem estar delimitadas no âmbito da autoridade e responsabilidade da área efetivamente capaz de proporcionar os benefícios alternativos;

e) as alternativas delimitam-se num contexto de decisão específico (obtenção ou uso) sobre os recursos. A decisão de compra ou obtenção de um determinado recurso requer que se considerem as alternativas existentes para obtenção dos serviços que dele se deseja extrair. Do mesmo modo, a decisão de utilizar um determinado recurso requer que sejam considerados os possíveis usos alternativos que dele se pode fazer.

Esses requisitos orientam a definição dos custos de oportunidade numa Instituição financeira, conforme se apresenta a seguir.

4.4.4 OS CUSTOS DE OPORTUNIDADE NUMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Conceitualmente, o custo de oportunidade dos recursos financeiros para uma Instituição financeira representa as melhores alternativas de captação e aplicação de recursos do ponto de vista do banco como um todo. Essas alternativas são delimitadas no âmbito da sua missão, do seu modelo de gestão, das suas políticas e até mesmo dos princípios éticos que regem as suas atividades.

O uso do conceito de custo de oportunidade na gestão dos negócios de uma Instituição financeira é capaz de induzir as decisões dos gestores, que normalmente ocorrem de maneira descentralizada, para as alternativas que mais interessam à organização como um todo, estimulando a congruência de objetivos entre as diversas áreas da instituição.

O uso do conceito permite identificar a verdadeira contribuição das operações tanto para os resultados dos pontos que comercializam recursos financeiros, como para os resultados da instituição como um todo. Desse modo, operações que eventualmente não cubram o custo de oportunidade da empresa não devem ser realizadas, tendo em vista a existência de melhores alternativas.

Normalmente, a Tesouraria Central é a área capaz de proporcionar alternativas efetivas e imediatas, por meio dos mercados de recursos nos quais atua. Por isso, os custos de oportunidade de uma instituição financeira delimitam-se no contexto dessa área e não, por exemplo, das agências.

O custo de oportunidade das operações financeiras diferencia-se conforme a decisão de captação e aplicação de recursos, do seguinte modo:

- a) custo de oportunidade de captação: definido pela melhor alternativa por meio da qual a Tesouraria Central pode de fato captar recursos do mercado. Assim, a margem de captação de uma operação realizada num ponto comercial é dada pela redução de custos de captação por ela obtida ao captar recursos a uma taxa inferior àquela que a Tesouraria Central obteria no mercado;
- b) custo de oportunidade de aplicação: definido pela melhor alternativa de aplicação de recursos pela Tesouraria Central no mercado. Assim, a margem de contribuição de uma operação de aplicação realizada por um ponto comercial é definida pela diferença entre a taxa efetivamente praticada e o custo de oportunidade de aplicação de recursos. A margem de aplicação atribuída a uma unidade aplicadora é o acréscimo de receitas financeiras de aplicação gerado pela aplicação de recursos a uma taxa superior àquela que a Tesouraria Central conseguiria aplicar no mercado.

Desse modo, a mensuração de resultados guarda coerência com o papel esperado das áreas como unidades de negócio, sejam elas pontos comerciais ou mesas de operações.

A justificativa para a existência de um ponto comercial é a realização de negócios em condições melhores do que as possíveis na Tesouraria Central.

Da mesma forma, as taxas praticadas pela mesa de operações são confrontadas com os custos de oportunidade do banco, evidenciando as margens de contribuição das suas operações.

Essa sistemática é viabilizada pela implementação do conceito de Central de Recursos. A Central de Recursos configura-se como um banco interno, isto é, um "banco dentro do banco". Delimita-se no âmbito da Tesouraria Central, que tem a missão de assegurar o fluxo de recursos necessários para a continuidade das operações do banco.

A Central de Recursos é uma unidade que compra e vende todos os recursos obtidos e demandados pelas demais áreas do banco.

O saldo de recursos financeiros na Central de Recursos é sempre igual a zero, tendo em vista que eventuais sobras de caixa, assim como a falta de recursos, deve ser objeto de decisão da Tesouraria Central. Mesmo que a decisão seja manter os recursos em caixa, esses recursos devem ser "sacados" do Caixa Central e "depositados" no caixa específico da área que decidiu mantê-los disponível. Essa decisão caracteriza-se como uma aplicação de recursos, e a manutenção de recursos em caixa implica a cobrança do custo de oportunidade sobre o valor mantido, além das perdas monetárias decorrentes das variações no poder aquisitivo da empresa.

Ao captarem recursos, as áreas os transferem imediatamente para a Central de Recursos, constituindo um ativo que permanecerá enquanto durarem os passivos correspondentes. Contrariamente, quando aplicam recursos, as áreas os obtêm junto à Central de Recursos, constituindo um passivo que permanecerá durante a vida dos respectivos ativos. Durante a manutenção dos ativos, são cobrados das áreas responsáveis os custos de oportunidade, enquanto, sobre os passivos, essas áreas recebem o custo de oportunidade.

Essa sistemática é representada na Figura 14:

Figura 14 – A sistemática de transferência interna de recursos, adaptada de OLIVEIRA & PEREIRA (1999, p.11)

Os preços de transferência dos recursos entre as Unidades de Negócios (pontos-de-venda, agências) e a Central de Recursos é definido, portanto, pelo custo de oportunidade do banco, com base em alternativas reais, factíveis, disponíveis.

Desse modo, assegura-se que o que se ganha (margem de contribuição) quando uma Unidade de Negócios realiza uma transação de captação é a diferença entre o custo efetivo e o custo da melhor alternativa de captação desprezada na Central para obtenção de recursos nas mesmas condições no mercado, ou seja, obtenção de um fluxo de caixa equivalente.

Na aplicação, a margem de uma transação realizada por uma Unidade de Negócios corresponde à diferença entre a receita efetiva e o custo da melhor alternativa renunciada na Central para aplicação dos recursos em condições que trouxessem um fluxo de caixa equivalente.

Ressalte-se que a não existência de alternativas de captação ou aplicação em determinadas modalidades de operações, tais como empréstimos e repasses com recursos e/ou destinações específicas (como as realizadas com recursos do FGTS, BNDES, BIRD e outras instituições de fomento) implica que sejam considerados os custos e receitas efetivas das operações. Nesse caso, o custo de oportunidade da decisão está relacionado à realização ou não da operação. Se realizada, obtém-se como benefício líquido a diferença entre as taxas efetivas de aplicação e de captação. Se não realizada, essa margem é igual a zero. Assim, também nesse caso, verifica-se a existência de custo de oportunidade, que é intrínseco à decisão. Em toda situação em que se requeira uma decisão, existe um custo de oportunidade.

A identificação da melhor alternativa de captação e da melhor alternativa de aplicação ocorre por meio da composição de uma cesta de alternativas de captação e aplicação, na Central de Recursos. As taxas das alternativas consideradas podem divergir em termos de periodicidade e, por isso, devem ser transformadas em taxas efetivas.

Além disso, todas as taxas devem ser reais, isto é, descontadas dos efeitos da inflação específica da empresa (dada por um IIP – Índice Interno de Preços).

A Figura 15 exemplifica um conjunto de opções de captação e aplicação de recursos que compõem uma cesta de alternativas, com a finalidade de identificar os custos de oportunidade dos recursos financeiros numa Instituição financeira:

Figura 15 – Cesta de alternativas de captação e aplicação para a identificação dos custos de oportunidade dos recursos financeiros de uma instituição financeira

CAPTAÇÃO				APLICAÇÃO			
ALTERNATIVAS	TAXA NOMINAL	TAXA EFETIVA (mês)	TAXA REAL (mês)	ALTERNATIVAS	TAXA NOMINAL	TAXA EFETIVA (mês)	TAXA REAL (mês)
CDI				CDI			
Redesconto				LBC			
				NTN			
				LFT			
...				...			

O custo de oportunidade da captação corresponderá, então, à menor taxa real de captação identificada no “mercado de recursos”, que constitui a fonte à qual a Tesouraria Central recorre para suprir (real e imediatamente) as necessidades de fundos. As diferenças entre as taxas realizadas e o custo de oportunidade da captação pertencem às respectivas áreas que tomaram a decisão.

Por outro lado, o custo de oportunidade da aplicação corresponde à maior taxa de aplicação identificada no “mercado de recursos”, no qual a Tesouraria aplica efetivamente os excessos de recursos de uma Instituição financeira. O lucro decorrente da decisão de

aplicação a taxas melhores do que o custo de oportunidade pertence à respectiva área de responsabilidade que a tomou.

A diferença entre as taxas de oportunidade de captação e aplicação de recursos pertence à Tesouraria Central, e representa, do ponto de vista econômico, a sua contribuição para a formação dos resultados do banco pelo serviço prestado, considerando a sua missão de equilibrar o fluxo financeiro do banco, assegurando os recursos necessários à sua continuidade.

Desse modo, atendem-se os requisitos relacionados ao uso do conceito de custo de oportunidade para a avaliação de resultados, considerando que as alternativas consideradas são reais e imediatamente possíveis de ser obtidas quando de uma decisão. Ao emprestar recursos, o que o banco abandona é a possibilidade de aplicá-los alternativamente na melhor alternativa efetiva e imediatamente disponível no mercado de recursos. Ao captar recursos, o que o banco abandona é a melhor alternativa de captá-los no mercado de recursos.

Note-se que a diferença de taxas de oportunidade de captação e aplicação oscila, à medida que as taxas de captação e aplicação, numa economia, aproximem-se ou se distanciem. Do ponto de vista econômico, esse fenômeno indica algum grau de viabilidade da atividade financeira. À medida que as taxas se distanciem, pode-se esperar margens maiores. À medida que se aproximem, as margens ficam menores.

4.5 REQUISITOS DOS MODELOS DE DECISÃO ECONÔMICA

Do estudo dos conceitos apresentados neste capítulo, são deduzidos os requisitos que devem ser atendidos pelos modelos decisórios, com vistas a permitir a otimização dos resultados econômicos da empresa, conforme apresenta o Quadro 8:

Quadro 8 – Requisitos dos modelos de decisão

SE	ENTÃO
O resultado econômico é o indicador da eficácia da empresa.	<ul style="list-style-type: none"> • As decisões devem ter como critério de escolha o melhor resultado econômico das alternativas disponíveis. • Devem ser mensurados todos os efeitos das decisões sobre os resultados econômicos da empresa.
O resultado econômico decorre da variação do patrimônio da empresa, que deve espelhar o seu valor econômico.	<ul style="list-style-type: none"> • Os modelos de decisão devem considerar os impactos das decisões sobre o valor econômico da empresa. • Ativos e passivos envolvidos num problema de decisão devem ser avaliados pelo seu valor econômico.
Os resultados econômicos nascem dos eventos econômicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Os modelos decisórios devem ser estruturados sobre os eventos econômicos.
Os eventos econômicos agregam transações de mesma natureza.	<ul style="list-style-type: none"> • Os modelos decisórios baseados em eventos atendem ao conjunto de transações a que se referem.
Os eventos econômicos são ocorrências físicas que ocorrem no processo das atividades da empresa.	<ul style="list-style-type: none"> • Os modelos de mensuração devem espelhar a realidade física e operacional da empresa.

Os eventos econômicos são transações de "troca" que ocorrem num determinado momento do tempo (pontuais) ou durante a passagem do tempo (tempo-conjunturais).	<ul style="list-style-type: none"> • Devem ser reconhecidos os efeitos econômicos pontuais e tempo-conjunturais das decisões.
O evento econômico decorre de variáveis que implicam custos e receitas para a empresa.	<ul style="list-style-type: none"> • As variáveis do problema de decisão devem ser estruturadas na forma de receitas e custos relevantes.
Os eventos econômicos devem ser planejados e controlados.	<ul style="list-style-type: none"> • Os modelos de decisão são únicos para todas as fases do processo de gestão. • Os modelos de decisão devem integrar-se ao modelo de informação de avaliação de resultados e desempenhos (planejado "versus" realizado).
Os eventos econômicos identificam-se a diferentes objetos de avaliação na empresa (produtos, áreas, atividades e outros)	<ul style="list-style-type: none"> • Os modelos de decisão baseados em eventos devem permitir a tomada de decisão sobre os diferentes objetos de avaliação.
Os eventos econômicos ocorrem no âmbito de responsabilidade de um gestor específico.	<ul style="list-style-type: none"> • O modelo decisório deve considerar apenas as variáveis ligadas aos eventos (provocados ou não) sob responsabilidade do gestor.
O valor econômico de um ativo se refere ao seu potencial de geração de benefícios futuros, descontados por uma taxa de custo de oportunidade de captação.	<ul style="list-style-type: none"> • Os ativos financeiros devem ser avaliados pelo valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pelo custo de oportunidade de captação.
O valor econômico de um passivo se refere ao seu potencial de geração de sacrifícios futuros, descontados por uma taxa de custo de oportunidade de aplicação.	<ul style="list-style-type: none"> • Os passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor presente do fluxo caixa futuro, descontado pelo custo de oportunidade de aplicação.

O valor econômico de um ativo ou passivo pode se alterar ao longo do tempo.	<ul style="list-style-type: none"> • Devem ser identificadas e reconhecidas as causas relevantes das variações do valor econômico dos ativos e passivos.
As variações do poder aquisitivo da empresa afetam a sua riqueza.	<ul style="list-style-type: none"> • Os modelos decisórios devem reconhecer os efeitos da variação do poder aquisitivo da empresa.
A moeda corrente não expressa as variações do poder de compra da empresa.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve ser adotada uma moeda interna que represente a variação dos preços dos recursos consumidos especificamente pela empresa. • Todos os valores devem ser expressos na moeda interna da empresa, e convertidos para a moeda corrente quando necessário.
O custo de oportunidade existe em qualquer problema de decisão.	<ul style="list-style-type: none"> • Os modelos decisórios devem reconhecer o custo de oportunidade da empresa.
O custo de oportunidade é dado pela melhor alternativa desprezada que existe no mercado.	<ul style="list-style-type: none"> • O custo realizado de uma decisão deve ser confrontado com o custo da melhor alternativa existente no mercado, que é desprezada quando da decisão. • As decisões de captação e aplicação de recursos possuem custos de oportunidade diferentes.
O custo de oportunidade representa o valor econômico de um recurso.	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos transferidos internamente devem ser avaliados pelo custo de oportunidade (preço de transferência). • Os preços de transferência não devem ser manipulados.
O custo de oportunidade de um recurso é dado pela melhor alternativa de obter os serviços desse recurso no mercado.	<ul style="list-style-type: none"> • O custo de oportunidade da captação de recursos financeiros é dado pela melhor alternativa de obtenção do fluxo de caixa.
O custo de oportunidade se refere a alternativas efetivas e imediatamente disponíveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Os modelos decisórios devem assegurar que a escolha de uma alternativa proporcione ganhos efetivos para a empresa.

CAPÍTULO 5 – MODELO DE MENSURAÇÃO APLICADO AOS MODELOS DE DECISÃO DOS PRINCIPAIS EVENTOS ECONÔMICOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Neste capítulo, os conceitos estudados anteriormente são aplicados aos principais eventos econômicos de instituições financeiras, caracterizando os seus respectivos modelos de decisão e mensuração econômica.

A atividade básica de uma instituição financeira realiza-se por meio de operações de captação e aplicação de recursos financeiros. Para cada um desses grupos de operações (captação e aplicação), são identificados os eventos econômicos e estudados os seus efeitos operacionais, financeiros, econômicos e patrimoniais, com vistas à caracterização dos seus respectivos *modelos decisórios*, que incluem os conceitos de mensuração propostos. Para esse propósito, utilizamo-nos de exemplos numéricos por meio dos quais são ilustrados e discutidos os conceitos apresentados.

Ao final, é analisada a integração desses modelos ao *modelo de acumulação* e ao *modelo de informação* para fins de avaliação de resultados e desempenhos.

Metodologicamente, neste capítulo, realizam-se experimentações conceituais que consistem em testes de falseamento da hipótese central assumida. De acordo com o método hipotético-dedutivo proposto por POPPER, os testes de falseamento assumem a forma de tentativas de *negação do conseqüente (modus tollens)*. Um *conseqüente* corresponde a uma dedução da hipótese central. Tem-se presente a idéia de que quanto mais falseável for uma hipótese, mais científica ela será, e será mais falseável quanto maior for o seu conteúdo informativo e empírico.

5.1 OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO

As operações de captação de recursos de um banco são também denominadas operações passivas, e decorrem das suas atividades de captação de recursos financeiros, que normalmente são realizadas de forma descentralizada, por unidades de negócios e pela área financeira, por meio de uma mesa de operações. Dentre as funções da área financeira, estão o estabelecimento de políticas e a formação das taxas do banco, determinando limites mínimos e máximos de taxas, conforme os volumes, os prazos e os tipos de operação. Esses limites devem ser respeitados pelas unidades de negócios, de modo que, qualquer operação que os exceda, deve ser autorizada pela área financeira. Com essas características, esses limites assumem o caráter de “padrões físicos” e “padrões de taxas” (preços) das operações.

5.1.1 ASPECTOS FÍSICO-OPERACIONAIS

As operações de captação se caracterizam pelo recebimento, por parte do banco, de uma determinada quantia de recursos financeiros, assumindo, em contrapartida, passivos financeiros, por um determinado período, com ou sem encargos financeiros, perante os seus clientes-fornecedores.

Esses aspectos caracterizam o fluxo financeiro da operação, conforme apresenta a Figura 16:

Figura 16 – Fluxo financeiro de uma operação de captação de recursos

Nessas operações, o banco obtém recursos no mercado financeiro diretamente, por meio de recebimentos de depósitos à vista e depósitos a prazo, ou indiretamente, por meio de recebimento de títulos, contas de utilidades (água, luz, telefone), tributos etc.

Os depósitos à vista caracterizam-se pela existência de contas-correntes nas quais os clientes depositam e mantêm volumes de recursos financeiros à disposição da instituição, normalmente sem remuneração (juro) e com liquidez imediata. Essas contas recebem depósitos em cheques, que são encaminhados à câmara de compensação, sendo convertidos posteriormente em recursos à disposição do cliente. A qualquer momento, o cliente pode dispor dos recursos depositados, e normalmente ele o faz por meio de saques em dinheiro ou em cheque.

Os depósitos a prazo se caracterizam pelo recebimento de recursos financeiros pela instituição bancária, a qual assume o compromisso de remunerar o volume depositado pelo cliente, com base em condições previamente estabelecidas (prazo, taxa, índice de atualização monetária). Exemplos desse tipo de operação são o RDB – Recibo de Depósito Bancário – e o CDB – Certificado de Depósito Bancário.

As taxas dessas operações podem ser prefixadas ou pós-fixadas. Ambas as taxas são determinadas no momento da contratação da operação. Entretanto, nas operações com taxa prefixada, o montante de recursos financeiros pelo qual será liquidada a

operação é conhecido já no momento da sua contratação. Nas operações com taxa pós-fixada, o montante a ser desembolsado pelo banco depende de alguma outra variável que, embora seja conhecida já no momento da contratação, o seu valor será fixado posteriormente, com base na variação de algum indicador econômico (TR, IGP, US\$) existente no mercado, que também é previamente definido. Esses indicadores econômicos são denominados "indexadores" e as operações financeiras indexadas são ditas "pós-fixadas".

Indiretamente, o banco capta recursos por meio de recebimento de contas, impostos, cobrança de títulos e da prestação de outros serviços. Esses recursos são denominados, na terminologia bancária usual, "recursos em trânsito de terceiros". Os recursos obtidos desse modo permanecem no banco por um determinado período e são repassados para os seus credores, numa data futura, sendo, em alguns casos, acrescidos de atualização monetária e/ou juros.

Uma parcela do volume de recursos captados, por tipo de operação (depósitos à vista, depósitos a prazo e recursos em trânsito de terceiros), é recolhida obrigatoriamente ao Banco Central, com base em alíquotas e regras especificadas. Os recolhimentos compulsórios incidentes sobre *depósitos à vista* e *recursos em trânsito de terceiros* são efetuados e mantidos no Banco Central numa espécie de conta corrente, sem qualquer remuneração. Por outro lado, os recolhimentos compulsórios incidentes sobre *depósitos a prazo* são, normalmente, efetuados em títulos do governo e, por isso, são remunerados. As alíquotas incidentes e regras aplicáveis aos depósitos compulsórios são objetos de legislação específica, e se alteram constantemente conforme a política monetária adotada pelo governo. Para as finalidades deste trabalho, assume-se a simplificação de que os depósitos compulsórios definem o volume de recursos disponíveis para os bancos e, por isso, restringem as suas oportunidades de aplicação e as taxas dos recursos. No modelo proposto, esse efeito é capturado pela diferenciação da taxa de oportunidade de cada tipo de operação de captação, conforme a alíquota incidente e a taxa de remuneração sobre a parcela de recursos não-disponível. Essa taxa influencia o

valor econômico do passivo. Desse modo, captar \$ 100 unidades monetárias num ou noutro tipo de operação pode gerar impactos econômicos diferentes para o banco. Ao capturar esses efeitos, o modelo proposto permite a identificação das melhores oportunidades de captação de recursos, considerando as restrições legais (compulsórias), de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas que contribuam para otimizar os resultados do banco.¹¹

As operações passivas de um banco resultam das suas atividades de captação de recursos. Essas atividades se caracterizam pelo recebimento de uma determinada quantia de recursos financeiros (ativo), mediante a assunção de um compromisso (passivo) de desembolsar uma determinada quantia de recursos financeiros.

No caso do recebimento de *depósitos à vista*, o banco assume o compromisso de manter a quantia de dinheiro depositada pelo cliente à sua disposição, a qualquer momento, sem assumir encargos financeiros.

No caso de *depósitos a prazo*, o banco assume o compromisso de desembolsar, no futuro, a quantia depositada pelo cliente acrescida de alguma remuneração, mediante condições previamente estabelecidas, tais como: prazo, índice de atualização monetária e taxa de juro.

Basicamente, essas operações são lastreadas pela emissão de um título, pelo banco, denominado Certificado de Depósito Bancário (CDB) ou Recibo de Depósito Bancário (RDB), conforme seja emitido, respectivamente, um certificado ou apenas um recibo de depósito. Antigamente, no Brasil, os CDB podiam ser negociados livremente pelo cliente no mercado, mediante transferência da posse do título, antecipando-lhe

¹¹ A título de ilustração, recordamos um período da economia brasileira, quando os bancos julgavam mais interessante captar depósitos a prazo, mesmo tendo de pagar uma taxa de juro ao cliente, do que captar depósitos à vista, que não gerava custo financeiro para o banco, tendo em vista as alíquotas e taxas de remuneração dos depósitos compulsórios vigentes.

recursos com um deságio do seu valor; enquanto os RDB deveriam ser resgatados somente no seu vencimento e na instituição bancária emitente. Atualmente, a legislação brasileira não permite esse tipo de negociação, o que faz com que essas duas modalidades de operações não se diferenciem fundamentalmente.

Após contratadas, normalmente essas operações são mantidas no patrimônio do banco até o seu vencimento, quando, então, poderão ser liquidadas ou renovadas, isto é, reaplicadas pelo cliente, o que constitui um novo depósito, em condições que podem ser diferentes da operação original. Eventualmente, essas operações podem ser liquidadas antecipadamente, o que envolve uma renegociação com o cliente. A liquidação de uma operação passiva é denominada "saque" ou "resgate", e é caracterizada pela baixa do passivo mediante uma redução simultânea do ativo do banco.

5.1.2 IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS ECONÔMICOS

No fluxo físico-operacional das operações de captação, conforme exposto, observa-se a existência dos seguintes eventos econômicos, que constituem ocorrências potencialmente capazes de impactar o patrimônio do banco:

- a) *captação*, que se caracteriza pela entrada de um ativo e de um passivo financeiro;
- b) *tempo-conjunturais*, que se caracterizam pela manutenção dos recursos e do passivo no patrimônio do banco, durante um período de tempo; e
- c) *resgate*, que se caracteriza pela saída de recursos financeiros e do passivo anteriormente constituído.

5.1.3 CAPTAÇÃO

Ao captar recursos, são incorporados ao patrimônio do banco, simultaneamente, um ativo financeiro (caixa) e um passivo financeiro (depósitos).

Conforme discutido anteriormente, o valor econômico do ativo obtido corresponde ao valor à vista da quantidade de moeda disponibilizada. O valor econômico do passivo corresponde ao valor presente do fluxo de recursos que serão sacrificados futuramente, considerando a inflação e o custo de oportunidade do banco. O valor futuro do passivo corresponde ao montante recebido, acrescido, quando for o caso, dos encargos financeiros, que envolvem atualização monetária e juros sobre esse capital.

Nem sempre o valor futuro de um passivo é conhecido no momento da contratação da operação. Esse valor somente é conhecido quando as taxas das operações são prefixadas. Noutra condição qualquer, isto é, quando as taxas são pós-fixadas, o valor futuro dependerá da variação de um índice (indexador), que é determinado no momento da realização da transação. Esse índice normalmente funciona como uma certa garantia ao cliente de que será reposta a inflação ocorrida até o vencimento da operação. Se considerada a inflação específica de cada consumidor, isso nem sempre será verdade, e o consumidor estará sujeito a ganhos ou perdas líquidas, conforme as oscilações de preços dos recursos específicos que ele consome sejam, respectivamente, inferiores ou superiores às variações do indexador contratado.

Desse modo, o valor futuro do passivo corresponde à quantidade nominal de moeda corrente que será despendida (sacrificada) em determinado(s) momento(s) do tempo, para liquidar a operação contratada. A quantidade de moeda corrente, entretanto, não expressa a variação do poder aquisitivo dessa moeda para o banco. Para se conhecer o valor desse fluxo futuro, considerando as possíveis oscilações do poder aquisitivo da empresa, é preciso descontá-lo com base numa expectativa de variação do IIP, isto é, do Índice Interno de Preços da empresa. Não reconhecer os efeitos das

oscilações do poder aquisitivo específico da empresa sobre os seus passivos seria o mesmo que considerar que uma unidade monetária corrente terá, no futuro, o mesmo poder de compra atual para a empresa. Além de irrealista, essa hipótese “mascara” a verdadeira situação patrimonial (balanço) e a variação da riqueza (resultado) da empresa, conquanto a sua riqueza poderia estar aumentando nominalmente, embora o seu poder de compra pudesse estar diminuindo em maior proporção, o que demonstraria, na verdade, o declínio da sua capacidade de reposição dos recursos necessários para a continuidade das suas atividades. Se a continuidade da empresa requer, no mínimo, a reposição dos recursos consumidos em suas atividades, então a mensuração do impacto causado pelas variações dos índices internos de preços da empresa sobre os seus ativos e passivos assume grande relevância.

Por último, cabe considerar a necessidade de reconhecimento do custo de oportunidade dos recursos que serão sacrificados futuramente. Esse custo de oportunidade corresponde à taxa pela qual os recursos serão transferidos (preço de transferência) da unidade que realizou o negócio, aqui denominada Unidade Captadora, para a Central de Recursos, que é responsável pela gestão da liquidez da instituição. A Central de Recursos remunerará a Unidade Captadora conforme a melhor alternativa de captação existente e imediatamente disponível no mercado financeiro, no momento da realização da operação, como se ela (Central de Recursos) estivesse captando recursos desse mercado.

Para o estudo dos conceitos envolvidos neste e nos demais eventos econômicos das operações de captação, baseamo-nos num exemplo numérico, considerando os seguintes dados:

DADOS DO EVENTO CAPTAÇÃO

Em T0, uma Unidade de Negócios do banco captou o valor nominal de \$ 100.000,00, pelo prazo de 30 dias a uma taxa pós-fixada de 2% ao mês (efetiva), indexada por um índice de mercado, ora denominado IAM – Índice de Atualização Monetária. Em T0, o valor do IAM é igual a 1,0000. Estima-se que o mesmo sofrerá uma variação de 2% no período, ou seja, em T30 (data do vencimento da operação) será equivalente a 1,0200. Na data da realização da operação, o custo de oportunidade do banco é de 4,5% a.m., e o Índice Interno de Preços (IIP), que mede a inflação específica do banco, é de 1,00. Há uma expectativa de que a inflação específica do banco seja de 1% no período, de modo que o IIP em T30 deverá ser de 1,01. Esses dados são resumidos abaixo:

Valor Nominal Captado =	100.000,00
Prazo =	30 dias
Taxa de Juro (pós-fixada)=	2,0% a.m.
Índice de Atualização Monetária em T0 =	1,00
Índice de Atualização Monetária em T30 =	1,02
Custo de Oportunidade - Aplicação =	4,5% a.m.
Índice Interno de Preços em T0 =	1,00
Índice Interno de Preços em T30 =	1,01

FLUXO DE CAIXA EM MOEDA CORRENTE

Com base nesses dados, é possível se construir o seguinte fluxo de caixa, em moeda corrente (nominal), conforme apresentado na Figura 17:

Figura 17 – Fluxo de caixa do evento captação, em moeda corrente

Por esse fluxo, visualiza-se que o recebimento do depósito em T0 corresponde a uma entrada de caixa de \$ 100.000,00. Em T30, o valor nominal a ser desembolsado é de \$ 104.040,00, que corresponde ao valor recebido em T0, atualizado monetariamente pelo IAM (\$ 2.000,00) e acrescido dos juros contratuais (\$ 2.040,00), conforme segue:

$$\text{Valor Nominal} = \text{Valor Recebido} = 100.000,00$$

$$\text{Atualização Monetária} = \text{Valor Nominal} \times [(\text{IAM}_{30} / \text{IAM}_0) - 1] =$$

$$= 100.000,00 \times [(1,02 / 1,00) - 1] = 2.000,00$$

$$\text{Juro} = (\text{Valor Nominal} + \text{Atualização Monetária}) \times [(1 + i)^{n/30} - 1] =$$

$$= (100.000,00 + 2.000,00) \times [(1 + 2\%)^{30/30} - 1] = 2.040,00$$

$$\text{Valor Futuro} = \text{Valor Nominal} + \text{Atualização Monetária} + \text{Juro} =$$

$$= 100.000,00 + 2.000,00 + 2.040,00 = 104.040,00$$

Onde:

IAM_n = Índice de Atualização Monetária na data n

i = taxa de juro contratada (efetiva)

n = prazo da operação (em dias)

FLUXO DE CAIXA EM MOEDA CONSTANTE

Conforme discutido, os valores que compõem o fluxo de caixa dessa operação, em moeda corrente, não expressam o verdadeiro impacto que são capazes de causar na riqueza da empresa, quando consideradas as variações esperadas no seu poder de compra. Considerando que a expectativa de inflação específica da empresa é de 1% para o período, mensurada por um índice interno (IIP) que decorre da variação dos preços dos recursos que compõem a sua cesta de consumo, pode-se construir o seguinte fluxo de caixa, em moeda constante:

Figura 18 – Fluxo de caixa do evento captação, em moeda constante

Desse modo, o valor de \$ 100.000,00 recebido em depósito em T0, em moeda corrente, equivale a \$ 100.000,00 em moeda constante, tendo em vista que, nessa data, a paridade entre essas moedas é de 1/1. No entanto, o valor nominal do depósito, que em moeda corrente é de \$ 100.000,00, equivale a \$ 99.009,90 em moeda constante de T30, evidenciando o ganho monetário decorrente da inflação da empresa sobre o valor captado. Ao mesmo tempo, o custo que a empresa espera incorrer com atualização do valor captado, que em moeda corrente, é de \$ 2.000,00, equivale a \$ 1.980,20 em moeda constante de T30. Da mesma forma, o custo financeiro de \$ 2.040,00 em moeda corrente equivale a \$ 2.019,80 em moeda constante. Desse modo, o valor futuro a ser desembolsado pela empresa no vencimento da operação, em moeda constante, é de \$ 103.009,90, e equivale ao somatório do valor nominal do depósito, do custo de atualização monetária e do juro, conforme abaixo:

Valor Nominal do Depósito, em moeda constante de T30 =

$$= \text{Valor Nominal} / \text{IIP}_n = 100.000,00 / 1,01 = 99.009,90$$

Atualização Monetária, em moeda constante de T30 =

$$= \text{Atualização Monetária} / \text{IIP}_n = 2.000,00 / 1,01 = 1.980,20$$

Juro, em moeda constante de T30 =

$$= \text{Juro} / \text{IIP}_n = 2.040,00 / 1,01 = 2.019,80$$

Valor Futuro, em moeda constante =

$$= 99.009,90 + 1.980,20 + 2.019,80 = 103.009,90$$

Onde:

IIP_n = Índice Interno de Preços na data n

Valor Presente do Fluxo de Caixa em Moeda Constante

Considerando que, em T_0 , a melhor alternativa disponível para captação de recursos no mercado financeiro é de 4,5% ao mês (taxa real, livre da inflação interna), surgem duas importantes questões:

- 1) qual o valor econômico do passivo gerado na transação?
- 2) qual o valor agregado pela transação?

Conforme estudado anteriormente, o valor econômico do passivo corresponde ao valor presente do fluxo de recursos que serão sacrificados futuramente, descontado por uma taxa que represente o custo de oportunidade do banco no momento da realização da transação. Essa taxa é também o preço de transferência pelo qual a Unidade Captadora repassa os recursos captados para a Central de Recursos, que corresponde à melhor alternativa disponível para que esta área obtenha recursos no mercado financeiro.

O valor econômico do passivo assumido na transação é dado, então, pela seguinte equação, considerando todos os valores em moeda constante:

$$VP_0 = VF / (1+i_{oa})^n$$

Onde:

VP_0 = Valor Presente do Passivo na data da contratação da operação

VF = Valor Futuro do passivo

i_{oa} = taxa de custo de oportunidade de aplicação

n = prazo da operação até o vencimento

Desse modo, tem-se que o valor presente do passivo, em moeda constante, na data T_0 é igual a:

$$VP_0 = VF / (1 + i_{oa})^{n/30} = 103.009,90 / (1 + 4,5\%)^{30/30} = 98.574,07$$

Considerando o valor presente do passivo, o fluxo de caixa resultante dessa transação assume a seguinte configuração:

Figura 19 – Valor presente do fluxo de caixa da captação, em moeda constante

Analisando esse fluxo, nota-se claramente que os ativos e passivos resultantes da transação realizada possuem valores econômicos diferentes. O valor econômico do ativo corresponde à quantidade de moeda obtida à vista, isto é, \$ 100.000,00. O valor econômico do passivo corresponde ao valor presente do fluxo futuro de desembolsos, que é de \$ 98.574,07.

ANÁLISE PATRIMONIAL

Desse modo, a diferença entre o valor econômico do ativo (\$ 100.000,00) e o valor econômico do passivo (\$ 98.574,07) é de \$ 1.425,93, corresponde à variação patrimonial causada pela transação, conforme demonstra o Quadro 9:

Quadro 9 – Variação patrimonial do evento captação

Valor Econômico do Ativo	100.000,00
(-) Valor Econômico do Passivo	(98.574,07)
(=) Variação Patrimonial	1.425,93

Noutras palavras, esse resultado corresponde ao impacto patrimonial líquido causado pelo evento sobre a riqueza econômica da empresa. Ou, ainda, ao resultado econômico (valor agregado) pela transação, conforme representado no balanço patrimonial da Unidade Captadora, em moeda constante:

Quadro 10 – Balanço patrimonial da Unidade Captadora, em T0 – após a captação

ATIVO		PASSIVO	
Aplicações Internas	100.000,00	Exigibilidades	103.009,90
Conta Vinculada	98.574,07	(-) Juro Diferido	(4.435,83)
Conta Remunerada	1.425,93	(=) Valor Presente	98.574,07
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Resultado Econômico	1.425,93
Total	100.000,00	Total	100.000,00

No balanço da Unidade Captadora, o valor futuro do passivo corresponde às exigibilidades (\$ 103.009,90) e a diferença entre esse valor e o valor presente do passivo (\$ 98.574,07), que é de \$ 4.435,83, corresponde ao juro diferido (custo de oportunidade) da operação.

No ativo, figura o valor de \$ 100.000,00, que corresponde, em moeda constante, ao montante de recursos financeiros captados e transferidos totalmente para a Central de Recursos. Esse montante é segregado em duas contas:

- a) conta vinculada – que apresenta e acumula o valor presente dos passivos, ou seja, o montante de recursos que, aplicado à taxa de

oportunidade, assegura o pagamento dos passivos nos seus respectivos vencimentos; e

- b) conta remunerada – que apresenta os resultados acumulados pela unidade captadora ao longo do tempo, acrescidos de uma remuneração sobre os mesmos. Conforme discutido anteriormente, as unidades de negócios são tratadas, neste trabalho, como centros de investimentos. Desse modo, figuram nos balanços dessas unidades, além das operações ativas e passivas, os ativos fixos e os resultados econômicos acumulados ao longo de sua existência. Esses resultados são mantidos numa espécie de conta corrente na Administração Central, que a remunera com base numa taxa de mercado, que pode ser, inclusive, diferente da taxa de oportunidade de captação ou aplicação do banco. Na medida em que as unidades de negócios solicitam ou realizam investimentos (aquisição de equipamentos, tecnologia, instalações etc.), o valor desses investimentos é deduzido do saldo dessa conta, simultaneamente ao resultado do investimento realizado. Desse modo, as unidades de negócios passam a operar como “empresas dentro da empresa”, viabilizando-se um alto grau de autonomia para as unidades de negócios, sem perda de controle.

Na Central de Recursos, observa-se o seguinte impacto patrimonial do evento, na data da sua ocorrência:

Quadro 11 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, em T0 – após a captação

ATIVO		PASSIVO	
Disponibilidades		Captações Internas	100.000,00
Caixa Central	100.000,00	Conta Vinculada	98.574,07
		Conta Remunerada	1.425,93
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
			0,00
Total	100.000,00	Total	100.000,00

Os recursos transferidos da Unidade Captadora para a Central de Recursos constituem o saldo do Caixa Central, enquanto as captações internas mantêm os saldos da conta vinculada e da conta remunerada separadamente. Pontualmente, isto é, no momento da contratação da operação, não se observa resultado econômico na Central de Recursos. Na verdade, os resultados da Central de Recursos surgem da diferença entre as taxas pelas quais os recursos são transferidos internamente. Esses resultados, somados aos obtidos pela Mesa de Operações constituem os resultados da Gestão Financeira do banco.

Do ponto de vista global, o balanço patrimonial do banco assume a seguinte configuração após a realização do evento de captação, consolidando-se os balanços da Unidade Captadora e da Central de Recursos:

Quadro 12 – Balanço patrimonial do Banco, em T0 – após a captação

ATIVO		PASSIVO	
Disponibilidades		Exigibilidades	103.009,90
Caixa Central	100.000,00	(-) Juro Diferido	(4.435,83)
		(=) Valor Presente	98.574,07
Aplicações Internas - UC	100.000,00	Captações Internas - CR	100.000,00
Conta Vinculada	98.574,07	Conta Vinculada	98.574,07
Conta Remunerada	1.425,93	Conta Remunerada	1.425,93
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Resultado Econômico	1.425,93
Total	200.000,00	Total	200.000,00

Nota-se, no balanço consolidado do banco, que o valor das aplicações internas, realizadas pelas Unidades Captadoras é o mesmo das captações internas, realizadas pela Central de Recursos, não influenciando o patrimônio líquido global.

Desconsiderando-se as transferências internas de recursos, o impacto patrimonial causado pelo evento captação pode ser representado, na esfera do banco como um todo, pelos seguintes conceitos de mensuração, em moeda constante:

Quadro 13 – Balanço patrimonial do evento captação – modelo conceitual de mensuração

ATIVO		PASSIVO	
Disponibilidades	Valor Recebido	Exigibilidades	Valor Futuro do Fluxo de Desembolsos
		(-) Juro Diferido	Custo de Oportunidade
		(=) Valor Presente	Valor Presente do fluxo de desembolsos
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Resultado Econômico	Valor Recebido menos Valor Presente do fluxo de desembolsos

O resultado econômico gerado pela transação, que corresponde à variação causada no patrimônio do banco, deve ser evidenciado de forma a estruturar as variáveis relevantes que compõem as receitas e custos envolvidos no problema de decisão.

MODELO DE DECISÃO

O modelo de decisão pode ser definido, de forma restrita, como o processo de tomada de decisão, desde a identificação do problema, das alternativas de solução, definição dos critérios de seleção das alternativas disponíveis. De forma ampla, o modelo de decisão do gestor compreende também as variáveis envolvidas na avaliação das alternativas disponíveis e os conceitos de mensuração que permitem traduzi-las em termos de receitas e custos econômicos.

No modelo de gestão econômica, o modelo de decisão insere-se em todas as fases do processo de gestão e tem como critério básico de seleção o resultado econômico das alternativas identificadas.

Desse modo, o modelo de decisão restrito deve contemplar as variáveis relevantes do problema de decisão, de forma estruturada e integrada aos modelos de mensuração e informação, permitindo a identificação de todos os impactos econômicos causados pelos eventos.

Apresenta-se, a seguir, o modelo de decisão proposto para a captação de recursos, conforme estudado nesta seção:

Quadro 14 – Modelo de decisão – evento captação

Receita Financeira	$RF = VF - VP$
(-) Custo Financeiro	$CF = (VN + CAM) \times [(1 + i)^{n/30} - 1]$
(=) Margem Financeira	$MF = RF - CF$
Ganho Monetário	$GM = VR - VN$
(-) Custo de Atualização Monetária	$CAM = VN \times [(IAM_n / IAM_0) - 1]$
(=) Margem Inflacionária	$MI = GM + CAM$
(=) Margem de Contribuição	$MF + MI$

Onde:

VF = Valor Futuro das Exigibilidades

VP = Valor Presente das Exigibilidades

VN = Valor Nominal do Depósito

i = taxa contratada (ao mês)

VR = Valor Recebido

IAM = Índice de Atualização Monetária

Não obstante o modelo acima tenha sido explicitado com base numa operação de captação de depósitos a prazo, com taxa pós-fixada, a sua aplicação se estende facilmente também a operações com taxa prefixada. Nesses casos, o custo de

atualização monetária é igual a "zero", e os demais efeitos econômicos se assemelham aos das operações pós-fixadas. Nota-se, contudo, que, devido ao fato de o custo financeiro estar incorporando uma certa expectativa de inflação de mercado, a margem financeira da operação provavelmente seria negativa deve ser confrontada com o ganho monetário para apresentar a margem de contribuição total do evento. A interpretação econômica para esse fato é que, numa operação de captação com taxa prefixada, o custo financeiro do banco é fixado para o seu prazo total, enquanto a receita financeira e o ganho monetário sobre a operação devem ser suficientes para repor, no mínimo, os recursos econômicos que serão sacrificados futuramente para liquidar a operação.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Aplicando-se os conceitos de mensuração propostos ao evento, o seu resultado econômico da operação em estudo é demonstrado a seguir:

Quadro 15 – Demonstração do resultado econômico da Unidade Captadora – evento captação

	Em Moeda Constante	Em Moeda Corrente de T0	Em Moeda Corrente de T30
Receita Financeira	4.435,83	4.435,83	4.480,19
(-) Custo Financeiro	(2.019,80)	(2.019,80)	(2.040,00)
(=) Margem Financeira	2.416,03	2.416,03	2.440,19
Ganho Monetário	990,10	990,10	1.000,00
(-) Custo de Atualização Monetária	(1.980,20)	(1.980,20)	(2.000,00)
(=) Margem Inflacionária	(990,10)	(990,10)	(1.000,00)
(=) Margem de Contribuição	1.425,93	1.425,93	1.440,19

A margem de contribuição gerada pelo evento é formada pelos seguintes elementos:

Receita Financeira

O valor de \$ 4.435,83 corresponde ao custo de oportunidade da decisão tomada, ou seja, ao custo financeiro desprezado, quando da escolha da alternativa realizada. Esse valor representa o custo econômico da decisão e é mantido na conta "juros diferidos", e será lançado ao resultado durante a manutenção da operação no patrimônio da empresa, isto é, até o seu vencimento.

Custo Financeiro

Corresponde ao juro efetivamente incorrido na transação, conforme calculado anteriormente. Em moeda constante de T0, o custo financeiro é de \$ 2.019,80, que equivale a \$ 2.040,00 em moeda corrente de T30.

Margem Financeira

Formada pela diferença entre a receita financeira e o custo financeiro, a margem financeira de \$ 2.416,03 evidencia o ganho financeiro líquido da transação, considerando as taxas de oportunidade e as efetivamente praticadas.

Ganho Monetário

Dado pela diferença entre o valor recebido em depósito (\$ 100.000,00) e o valor futuro desse depósito (\$ 99.009,90), o ganho monetário da transação corresponde à quantidade de moeda constante ganha em função da desvalorização provocada no valor recebido pela inflação específica da empresa.

Custo de Atualização Monetária

Corresponde ao custo assumido com base num indexador de mercado, a título de reposição do poder aquisitivo da moeda, para o cliente.

Margem Inflacionária

Formada pela diferença entre o ganho monetário e o custo de atualização monetária, a margem inflacionária evidencia o ganho (ou perda) líquido comparando os efeitos econômicos da inflação interna com os efeitos da inflação de mercado (baseada num indicador externo).

Cabe notar que o custo total da transação é dado pela soma do custo financeiro (\$ 2.019,80) e o custo de atualização monetária (\$ 1.980,20), perfazendo o valor de \$ 4.000,00, que, somado ao valor nominal de \$ 99.009,90, corresponde ao valor futuro das exigibilidades, isto é, \$ 103.009,90. O custo total de \$ 4.000,00, em moeda constante de T0, equivale, a \$ 4.040,00 em moeda corrente de T30.

FLUXO DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

Os seguintes lançamentos contábeis referem-se ao tratamento econômico do evento captação de recursos, conforme estudado nesta seção:

Na Unidade Captadora

(a) Pelo recebimento do depósito		
D	Caixa	100.000,00
C	Exigibilidades	100.000,00
(b) Pelo reconhecimento da inflação esperada		
D	Exigibilidades	990,10
C	Ganho Monetário	990,10
(c) Pelo reconhecimento do custo de atualização monetária		
D	Custo de Atualização Monetária	1.980,20
C	Exigibilidades	1.980,20
(d) Pelo reconhecimento do custo financeiro		
D	Custo Financeiro	2.019,80
C	Exigibilidades	2.019,80
(e) Pelo reconhecimento do custo de oportunidade		
D	Juro Diferido	4.435,83
C	Receita Financeira	4.435,83
(f) Pela transferência dos recursos para a Central de Recursos		
D	Aplicações Internas - Conta Vinculada	98.574,07
D	Aplicações Internas - Conta Remunerada	1.425,93
C	Caixa	100.000,00

Na Central de Recursos

(g) Pelo recebimento dos recursos transferidos da Unidade Captadora		
D	Caixa Central	100.000,00
C	Captações Internas - Conta Vinculada	98.574,07
C	Captações Internas - Conta Remunerada	1.425,93

Na Unidade Captadora

Caixa		Exigibilidades	
(a)	100.000,00	100.000,00	(a)
		1.980,20	(c)
		2.019,80	(d)
		990,10	104.000,00
			103.009,90
Custo de Atualização Monetária		Custo Financeiro	
(c)	1.980,20	(d)	2.019,80
Juro Diferido		Ganho Monetário	
(e)	4.435,83		990,10 (b)
Receita Financeira		Aplicações Internas - Conta Vinculada	
	4.435,83 (e)	(f)	98.574,07
Aplicações Internas - Conta Remunerada			
(f)	1.425,93		

Na Central de Recursos

Caixa Central			
(g)	100.000,00		
Captações Internas - Conta Vinculada		Captações Internas - Conta Remunerada	
	98.574,07 (g)		1.425,93 (g)

5.1.4 EVENTOS TEMPO-CONJUNTURAIS

Os eventos tempo-conjunturais, conforme definidos na seção 4.1.4, referem-se aos impactos econômicos causados pela passagem do tempo e pela alteração de variáveis que afetam o valor econômico dos ativos e passivos mantidos durante um determinado período.

A MANUTENÇÃO DO PASSIVO

Após a ocorrência de um evento de captação de recursos, o passivo gerado será mantido no patrimônio da instituição, por um período determinado ou não, e os efeitos econômicos dessa decisão também deverão ser mensurados. A decisão de manter um passivo no patrimônio do banco é decorrência natural das condições contratadas.

Tendo em vista que o valor econômico de um passivo pode alterar-se ao longo do tempo, impactando a riqueza econômica da instituição, devem ser identificadas as causas e mensurados os seus efeitos sobre o patrimônio.

As oscilações do valor econômico de um passivo decorrem de uma série de variáveis, que vão desde a própria passagem do tempo (aproximando-se da data do seu vencimento), até uma possível – e mais provável – mudança de cenários ou de custo de oportunidade do banco. Isso requer o reconhecimento não apenas da mudança no valor econômico dos passivos do banco, mas também a identificação das suas causas. Estar alheio a essas mudanças é perder a oportunidade de otimizações de resultados que podem surgir durante a manutenção dos passivos na empresa.

As alterações no valor econômico dos passivos em carteira de um banco, mesmo que não possam ser desfeitas ou liquidadas antecipadamente, indicam a existência de oportunidades de otimização de resultados.

Para o estudo dos eventos tempo-conjunturais e a identificação dos seus efeitos sobre o patrimônio de uma instituição bancária, será adotado o mesmo exemplo iniciado anteriormente, mensurando os impactos patrimoniais de T0 a T15, isto é, da manutenção da operação durante 15 dias.

Em T15, ao se efetuar uma nova avaliação econômica do passivo do banco, observa-se que, além do tempo decorrido, algumas variáveis se alteraram em relação às expectativas iniciais.

A expectativa de variação do IAM – Índice de Atualização Monetária – no período, que era de 2% em T0, atualmente é de 3%. Ao mesmo tempo, estima-se que o IIP – Índice Interno de Preços, cuja expectativa era de variar apenas 1% para o período, deverá variar 2% no período. As taxas no mercado financeiro, acompanhando o movimento dos índices de inflação, também aumentaram, influenciando os custos de oportunidade do banco. Em T15, o custo de oportunidade da aplicação na Central de Recursos, que é dado pela sua melhor alternativa de captação no mercado financeiro, é de 5,5% ao mês; enquanto o custo de oportunidade da captação na Central de Recursos, que é dado pela sua melhor alternativa de aplicação, é 6% ao mês.

Desse modo, o valor econômico do passivo em T15 não corresponde ao que fora previsto inicialmente, conforme evidenciam os dados abaixo (valores expressos em moeda constante):

Figura 20 – Dados dos eventos tempo-conjunturais – manutenção do passivo

	T0	T15	T30
Exigibilidades =	103.009,90	103.000,00	103.000,00
Prazo até o vencimento =	30 dias	15 dias	0 dias
Taxa =	2,0% a.m.	2,0% a.m.	2,0% a.m.
Índice de Atualização Monetária em T30 =	1,02	1,03	1,03
Índice Interno de Preços em T30 =	1,01	1,02	1,02
Custo de Oportunidade - Aplicação =	4,5% a.m.	5,5% a.m.	5,5% a.m.
Custo de Oportunidade - Captação =	5,0% a.m.	6,0% a.m.	6,0% a.m.
Custo do Capital Investido =	4,5% a.m.	5,5% a.m.	5,5% a.m.

Considerando o prazo restante para o vencimento da operação (15 dias) e as novas expectativas do IAM (1,03), do IIP (1,02) e do custo de oportunidade (5,5%), o valor econômico do passivo, em T15, é de \$ 100.279,23, conforme segue:

Valor Presente do Passivo em T15 =

$$= \{ [VR \times (IAM_{30}/IAM_0) \times (1 + i)^{n/30}] / IIP_{30} \} / (1 + i_{oa})^{d/30} =$$

$$= \{ [100.000,00 \times (1,03 / 1,00) \times (1 + 2\%)^{30/30}] / 1,02 \} / (1 + 5,5\%)^{15/30}$$

$$= 100.279,23$$

Onde:

VR = Valor Recebido em Depósito

IAM_n = Índice de Atualização Monetária na data n

i = taxa de juro contratada

IIP_n = Índice Interno de Preços na data n

i_{op} = taxa de custo de oportunidade

n = prazo da operação

d = prazo entre a data atual e o vencimento

O valor económico do passivo, em T0, era de \$ 98.574,07; em T15, considerando a passagem do tempo e a alteração das variáveis previstas inicialmente, o valor económico do passivo é de \$ 100.279,23, variando, no período, em \$ 1.705,16. Se forem confirmadas as expectativas de T15 a T30, o valor económico do passivo, na data do seu vencimento, será de 103.000,00, e a variação prevista, que corresponde ao juro diferido atual, corresponde a \$ 2.720,77.

A manutenção desses passivos durante um determinado período gera oportunidades efetivas de ganho. Isso implica a necessidade de se confrontar a variação do valor económico do passivo mantido, num determinado período, com o custo de oportunidade de manter esse passivo.

Desse confronto, evidencia-se o resultado económico da decisão de manutenção do passivo no período. Supondo que a taxa de oportunidade tivesse se mantido durante o período igual à previsão original (4,5%), obtém-se a seguinte demonstração simplificada do resultado da manutenção do passivo, de T0 a T15 e de T15 a T30:

Quadro 16 – Demonstração simplificada do resultado da manutenção do passivo, de T0 a T15 e de T15 a T30

	Período de T0 a T15	Período de T15 a T30
Recelta Financeira	2.193,51	2.720,77
(-) Variação no Valor do Passivo	(1.705,16)	(2.720,77)
(=) Margem de Contribuição	488,35	0,00

A receita financeira do período de T0 a T15 foi calculada aplicando-se a taxa de oportunidade de 4,5% ao mês sobre o valor presente anterior do passivo em T0, pelo prazo de 15 dias decorridos, conforme segue:

$$RF = VP_0 \times [(1 + i_{oa})^{d/30} - 1] = 98.574,07 \times [(1 + 4,5\%)^{15/30} - 1] = 2.193,51$$

Onde:

VP_n = Valor Presente do Passivo na data n

i_{oa} = taxa de custo de oportunidade

d = prazo entre a data atual e a data de vencimento da operação

Desse modo, percebe-se que a manutenção do passivo no período de T0 a T15 gerou uma receita de \$ 2.193,51, contra uma variação do valor do passivo de \$ 1.705,16, resultando num lucro econômico de \$ 488,35.

Se num determinado período, todas as expectativas iniciais (IAM, IIP, custo de oportunidade) se concretizassem, o resultado econômico da manutenção do passivo durante esse período seria igual a zero, conforme demonstrado na manutenção de T15 a T30. Do ponto de vista econômico, esse efeito é explicado pela própria conceituação de resultado econômico, que, conforme estudado anteriormente, corresponde à variação da riqueza da empresa – ou, ainda, à parcela de recursos que, se consumida, mantém a entidade na mesma situação econômica que estava inicialmente. Diante dessas definições, pode-se concluir que, se a variação do valor econômico de um passivo, num determinado período, for exatamente igual ao custo de oportunidade de mantê-lo, não houve mudança da riqueza econômica da empresa em função da manutenção do passivo.

Destaque-se que nenhum valor foi desembolsado pelo banco, e os efeitos dos eventos tempo-conjunturais sobre o patrimônio da empresa implica apenas ajustes no

valor econômico dos seus ativos e passivos, bem como no reconhecimento do custo de oportunidade sobre a manutenção dos mesmos durante um determinado período.

É interessante destacar, contudo, que, diante da dinâmica do mercado financeiro, é muito mais provável que ocorram mudanças de expectativas tanto sobre os índices considerados inicialmente como nos custos de oportunidade de captação e aplicação de recursos. Diante das condições de incerteza típicas de qualquer contexto de gestão empresarial, os gestores necessitam de instrumentos que lhes permitem lidar com os efeitos das suas expectativas. Um desses instrumentos é o próprio processo de gestão empresarial, que deve permitir uma busca contínua de melhoria de desempenhos, por meio do acompanhamento das variações entre as situações planejadas e realizadas. Um outro instrumento é o sistema de informações que, apoiado conceitualmente num modelo de mensuração de resultados baseado em eventos, permite a identificação das causas de variações e dos seus respectivos efeitos econômicos sobre patrimônio da empresa.

A IDENTIFICAÇÃO DAS CAUSAS DE VARIAÇÕES NO VALOR DO PASSIVO

Para a mensuração das variações do valor econômico dos passivos financeiros de uma instituição financeira, num determinado período, propomos o seguinte modelo, conforme apresentado no Quadro 17:

Quadro 17 – Modelo de apuração das variações no valor econômico do passivo

passivo	Valor do Passivo em T0 (A)	Valor do Passivo em T15, considerando o prazo decorrido (B)	Valor do Passivo em T15, considerando o prazo decorrido e a variação do IIP (C)	Valor do Passivo em T15, considerando o prazo decorrido, a variação do IIP e do IAM (D)	Valor do Passivo em T15, considerando o prazo decorrido, a variação do IIP e do Custo de Oportunidade (E)	Variação de Tempo Decorrido (B) - (A)	Variação Monetária (C) - (B)	Variação de Indexador (D) - (C)	Variação de Taxa (E) - (D)	Variação Total (E) - (A)
Exigibilidades	103.009,90	103.009,90	102.000,00	103.000,00	103.000,00	0,00	(1.009,90)	1.000,00	0,00	(9,90)
(-) Juro Diferido	(4.435,83)	(2.242,32)	(2.220,34)	(2.242,11)	(2.720,77)	2.193,51	21,98	(21,77)	(478,66)	1.715,06
(=) Valor Presente	98.574,07	100.767,58	99.779,66	100.757,89	100.279,23	2.193,51	(987,92)	978,23	(478,66)	1.705,16

O reconhecimento dos efeitos econômicos de cada variável que influenciou, no período, o valor econômico do passivo permite evidenciar separadamente os efeitos da passagem do tempo, das mudanças de expectativas decorrentes da alteração de cenários (inflação de mercado, inflação interna) e de taxas de oportunidade do banco.

O modelo apresentado no Quadro 17 evidencia as seguintes variações, cujo significado econômico é também interpretado a seguir:

Variação de Tempo Decorrido

É definida pelos efeitos econômicos causados pela passagem do tempo sobre o patrimônio da empresa. O fato de se aproximar a data de realização de um desembolso futuro provoca um aumento do valor econômico do passivo. Esse efeito pode ser visualizado, no Quadro 17, pela diferença entre o valor econômico do passivo em T0 (coluna A) e o valor econômico do passivo em T15 (coluna B), considerando apenas o prazo decorrido. Desse modo, corresponde à parcela de juros diferidos, que é reconhecida como custo financeiro do período, no valor de \$ 2.193,51. Como se pode notar, a passagem do tempo não altera o valor futuro do passivo, mas somente o seu valor presente.

A interpretação econômica desse fato é que, aproximando-se a data de realização de um sacrifício futuro de recursos econômicos ligados a um passivo, o seu valor econômico aumenta, o que representa um custo para a empresa.

Variação Monetária

Corresponde aos efeitos da variação da expectativa de inflação interna no período, que ocorre tanto sobre o valor futuro das exigibilidades como sobre o juro diferido. Esses efeitos são apresentados, no Quadro 17, pela diferença entre o valor do passivo em T15 considerando o prazo decorrido (coluna B) e o valor do passivo em T15 considerando, além do prazo decorrido, a mudança do IIP em T30 (coluna C).

Como decorrência de uma elevação na expectativa de inflação interna, o valor futuro das exigibilidades e o do juro diferido são reduzidos, respectivamente, em \$ 1.009,90 e \$ 21,98, diminuindo o valor econômico do passivo em \$ 987,92. Conforme será estudado mais adiante, a redução no valor econômico do passivo gera um efeito positivo (receita) sobre o resultado da empresa.

A interpretação econômica desse fenômeno é que um aumento dos níveis inflacionários provoca uma redução no valor do fluxo de sacrifícios esperados de um passivo e também do seu custo de oportunidade, o que gera, respectivamente, um ganho monetário e um custo financeiro.

Note-se que esses efeitos, assim como os demais efeitos econômicos associados aos eventos, estão sendo mensurados e associados ao momento (eventos pontuais) e ao período (eventos tempo-conjunturais) a que se referem. Nesse caso, esses efeitos estão sendo apurados em T15, sob a hipótese de que essas variações ocorreram em T15, mas referem-se ao período completo de mensuração (de T15 a T30). Evidentemente, se a periodicidade de apuração fosse menor, esses efeitos também seriam reconhecidos em períodos mais curtos. O importante é perceber que esses efeitos, embora reconhecidos pontualmente (numa data específica), referem-se a um período de tempo e não à data do seu reconhecimento.

Variação de Indexador

A variação de indexador se refere aos efeitos da mudança de expectativa sobre os índices que atualizam monetariamente o valor captado, conforme as condições contratadas, tais como: TR, IGP, TBC e outros. Assim, essa variação ocorre apenas em operações com taxa pós-fixadas e decorre da diferença entre o valor econômico do passivo considerando os efeitos das variações de tempo decorrido e das variações monetárias (coluna C) e esse mesmo valor considerando, adicionalmente, o novo valor do indexador (coluna D). No Quadro 17, tendo em vista uma elevação do índice (IAM) esperado para T30, ocorre um aumento no valor futuro do passivo (\$ 1.000,00) e também do juro diferido (\$ 21,77), gerando um impacto líquido sobre o valor do passivo de \$ 978,23, conforme se observa na diferença entre as colunas D e C.

Do ponto de vista econômico, esses efeitos podem ser explicados pelo fato de que uma expectativa de aumento dos indexadores contratados numa operação passiva provoca, para o agente econômico que o detém, um aumento do fluxo de recursos que serão sacrificados futuramente e do juro diferido.

Variação de Taxa

A variação de taxa decorre da mudança no custo de oportunidade. Um aumento da taxa de oportunidade diminui o valor econômico do passivo, o que demonstra, do ponto de vista econômico, os efeitos positivos de ter se mantido a operação num período em que as taxas de mercado se elevaram. O inverso também é verdadeiro, ou seja, uma redução das taxas de oportunidade no mercado conduziria, fatalmente, a um aumento do valor econômico do passivo, o que resultaria num impacto econômico negativo. No Quadro 17, esse efeito é mensurado pela diferença entre o valor econômico do passivo considerando as demais variações (coluna D) e o valor econômico do passivo

considerando, além dessas variações, a nova taxa de custo de oportunidade (coluna E). Nota-se que o efeito na variação de taxa de oportunidade recai somente sobre o juro diferido, o qual, após ajustado, passa a expressar o custo financeiro que será incorrido da data atual até o vencimento da operação.

Economicamente, explica-se esse efeito pelo ganho provocado pelo aumento do custo de oportunidade, tendo em vista a existência, no presente, de alternativas de obtenção dos recursos mais onerosas do que as disponíveis no passado.

Variação Total

A variação total é simplesmente a soma entre todas as variações apuradas, e pode ser calculada também pela diferença entre o valor econômico do passivo na data inicial (T0) e na data da mensuração atual (T15). No exemplo em estudo, a variação total aumenta em \$ 9,90 as exigibilidades e reduz em \$ 1.715,06 o juro diferido, reduzindo em \$ 1.705,16 o valor econômico do passivo.

Os efeitos das variações sobre o valor do passivo são sintetizados a seguir:

Quadro 18 – Demonstração da variação do valor econômico do passivo, de T0 a T15

VALOR PRESENTE DO PASSIVO EM T0	98.574,07
(+/-) Variação de Tempo Decorrido	2.193,51
(+/-) Variação Monetária	(987,92)
(+/-) Variação de Atualização Monetária	978,23
(+/-) Variação de Taxa de Oportunidade	(478,66)
VALOR PRESENTE DO PASSIVO EM T15	100.279,23

Analicamente, essas variações podem segregadas, de modo a demonstrar os seus impactos sobre a margem financeira e a margem inflacionária da operação, respeitando-se a estrutura de resultados definida no modelo de decisão de captação, conforme demonstra o Quadro 19:

Quadro 19 – Demonstração analítica do resultado econômico do evento manutenção do passivo, de T0 a T15

Receita Financeira		2.193,51
(-) Custo Financeiro		(1.715,06)
(+/-) Variação de Tempo Decorrido	(2.193,51)	
(+/-) Variação Monetária sobre Juros Diferidos	(21,98)	
(+/-) Variação de Indexador sobre Juros Diferidos	21,77	
(+/-) Variação de Taxa	478,66	
Margem Financeira		478,45
Ganho Monetário		1.009,90
(+/-) Variação Monetária sobre Exigibilidades	1.009,90	
Custo de Atualização Monetária		(1.000,00)
(+/-) Variação de Indexador sobre Exigibilidades	(1.000,00)	
Margem Inflacionária		9,90
Margem de Contribuição		488,35

Assim, as variações sobre juros diferidos são considerados no custo financeiro (\$ 1.715,06) e são confrontadas com a receita financeira de oportunidade (\$ 2.193,51), compondo a margem financeira da manutenção do passivo (\$ 478,45). A variação monetária sobre exigibilidades corresponde ao ganho monetário (\$ 1.009,90) e a variação de indexador sobre exigibilidades refere-se ao custo de atualização monetária (\$ 1.000), compondo a margem inflacionária da manutenção do passivo (\$ 9,90). Somadas as margens financeira e inflacionária, observa-se que a margem de contribuição final foi de \$ 488,35, demonstrando que o resultado dos eventos tempo-conjunturais sobre a manutenção do passivo foi positivo.

Receita Financeira

É dada pela aplicação da taxa de oportunidade sobre o valor econômico do passivo em T_0 , espelhando o ganho de oportunidade proporcionado pela sua manutenção.

Custo Financeiro

É o custo esperado (juro diferido) em T_0 (\$ 1.715,06), ajustado pelos efeitos das seguintes variações: tempo decorrido, monetária sobre juros diferidos, indexador sobre juro diferido e da taxa de oportunidade, conforme já definidas.

Margem Financeira

Diferença entre a receita financeira e o custo financeiro, evidenciando a margem obtida em função das taxas reais envolvidas da transação.

Ganho Monetário

Corresponde aos efeitos da variação da taxa de inflação interna da empresa sobre o passivo.

Custo de Atualização Monetária

Corresponde aos efeitos da mudança de expectativas dos indexadores contratados nas exigibilidades.

Margem Inflacionária

Diferença entre o ganho monetário e o custo de atualização monetária, expressando os efeitos líquidos das variações de inflação interna e do indexador sobre o passivo.

MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES NA CENTRAL DE RECURSOS

Os eventos tempo-conjunturais sobre a manutenção do passivo refletem-se sobre os saldos da conta vinculada e da conta remunerada, mantidas pela Unidade Captadora na Central de Recursos, conforme demonstrado no Quadro 20:

**Quadro 20 – Evolução dos saldos das contas vinculada e remunerada mantidas pela
Unidade Captadora na Central de Recursos, de T0 a T15**

	Conta Vinculada	Conta Remunerada	Total
VALOR DAS APLICAÇÕES INTERNAS EM T0	98.574,07	1.425,93	100.000,00
(+) Receita Financeira das Aplicações Internas (1)	2.193,51	35,21	2.228,72
(-) Custo do Capital Investido (2)		(31,73)	(31,73)
(+/-) Resultado da Manutenção do Passivo (3)	(488,35)	488,35	0,00
VALOR DAS APLICAÇÕES INTERNAS EM T15	100.279,23	1.917,76	102.196,99

(1) A receita financeira referente à conta vinculada corresponde ao juro recebido da CR pela manutenção do passivo.

(2) O custo do capital investido é calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido em T0.

(3) O resultado da manutenção do passivo reflete-se no saldo da conta remunerada e deve ser transferido para a conta vinculada, de modo que o saldo desta última se iguale ao valor presente do passivo, isto é, ao valor que, aplicado à taxa de oportunidade vigente, assegura a liquidação do passivo no seu vencimento. Em termos econômicos, esse lançamento contábil significa a reposição da parcela do valor econômico do passivo, que foi perdida pela decisão de mantê-lo durante o período. Ou seja, o reconhecimento de um prejuízo econômico reduz a disponibilidade da conta remunerada, porque o valor perdido deve ser repostado. Caso contrário, se o evento tivesse gerado um lucro econômico, o excedente de patrimônio gerado deveria ser deduzido da conta vinculada e acrescido na conta remunerada.

O resultado econômico da Unidade Captadora é demonstrado no Quadro 21, considerando a margem de contribuição da manutenção do passivo, a receita financeira sobre a conta remunerada e o custo do capital investido, que foi calculado sobre o valor do seu patrimônio líquido em T0:

Quadro 21 – Demonstração de resultados da Unidade Captadora, de T0 a T15

Margem de Contribuição da Manutenção do Passivo	488,35
(+) Receita Financeira sobre Conta Remunerada	35,21
(-) Custo do Capital Investido	(31,73)
(=) Resultado	491,83

ANÁLISE PATRIMONIAL DOS EVENTOS TEMPO-CONJUNTURAIS

Os seguintes efeitos têm origem dos eventos tempo-conjunturais, no período de T0 a T15:

Quadro 22 – Balanço patrimonial dos eventos tempo-conjunturais ocorridos na Unidade Captadora, de T0 a T15, e mensurados em T15

ATIVO		PASSIVO	
Aplicações Internas	2.196,99	Exigibilidades	(9,90)
Conta Vinculada	1.705,16	(-) Juro Diferido	1.715,06
Conta Remunerada	491,83	(=) Valor Presente	1.705,16
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Resultado Econômico	491,83
		(=) PL	491,83
Total	2.196,99	Total	2.196,99

Acumulados aos saldos das contas patrimoniais decorrentes do evento captação, conforme estudado anteriormente, a Unidade Captadora apresenta, em T15, o seguinte balanço patrimonial:

Quadro 23 – Balanço patrimonial da Unidade Captadora – antes e depois dos eventos tempo-conjunturais

ATIVO			PASSIVO		
	em T0	em T15		em T0	em T15
Aplicações Internas	100.000,00	102.196,99	Exigibilidades	103.009,90	103.000,00
Conta Vinculada	98.574,07	100.279,23	(-) Juro Diferido	(4.435,83)	(2.720,77)
Conta Remunerada	1.425,93	1.917,76	(=) Valor Presente	98.574,07	100.279,23
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Resultado Econômico Acumulado	1.425,93	1.917,76
			(=) PL	1.425,93	1.917,76
Total	100.000,00	102.196,99	Total	100.000,00	102.196,99

Percebe-se, no balanço da Unidade Captadora, em T15, que o passivo figura pelo seu valor econômico atual, que é de \$ 100.279,23, assim como a conta vinculada (ativo) continua expressando esse mesmo valor. Ao mesmo tempo, o resultado econômico gerado pelos eventos tempo-conjunturais (\$ 491,83) foi acumulado ao resultado proporcionado pela captação realizada em T0 (\$ 1.425,93), demonstrando o resultado total gerado até a data T15, no valor de \$ 1.917,76. O resultado econômico acumulado até a presente data corresponde ao saldo da conta remunerada mantida pela Unidade Captadora na Central de Recursos.

Cabe destacar que os resultados das operações passivas são gerados independentemente de o montante de recursos captados terem sido aplicados ou não, tendo em vista que a aplicação desses recursos configura-se como uma outra decisão, portanto, um outro evento econômico, com efeitos econômicos e patrimoniais específicos e que devem ser mensurados separadamente¹².

¹² Os eventos econômicos relacionados às operações de aplicação de recursos serão estudados mais adiante, ainda neste capítulo.

Após a ocorrência dos eventos tempo-conjunturais, o balanço patrimonial da Central de Recursos assume a seguinte configuração:

Quadro 24 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, em T15

ATIVO			PASSIVO		
	em T0	em T15		em T0	em T15
Disponibilidades			Captações Internas	100.000,00	102.196,99
Caixa Central	100.000,00	100.000,00	Conta Vinculada	98.574,07	100.279,23
			Conta Remunerada	1.425,93	1.917,76
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Resultado Econômico Acumulado		(2.228,72)
			Custo do Capital Investido		31,73
			(=) PL	0,00	(2.196,99)
Total	100.000,00	100.000,00	Total	100.000,00	100.000,00

O saldo do Caixa Central é apresentado, neste balanço, apenas para fins didáticos, tendo em vista que esse saldo deverá ser igual a “zero” após consideradas todas as captações e aplicações de recursos do banco. Os saldos mantidos em caixa pela Área Financeira e pelas demais áreas do banco corresponderiam, neste modelo, a aplicações de recursos por elas efetuadas, por meio de captações internas no Caixa Central, sendo os seus efeitos econômicos (custo financeiro e perda monetária) identificados às respectivas áreas responsáveis pela manutenção de recursos em caixa.

Assim, desconsiderando-se o saldo do Caixa Central, o resultado econômico da Central de Recursos é demonstrado a seguir:

Quadro 25 – Demonstração de resultados da Central de Recursos

Receita cobrada sobre o Capital Investido	31,73
(-) Custo Financeiro sobre Conta Vinculada	(2.193,51)
(-) Custo Financeiro sobre Conta Remunerada	(35,21)
(-) Custo do Capital Investido	(31,73)
(=) Resultado	(2.228,72)

O custo financeiro total da Central de Recursos corresponde ao somatório do custo financeiro sobre a conta vinculada (\$ 2.193,51) e sobre a conta remunerada (\$ 35,21), correspondendo ao custo de suas captações internas na Unidade Captadora.

O custo do capital investido na Unidade Captadora é deduzido do saldo de sua conta remunerada, figurando no balanço separadamente do resultado econômico.

Após a apresentação do fluxo de lançamentos contábeis, que demonstra as mutações patrimoniais causadas pelos eventos tempo-conjunturais, apresentam-se algumas conclusões sobre a manutenção do passivo, extraídas do caso estudado nesta seção.

FLUXO DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS – EVENTOS TEMPO-CONJUNTURAIS

Na Unidade Captadora

(a) Pelo reconhecimento do prazo decorrido		
D	Custo Financeiro	2.193,51
C	Juro Diferido	2.193,51
(b) Pelo reconhecimento da variação monetária sobre exigibilidades		
D	Exigibilidades	1.009,90
C	Ganho Monetário	1.009,90
(c) Pelo reconhecimento da variação monetária sobre juro diferido		
D	Custo Financeiro	21,98
C	Juro Diferido	21,98
(d) Pelo reconhecimento da variação de indexador sobre exigibilidades		
D	Custo de Atualização Monetária	1.000,00
C	Exigibilidades	1.000,00
(e) Pelo reconhecimento da variação de indexador sobre juro diferido		
D	Juro Diferido	21,77
C	Custo Financeiro	21,77
(f) Pelo reconhecimento da variação da taxa de oportunidade		
D	Custo Financeiro	(478,66)
C	Juro Diferido	(478,66)
(g) Pelo reconhecimento da receita financeira sobre a manutenção do passivo		
D	Aplicações Internas - Conta Vinculada	2.193,51
C	Receita Financeira	2.193,51
(h) Pelo reconhecimento da receita financeira sobre a conta remunerada		
D	Aplicações Internas - Conta Remunerada	35,21
C	Receita Financeira	35,21
(i) Pelo reconhecimento do custo do capital investido		
D	Custo do Capital Investido	31,73
C	Aplicações Internas - Conta Remunerada	31,73
(j) Pela reposição do valor económico do passivo que foi perdido pela manutenção		
D	Aplicações Internas - Conta Vinculada	(488,35)
C	Aplicações Internas - Conta Remunerada	(488,35)

Na Central de Recursos

(k) Pelo reconhecimento do custo financeiro das captações internas		
D	Custo Financeiro	2.228,72
C	Captações Internas - Conta Vinculada	2.193,51
C	Captações Internas - Conta Remunerada	35,21
(l) Pela cobrança do custo do capital investido		
D	Captações Internas - Conta Remunerada	31,73
C	Custo do Capital Investido	31,73
(m) Pela transferência para reposição do valor económico do passivo		
D	Captações Internas - Conta Remunerada	(488,35)
C	Aplicações Internas - Conta Vinculada	(488,35)

Na Unidade Captadora

Exigibilidades			
(b)	1.009,90	103.009,90 (SI)	
		1.000,00 (d)	
	1.009,90	104.009,90	
		103.000,00	

Receita Financeira	
	2.193,51 (g)
	35,21 (h)
	2.228,72

Ganho Monetário	
	1.009,90 (b)

Aplicações Internas - Conta Vinculada	
SI)	98.574,07
(g)	2.193,51
(j)	(488,35)
	100.279,23

Custo do Capital Investido	
(i)	31,73

Juro Diferido			
(SI)	4.435,83	2.193,51 (a)	
(e)	21,77	21,98 (c)	
		(478,66) (f)	
	4.457,60	1.736,83	
	2.720,77		

Custo Financeiro	
(a)	2.193,51
(c)	21,98
(f)	(478,66)
	1.736,83
	1.715,06

Custo de Atualização Monetária	
(d)	1.000,00

Aplicações Internas - Conta Remunerada	
(SI)	1.425,93
(h)	35,21
	1.461,15
	1.917,76

Na Central de Recursos

Captações Internas - Conta Vinculada	
	98.574,07 (SI)
	2.193,51 (k)
	(488,35) (m)
	100.279,23

Custo Financeiro	
(k)	2.228,72

Captações Internas - Conta Remunerada	
(l)	31,73
(m)	(488,35)
	(456,62)
	1.461,15
	1.917,76

Custo do Capital Investido	
	31,73 (l)

ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE A MANUTENÇÃO DO PASSIVO

Se todas as expectativas iniciais se confirmarem no período de mensuração, o resultado econômico da manutenção do passivo será igual a zero. Entretanto, considerando as condições de incerteza e existência de alternativas sempre presentes no problema da decisão (caso contrário, não existiria alternativa a ser avaliada e nem custo de oportunidade da escolha, o que não configuraria um problema de decisão), é muito mais provável que a manutenção de passivos, num determinado período, proporcione resultados econômicos diferentes de "zero".

Por isso, a manutenção de passivos no patrimônio da empresa implica a necessidade de reconhecer os seus efeitos patrimoniais, em termos de resultados. O reconhecimento dos resultados dos eventos econômicos decorrentes da manutenção dos passivos explica os efeitos de "não se fazer nada" com eles durante um determinado período, que também é uma decisão potencialmente capaz de alterar o patrimônio da empresa. Além disso, a mensuração dos eventos tempo-conjunturais indica a qualidade das operações contratadas e oportunidades de decisão, na medida em que são reconhecidos os seus efeitos negativos ou positivos sobre o patrimônio da empresa.

O modelo apresentado demonstra os efeitos das decisões de manutenção de um passivo num determinado período, comparativamente às melhores alternativas existentes (custo de oportunidade) para obtenção de recursos financeiros no período.

A receita de oportunidade reconhecida, que indica o quanto um passivo nas mesmas condições contratadas custaria para a empresa no período, é confrontada com as receitas e custos decorrentes da variação das variáveis que determinaram o novo valor econômico do passivo.

Em outras palavras, o valor econômico do passivo, num determinado momento, espelha o quanto valem os recursos que serão sacrificados futuramente, em relação à melhor alternativa disponível para financiar as atividades do banco. Caso esse passivo

venha a valer economicamente menos do que o "saldo credor"¹³ da operação, o modelo indica a existência de alternativas mais econômicas para a captação de recursos do que aquela. Se possível, o gestor dessa operação deveria empreender esforços no sentido de liquidar essa operação, substituindo-a pela outra mais econômica, uma vez que o custo de oportunidade deve refletir – conforme estudado anteriormente – a melhor alternativa efetivamente existente nas mesmas condições e no momento da decisão (o custo de oportunidade não é uma ficção). Nesse caso, a decisão de abandonar uma operação por outra melhor certamente resultaria num efeito econômico positivo.

O efeito econômico da decisão de resgate (ou liquidação) de uma operação passiva é estudado a seguir.

5.1.5 RESGATE

A liquidação de um depósito a prazo é denominada, no jargão do mercado bancário, de "resgate", tendo em vista que o banco recupera o título ou recibo que lastreava a operação, mediante a devolução dos recursos depositados pelo cliente, acrescido dos encargos contratuais. O termo "resgate" é empregado, então, com o mesmo significado de uma nota promissória que, ao ser liquidada, é resgatada pelo devedor.

O resgate de uma operação passiva é um evento econômico, tendo em vista suas consequências sobre o patrimônio do banco.

¹³ A terminologia "saldo credor" é empregada aqui analogamente a "saldo devedor" nas operações ativas para designar o valor original da operação atualizado e acrescido de juros, conforme as condições contratuais, até uma determinada data.

De forma inversa ao recebimento de um depósito, a liquidação de um passivo implica o sacrifício de um ativo, mediante o desembolso de uma certa quantia de recursos financeiros à vista.

Seguindo-se a mesma linha de raciocínio empreendida para o estudo dos demais eventos econômicos, a diferença entre o valor econômico do ativo e o do passivo envolvidos na transação, no momento em que é realizada, constitui o seu resultado econômico.

O valor econômico dos recursos financeiros sacrificados nesse evento corresponde à própria quantidade de moeda. Ao mesmo tempo, o valor econômico do passivo corresponde ao valor presente do fluxo futuro de recursos que serão sacrificados, descontados pela expectativa de inflação e pelo custo de oportunidade. Assim, um passivo qualquer liquidado, na data de seu vencimento, exatamente pelo seu valor econômico corresponde a um resultado econômico igual a "zero".

Entretanto, se a liquidação ocorrer antecipadamente, o resultado econômico da transação será igual à diferença entre o valor econômico do passivo e do ativo desembolsado para liquidá-lo.

Não é praxe dos bancos a liquidação dos seus passivos financeiros após a data do seu vencimento, até porque isso poderia conduzir a suspeitas quanto à sua liquidez, o que poderia acarretar-lhe efeitos sobre a sua credibilidade no mercado. A liquidação antecipada de um depósito a prazo também não é prática corrente na atividade bancária. Normalmente, as operações passivas são liquidadas na data do seu vencimento.

Independentemente da data em que ocorra o resgate de uma operação passiva, o seu efeito econômico sempre resultará da diferença entre o valor econômico do ativo e o valor econômico do passivo envolvidos na transação. Se nessa data ambos possuírem o mesmo valor econômico, o efeito sobre o patrimônio da empresa será igual a zero. Por outro lado, o efeito será positivo se o ativo baixado possuir um valor econômico menor do que a dívida resgatada – e vice-versa.

Desse modo, para o estudo desse evento, será retomada a mesma operação de captação, conforme estudada nos eventos anteriores (captação e manutenção), considerando duas hipóteses:

- a) um resgate ocorrido antecipadamente, na data T15, pagando-se ao cliente a quantia depositada inicialmente, acrescida de atualização monetária e juros contratuais proporcionais ao prazo decorrido; e
- b) um resgate ocorrido na data do vencimento da operação (T30), pelo valor contratual.

HIPÓTESE 1 – Resgate Antecipado, em T15

Dados do Evento – Resgate Antecipado

Valor Nominal do Resgate em T15:	103.519,93
IAM em T15	1,02500
IIP em T15	1,01500
Valor do Resgate EM T15, em Moeda Constante:	101.990,07
Valor do Passivo em T15, em Moeda Constante:	
Valor Futuro	103.000,00
(-) Juro Diferido	(2.720,77)
(=) Valor Presente	100.279,23

O valor nominal do resgate em T15 foi calculado sobre o valor nominal do depósito, com base em juros proporcionais ao prazo, considerando-se os dados originais da transação e que, em T15, o IAM é de 1,025, conforme segue:

$$\text{Valor Nominal do Resgate em T15} = 100.000 \times (1,025 / 1,000) \times (1 + 2\%)^{15/30} = 104.519,93$$

Desse modo, o fluxo de caixa resultante do resgate antecipado é o seguinte, em moeda corrente:

Figura 21 – Fluxo de caixa do resgate em T15, em moeda corrente

O desembolso de \$ 103.519,93 unidades de moeda corrente, para resgatar um passivo cujo valor econômico, também em moeda corrente, é de \$ 101.783,42 gera um prejuízo de \$ 1.736,51, que é fruto da diferença entre o valor econômico dos ativos e passivos transacionados.

Em moeda constante, esse fluxo é representado a seguir:

Figura 22- Fluxo de caixa do resgate em T15, em moeda constante

Considerando o valor econômico dos ativos e passivos em moeda constante, o prejuízo econômico do evento é de \$ 1.710,84 e resulta da diferença entre o valor econômico do ativo utilizado (\$ 101.990,07) para liquidar o passivo e o valor econômico do passivo (\$ 100.279,23), em T15.

O resgate antecipado gera, portanto, os seguintes efeitos patrimoniais:

Quadro 26 – Balanço patrimonial do evento resgate, em T15

ATIVO		PASSIVO	
Aplicações Internas	(101.990,07)	Exigibilidades	(103.000,00)
Conta Vinculada	(100.279,23)	(-) Juro Diferido	2.720,77
Conta Remunerada	(1.710,84)	(=) Valor Presente	(100.279,23)
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Resultado Econômico	(1.710,84)
		(=) PL	(1.710,84)
Total	(101.990,07)	Total	(101.990,07)

Tendo em vista que o valor econômico do passivo, em T15, é de \$ 100.279,23, o saldo disponível na conta vinculada também corresponde a esse valor. Para liquidar antecipadamente a operação, a diferença entre esse valor e o valor efetivamente desembolsado é deduzido da conta remunerada, espelhando o prejuízo econômico da transação.

Desse modo, o balanço patrimonial da Unidade Captadora apresenta a seguinte configuração, antes e depois da realização do evento:

Quadro 27 – Balanço patrimonial da Unidade Captadora, em T15

ATIVO			PASSIVO		
	antes	depois		antes	depois
Aplicações Internas	102.196,99	206,92	Exigibilidades	103.000,00	0,00
Conta Vinculada	100.279,23	0,00	(-) Juro Diferido	(2.720,77)	0,00
Conta Remunerada	1.917,76	206,92	(=) Valor Presente	100.279,23	0,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Resultado Econômico Acumulado	1.917,76	206,92
			(=) PL	1.917,76	206,92
Total	102.196,99	206,92	Total	102.196,99	206,92

O resultado econômico do evento, que é dado pela variação patrimonial, é demonstrado a seguir, considerando as receitas e custos envolvidos na transação:

Quadro 28 – Demonstração de resultados do evento resgate na Unidade Captadora

Receita Financeira	1.009,93
(-) Custo Financeiro	(2.720,77)
Margem de Contribuição	(1.710,84)

A receita financeira do evento (\$ 1.009,93) é dada pela diferença entre o valor futuro das exigibilidades (\$ 103.000,00) e o valor desembolsado (\$ 101.990,07), demonstrando o ganho obtido pelo não-pagamento dos encargos futuros. Por outro lado, o custo financeiro (\$ 2.720,77) é dado pela diferença entre o valor futuro das exigibilidades (\$ 103.000,00) e o seu valor presente (\$ 100.279,23), ou seja, refere-se ao juro diferido do passivo, que é baixado no ato da realização da transação. Assim, a margem financeira de \$ 1.710,84 corresponde à variação patrimonial causada pelo evento.

FLUXO DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

Na Unidade Captadora

(a) Pela transferência dos recursos da Central de Recursos para a Unidade Captadora

D	Caixa	101.990,07
C	Aplicações Internas - Conta Vinculada	100.279,23
C	Aplicações Internas - Conta Remunerada	1.710,84

(b) Pelo pagamento ao cliente

D	Exigibilidades	100.279,23
C	Caixa	100.279,23

(c) Pelo reconhecimento do custo financeiro

D	Custo Financeiro	2.720,77
C	Juro Diferido	2.720,77

(d) Pelo reconhecimento da receita financeira

D	Exigibilidades	1.009,93
C	Receita Financeira	1.009,93

Na Central de Recursos

(e) Pela transferência dos recursos para a Unidade Captadora

D	Captações Internas - Conta Vinculada	100.279,23
D	Captações Internas - Conta Remunerada	1.710,84
C	Caixa Central	101.990,07

Na Unidade Captadora

Caixa	
(a) <u>101.990,07</u>	<u>100.279,23</u> (b)
	1.710,84

Exigibilidades	
(b) <u>100.279,23</u>	<u>103.000,00</u> (SI)
(d) <u>1.009,93</u>	
<u>101.289,16</u>	<u>103.000,00</u>
	(1.710,84)

Receita Financeira	
	<u>1.009,93</u> (d)

Aplicações Internas - Conta Vinculada	
(SI) <u>100.279,23</u>	<u>100.279,23</u> (a)
	0,00

Aplicações Internas - Conta Remunerada	
(SI) <u>1.917,76</u>	<u>1.710,84</u> (a)
	206,92

Juro Diferido	
(SI) <u>2.720,77</u>	<u>2.720,77</u> (c)
	0,00

Custo Financeiro	
(c) <u>2.720,77</u>	

Na Central de Recursos

Captações Internas - Conta Vinculada	
(e) <u>100.279,23</u>	<u>100.279,23</u> (SI)
	0,00

Caixa Central	
(SI) <u>100.000,00</u>	<u>101.990,07</u> (e)
	1.990,07

Captações Internas - Conta Remunerada	
(e) <u>1.710,84</u>	<u>1.917,76</u> (SI)
	206,92

HIPÓTESE 2 – Resgate na Data do Vencimento

O resgate de uma operação passiva, na data do seu vencimento, implica o desembolso de uma quantia equivalente ao valor presente do passivo naquela data e, por isso, o impacto patrimonial do evento gera um resultado econômico nulo.

Em T30, o valor presente do passivo é, em moeda constante, de \$ 105.060,00, que equivale a \$ 103.000,00 em moeda constante, considerando os seguintes dados:

Dados do Evento – Resgate na data do vencimento

Valor Nominal do Resgate em T30:	105.060,00
IAM em T30	1,03000
IIP em T30	1,02000
Valor do Resgate em T30, em Moeda Constante:	103.000,00
Valor do Passivo em T30, em Moeda Constante:	
Valor Futuro	103.000,00
(-) Juro Diferido	0,00
(=) Valor Presente	103.000,00

Com base nesses dados, o fluxo de caixa da transação pode ser expresso da seguinte maneira, em T30, considerando a moeda corrente e a moeda constante:

Figura 23 – Fluxo de caixa do resgate em T30, em moeda corrente

Figura 24 – Fluxo de caixa do resgate em T30, em moeda constante

Sendo o valor nominal do resgate (\$ 103.000,00) equivalente ao valor presente do passivo (\$ 103.000,00), na data T30, o resultado econômico do evento é igual a "zero", conforme apresentado no balanço e demonstração de resultados seguintes:

Quadro 29 – Balanço patrimonial do evento resgate em T30

ATIVO		PASSIVO	
Aplicações Internas		Exigibilidades	(103.000,00)
Conta Vinculada	(103.000,00)	(-) Juro Diferido	0,00
		(=) Valor Presente	(103.000,00)
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Resultado Econômico	0,00
		(=) PL	0,00
Total	(103.000,00)	Total	(103.000,00)

Quadro 30 – Demonstração do resultado do evento resgate em T30

Receita Financeira	0,00
(-) Custo Financeiro	0,00
Margem de Contribuição	0,00

Analisando as hipóteses 1 e 2 estudadas neste evento, conclui-se que o resgate de um passivo na data do seu vencimento, pelo seu valor de face, não gera resultado econômico. Por outro lado, a liquidação de um passivo antes do seu vencimento por um valor maior do que o seu valor econômico gera prejuízo. A liquidação antecipada de um passivo será economicamente vantajosa para o devedor somente se o valor por ele desembolsado for menor do que o valor econômico do passivo. Nesse caso, como o valor do passivo é expresso pelo valor presente do fluxo futuro de desembolsos, descontados pelo custo de oportunidade do banco, o lucro que seria obtido numa liquidação antecipada de um passivo significa que os recursos que seriam desembolsados futuramente poderiam ser captados de forma mais econômica, numa nova transação de captação. O lucro econômico, nesse caso, corresponderia à quantidade de recursos financeiros economizados.

5.2 OPERAÇÕES DE APLICAÇÃO

As operações de aplicação de recursos financeiros de um banco são também denominadas *operações ativas* e nascem das suas atividades de aplicação.

Essas atividades são normalmente realizadas de forma descentralizada, por meio de unidades de negócios, e pela área financeira do banco, por uma mesa de operações. Dentre as funções da mesa de operações, em relação às operações ativas, estão o estabelecimento de políticas de aplicação e a formação das taxas dos produtos ativos do banco, estabelecendo limites mínimos e máximos, conforme os volumes, prazos e condições envolvidos nas operações, que devem ser respeitados pelas unidades de negócios. Do mesmo modo que nas operações de captação, esses limites se caracterizam como "padrões físicos" e "padrões de taxa".

5.2.1 ASPECTOS FÍSICO-OPERACIONAIS

As operações de aplicação características da atividade de intermediação financeira são também denominadas operações de crédito.

Quando um agricultor cede sementes a outro em troca de uma participação nos resultados da futura colheita, está realizando uma operação de crédito, com a expectativa de obter um benefício futuro. A essência do conceito moderno de crédito é a mesma do agricultor: a expectativa do credor de que o devedor cumpra o prometido no tempo e nas condições preestabelecidas, de modo a obter os benefícios esperados.

O desempenho econômico das sociedades modernas depende significativamente da existência de operações de crédito. Por meio do sistema bancário, as operações de

crédito são capazes de ampliar os meios de pagamento, sem os quais as diversas entidades econômicas não teriam sustentação.

Desde o crédito pessoal – que se destina ao pagamento de dívidas, financiamento de viagens, aquisição de bens móveis e imóveis – até o crédito empresarial, que serve para manter o capital de giro das empresas e também para que elas empreendam seus diversos projetos. Os governos também se utilizam de operações de crédito para o financiamento de suas atividades correntes (pagamento de salários de servidores públicos) ou de investimentos, constituindo a denominada dívida pública.

Genericamente, uma operação de crédito é uma transação que consiste numa antecipação de recursos a um agente econômico, mediante a expectativa de obter um benefício futuro.

Os recursos captados por uma instituição financeira são direcionados aos agentes econômicos que demandam recursos, por meio de uma linha de produtos de aplicação. Num banco comercial, esses produtos se referem, por exemplo a operações de crédito rotativo, cheque especial, crédito direto ao consumidor, *hot-money*, empréstimos para capital de giro, desconto de títulos e *vendor*. As operações de *vendor* ilustram a função de Intermediação realizada por um banco comercial, permitindo que uma empresa efetue uma venda a prazo e receba os recursos à vista, por meio da cessão de crédito a um banco. Nesse tipo de operação, o banco recebe uma taxa de Intermediação, financia o comprador e paga à vista para a empresa vendedora, que assume os riscos de crédito. Além dos benefícios tributários para a empresa vendedora, decorrentes do fato de a venda não ser financiada diretamente por ela, o comprador normalmente obtém taxas de financiamento melhores do que se a venda fosse financiada diretamente pela vendedora ou se ele recorresse a uma instituição financeira para obter recursos de curto prazo.

Em todas essas operações, a instituição desembolsa recursos financeiros, constituindo ativos financeiros, que envolvem a expectativa do recebimento de uma ou mais parcelas futuras (prestações), com base em condições previamente estipuladas, conforme retrata a Figura 25:

Figura 25 – Fluxo financeiro de uma operação de aplicação de recursos

Essas condições envolvem volumes, prazos, taxas, índices de atualização monetária (nas operações pós-fixadas), sistema de amortização, encargos por atraso nas prestações, e também de garantias que possam minimizar os riscos de inadimplência, que vão definir o fluxo de desembolsos e de recebimentos da operação.

A decisão de conceder um empréstimo, com uma determinada configuração de desembolsos e de recebimentos, constitui-se num elemento gerador de transformações no patrimônio líquido da empresa, ou seja, traz contribuições ao resultado econômico da entidade. Do mesmo modo, a manutenção de uma operação em carteira está sujeita às oscilações de seu valor econômico, em função da passagem do tempo e da influência de variáveis conjunturais sobre o fluxo futuro de recebimentos.

Nesse contexto, como saber se será vantajoso conceder um determinado empréstimo? Como saber se vale à pena manter uma operação em carteira? Se não valer, que desconto oferecer ao cliente para que ele antecipe a liquidação da operação? Qual o impacto do recebimento de uma prestação no patrimônio da instituição? Qual o efeito do risco de inadimplência sobre os resultados da empresa? Quais modalidades de operações de crédito devem ser incentivadas e quais devem ser desestimuladas ou cortadas? Como escolher entre as diversas alternativas de aplicação, considerando condições de taxas, prazos, moedas e/ou riscos diferentes?

Essas questões são relevantes para os negócios de uma instituição bancária e, muitas vezes, vitais para a empresa. Como decidir com acerto? Ou, melhor ainda, como

assegurar que as decisões contribuam favoravelmente para os resultados da empresa? Nesta seção, apresentam-se proposições no sentido de viabilizar respostas às questões levantadas.

5.2.2 IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS ECONÔMICOS

No fluxo físico-operacional das atividades de aplicação, identificam-se diversas ocorrências potencialmente capazes de alterar a situação patrimonial da empresa. Essas ocorrências são os seus eventos econômicos, dentre os quais destacam-se os seguintes, que serão objeto de estudo e de modelagem da mensuração de resultados:

- a) concessão, que se caracteriza pela saída de recursos financeiros, mediante a entrada de um novo ativo financeiro;
- b) tempo-conjunturais, que se caracterizam pelos efeitos da manutenção do ativo no patrimônio do banco, durante um determinado período de tempo;
- c) recebimento de prestações, que se caracteriza pela entrada de uma determinada quantia de recursos financeiros, mediante amortização parcial do ativo;
- d) liquidação, que se caracteriza pelo recebimento de recursos para amortização total do ativo anteriormente constituído.

Para o estudo desses eventos, utiliza-se um exemplo numérico, que envolve a realização de operação de crédito por uma unidade de negócios, aqui denominada Unidade Aplicadora.

5.2.3 CONCESSÃO

A concessão de um empréstimo é um evento econômico porque transforma o patrimônio da entidade que a realizou. No momento da concessão, um ativo, representado por uma determinada quantia de recursos financeiros, é “trocado” por outro ativo, representado por um fluxo de recebimentos futuros.

No momento da realização dessa transação, ocorre uma transformação física no patrimônio da instituição. O ativo “cedido” já não existe mais no seu patrimônio. O que existe agora é um fluxo de recebimentos futuros, caracterizado por uma ou mais prestações ao longo do tempo.

O valor dessas prestações é definido em função do montante emprestado, com base numa taxa de juro que, a exemplo das taxas de captação, pode ser pré ou pós-fixada, e num sistema de amortização.

Diversos sistemas de amortização são utilizados pelos bancos em seus empréstimos, dentre os quais destacam-se:

- Tabela Price (TP) – sistema em que o valor da prestação é constante ao longo do prazo da operação, embutindo uma parcela de juro e outra de amortização. O juro é calculado sobre o saldo devedor da operação e, por isso, é decrescente ao longo do tempo. A amortização é deduzida do saldo devedor, a cada recebimento de prestação, e, como esta é constante, o valor da amortização é crescente;
- Sistema de Amortizações Constantes (SAC) – no qual, como diz o próprio nome, o valor da amortização embutido nas prestações permanece igual em todos os períodos. Sendo as taxas de juros aplicadas sobre o saldo devedor da operação, que é amortizado a cada prestação recebida, o valor dos juros recebidos em cada período é decrescente e, conseqüentemente, as prestações também o são;

- Sistema Misto – que envolve a combinação entre dois ou mais sistemas de amortização.

O valor econômico do ativo diminuído é diferente do valor econômico do ativo somado ao patrimônio. Desse modo, no momento da realização da transação, constata-se uma variação patrimonial, que corresponde ao resultado econômico agregado pela decisão de conceder o empréstimo.

Na data da realização da operação, o valor econômico do ativo diminuído do patrimônio corresponde ao valor à vista da quantidade de moeda desembolsada. Por outro lado, o valor econômico do ativo incorporado ao patrimônio é dado pelo valor presente do fluxo futuro de recebimentos, descontado pela taxa de oportunidade do banco. Essa taxa corresponde à taxa de captação de recursos da Unidade Captadora na Central de Recursos, sendo definida pela melhor alternativa que a Central dispõe para aplicar esses recursos no mercado. Noutras palavras, se a transação não fosse realizada – naquele momento, por aquela unidade e no volume e condições contratadas – o melhor uso alternativo dos recursos seria aplicá-lo no Mercado de Recursos, na melhor taxa de mercado efetivamente existente.

Desse modo, a margem obtida pela unidade que realiza uma operação financeira é dada pela diferença entre a taxa praticada na operação e a taxa de custo de oportunidade do banco, nas mesmas condições da operação contratada. Evidencia-se, dessa maneira, a contribuição econômica da operação, considerando o melhor uso alternativo que o banco teria para aplicar aqueles recursos no mercado.

Essas considerações referem-se a operações de crédito lastreadas por recursos captados livremente no mercado. No entanto, existem operações que são realizadas com fontes de recursos específicos, como, por exemplo, as operações de repasse, que são realizadas com recursos provenientes de outras Instituições (FGTS, BNDES, BIRD etc.). Nessas operações, as fontes de recursos estão diretamente ligadas às aplicações. Desse modo, o valor futuro de recebimentos é descontado pela própria taxa de captação,

demonstrando que o custo de oportunidade de uma decisão (emprestar ou não) é dado pelo efeito de ficar com ou sem o *spread* líquido da operação.

Neste momento, destacam-se algumas considerações sobre os riscos das operações ativas, tendo em vista tratar-se de uma variável com impactos relevantes sobre o patrimônio de uma instituição bancária.

As taxas de aplicação no mercado incorporam um certo nível de risco, que é próprio das condições conjunturais (risco sistêmico) – e que, portanto, não pode ser evitado – e das características da operação (risco operacional) – que deriva das condições contratadas e que envolve os riscos de inadimplência. As taxas de aplicação em títulos do Tesouro são normalmente vistas como livres desse segundo tipo de risco e, portanto, constitui um bom parâmetro para avaliar a contribuição de uma operação de crédito, tendo em vista que esta incorporará uma taxa que – acredita-se – seja suficiente para cobrir as expectativas de riscos da operação. Caso contrário, o banco não realizaria a operação.

Se um banco não estivesse disposto a correr riscos, certamente estaria fora da competição do mercado financeiro. Sua atividade se restringiria, talvez, a captar recursos e aplicá-los em títulos do Tesouro. Ainda assim, estaria sujeito a algum nível de risco em suas atividades, como, por exemplo, o risco de variações de taxas e de insolvência (conforme estudado no capítulo 3 deste trabalho). Entretanto, não é essa a missão de um banco. A própria legislação impõe restrições legais que Impulsionam os bancos à realização das suas atividades-fim, que consistem em assegurar o fluxo de capitais na economia, conforme as disponibilidades e necessidades de poupadores e tomadores de recursos.

Entende-se, portanto, que correr riscos é um fator intrínseco à atividade de intermediação financeira. Por outro lado, gerenciar riscos é uma necessidade para viabilizar economicamente essa atividade. Por isso, é importante o reconhecimento dos efeitos econômicos do risco sobre as operações e, conseqüentemente, sobre o patrimônio da instituição.

Este trabalho não contempla a proposição de um modelo de mensuração de riscos, tendo em vista que uma resposta a essa questão extrapolaria os limites impostos a este estudo. Esse assunto constitui uma das possíveis extensões deste trabalho.

O presente estudo limita-se a reconhecer os efeitos econômicos do risco de inadimplência sobre o patrimônio de uma instituição, que se refere à probabilidade de perda associada ao não-recebimento dos recursos emprestados. Dado um índice que represente, economicamente, o risco de inadimplência da operação, o modelo de mensuração proposto contempla o tratamento econômico desse risco, mensurando os seus efeitos sobre o valor econômico do ativo e acompanhando os efeitos da mudança desse índice ao longo do tempo.

Desse modo, todos os ativos de uma instituição estariam representados, no seu balanço patrimonial, pelos seus respectivos valores econômicos, que incorpora uma probabilidade de perda no fluxo de recebimentos futuros. Mudanças nos índices de risco deveriam ajustar o valor dos ativos a que se referem, espelhando ganhos ou perdas nas operações, conforme as suas oscilações fossem, respectivamente, para baixo ou para cima ao longo do tempo. Fatos específicos como perdas ou decréscimos do valor de garantias influenciam o valor econômico do ativo, e os seus efeitos devem também ser reconhecidos.

Para o estudo desse e dos demais fatores que determinam os resultados dos eventos econômicos das operações de aplicações de recursos, baseamo-nos no seguinte exemplo:

Dados do Evento Concessão

Uma operação de empréstimo no valor de \$ 100.000, em moeda corrente, foi realizada por uma unidade do banco, na data T0, considerando os seguintes dados:

Valor Nominal Aplicado	100.000,00
Prazo =	120 dias
Taxa de Juro (prefixada) =	10,0% a.m.
Prestações (vencíveis a cada 30 dias)	4
Sistema de Amortização =	Tabela Price
Risco de Crédito =	0,28%
Custo de Oportunidade - Captação =	5,0% a.m.
Índice Interno de Preços em T0 =	1,0000
Índice Interno de Preços em T30 =	1,0100
Índice Interno de Preços em T60 =	1,0200
Índice Interno de Preços em T90 =	1,0300
Índice Interno de Preços em T120 =	1,0400

Com base nesses dados, foram elaboradas as seguintes planilhas, que demonstram a evolução do empréstimo concedido, em moeda corrente (Quadro 31) e em moeda constante (Quadro 32), considerando o sistema de amortização baseado na Tabela Price:

Quadro 31 – Planilha de evolução do empréstimo concedido, em moeda corrente – *tabela price*

Data	Saldo Inicial	Juro	Saldo Atual	Prestação	Pagamento de Juro	Amortização	Saldo Final
T0	100.000,00						
T30	100.000,00	10.000,00	110.000,00	(31.547,08)	(10.000,00)	(21.547,08)	78.452,92
T60	78.452,92	7.845,29	86.298,21	(31.547,08)	(7.845,29)	(23.701,79)	54.751,13
T90	54.751,13	5.475,11	60.226,24	(31.547,08)	(5.475,11)	(26.071,97)	28.679,16
T120	28.679,16	2.867,92	31.547,08	(31.547,08)	(2.867,92)	(28.679,16)	0,00
Total		26.188,32		(126.188,32)	(26.188,32)	(100.000,00)	

Quadro 32 – Planilha de evolução do empréstimo concedido, em moeda constante – *tabela price*

Data	Saldo Inicial	Juro	Saldo Atual	Prestação	Pagamento de Juro	Amortização	Saldo Final
T0	100.000,00						100.000,00
T30	99.009,90	9.900,99	108.910,89	(31.234,73)	(9.900,99)	(21.333,74)	77.676,16
T60	76.914,63	7.691,46	84.606,09	(30.928,51)	(7.691,46)	(23.237,05)	53.677,58
T90	53.156,44	5.315,64	58.472,08	(30.628,23)	(5.315,64)	(25.312,59)	27.843,85
T120	27.576,12	2.757,61	30.333,73	(30.333,73)	(2.757,61)	(27.576,12)	0,00
Total		25.665,71		(123.125,21)	(25.665,71)	(97.459,50)	

O fluxo financeiro resultante da realização desse evento, em moeda corrente, pode ser caracterizado conforme segue:

Figura 26 – Fluxo de caixa do evento concessão do empréstimo, em moeda corrente

Dividindo-se os fluxos de caixa em cada data pelo IIP, que representa a evolução do poder aquisitivo da moeda interna da empresa, obtém-se o seguinte fluxo financeiro:

Figura 27 – Fluxo de caixa do evento concessão do empréstimo, em moeda constante

Sendo o risco de crédito (r) definido como uma probabilidade de perda decorrente do não-recebimento de uma entrada futura de caixa, o fluxo de caixa futuro da operação

deve ser ajustado, multiplicando-se o valor de cada prestação pelo coeficiente $(1 - r)$. No exemplo em estudo, r é igual a 0,28%, e o fluxo de caixa futuro ajustado pelo coeficiente $(1 - 0,28\%)$ é representado na Figura 28:

Figura 28 – Fluxo de caixa do evento concessão do empréstimo, ajustado pelo risco de crédito, em moeda constante

O valor econômico de um ativo financeiro, conforme estudado anteriormente, corresponde ao valor presente do fluxo futuro de recebimentos, descontado pela taxa de custo de oportunidade de aplicação.

Assim, o valor econômico do ativo é definido por:

$$VP_j = \sum_{j=1}^n P_j / (1 + i_j)^j$$

Onde:

VP_j = Valor Presente do Ativo no momento j

P_j = Prestação ajustada pelo coeficiente de risco $(1-r)$ no momento j

i_j = taxa de oportunidade de captação no momento j

j = momento no tempo

n = momento do recebimento da última prestação

Desse modo, o valor econômico do ativo em T0 corresponde a \$ 108.908,09, em moeda constante, conforme apresentado abaixo:

Figura 29 – Valor presente do fluxo de caixa da concessão do empréstimo, em moeda constante

ANÁLISE PATRIMONIAL

Analisando os efeitos patrimoniais causados pela concessão do empréstimo, observa-se a entrada de um ativo cujo valor econômico é de \$ 108.908,09 e a saída de outro ativo, avaliado economicamente em \$ 100.000, gerando uma variação patrimonial líquida de \$ 8.908,09, que corresponde ao resultado econômico da transação:

Quadro 33 - Variação patrimonial do evento concessão de empréstimo

Valor Econômico do Empréstimo	108.908,09
(-) Valor Econômico do Desembolso	(100.000,00)
(=) Variação Patrimonial	8.908,09

O balanço patrimonial do evento concessão pode, então, ser assim expresso:

Quadro 34 - Balanço patrimonial do evento concessão de empréstimo, em T0

ATIVO		PASSIVO	
Disponibilidades			
Caixa	(100.000,00)		
Empréstimos	123.125,21		
(-) Risco de Crédito	(344,75)		
(=) Valor Ajustado	122.780,46	PATRIMONIO LIQUIDO	
(-) Juro Diferido	(13.872,37)	Resultado Econômico	8.908,09
(=) Valor Presente	108.908,09		
Total	8.908,09	Total	8.908,09

No ativo, observa-se uma saída de caixa de \$ 100.000,00, contra uma entrada de um ativo no valor econômico de \$ 108.908,09. Nota-se que no ativo os valores do risco de crédito e do juro diferido estão destacados, de modo a facilitar o estudo do evento.

Após a concessão de crédito, o balanço patrimonial da Unidade Aplicadora assume a seguinte conformação:

Quadro 35 – Balanço patrimonial da Unidade Aplicadora, após o evento concessão de empréstimo, em T15

ATIVO		PASSIVO	
Aplicações Internas		Captações Internas	
Conta Remunerada	8.908,09	Conta Vinculada	108.908,09
Empréstimos	123.125,21		
(-) Risco de Crédito	(344,75)		
(=) Valor Ajustado	122.780,46		
(-) Juro Diferido	(13.872,37)		
(=) Valor Presente	108.908,09		
		PATRIMONIO LIQUIDO	
		Resultado Econômico	8.908,09
Total	117.816,18	Total	117.816,18

Nesse balanço, nota-se que o resultado econômico gerado pelo evento figura tanto no patrimônio líquido quanto na conta remunerada da Unidade Aplicadora, como um saldo disponível em sua conta corrente na Central de Recursos. Do outro lado, no passivo, o saldo da conta vinculada da Unidade Aplicadora apresenta o valor presente da operação, que corresponde ao valor que, se aplicado à taxa de oportunidade vigente, assegura a liquidação da sua operação na Central de Recursos. O valor desse passivo corresponde ao montante que a Central deveria desembolsar, no momento presente, para obter um fluxo de caixa equivalente ao da operação realizada.

O balanço patrimonial da Central de Recursos e o do Banco são apresentados a seguir:

Quadro 36 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, em T0

ATIVO		PASSIVO	
Disponibilidades		Captações Internas	
Caixa Central	(100.000,00)	Conta Remunerada	8.908,09
Aplicações Internas			
Conta Vinculada	108.908,09		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Total	8.908,09	Total	8.908,09

Quadro 37 – Balanço patrimonial do Banco, em T0

ATIVO		PASSIVO	
Disponibilidades		Captações Internas	117.816,18
Caixa Central	(100.000,00)	Conta Vinculada - UA	108.908,09
Aplicações Internas	117.816,18	Conta Remunerada - CR	8.908,09
Conta Vinculada - CR	108.908,09		
Conta Remunerada - UA	8.908,09		
Empréstimos	123.125,21		
(-) Risco de Crédito	(344,75)		
(=) Valor Ajustado	122.780,46		
(-) Juro Diferido	(13.872,37)		
(=) Valor Presente	108.908,09		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Resultado Econômico	8.908,09
Total	126.724,27	Total	126.724,27

Um raciocínio interessante para o entendimento dos efeitos patrimoniais causados pelo evento concessão do empréstimo pode ser empreendido da seguinte maneira:

- a) a Unidade Aplicadora tomou \$ 100.000,00 de recursos financeiros da Central de Recursos e os emprestou ao cliente;

- b) desse modo, a Unidade Aplicadora ficou com um ativo cujo valor econômico é de \$ 108.908,09, gerando um resultado econômico de \$ 8.908,09, que corresponde ao saldo da sua conta remunerada;
- c) o valor de \$ 108.908,09 corresponde a quanto a Central de Recursos deveria desembolsar para conseguir um fluxo de caixa equivalente no mercado financeiro (mercado de recursos), no momento presente;
- d) a Central de Recursos "deposita", então, a diferença de \$ 8.908,09 na conta remunerada da Unidade Aplicadora, perfazendo uma aplicação total de \$ 108.908,09 na Unidade Aplicadora;
- e) desse modo, no ativo da Unidade Aplicadora, figura a sua conta remunerada (\$ 8.908,09) e os seus empréstimos (\$ 108.908,09); e, no passivo, as suas captações na Central de Recursos (\$ 108.908,09), ao lado do resultado econômico de \$ 8.908,09. O passivo da Unidade Aplicadora corresponde, portanto, à aplicação efetuada pela Central de Recursos;
- f) no balanço da Central de Recursos, figura um ativo correspondente a uma aplicação interna de \$ 108.908,09, contra um passivo de \$ 8.908,09, gerando um efeito patrimonial líquido de \$ 100.000,00, que corresponde aos recursos desembolsados efetivamente do Caixa Central;
- g) do ponto de vista global do banco, o efeito foi uma saída de caixa de \$ 100.000,00 contra uma entrada de um ativo que vale, economicamente, \$ 108.908,09, gerando um incremento de 8.908,09 em seu patrimônio, que aparece no balanço da Unidade Aplicadora, responsável por esse evento.

O modelo conceitual para mensuração dos ativos envolvidos no evento é apresentado a seguir, considerando todos os valores expressos em moeda constante:

Quadro 38 – Balanço patrimonial do evento concessão de empréstimo – modelo conceitual de mensuração

ATIVO		PASSIVO	
Disponibilidades	<i>Valor Desembolsado (negativo)</i>		
Empréstimos	<i>Valor Futuro do fluxo de recebimentos, dado pelo somatório das prestações</i>		
(-) Risco de Crédito	<i>Perdas decorrentes do risco de crédito</i>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
(=) Valor Ajustado	<i>Valor Futuro do fluxo de recebimentos menos as perdas decorrentes do risco de crédito</i>	Resultado Econômico	<i>Valor Presente do fluxo futuro de recebimentos menos o valor desembolsado</i>
(-) Juro Diferido	<i>Custo de Oportunidade</i>		
(=) Valor Presente	<i>Valor presente do fluxo futuro de recebimentos</i>		

O resultado econômico gerado pela transação corresponde, portanto, à variação causada no patrimônio do banco. Esse efeito deve ser evidenciado de forma a demonstrar as variáveis relevantes que compõem as receitas e os custos envolvidos no problema de decisão.

MODELO DE DECISÃO

O modelo de decisão, em sentido amplo, compreende as variáveis relevantes envolvidas na avaliação das alternativas disponíveis e os conceitos de mensuração que permitem traduzi-las em termos de receitas e custos econômicos.

Apresenta-se, a seguir, o modelo de decisão proposto para a aplicação de recursos, conforme estudado nesta seção:

Quadro 39 – Modelo de decisão – aplicação

Receita Financeira	RF = Somatório dos juros (embutidos nas prestações)
(-) Custo do Risco de Crédito	CRC = Somatório das prestações multiplicado pelo coeficiente $(1-r)$, onde r = índice de inadimplência
(-) Custo Financeiro	CF = Diferença entre o valor presente e o valor ajustado do empréstimo (valor ajustado do empréstimo = somatório das prestações menos o custo do risco de crédito)
(=) Margem Financeira	$MF = RF - CRC - CF$
Receita de Atualização Monetária	RAM = Somatório das atualizações monetárias
(-) Perda Monetária	PM = Diferença entre o somatório das amortizações e o valor original do empréstimo (valor desembolsado)
(=) Margem Inflacionária	$MI = RAM - PM$
(=) Margem de Contribuição	$MF + MI$

No exemplo estudado, a receita de atualização monetária é igual a "zero", tendo em vista que a taxa da operação é prefixada. Nesse caso, a receita financeira incorpora uma certa expectativa de inflação de mercado. Os efeitos dessa variável seriam destacados da receita financeira, no caso de operações com taxa pós-fixada, constituindo a receita de atualização monetária. Em ambos os casos, após a margem financeira, deduz-se a margem inflacionária, que contempla a receita de atualização monetária subtraída da perda monetária decorrente da inflação específica da empresa, apresentando-se, ao final, a margem de contribuição da operação.

Desse modo, numa transação com taxa prefixada, a receita financeira do banco é fixada para o prazo total da operação e deve ser suficiente para cobrir o custo financeiro, o custo do risco de crédito e a perda monetária, assegurando um resultado econômico positivo.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A variação patrimonial provocada pelo evento, apurada pela diferença entre o valor econômico dos ativos envolvidos na transação, foi de \$ 8.908,09, em moeda constante. Essa variação deve ser explicada na forma de receitas e custos, compondo o resultado econômico da operação, que pode ser assim expresso:

Quadro 40 – Demonstração de resultado do evento concessão de empréstimo, em T15

	Em Moeda Constante
Receita Financeira	25.665,71
(-) Custo do Risco de Crédito	(344,75)
(-) Custo Financeiro	(13.872,37)
(=) Margem Financeira	11.448,59
Receita de Atualização Monetária	0,00
(-) Perda Monetária	(2.540,50)
(=) Margem Inflacionária	(2.540,50)
(=) Margem de Contribuição	8.908,09

Receita Financeira

A receita financeira do evento concessão corresponde ao somatório dos juros cobrados na operação, que, conforme a planilha de cálculo apresentada (Quadro 32), corresponde a:

$$\begin{aligned}\text{Juro embutido nas prestações} &= J1 + J2 + J3 + J4 = \\ &= 9.900,99 + 7.691,46 + 5.315,64 + 2.757,61 = 25.665,71\end{aligned}$$

Custo do Risco de Crédito

O custo do risco de crédito corresponde à probabilidade de perda em função do não-recebimento do valor futuro. No exemplo, o índice utilizado foi de 0,28%, que, aplicado sobre o valor de cada prestação, corresponde a:

$$\begin{aligned}\text{Custo do Risco de Crédito} &= \text{CRC1} + \text{CRC2} + \text{CRC3} + \text{CRC4} = \\ &= 87,46 + 86,60 + 85,76 + 84,93 = 344,75\end{aligned}$$

Custo Financeiro

O custo financeiro corresponde ao juro diferido, que se refere ao custo de oportunidade considerando a melhor alternativa existente para aplicação dos recursos pela Central de Recursos. No exemplo, essa taxa é de 5% ao mês e corresponde à taxa real (descontada a inflação interna). Desse modo, o custo financeiro corresponde à diferença entre o valor futuro (VF) e o valor presente (VP) do fluxo da operação, ambos

calculados sobre o valor das prestações já ajustadas pelo efeito do risco de crédito.

Assim:

$$VF = 31.147,28 + 30.841,91 + 30.542,47 + 30.248,80 = 122.780,46$$

$$VP = 29.664,07 + 27.974,52 + 26.383,74 + 24.885,76 = 108.908,09$$

$$CF = VF - VP = 122.780,46 - 108.908,09 = 13.872,37$$

Margem Financeira

Dada pela diferença entre a receita financeira e os custos do risco de crédito e financeiro, a margem financeira do evento, que é de \$ 11.448,59, expressa a sua contribuição a partir das taxas reais de juro líquidas do risco de inadimplência.

Receita de Atualização Monetária

Expressa o efeito dos índices contratados a título de reposição das taxas de inflação de mercado. No exemplo estudado, a receita de atualização monetária é nula, tendo em vista que a operação foi realizada com taxa prefixada.

Perda Monetária

A perda monetária indica o custo da inflação interna sobre o valor do ativo e é dada pela diferença entre o valor original do empréstimo e o somatório das amortizações, conforme segue:

Valor original do empréstimo = 100.000,00

Somatório das amortizações = $A_1 + A_2 + A_3 + A_4 =$

$= 21.333,74 + 23.237,05 + 25.312,59 + 27.576,12 = 97.459,50$

Perda Monetária = $100.000,00 - 97.459,50 = 2.540,50$

Margem Inflacionária

Diferença entre a receita de atualização monetária e a perda monetária, indicando a margem líquida entre os indexadores contratados e a inflação interna da empresa.

Margem de Contribuição

Corresponde ao somatório das margens financeira e inflacionária, indicando a contribuição total do evento, que é definida também pela variação patrimonial por ele provocada. No exemplo, essa margem foi de \$ 8.908,09.

FLUXO DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS – EVENTO CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS

Na Unidade Aplicadora

(a) Pela concessão do empréstimo		
D	Empréstimos	100.000,00
C	Caixa	100.000,00
(b) Pelo reconhecimento da inflação esperada		
D	Perda Monetária	2.540,50
C	Empréstimos	2.540,50
(c) Pelo reconhecimento da receita financeira		
D	Empréstimos	25.665,71
C	Receita Financeira	25.665,71
(d) Pelo reconhecimento do risco de crédito		
D	Custo do Risco de Crédito	344,75
C	Risco de Crédito	344,75
(e) Pelo reconhecimento do custo de oportunidade		
D	Custo Financeiro	13.872,37
C	Juro Diferido	13.872,37
(f) Pela obtenção dos recursos junto à Central de Recursos		
D	Caixa	100.000,00
D	Aplicações Internas - Conta Remune	8.908,09
C	Captações Internas - Conta Vinculad	108.908,09

Na Central de Recursos

(g) Pela transferência dos recursos para a Unidade Aplicadora		
D	Aplicações Internas - Conta Vinculad	108.908,09
C	Captações Internas - Conta Remunei	8.908,09
C	Caixa Central	100.000,00

Na Unidade Aplicadora

Caixa		Empréstimos	
(f)	<div>100.000,00100.000,000,00</div>	(a) (a)	<div>100.000,002.540,50</div>
		(c)	<div>25.665,71</div>
			<div>125.665,712.540,50</div>
			<div>123.125,21</div>
Peda Monetária		Receita Financeira	
(b)	<div>2.540,50</div>		<div>25.665,71 (c)</div>
Custo do Risco de Crédito		Risco de Crédito	
(d)	<div>344,75</div>		<div>344,75 (d)</div>
Custo Financeiro		Juro Diferido	
(e)	<div>13.872,37</div>		<div>13.872,37 (e)</div>
Captações Internas - Conta Vinculada		Aplicações Internas - Conta Remunerada	
	<div>108.908,09 (f)</div>	(f)	<div>8.908,09</div>

Na Central de Recursos

Caixa Central	
	<div>100.000,00 (g)</div>
Captações Internas - Conta Remunerada	
	<div>8.908,09 (g)</div>
Aplicações Internas - Conta Vinculada	
	<div>108.908,09</div>

5.2.4 EVENTOS TEMPO-CONJUNTURAIS

Após a decisão de concessão do empréstimo, vem a decisão de mantê-lo no patrimônio do banco. O evento concessão já pressupõe que a operação será mantida até o seu vencimento. Durante o período em que é mantido em carteira, esse ativo provoca efeitos econômicos decorrentes dos eventos tempo-conjunturais, os quais, conforme discutido anteriormente, decorrem da passagem do tempo e das mudanças de variáveis conjunturais.

Possíveis modificações dos índices de inflação, riscos, indexadores e taxas de oportunidade podem provocar resultados positivos ou negativos com a manutenção do ativo no patrimônio do banco, durante um determinado período. Resultados positivos indicam uma melhoria dos cenários em relação aos previstos inicialmente. Resultados negativos indicam que os novos cenários talvez não sejam tão bons quanto foram previstos. Evidentemente, os gestores devem procurar se antecipar a esses efeitos, de modo a aproveitar oportunidades e minimizar ameaças que podem advir de uma mudança de cenários.

Embora ocorram em todas as operações de crédito, esses efeitos podem ser mais problemáticos em operações de longo prazo, quando as mudanças conjunturais podem transformar uma operação que, no passado, foi extremamente rentável num ativo pouco interessante ou até mesmo prejudicial à empresa.

Para ilustrar essa situação, destaca-se o caso atualmente vivido por diversas instituições financeiras em relação aos seus financiamentos habitacionais. Algumas operações contratadas, em menos de dez anos, deixaram de ser interessantes para a instituição financeira, devido a uma série de fatores, dentre os quais, destacam-se: alterações de legislação, reajustes de prestações com base em correções salariais incompatíveis com a evolução do saldo devedor, inadimplência, inflação e descaracterização de garantias. Uma prova disso é que boa parte dessas instituições tem promovido verdadeiras "liquidações", na forma de propostas de descontos significativos

para que os mutuários liquidem seus débitos antecipadamente. A explicação desse fenômeno se dá pela constatação de que, em alguns casos, o fluxo de caixa a ser recebido futuramente de um financiamento, se descontado pelas taxas de juros atuais, demonstram que o empréstimo "vale" menos do que o seu saldo devedor, tornando interessante a oferta de descontos para que os clientes antecipem a sua liquidação.

Caracteristicamente, um financiamento habitacional é uma operação de longo prazo, altamente regulamentada e de grande importância e alcance social. Nesse tipo de operação, ocorre, freqüentemente, um "descolamento" entre o saldo devedor da operação e as prestações. Enquanto o saldo devedor evolui com base num índice de atualização monetária (TR, por exemplo) e numa taxa de juros contratada, as prestações do empréstimo acompanham os reajustes salariais do mutuário. Existem casos em que o valor da prestação não é suficiente para pagar o próprio juro do empréstimo, de modo que o saldo devedor aumenta continuamente. Ao final do prazo de uma operação de financiamento habitacional, é comum existir um resíduo de saldo devedor. Dependendo das condições contratuais, esse resíduo será de responsabilidade do mutuário, que poderá fazer um novo financiamento para saldar a dívida; ou será coberto pelo FCVS – Fundo de Compensação das Variações Salariais, que se trata de um artifício criado pelo governo para minimizar os altos índices de inadimplência que vinham ocorrendo nesse tipo de operação. De acordo com a legislação atual, o FCVS assume o saldo devedor da operação, mas deverá ressarcir o banco credor após um período de 8 anos de carência, com juros reduzidos em relação ao mercado.

Nesses casos, nota-se facilmente que o fluxo de caixa da operação é postergado em condições que talvez não sejam tão interessantes para a instituição financeira. Considerando as alternativas existentes no mercado para aplicar os recursos associados ao fluxo de caixa futuro, muitas vezes torna-se mais interessante para a Instituição propor descontos para liquidação antecipada do que manter o ativo em carteira, esperando a realização do fluxo de caixa a ele associado.

Nesse contexto, fica clara a necessidade de mensuração e acompanhamento não apenas das mutações do valor econômico dos ativos mantidos em carteira, mas também das suas respectivas causas.

A mensuração econômica das causas de variações do valor econômico dos ativos, quando confrontadas com o custo de oportunidade de mantê-los num determinado período, possibilita a identificação dos resultados tempo-conjunturais, isto é, decorrentes da decisão de manutenção dos ativos em carteira.

Esse aspecto será estudado, a seguir, com base no exemplo iniciado anteriormente, demonstrando que as informações geradas contribuem para que os gestores mantenham-se sensíveis aos efeitos econômicos das decisões de manutenção de ativos em carteira, a partir do reconhecimento dos seus efeitos econômicos, permitindo também simular o efeito dessas decisões em relação às decisões de liquidação antecipada, que serão estudadas posteriormente.

Dados dos Eventos Tempo-Conjunturais sobre o Ativo

Nos dados abaixo, observa-se que, de T0 a T30, além de decorridos 30 dias (um período), ocorreram mudanças nas variáveis: risco de crédito, índices internos de preços, custos de oportunidade. Nesse contexto, insere-se, ainda, mais uma variável, que se refere ao custo do capital investido, o qual deverá ser mensurado sobre o patrimônio líquido formado em T0.

	T0	T30	T60
Empréstimos =	123.125,21		
Prazo até o final =	120 dias	90 dias	60 dias
Taxa de Juro (prefixada) =	10,0% a.m.	10,0% a.m.	10,0% a.m.
Risco de Crédito =	0,28%	0,38%	0,38%
Índice Interno de Preços em T0 =	1,0000	1,0000	1,0000
Índice Interno de Preços em T30 =	1,0100	1,0200	1,0200
Índice Interno de Preços em T60 =	1,0200	1,0300	1,0300
Índice Interno de Preços em T90 =	1,0300	1,0400	1,0400
Índice Interno de Preços em T120 =	1,0400	1,0500	1,0500
Custo de Oportunidade - Captação =	5,0% a.m.	6,0% a.m.	6,0% a.m.
Custo de Oportunidade - Aplicação =	4,5% a.m.	5,5% a.m.	5,5% a.m.
Remuneração do Capital Investido =	4,5% a.m.	5,5% a.m.	5,5% a.m.

Com base nesses dados, foi elaborado o Quadro 41, no qual se verifica que o empréstimo evolui de forma diferente da prevista originalmente, alterando o fluxo futuro de benefícios esperados do ativo, lembrando que todos os valores estão expressos em moeda constante.

Quadro 41 – Evolução do valor econômico do ativo, de T0 a T60

	Valor Futuro do Ativo Ajustado pelo Risco de Crédito, em T0	Valor Presente do Ativo, em T0	Valor Futuro do Ativo Ajustado pelo Risco de Crédito, em T30	Valor Presente do Ativo, em T30	Valor Futuro do Ativo Ajustado pelo Risco de Crédito, em T60	Valor Presente do Ativo, em T60
Prestação 1	31.234,73	31.147,28	30.928,51	30.810,98	30.628,23	30.511,85
Prestação 2	30.928,51	30.841,91	30.628,23	30.511,85	30.333,73	30.218,46
Prestação 3	30.628,23	30.542,47	30.333,73	30.218,46	30.044,84	29.930,67
Prestação 4	30.333,73	30.248,80	30.044,84	29.930,67	29.930,67	29.930,67
	123.125,21	122.780,46	121.935,31	121.471,96	91.006,80	85.658,02

Em T0 o valor futuro do ativo era de \$ 123.125,21, mas, devido à elevação das taxas de inflação, esse valor passou, em T30, para \$ 121.935,31. Considerando o aumento do risco de crédito, o valor ajustado do ativo passa para \$ 121.471,96. Calculando, então, o valor presente do fluxo de prestações ajustadas, observa-se que o valor presente do ativo é, em T30, de \$ 111.620,43.

Portanto, a variação constatada no valor econômico do ativo, no período de T0 a T30, foi de \$ 2.712,34.

No Quadro 41, apresenta-se também o valor do ativo em T60, apenas para demonstrar que, se não fossem alterados os valores das variáveis, o resultado da manutenção do ativo no período de T30 a T60 deveria ser nulo. Nesse caso, a variação constatada no valor econômico do ativo durante esse período, que foi de \$ 25.962,41, corresponderia simplesmente aos efeitos da passagem do tempo e do recebimento de prestações no período.

Subtraindo-se da variação constatada no valor econômico do ativo (\$ 2.712,34) o custo de oportunidade (\$ 5.445,40), observa-se que a margem de contribuição da manutenção corresponde a um prejuízo de \$ 2.733,06, no período de T0 a T30.

O valor do custo de oportunidade, que é de \$ 5.445,40, foi calculado aplicando-se sobre o valor presente do ativo em T0 (\$ 108.908,09) a taxa de oportunidade de 5%a.m., supondo-se que, no período, tivesse sido essa a taxa observada. Evidentemente, na realidade, essa taxa varia em periodicidade bem menor. No caso da Mesa de Operações de uma instituição financeira, por exemplo, a cada momento em que ela consulta ou é consultada sobre as taxas, já ocorrem variações. Embora as Unidades de Negócios não estejam "on-line" no mercado financeiro no qual a Mesa de Operações atua, esta fixa as políticas de taxas antecipadamente, considerando previsões sobre o comportamento dessas taxas num determinado período.

Quadro 42 – Variação patrimonial da manutenção do ativo

	Período de T0 a T30	Período de T30 a T60
Variação no Valor do Ativo	2.712,34	4.848,57
(-) Custo Financeiro	(5.445,40)	(4.848,57)
(=) Margem de Contribuição	(2.733,06)	0,00

Com base nos dados apresentados até este momento, pode-se demonstrar, de forma simplificada, o resultado da manutenção do ativo, no período de T0 a T30, da seguinte forma:

Quadro 43 – Demonstração simplificada do resultado da manutenção do ativo, de T0 a T30

Receita Financeira	4.020,84
(-) Custo do Risco de Crédito	(118,60)
(-) Custo Financeiro	(5.445,40)
Margem Financeira	(1.543,17)
Receita de Atualização Monetária	
Perda Monetária	(1.189,89)
Margem Inflacionária	(1.189,89)
Margem de Contribuição	(2.733,06)

Receita Financeira

A receita financeira resulta da diferença entre o valor do juro diferido em T0 e em T30, isto é:

$$RF = 13.872,37 - 9.851,53 = 4.020,84$$

Custo do Risco de Crédito

O custo do risco de crédito é dado pela diferença entre o valor do ajuste em T30 e em T0, assim representado por:

$$\text{CRC} = 463,35 - 344,75 = 118,60$$

Custo Financeiro

O custo financeiro, conforme já comentado, corresponde ao custo de oportunidade e deriva da aplicação da taxa de oportunidade sobre o valor presente do ativo em T0, durante um período (30 dias) isto é:

$$\text{CF} = 108.908,09 \times 5\% = 5.445,40$$

Perda Monetária

A perda monetária é dada pela diferença entre o valor futuro do empréstimo em T0 e em T30, conforme evidenciado abaixo:

$$\text{PM} = 123.125,21 - 121.935,31 = 1.189,89$$

Desse modo, observa-se que a margem total de \$ 2.733,06, conforme apurada, compõe-se, na verdade, por uma margem financeira de \$ 1.543,17 e uma margem inflacionária de \$ 1.189,89.

Entretanto, observa-se que, nesse modelo, não estão identificadas as causas das variações no valor econômico do ativo, nem as suas influências sobre as receitas e custos considerados nas margens apuradas.

Um modelo mais analítico, que permite identificar os efeitos das mudanças de cada variável sobre as receitas e os custos que compõem as margens financeira e inflacionária, é proposto a seguir, conforme apresenta o Quadro 44:

Quadro 44 – Modelo de apuração das variações do valor econômico do ativo

Ativo	Valor do Ativo em T0	Valor do Ativo em T30, considerando o prazo decorrido	Valor do Ativo em T30, considerando o prazo decorrido e a variação do IIP	Valor do Ativo em T30, considerando o prazo decorrido, a variação do IIP e a variação do Risco de Crédito	Valor do Ativo em T30, considerando o prazo decorrido, a variação do IIP, a variação do risco de crédito e a variação do Custo de Oportunidade	(B) - (A)	(C) - (B)	(D) - (C)	(E) - (D)	(E) - (A)
Valor Futuro										
Prestação 1	31.234,73	31.234,73	30.928,51	30.928,51	30.928,51	0,00	(306,22)	0,00	0,00	(306,22)
Prestação 2	30.928,51	30.928,51	30.628,23	30.628,23	30.628,23	0,00	(300,28)	0,00	0,00	(300,28)
Prestação 3	30.628,23	30.628,23	30.333,73	30.333,73	30.333,73	0,00	(294,50)	0,00	0,00	(294,50)
Prestação 4	30.333,73	30.333,73	30.044,84	30.044,84	30.044,84	0,00	(288,89)	0,00	0,00	(288,89)
(=) Total	123.125,21	123.125,21	121.935,31	121.935,31	121.935,31	0,00	(1.189,89)	0,00	0,00	(1.189,89)
Valor Ajustado										
Prestação 1	31.147,28	31.147,28	30.841,91	30.810,98	30.810,98	0,00	(305,37)	(30,93)	0,00	(336,29)
Prestação 2	30.841,91	30.841,91	30.542,47	30.511,85	30.511,85	0,00	(299,44)	(30,63)	0,00	(330,06)
Prestação 3	30.542,47	30.542,47	30.248,80	30.218,46	30.218,46	0,00	(293,68)	(30,33)	0,00	(324,01)
Prestação 4	30.248,80	30.248,80	29.960,71	29.930,67	29.930,67	0,00	(288,08)	(30,04)	0,00	(318,13)
(=) Total	122.780,46	122.780,46	121.593,89	121.471,96	121.471,96	0,00	(1.186,56)	(121,94)	0,00	(1.308,50)
Valor Presente										
Prestação 1	29.664,07	31.147,28	30.841,91	30.810,98	30.810,98	1.483,20	(305,37)	(30,93)	0,00	1.146,91
Prestação 2	27.974,52	29.373,25	29.088,07	29.058,90	28.784,76	1.398,73	(285,18)	(29,17)	(274,14)	810,24
Prestação 3	26.383,74	27.702,92	27.436,55	27.409,04	26.894,32	1.319,19	(266,37)	(27,51)	(514,71)	510,59
Prestação 4	24.885,76	26.130,05	25.881,19	25.855,24	25.130,37	1.244,29	(248,86)	(25,95)	(724,87)	244,61
(=) Total	108.908,09	114.353,50	113.247,72	113.134,16	111.620,43	5.445,40	(1.105,77)	(113,57)	(1.513,72)	2.712,34
Empréstimos										
(-) Risco de Crédito	123.125,21	123.125,21	121.935,31	121.935,31	121.935,31	0,00	(1.189,89)	0,00	0,00	(1.189,89)
(=) Valor Ajustado	122.780,46	122.780,46	121.593,89	121.471,96	121.471,96	0,00	(1.186,56)	(121,94)	0,00	(1.308,50)
(-) Juro Diferido	(13.872,37)	(8.426,96)	(8.346,17)	(8.337,80)	(9.851,53)	5.415,40	80,79	8,37	(1.513,72)	4.020,84
(=) Valor Presente	108.908,09	114.353,50	113.247,72	113.134,16	111.620,43	5.445,40	(1.105,77)	(113,57)	(1.513,72)	2.712,34

O modelo apresentado no Quadro 44 permite identificar as variações de tempo decorrido, monetárias, de risco de crédito e de taxa (custo de oportunidade), cujos conceitos e significado são apresentados a seguir:

Variação de Tempo Decorrido

A variação de tempo decorrido resulta do efeito específico da passagem do tempo sobre o patrimônio da empresa. Noutras palavras, a variação de tempo decorrido é o próprio juro diferido (custo de oportunidade) que seria incorrido, caso não ocorressem modificações nas demais variáveis. Por isso, os seus efeitos são exclusivamente sobre o juro diferido, reduzindo-o, em contrapartida da receita financeira do período. Esse efeito é demonstrado no Quadro 44, pela diferença entre as colunas (B) e (A).

Em T₀, o valor econômico do ativo (VP₀) era de \$ 108.908,09 (coluna A) e, em T₃₀, esse valor seria de \$ 114.353,50 (coluna B), considerando apenas a passagem do tempo (VP'₃₀). Desse modo, a variação de tempo decorrido é dada pela diferença entre esses dois valores, ou então pela diferença entre o valor do juro diferido (JD'₃₀) em T₃₀, considerando apenas o tempo decorrido (JD₀) e o juro diferido em T₀, conforme demonstrado abaixo:

$$VTD = VP'_{30} - VP_0 = 114.353,50 - 108.908,09 = 5.445,40^*$$

ou

$$VTD = JD'_{30} - JD_0 = (-8.426,96) - (-13.872,37) = 5.445,40^*$$

* diferença de arredondamento, conforme apresentado no Quadro 44

Em termos econômicos, esses efeitos explicam-se pelo fato de que, aproximando-se a data de realização de um fluxo futuro de benefícios de um ativo, o valor econômico desse ativo aumenta.

Variação Monetária

A variação monetária decorre das modificações nos índices internos de preços (IIP), alterando o valor dos recebimentos futuros. Desse modo, seus efeitos recaem também sobre o custo do risco de crédito e sobre o juro diferido, conforme demonstrado no Quadro 44, na diferença entre as colunas (C) e (B). Tem-se, então:

Variação Monetária sobre Empréstimos

Que é dada pela diferença entre o valor do empréstimo em T30 (E''_{30}), considerando o prazo decorrido e a variação dos índices internos de preços (coluna C), e o valor do empréstimo em T30 (E'_{30}), considerando apenas os efeitos da passagem do tempo (coluna B), conforme segue:

$$VM \text{ sobre Empréstimos} = E''_{30} - E'_{30} = 121.935,31 - 123.125,21 = -1.189,89^*$$

* diferença de arredondamento, conforme apresentado no Quadro 44

Como a inflação será maior do que a prevista inicialmente, essa variação é negativa, demonstrando seus efeitos desfavoráveis sobre o patrimônio da empresa.

A explicação econômica para esse efeito é que um aumento dos níveis inflacionários corrói uma parcela dos benefícios esperados de um ativo, seja este ativo financeiro ou não.

Variação Monetária sobre Risco de Crédito

Que é dada pela diferença entre o valor do risco de crédito em T30 (RC''_{30}), considerando o prazo decorrido e a variação dos índices internos de preços (coluna C), e o valor do empréstimo em T30 (RC'_{30}), considerando apenas os efeitos da passagem do tempo (coluna B), conforme segue:

$$VM \text{ sobre Risco de Crédito} = RC''_{30} - RC'_{30} = (-341,42) - (-344,75) = 3,33$$

Considerando que a inflação será maior do que a prevista inicialmente, os seus efeitos são favoráveis sobre o risco de crédito, que é uma conta redutora do valor dos empréstimos.

Interpretando-se esses efeitos, em termos econômicos, verifica-se que um aumento dos níveis de inflação reduz a parcela das perdas esperadas (risco) de um fluxo de benefícios futuros de um ativo, gerando um ganho para o agente econômico.

Variação Monetária sobre Juro Diferido

Decorre da diferença entre o valor do juro diferido em T30 (JD''_{30}), considerando o prazo decorrido e a variação dos índices internos de preços (coluna C), e o valor do juro diferido em T30 (JD'_{30}), considerando apenas os efeitos da passagem do tempo (coluna B), conforme segue:

$$VM \text{ sobre Juro Diferido} = JD''_{30} - JD'_{30} = (-8.346,17) - (-8.426,96) = 80,79$$

Considerando que a inflação será maior do que a prevista inicialmente, os seus efeitos são favoráveis sobre o juro diferido, que é uma conta redutora do valor dos empréstimos.

Do ponto de vista económico, da mesma forma que um aumento dos níveis inflacionários provoca um ganho sobre o risco de crédito, esse aumento também provoca um ganho sobre o custo de oportunidade, que se reflete na diminuição do valor do juro diferido do ativo.

Desse modo, observa-se que o valor total da variação monetária (\$ 1.105,77) resulta, na verdade, dos seus efeitos sobre os empréstimos (\$ -1.189,89), o risco de crédito (\$ 3,33) e o juro diferido (\$ 80,79), cujos impactos são, respectivamente, nas seguintes contas de resultado: perdas monetárias, custo do risco de crédito e receita financeira.

Variação de Risco de Crédito

A variação de risco de crédito decorre da alteração do percentual considerado inicialmente como sendo a probabilidade de perda resultante do não-recebimento de prestações futuras. Conforme já discutido, esse percentual é aplicado diretamente sobre o valor de cada parcela a receber. Uma alteração desse percentual causa, portanto, efeitos sobre o risco de crédito e o juro diferido da operação, impactando também o custo do risco de crédito e a receita financeira, conforme será demonstrado mais adiante.

No caso em estudo, o risco de crédito foi de 0,28% para 0,38%, no período de T0 a T30. Analisando-se o Quadro 44, verifica-se que os efeitos dessa variação são assim explicados:

Variação de Risco de Crédito (pura)

Que é dada pela diferença entre o valor do risco de crédito em T30 (RC'''_{30}), considerando o prazo decorrido, a variação dos índices internos de preços e a variação do risco de crédito (coluna D), e o valor do risco de crédito em T30 (RC''_{30}), considerando apenas os efeitos da passagem do tempo e da variação dos índices internos de preços (coluna C), conforme segue:

$$VRC = RC'''_{30} - RC''_{30} = (-463,35) - (-341,42) = -121,94^*$$

* diferença de arredondamento, conforme apresentado no Quadro 44

Tendo aumentado a taxa de risco, a variação é negativa, aumentando o valor da conta patrimonial "risco de crédito", em contrapartida a um custo de risco de crédito.

Economicamente, esse fenômeno pode ser interpretado como uma diminuição do valor do fluxo de benefícios esperados de um ativo, devido ao aumento da probabilidade de que uma parcela desse fluxo não se realize.

Variação de Risco de Crédito sobre Juro Diferido

Essa variação é definida pela diferença entre o valor do juro diferido em T30 (JD'''_{30}), considerando o prazo decorrido, a variação dos índices internos de preços e a

variação do risco de crédito (coluna D), e o valor do juro diferido em T30 (JD''_{30}), considerando apenas os efeitos da passagem do tempo e da variação dos índices internos de preços (coluna C), conforme segue:

$$\text{VRC sobre Juro Diferido} = JD'''_{30} - JD''_{30} = (-8.337,80) - (-8.346,17) = 8,37^*$$

No caso em estudo, essa variação foi favorável, tendo em vista que o aumento da taxa de risco provocou uma diminuição no valor ajustado dos empréstimos, reduzindo o juro diferido, em contrapartida do aumento na receita financeira.

A interpretação econômica desse fato é que uma elevação da probabilidade de não se realizar uma parcela do fluxo de benefícios de um ativo reduz o seu valor econômico e, por isso, o seu custo de oportunidade (juro diferido).

Variação de Taxa

A variação de taxa corresponde ao efeito econômico da mudança da taxa de oportunidade no período sobre o valor do ativo. É definida, portanto, pela diferença entre o valor presente do ativo no momento atual (VP_{30}) e o valor presente do ativo ajustado pelas demais variações consideradas anteriormente (VP_{30}'''). Ou, da mesma forma, pelo valor do juro diferido atual (JD_{30}), que é calculado considerando a taxa de oportunidade atual, e o juro diferido calculado anteriormente (JD_{30}'''), que considera todas as variações, exceto a de taxa.

No Quadro 44, essa variação expressa-se pela diferença entre as colunas (E) e (D), conforme demonstrado a seguir:

$$VT = VP_{30} - VP'''_{30} = 111.620,43 - 113.134,16 = -1.513,72^*$$

ou

$$VTD = JD_{30} - JD'''_{30} = (-9.851,53) - (-8.337,80) = -1.513,72^*$$

* diferença de arredondamento, conforme apresentado no Quadro 44

Essa variação foi negativa pelo fato de que a taxa de oportunidade atual é maior do que a anterior, reduzindo o valor econômico do ativo.

Do ponto de vista econômico, esse fato explica-se pela existência, no presente, de alternativas melhores de aplicação de recursos do que no momento anterior.

Variação Total

Finalmente, a variação total é definida pelo somatório de todas as variações apuradas, correspondendo à variação entre o valor presente do ativo em T0 e o seu valor presente em T30, conforme resumido abaixo:

Quadro 45 – Variação do valor econômico do ativo

VALOR PRESENTE DO ATIVO EM T0	108.908,09
(+/-) Variação de Tempo Decorrido	5.445,40
(+/-) Variação Monetária	(1.105,77)
(+/-) Variação de Risco de Crédito	(113,57)
(+/-) Variação de Taxa de Oportunidade	(1.513,72)
VALOR PRESENTE DO ATIVO EM T30	111.620,43

Desse modo, chega-se à seguinte demonstração analítica do resultado da manutenção do ativo, no período de T0 a T30:

Quadro 46 – Demonstração analítica do resultado da manutenção do ativo, de T0 a T30

Receita Financeira		4.020,84
(+/-) Variação de Tempo Decorrido	5.445,40	
(+/-) Variação Monetária sobre Juros Diferidos	80,79	
(+/-) Variação de Risco de Crédito sobre Juros Diferidos	8,37	
(+/-) Variação de Taxa	(1.513,72)	
(-) Custo do Risco de Crédito		(118,60)
(+/-) Variação do Risco de Crédito	(121,94)	
(+/-) Variação Monetária sobre Risco de Crédito	3,33	
(-) Custo Financeiro		(5.445,40)
Margem Financeira		(1.543,17)
Receita de Atualização Monetária		0,00
(+/-) Variação de Indexador sobre Empréstimos	0,00	
Perda Monetária		(1.189,89)
(+/-) Variação Monetária sobre Empréstimos	(1.189,89)	
Margem Inflacionária		(1.189,89)
Margem de Contribuição		(2.733,06)

Receita Financeira

A receita financeira de \$ 4.020,84 decorre dos efeitos tempo-conjunturais da variação de tempo decorrido (\$ 5.445,40), da variação monetária sobre empréstimos (\$ 80,79), da variação de risco de crédito sobre juro diferido (\$ 8,37) e da variação de taxa (\$ -1.513,72). Corresponde também à diferença entre o juro diferido em T0 e em T30, conforme já demonstrado:

$$RF = 13.872,37 - 9.851,53 = 4.020,84$$

É interessante notar que a variação de tempo decorrido, inclusa na receita financeira, corresponde à receita financeira que seria realizada se não tivessem ocorrido

as demais variações. Esse valor seria igual ao custo de oportunidade e, como não haveria outras variações, o resultado da manutenção seria também igual a zero. Em termos econômicos, esse fenômeno é explicado pelo fato de que, se todas as expectativas iniciais se confirmarem, os ativos apenas se converterão nos benefícios esperados ao longo do tempo.

No caso de uma aplicação financeira, esses benefícios consistem em conversões do ativo em caixa, obtendo-se, assim, o retorno desejado do capital aplicado inicialmente, com o juro e demais condições contratuais.

Custo do Risco de Crédito

Do mesmo modo, os efeitos tempo-conjunturais sobre o custo do risco de crédito, no valor de \$ 118,60, correspondem às variações da taxa de risco (\$ -121,94) somadas às variações monetárias (\$ 3,33), o que equivale à diferença entre o saldo da conta patrimonial "risco de crédito" em T0 e em T30:

$$\text{CRC} = 463,35 - 344,75 = 118,60$$

Custo Financeiro

O custo financeiro corresponde ao custo de carregamento do ativo, isto é, ao juro de oportunidade pela sua manutenção durante um determinado período. Conforme demonstrado anteriormente, o custo financeiro resulta da aplicação da taxa do custo de oportunidade no período sobre o valor presente do ativo no início desse período, que corresponde ao capital investido inicialmente, conforme segue:

$$CF = 108.908,09 \times 5\% = 5.445,40$$

O custo financeiro é contabilizado tendo como contrapartida um aumento do passivo da área responsável pela operação com a Central de Recursos.

Perda Monetária

A perda monetária apurada neste modelo refere-se à redução do valor futuro do ativo, demonstrando a perda de poder aquisitivo que a empresa está sofrendo por manter ativos financeiros, em razão de um aumento dos índices de inflação interna.

$$PM = 123.125,21 - 121.935,31 = 1.189,89$$

ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE OS EVENTOS TEMPO-CONJUNTURAIS

Os eventos tempo-conjunturais, a exemplo dos demais tipos de eventos, referem-se a ajustes que precisam ser feitos no patrimônio da empresa em decorrência de transformações da sua realidade física, isto é, pela passagem do tempo e pelas mudanças de variáveis conjunturais (taxas de mercado, inflação, risco etc.) que determinam as novas "regras do jogo".

Portanto, o reconhecimento dos resultados dos eventos tempo-conjunturais não é um artifício criado com a finalidade de se "atualizar" o patrimônio da empresa. Ao demonstrar os efeitos econômicos das transformações físicas do patrimônio da empresa, os eventos tempo-conjunturais evidenciam oportunidades reais de otimização.

Considerando o patrimônio da empresa como um conjunto de ativos e passivos, o resultado econômico da empresa decorre da variação do seu valor econômico num determinado período, refletindo a sua capacidade de geração de caixa futuro.

Os eventos econômicos, como ocorrências que acontecem nas atividades empresariais, impactam potencialmente o fluxo de caixa futuro da empresa, isto é, o seu valor econômico.

Os gestores, ao tomarem decisões sobre os eventos econômicos, transformam o patrimônio da empresa, o que caracteriza a gestão econômica como um processo de administração do valor econômico da empresa.

Ao buscarem otimizar os resultados dos eventos econômicos que estão na suas respectivas esferas de responsabilidade, os gestores estão contribuindo para a otimização dos resultados econômicos da empresa.

MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES E CAPTAÇÕES INTERNAS NA CENTRAL DE RECURSOS

Além do resultado da manutenção do ativo, na área responsável pela operação, aqui denominada Unidade Aplicadora, observam-se os seguintes efeitos econômicos decorrentes dos eventos tempo-conjunturais, no período de T0 a T30:

Quadro 47 – Manutenção das captações e aplicações internas, de T0 a T30

	Captações Internas - Conta Vinculada	Aplicações Internas - Conta Remunerada
SALDOS EM T0	108.908,09	8.908,09
Custo Financeiro das Captações Internas (1)	5.445,40	
Receita Financeira sobre Conta Remunerada		400,86
Custo do Capital Investido (2)		(400,86)
Resultado da Manutenção do Ativo (3)	(2.733,06)	(2.733,06)
SALDOS EM T30	111.620,43	6.175,03

(1) O custo financeiro referente à conta vinculada corresponde ao juro pago pela UA à CR pela manutenção do ativo.

(2) O custo do capital investido é calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido em T0.

(3) O resultado da manutenção do ativo reflete-se no saldo da conta remunerada e deve ajustar a conta vinculada, de modo que o saldo desta última se iguale ao valor presente do ativo. Em termos econômicos, esse lançamento contábil significa a reposição da parcela do valor econômico do ativo, que foi perdida pela decisão de mantê-lo durante o período. Ou seja, o reconhecimento de um prejuízo econômico reduz a disponibilidade da conta remunerada, porque o valor perdido deve ser repostado. Caso contrário, se o evento tivesse gerado um lucro econômico, o excedente de patrimônio gerado deveria ser deduzido da conta vinculada e acrescido na conta remunerada.

Custo Financeiro das Captações Internas

A contrapartida do custo financeiro da manutenção do ativo é um lançamento no passivo da unidade responsável em relação à Central de Recursos (conta vinculada).

Receita Financeira sobre Conta Remunerada

Corresponde ao juro recebido da Central de Recursos sobre o valor mantido em "depósito" (aplicações internas). É calculada aplicando-se sobre o saldo dessa conta em T0 a taxa de oportunidade de aplicação, que corresponde à melhor alternativa de captação de recursos pela Central, durante o período:

Assim:

$$RF \text{ sobre a Conta Remunerada} = 8.908,09 \times 4,5\% = 400,86$$

Custo do Capital Investido

O custo do capital investido é o juro cobrado das áreas caracterizadas como centros de investimento, sobre o seu patrimônio líquido, e espelha o lucro desejado pelo "acionista", cujo papel é desempenhado, neste caso, pela área financeira. No exemplo em estudo, adotou-se uma taxa igual ao custo de oportunidade de aplicação. Ressalte-se, contudo, que essa taxa pode ser diferente das consideradas nas operações, embora também devam ser baseadas no mercado.

Desse modo:

$$CCI = PL_0 * i_{cci} = 8.908,09 \times 4,5\% = 400,86$$

Resultado da Manutenção do Ativo

O resultado apurado pela manutenção do ativo, o qual, no caso em estudo, foi um prejuízo de \$ 2.733,06, deve ser lançado à conta remunerada (ativo), tendo como

contrapartida a conta vinculada (passivo). Esse lançamento, juntamente com o efetuado por ocasião do reconhecimento do custo financeiro da captação interna, ajusta o valor da conta vinculada (passivo) da Unidade Aplicadora, que passa a espelhar o valor presente do ativo.

Desse modo, a conta vinculada está permanentemente indicando o valor que a Central de Recursos estaria desembolsando para obter, no mercado, um fluxo de caixa equivalente ao que será gerado pelo ativo. Ou seja, expressa o valor econômico desse ativo para o banco.

No Quadro 48, resumem-se os resultados dos eventos tempo-conjunturais, enquanto os seus efeitos patrimoniais são apresentados no Quadro 49:

Quadro 48 – Demonstração de resultados dos eventos tempo-conjunturais

Margem de Contribuição da Manutenção do Ativo	(2.733,06)
(+) Receita Financeira sobre Conta Remunerada	400,86
(-) Custo do Capital Investido	(400,86)
(=) Resultado	(2.733,06)

Quadro 49 – Balanço patrimonial do evento manutenção do passivo, em T30

ATIVO		PASSIVO	
Aplicações Internas		Captações Internas	
Conta Remunerada	(2.733,06)	Conta Vinculada	2.712,34
Empréstimos	(1.189,89)		
(-) Risco de Crédito	(118,60)		
(=) Valor Ajustado	(1.308,50)		
(-) Juro Diferido	4.020,84		
(=) Valor Presente	2.712,34		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Resultado Econômico	(2.733,06)
Total	(20,72)	Total	(20,72)

Os balanços patrimoniais da Unidade Aplicadora, antes e depois da ocorrência dos eventos tempo conjunturais, são demonstrados abaixo:

Quadro 50 – Balanço patrimonial da Unidade Aplicadora, antes e depois dos eventos tempo-conjunturais

ATIVO			PASSIVO		
	em T0	em T30		em T0	em T30
Aplicações Internas			Captações Internas		
Conta Remunerada	8.908,09	6.175,03	Conta Vinculada	108.908,09	111.620,43
Empréstimos	123.125,21	121.935,31			
(-) Risco de Crédito	(344,75)	(463,35)			
(=) Valor Ajustado	122.780,46	121.471,96			
(-) Juro Diferido	(13.872,37)	(9.851,53)			
(=) Valor Presente	108.908,09	111.620,43			
Total	117.816,18	117.795,46	Total	117.816,18	117.795,46

Na Central de Recursos, os eventos tempo-conjunturais levaram a sua situação patrimonial para a seguinte configuração:

Quadro 51 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, antes e depois da ocorrência dos eventos tempo-conjunturais

ATIVO			PASSIVO		
	em T0	em T30		em T0	em T30
Disponibilidades			Captações Internas		
Caixa Central	(100.000,00)	(100.000,00)	Conta Remunerada	8.908,09	6.175,03
Aplicações Internas					
Conta Vinculada	108.908,09	111.620,43			
Total	8.908,09	11.620,43	Total	8.908,09	11.620,43

FLUXO DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS – EVENTOS TEMPO-CONJUNTURAIS DAS OPERAÇÕES DE APLICAÇÕES

Os seguintes lançamentos contábeis permitem o tratamento das variações mensuradas nos eventos tempo-conjunturais:

Na Unidade Aplicadora

(a) Pelo reconhecimento do prazo decorrido		
D	Juro Diferido	5.445,40
C	Receita Financeira	5.445,40
(b) Pelo reconhecimento da variação monetária sobre empréstimos		
D	Perda Monetária	1.189,89
C	Empréstimos	1.189,89
(c) Pelo reconhecimento da variação monetária sobre risco de crédito		
D	Risco de Crédito	3,33
C	Custo de Risco de Crédito	3,33
(d) Pelo reconhecimento da variação monetária sobre juro diferido		
D	Juro Diferido	80,79
C	Receita Financeira	80,79
(e) Pelo reconhecimento da variação de risco de crédito sobre empréstimos		
D	Custo de Risco de Crédito	121,94
C	Risco de Crédito	121,94
(f) Pelo reconhecimento da variação de risco de crédito sobre juro diferido		
D	Juro Diferido	8,37
C	Receita Financeira	8,37
(g) Pelo reconhecimento da variação da taxa de oportunidade		
D	Juro Diferido	(1.513,72)
C	Receita Financeira	(1.513,72)
(h) Pelo reconhecimento do custo financeiro sobre a manutenção do ativo		
D	Custo Financeiro	5.445,40
C	Captações Internas - Conta Vinculada	5.445,40
(i) Pelo reconhecimento da receita financeira sobre a conta remunerada		
D	Aplicações Internas - Conta Remunerada	400,86
C	Receita Financeira s/ Conta Remunerada	400,86
(j) Pelo reconhecimento do custo do capital investido		
D	Custo do Capital Investido	400,86
C	Aplicações Internas - Conta Remunerada	400,86
(k) Pela reposição do valor económico do ativo que foi reduzido durante a manutenção		
D	Captações Internas - Conta Vinculada	2.733,06
C	Aplicações Internas - Conta Remunerada	2.733,06

Na Central de Recursos

(l) Pelo reconhecimento da receita financeira das aplicações Internas		
D	Aplicações Internas - Conta Vinculada	5.445,40
C	Receita Financeira	5.445,40
(m) Pelo reconhecimento do custo financeiro das captações Internas		
D	Custo Financeiro	400,86
C	Captações Internas - Conta Remunerada	400,86
(n) Pela cobrança do custo do capital investido		
D	Captações Internas - Conta Remunerada	400,86
C	Custo do Capital Investido	400,86
(o) Pelo valor transferido para reposição do valor económico do ativo		
D	Captações Internas - Conta Remunerada	2.733,06
C	Aplicações Internas - Conta Vinculada	2.733,06

Na Unidade Aplicadora

Empréstimos	
(SI) 123.125,21	1.189,89 (b)
121.935,31	

Receita Financeira	
	5.445,40 (a)
	80,79 (d)
	(1.513,72) (g)
	8,37 (f)
	4.020,84

Custo do Risco de Crédito	
(e) 121,94	3,33 (c)
118,60	

Perda Monetária	
(b) 1.189,89	

Captações Internas - Conta Vinculada	
(k) 2.733,06	108.908,09 (SI)
	5.445,40 (h)
2.733,06	114.353,50
	111.620,43

Custo do Capital Investido	
(j) 400,86	

Juro Diferido	
(a) 5.445,40	13.872,37 (SI)
(d) 80,79	
(g) (1.513,72)	
(f) 8,37	
4.020,84	13.872,37
	9.851,53

Custo Financeiro	
(h) 5.445,40	

Risco de Crédito	
(c) 3,33	344,75 (SI)
	121,94 (e)
3,33	466,69
	463,35

Receita Financeira sobre Cta. Remunerada	
	400,86 (i)

Aplicações Internas - Conta Remunerada	
(SI) 8.908,09	400,86 (j)
(i) 400,86	2.733,06 (k)
9.308,96	3.133,93
6.175,03	

Na Central de Recursos

Aplicações Internas - Conta Vinculada	
(SI) 108.908,09	2.733,06 (o)
(l) 5.445,40	
114.353,50	2.733,06
111.620,43	

Receita Financeira	
	5.445,40 (l)

Custo Financeiro	
(m) 400,86	

Captações Internas - Conta Remunerada	
(n) 400,86	8.908,09 (SI)
(o) 2.733,06	400,86 (m)
3.133,93	9.308,96
	6.175,03

Custo do Capital Investido	
	400,86 (n)

5.2.5 RECEBIMENTO DE PRESTAÇÕES

O recebimento de uma ou mais prestações, derivadas de uma operação de aplicação de recursos financeiros, constitui um evento econômico, porque altera a situação patrimonial da empresa.

Existem três situações em que uma prestação pode ser recebida em relação ao seu vencimento, que representa a data esperada para a entrada desse fluxo de caixa:

1. antecipadamente;
2. no vencimento;
3. em atraso.

A antecipação de pagamentos por parte do devedor implica, em alguns casos, descontos sobre o valor da prestação. Por outro lado, o atraso implica encargos adicionais como multas e/ou comissões de permanência, também aplicáveis sobre o valor da prestação. Em ambos os casos, o valor do empréstimo deve ser ajustado, de forma a espelhar a realidade física que se apresenta, seja por redução do valor de uma prestação recebida antecipadamente com desconto, gerando um custo financeiro de desconto; seja por acréscimo de encargos pelo atraso no pagamento, gerando receitas financeiras.

Em todos os casos, o valor recebido é deduzido do valor do empréstimo, reduzindo o seu valor econômico, tendo em vista que o recebimento de uma prestação se caracteriza, do ponto de vista econômico, pela realização de um dos fluxos de benefícios do ativo correspondente. Desse modo, o valor econômico do ativo estará sempre espelhando o valor presente do fluxo de recebimentos futuros.

Existe, ainda, a hipótese de não-recebimento de uma prestação, que pode indicar um aumento da probabilidade de não recebê-la (risco de crédito), que pode superar as receitas financeiras (multas, juro de mora contratual) durante o tempo decorrido. Normalmente, um banco consegue prever que as chances de receber uma prestação variam inversamente ao tempo de atraso. Mudanças na probabilidade de não-

recebimento de prestações futuras são mensuradas pelos eventos tempo-conjunturais, ajustando o valor do ativo para as expectativas presentes de recebimento (ou não) do seu fluxo de prestações.

Em caso de inadimplência do devedor, normalmente o banco recorre às garantias, renegociações ou soluções jurídicas para o caso. Quando o banco consegue obter um ativo em troca de uma liquidação total ou parcial do ativo inadimplido, o valor econômico do ativo obtido deve ser confrontado com o valor econômico do ativo baixado, evidenciando a existência de um resultado econômico. Eventuais perdas devem ser baixadas como prejuízo, no momento em que se reconhece a incapacidade do ativo de gerar algum fluxo de benefícios futuros.

Todas as ocorrências mencionadas constituem eventos econômicos, tendo em vista que são potencialmente capazes de alterar o patrimônio da empresa. Dentre esses eventos, será estudado, a seguir, o recebimento de uma prestação no seu vencimento:

Dados do Evento – Recebimento de Prestação

Considerando os dados do problema anterior, suponha-se que, na data T30, o devedor tenha pago a primeira prestação, cujo valor, em moeda corrente, é de \$ 31.547,08. Esse valor corresponde, em moeda constante, a \$ 30.928,51, considerando que o IIP, nesta data, é de 1,02.

O risco de crédito embutido nessa prestação, conforme mensurado nos eventos tempo-conjunturais, é de \$ 117,53, que equivale a 0,38% (taxa de risco de crédito) aplicado sobre o valor da prestação, que é de 30.928,51, em moeda constante.

Em T30, o valor presente do ativo é de \$ 111.610,43, conforme demonstrado a seguir:

Data do Recebimento =	T30
Valor Recebido (Prestação 1), em Moeda Corrente =	31.547,08
Valor Recebido (Prestação 1), em Moeda Constante =	30.928,51
Risco de Crédito	0,38%
Custo do Risco de Crédito embutido na Prestação 1 =	117,53

Valor do Ativo em T30, em Moeda Constante:	
Empréstimos	121.935,31
(-) Risco de Crédito	(463,35)
(=) Valor Ajustado	121.471,96
(-) Juro Diferido	(9.851,53)
(=) Valor Presente	111.620,43

Com base nesses dados, construiu-se o seguinte fluxo de caixa do evento, em moeda constante, no qual se verifica que o valor da prestação recebida (\$ 30.928,51) é maior do que a variação causada pelo evento sobre o valor econômico do ativo, que foi de \$ 30.810,98.

Figura 30 – Fluxo de caixa do recebimento de prestação, em moeda constante

A diferença entre o valor recebido e a variação no valor do ativo decorrente desse recebimento é de \$ 117,53, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 52 – Variação patrimonial do evento recebimento de prestação, em T0

Valor Recebido	30.928,51
Variação no Valor do Ativo	(30.810,98)
Variação Patrimonial	117,53

Essa diferença decorre do risco embutido na prestação, que não se confirmou por ocasião do recebimento.

Do ponto de vista econômico, esse efeito explica-se pelo ganho proporcionado pelo recebimento de um fluxo (prestação) cujo valor econômico, na data do recebimento, era menor do que o valor efetivamente recebido, porque incorporava uma parcela de risco, a qual não se confirmou com o recebimento.

Destaque-se que o ganho proporcionado pelo recebimento de uma prestação constitui uma receita efetiva, que decorre do esforço de conversão do ativo em caixa, recuperando-se o risco que dele se esperava.

Desse modo, o recebimento de uma prestação implica o reconhecimento da receita obtida como produto da recuperação do risco de crédito, sendo esta a margem de contribuição do evento:

Quadro 53 – Demonstração do Resultado do Evento Recebimento de Prestação

Receita de Recuperação do Risco de Crédito	117,53
(=) Margem de Contribuição	117,53

O impacto do evento na situação patrimonial da Unidade Aplicadora é representado abaixo:

Quadro 54 – Balanço patrimonial do evento recebimento de prestação, em T30

ATIVO		PASSIVO	
Aplicações Internas Conta Remunerada	117,53	Captações Internas Conta Vinculada	(30.810,98)
Empréstimos	(30.928,51)		
(-) Risco de Crédito	117,53		
(=) Valor Ajustado	(30.810,98)		
(-) Juro Diferido	0,00		
(=) Valor Presente	(30.810,98)		
Total	(30.693,45)	Total	(30.693,45)

Nota-se que o resultado gerado pelo evento é acrescido na conta remunerada (ativo) da Unidade Aplicadora, enquanto o valor recebido e o valor do risco recuperado ajustam o ativo e a sua conta vinculada (passivo), levando a área à seguinte situação patrimonial:

Quadro 55 – Balanço patrimonial da Unidade Aplicadora, antes e depois do recebimento da prestação

ATIVO			PASSIVO		
	antes	depois		antes	depois
Aplicações Internas Conta Remunerada	6.175,03	6.292,56	Captações Internas Conta Vinculada	111.620,43	80.809,45
Empréstimos	121.935,31	91.006,80			
(-) Risco de Crédito	(463,35)	(345,83)			
(=) Valor Ajustado	121.471,96	90.660,98			
(-) Juro Diferido	(9.851,53)	(9.851,53)			
(=) Valor Presente	111.620,43	80.809,45			
Total	117.795,46	87.102,01	Total	117.795,46	87.102,01

A Central de Recursos apresenta a seguinte situação patrimonial, antes e depois da ocorrência do evento:

Quadro 56 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, em T30

ATIVO			PASSIVO		
	antes	depois		antes	depois
Disponibilidades			Captações Internas		
Caixa Central	(100.000,00)	(69.071,49)	Conta Remunerada	6.175,03	6.292,56
Aplicações Internas					
Conta Vinculada	111.620,43	80.809,45			
			PATRIMONIO LÍQUIDO		
			Resultado Econômico Acumulado	5.445,40	5.445,40
Total	11.620,43	11.737,96	Total	11.620,43	11.737,96

Os resultados da Central de Recursos não são afetados pelo recebimento da prestação, mas sim o seu fluxo financeiro, aumentando o saldo disponível no Caixa Central.

FLUXO DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS – EVENTO RECEBIMENTO DE PRESTAÇÕES

São os seguintes os lançamentos contábeis relativos ao evento recebimento de prestações:

Na Unidade Aplicadora

(a) Pelo recebimento da prestação		
D	Caixa	30.928,51
C	Empréstimos	30.928,51
(b) Pela transferência dos recursos para a Central de Recursos		
D	Captações Internas - Conta Vinculada	30.928,51
C	Caixa	30.928,51
(c) Pela recuperação do risco de crédito embutido na prestação recebida		
D	Risco de Crédito	117,53
C	Receita de Recuperação do Risco de Crédito	117,53
(d) Pelo reconhecimento do resultado gerado na transação		
D	Aplicações Internas - Conta Remunerada	117,53
C	Captações Internas - Conta Vinculada	117,53

Na Central de Recursos

(e) Pelo recebimento dos recursos transferidos da Unidade Aplicadora		
D	Caixa Central	30.928,51
C	Aplicações Internas - Conta Vinculada	30.810,98
C	Aplicações Internas - Conta Remunerada	117,53

Na Unidade Aplicadora

Caixa	
(a) 30.928,51	30.928,51 (b)
	0,00

Empréstimos	
(SI) 121.935,31	30.928,51 (a)
91.006,80	

Receita de Recuperação do Risco de Crédito	
	117,53 (c)

Captações Internas - Conta Vinculada	
(b) 30.928,51	111.620,43 (SI)
	117,53 (d)
30.928,51	111.737,96
	80.809,45

Risco de Crédito	
(c) 117,53	463,35 (SI)
	345,83

Aplicações Internas - Conta Remunerada	
(SI) 6.175,03	
(d) 117,53	
6.292,56	

Na Central de Recursos

Caixa Central	
(e) 30.928,51	100.000,00 (SI)
	69.071,49

Aplicações Internas - Conta Vinculada	
(SI) 111.620,43	30.810,98 (e)
80.809,45	

Captações Internas - Conta Remunerada	
	6.175,03 (SI)
	117,53 (e)
	6.292,56

5.2.6 LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

A liquidação de um empréstimo é um evento econômico que consiste, em termos patrimoniais, numa “troca” de um ativo por outro, seja este uma certa quantia de recursos financeiros, o próprio bem financiado dado em garantia ou um novo ativo decorrente de uma renegociação de dívida.

Em termos econômicos, o resultado dessa troca decorre do valor econômico dos ativos envolvidos na transação, correspondendo ao valor presente do seu fluxo futuro de benefícios, descontado pela taxa de custo de oportunidade.

Desse modo, o “saldo devedor” de uma operação de crédito, conforme consta do balanço contábil societário de uma instituição bancária ou de uma planilha de evolução do empréstimo (como as apresentadas nos Quadros 31 e 32, quando do estudo do evento aplicação), não representa o valor econômico do ativo. O fato de o banco possuir um direito contratual sobre o saldo devedor de um ativo financeiro não é justificativa para avaliá-lo por esse valor. Nem, tampouco, para sustentar as decisões relacionadas à sua liquidação.

Para reforçar a importância dessas decisões no contexto da gestão de uma instituição financeira, retome-se o caso dos financiamentos habitacionais. Mudanças conjunturais podem fazer com que a decisão de manter os ativos visando a realização do seu fluxo de caixa não seja interessante se confrontada com alternativas de liquidação antecipada.

A liquidação antecipada de um financiamento pode ser tão interessante para a instituição financeira como para o devedor. (Vale lembrar a conclusão extraída quando do estudo do conceito de custo de oportunidade: dois agentes econômicos podem obter lucro econômico numa transação realizada entre ambos, tendo em vista que os seus custos de oportunidade podem ser diferentes.)

A liquidação antecipada de um empréstimo concedido, seja pelo seu saldo devedor ou por uma outra quantia qualquer, nada significaria para a Instituição financeira, se ela não perdesse, com isso, os benefícios futuros dele esperados. Evidentemente, esse acontecimento pode resultar num lucro ou num prejuízo econômico para a instituição, dependendo do valor econômico dos ativos envolvidos na transação.

Se o valor recebido é maior do que o valor econômico do ativo liquidado, a instituição financeira certamente obtém um lucro econômico, o que significa que ela conseguiu antecipar os benefícios que adviriam do fluxo de caixa da operação acrescidos de uma parcela extra (lucro) de recursos. Caso contrário, quando o valor recebido é inferior ao valor econômico do ativo liquidado, certamente ocorre uma diminuição no valor do seu patrimônio, isto é, um prejuízo econômico.

A questão relevante para o tomador de decisão passa a ser: qual é o valor econômico do empréstimo e qual o valor recebido para liquidá-lo antecipadamente? Ou, então, quanto propor de desconto para receber antecipadamente um empréstimo? Noutras palavras, essas questões se resumem numa única: qual é o resultado econômico proporcionado pela liquidação de um empréstimo? A resposta essas questões são estudadas por meio do estudo do evento liquidação de empréstimos, contribuindo para a formulação de políticas de liquidação antecipada, bem como para renegociação de condições ou troca de ativos financeiros.

O estudo desse evento está baseado na continuidade do caso apresentado anteriormente, considerando que, logo após o recebimento da prestação, ainda na data T30, o cliente decide liquidar o empréstimo antecipadamente, pagando ao banco, em dinheiro, a quantia equivalente ao saldo devedor da operação.

Os dados do evento são os seguintes:

Dados do Evento – Liquidação de Empréstimos

Data da Liquidação =	T30
Valor Recebido (Saldo Devedor) em Moeda Corrente =	78.452,92
Valor Recebido, em Moeda Constante =	76.914,63
Risco de Crédito	0,38%
Custo do Risco de Crédito embutido nas prestações =	345,83
Valor do Ativo em T30, em Moeda Constante:	
Empréstimos	91.006,80
(-) Risco de Crédito	(345,83)
(=) Valor Ajustado	90.660,98
(-) Juro Diferido	(9.851,53)
(=) Valor Presente	80.809,45

O valor recebido em T30 é de \$ 78.452,92, e corresponde ao saldo devedor da operação. Em moeda constante, esse valor equivale a \$ 76.914,63. No fluxo futuro de prestações, existe um valor de \$ 345,83, que corresponde ao risco de crédito da operação. Em T30, o valor presente do empréstimo é de \$ 80.809,45.

Com base nesses dados, o fluxo de caixa decorrente do evento é o seguinte:

Figura 31 – Fluxo de Caixa do Evento Liquidação de Empréstimos, em moeda constante

A variação patrimonial causada pelo evento é de \$ 3.894,82, que corresponde à entrada de um ativo no valor de \$ 76.914,63 e baixa de um ativo avaliado em \$ 80.809,45, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 57 – Variação patrimonial do evento liquidação do empréstimo

Valor Recebido	76.914,63
Variação no Valor do Ativo	(80.809,45)
Variação Patrimonial	(3.894,82)

O balanço patrimonial do evento é apresentado a seguir:

Quadro 58 – Balanço patrimonial do evento liquidação do empréstimo, em T30

ATIVO		PASSIVO	
Aplicações Internas Conta Remunerada	(3.894,82)	Captações Internas Conta Vinculada	(80.809,45)
Empréstimos	(91.006,80)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
(-) Risco de Crédito	345,83	Resultado Econômico	(3.894,82)
(=) Valor Ajustado	(90.660,98)		
(-) Juro Diferido	9.851,53		
(=) Valor Presente	(80.809,45)		
Total	(84.704,27)	Total	(84.704,27)

A situação patrimonial da Unidade Aplicadora, antes e depois da ocorrência do evento, é demonstrada como segue:

Quadro 59 – Balanço patrimonial da Unidade Aplicadora, antes e depois do evento
liquidação do empréstimo

ATIVO			PASSIVO		
	antes	depois		antes	depois
Aplicações Internas Conta Remunerada	6.292,56	2.397,73	Captações Internas Conta Vinculada	80.809,45	0,00
Empréstimos	91.006,80	0,00	PATRIMONIO LIQUIDO		
(-) Risco de Crédito	(345,83)	0,00	Resultado Econômico	6.292,56	2.397,73
(=) Valor Ajustado	90.660,98	0,00			
(-) Juro Diferido	(9.851,53)	0,00			
(=) Valor Presente	80.809,45	0,00			
Total	87.102,01	2.397,73	Total	87.102,01	2.397,73

Essa variação patrimonial é explicada pelos seguintes elementos de custos e receitas, compondo a margem de contribuição do evento:

Quadro 60 – Demonstração de resultados da Unidade Aplicadora

Receita Financeira	9.851,53
Receita de Recuperação do Risco de Crédito	345,83
(-) Custo Financeiro	(14.092,18)
(=) Margem Financeira	(3.894,82)

Receita Financeira

Corresponde ao juro diferido do empréstimo que é baixado por ocasião da sua liquidação (\$ 9.851,53). Do ponto de vista econômico, essa receita refere-se ao custo de oportunidade que está sendo recuperado pelo recebimento antecipado do empréstimo.

Receita de Recuperação do Risco de Crédito

Do mesmo modo que no recebimento de uma prestação, a liquidação antecipada do empréstimo gera uma receita decorrente da recuperação do risco de crédito embutido no fluxo de caixa futuro, o qual, no exemplo estudado, é de \$ 345,83. Cumpre destacar que não seria correta a afirmação de que essa receita se refere a um risco não-incorrido. Na verdade, incorreu-se no risco de crédito, tanto que foram reconhecidos os seus impactos econômicos sobre o patrimônio da empresa (custo do risco de crédito). A receita de recuperação do risco de crédito é, portanto, um benefício efetivamente obtido do ativo em questão, visto que corresponde a uma parcela do fluxo futuro de caixa dele esperado.

Custo Financeiro

O custo financeiro refere-se à diferença entre o valor efetivamente recebido (\$ 76.914,63) e o valor nominal do empréstimo (\$ 91.006,80), demonstrando, em termos econômicos, a parcela de benefícios líquidos sacrificados em decorrência da liquidação antecipada.

Margem Financeira

A margem de contribuição do evento é um prejuízo econômico de \$ 3.894,82, que reduz o saldo da conta remunerada mantida pela Unidade Aplicadora na Central de Recursos, conforme se visualiza nos seus respectivos balanços.

Quadro 61 – Balanço patrimonial da Central de Recursos, em T30

ATIVO			PASSIVO		
	antes	depois		antes	depois
Disponibilidades			Captações Internas		
Calxa Central	(69.071,49)	7.843,14	Conta Remunerada	6.292,56	2.397,73
Aplicações Internas					
Conta Vinculada	80.809,45	0,00			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Resultado Econômico Acumulado	5.445,40	5.445,40
Total	11.737,96	7.843,14	Total	11.737,96	7.843,14

No exemplo estudado, o valor econômico do ativo é maior do que o seu saldo devedor. Portanto, a liquidação da operação pelo saldo devedor gera um prejuízo econômico para a empresa, decorrente da não-realização do fluxo de benefícios do ativo. Por outro lado, se o saldo devedor da operação fosse maior do que o valor econômico do ativo, a Instituição financeira teria, a seu favor, uma margem de negociação com o cliente, podendo conceder descontos para liquidação antecipada, reaplicando os recursos em condições mais vantajosas do que as da operação realizada.

O desconto máximo a ser oferecido para uma operação nessas condições seria equivalente ao que iguala o valor recebido ao valor econômico do ativo:

$$\text{Desconto Máximo} \Leftrightarrow VP_n = SD_n \times (1 - D) \Leftrightarrow VP_n / SD_n = 1 - D \Leftrightarrow D = 1 - VP_n / SD_n$$

Onde:

D = Desconto Máximo

VP_n = Valor Presente do Ativo na data n

SD = Saldo Devedor na data n

Exemplificando, se um ativo possui o valor econômico de \$ 80.000 e saldo devedor de \$ 100.000, numa determinada data, o desconto máximo a ser concedido sobre o saldo devedor é igual a:

$$D = 1 - 80.000 / 100.000 = 20\%$$

Desse exemplo, depreende-se que o recebimento de \$ 80.000 por um ativo que vale os mesmos \$ 80.000 geraria um resultado econômico igual a "zero", o que equivaleria a uma antecipação, para o momento atual, de todo o fluxo de caixa esperado desse ativo.

Concluindo a análise deste evento, observa-se que o saldo da conta remunerada da Unidade Aplicadora vem acumulando os resultados econômicos dos eventos realizados desde o início da operação.

Destacando-se desses eventos os que se referem exclusivamente às decisões relacionadas à operação financeira, chega-se à seguinte demonstração do resultado econômico, no período de T0 a T30:

Quadro 62 – O resultado econômico do empréstimo, demonstrado por evento, no período de T0 a T30

	Concessão	Manutenção	Recabimento de Prestação	Liquidação	Total
Receita Financeira	25.665,71	4.020,84			39.538,07
Receita de Recuperação do Risco de Crédito			117,53	9.851,53	463,35
(-) Custo do Risco de Crédito	(344,75)	(118,60)		345,83	(463,35)
(-) Custo Financeiro	(13.872,37)	(5.445,40)		(14.092,18)	(33.409,95)
(=) Margem Financeira	11.448,59	(1.543,17)	117,53	(3.894,82)	6.128,13
Receita de Atualização Monetária					
(-) Perda Monetária	(2.540,50)	(1.189,89)			(3.730,40)
(=) Margem Inflacionária	(2.540,50)	(1.189,89)			(3.730,40)
(=) Margem de Contribuição	8.908,09	(2.733,06)	117,53	(3.894,82)	2.397,73

Desse modo, conclui-se que o resultado da operação financeira corresponde ao somatório dos resultados dos eventos econômicos a ela identificados no período. Esse resultado refere-se, no caso estudado, ao produto “empréstimos”, o qual, além de identificado à Unidade Aplicadora, poderia, ainda, ser associado a uma determinada família de produtos, à atividade (aplicação), a um determinado cliente, um segmento de clientes, uma região – enfim a qualquer atributo dos objetos de avaliação diretamente relacionados à transação realizada.

O resultado da Unidade Aplicadora, no período de T0 a T30, é demonstrado a seguir:

Quadro 63 – O resultado econômico da Unidade Aplicadora, no período de T0 a T30

Empréstimos	
Concessão	8.908,09
Manutenção	(2.733,06)
Recebimento de Prestações	117,53
Liquidação	(3.894,82)
(=) Margem de Contribuição	2.397,73
(+) Receita Financeira sobre Conta Remunerada	400,86
(-) Custo do Capital Investido	(400,86)
(=) Resultado da Unidade Aplicadora	2.397,73

Do mesmo modo, o resultado econômico da Unidade Aplicadora, conforme demonstrado acima, pode ser identificado com as áreas às quais ela está subordinada. Vale a pena lembrar que não é objeto deste trabalho o estudo dos custos estruturais (pessoal, aluguel, telecomunicações) e nem da prestação de serviços entre unidades internas de uma instituição financeira. Esses custos referem-se às atividades e áreas de responsabilidade e, portanto, podem ser confrontados com a soma das margens de contribuição dos produtos, eventos e transações a elas diretamente identificados.

FLUXO DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS – LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Os seguintes lançamentos constituem os registros contábeis relativos ao evento liquidação de empréstimos:

Na Unidade Aplicadora

(a) Pelo recebimento do saldo devedor do empréstimo		
D	Caixa	76.914,63
C	Empréstimos	76.914,63
(b) Pelo reconhecimento do custo financeiro		
D	Custo Financeiro	14.092,18
C	Empréstimos	14.092,18
(c) Pela reconhecimento da receita financeira		
D	Juro Diferido	9.851,53
C	Receita Financeira	9.851,53
(d) Pela recuperação do risco de crédito		
D	Risco de Crédito	345,83
C	Receita de Recuperação do Risco de Crédito	345,83
(e) Pela transferência dos recursos para a Central de Recursos		
D	Captações Internas - Conta Vinculada	76.914,63
C	Caixa	76.914,63
(f) Pela reposição da perda sobre a baixa do ativo		
D	Captações Internas - Conta Vinculada	3.894,82
C	Aplicações Internas - Conta Remunerada	3.894,82

Na Central de Recursos

(g) Pelo recebimento dos recursos transferidos da Unidade Aplicadora		
D	Caixa Central	76.914,63
C	Aplicações Internas - Conta Vinculada	76.914,63
(h) Pela reposição da perda sobre a baixa do ativo		
D	Captações Internas - Conta Remunerada	3.894,82
C	Aplicações Internas - Conta Vinculada	3.894,82

Na Unidade Aplicadora

Caixa	
(a) 76.914,63	76.914,63 (e)
0,00	

Empréstimos	
(SI) 91.006,80	76.914,63 (a)
	14.092,18 (b)
91.006,80	91.006,80
0,00	

Juro Diferido	
(c) 9.851,53	9.851,53
	0,00

Risco de Crédito	
(d) 345,83	345,83 (SI)
	(0,00)

Aplicações Internas - Conta Remunerada	
(SI) 6.292,56	3.894,82 (f)
2.397,73	

Captações Internas - Conta Vinculada	
(e) 76.914,63	111.737,96 (SI)
(f) 3.894,82	
80.809,45	111.737,96
	30.928,51

Custo Financeiro	
(b) 14.092,18	

Receita Financeira	
	9.851,53 (c)

Receita de Recuperação do Risco de Crédito	
	345,83 (d)

Na Central de Recursos

Caixa Central	
(g) 76.914,63	69.071,49 (SI)
7.843,14	

Captações Internas - Conta Remunerada	
(h) 3.894,82	6.292,56 (SI)
	2.397,73

Aplicações Internas - Conta Vinculada	
(SI) 80.809,45	76.914,63 (g)
	3.894,82 (h)
80.809,45	80.809,45
0,00	

5.3 MODELO DE IDENTIFICAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE RESULTADOS

Segundo PARISI (1995, p.68), o modelo de Identificação e acumulação de resultados é "um conjunto coordenado de atividades que, dentro de uma estrutura lógica, identifica, coleta e acumula dados dos diversos eventos econômicos de uma organização, sendo uma das características de um *sistema de apuração patrimonial*" (grifo do autor).

Em sua visão, o sistema de identificação objetiva "identificar, no momento desejado, as ocorrências (eventos econômicos) que alteram o patrimônio, observando a natureza (conta) e o destino (entidade) dos recursos envolvidos. Seus atributos impactam o sistema de acumulação, definindo os seus agentes de acumulação: tempo, evento, conta e entidade" (PARISI: 1995, p.18).

Ao se estudar os eventos econômicos das operações financeiras da atividade bancária, observa-se que as transações de captação e aplicação de recursos financeiros, contrariamente ao que pregam os modelos tradicionais de apuração de resultados, são capazes de gerar resultados pontualmente, isto é, no momento em que são realizadas, e também com a passagem do tempo.

Desse modo, o modelo de identificação dos eventos econômicos das operações financeiras, conforme estudado neste trabalho, deve contemplar a possibilidade de reconhecimento desses resultados no momento e período em que acontecem (competência), confrontando receitas e custos associados a um mesmo evento (confrontação), com base em contas que respeitem a natureza dos recursos utilizados e produtos gerados no processo produtivo, associando-os às entidades por ele responsáveis (entidade).

O sistema de acumulação tem a função de "acrescentar" os resultados das transações aos demais objetos de avaliação no processo de gestão empresarial. Toda empresa possui um processo "natural" de realizar as suas atividades e, desse modo,

gerar riqueza. Esse processo envolve os resultados das transações, acumulados por eventos, cujos resultados se acumulam nas atividades, que, por sua vez, têm seus resultados acumulados nas áreas e, finalmente, os resultados destas na empresa.

A forma como os resultados são agregados constituem o modelo de identificação e acumulação, que deve atender as necessidades de informação para análise e avaliação desses resultados.

Com base no princípio da *controlabilidade*, segundo o qual os resultados acumulados numa determinada área de responsabilidade devem ser fruto apenas dos efeitos econômicos das decisões dos seus respectivos gestores, preservam-se as áreas do repasse de eficiências ou ineficiências, evidenciando as suas verdadeiras contribuições econômicas.

Agrupadas por produtos e famílias de produtos, as margens dos eventos e transações podem ser acumuladas de forma matricial, por agência, categoria de agências, superintendências, regiões/estados/municípios e no nível global do Banco, conforme representado na Figura 32:

Figura 32 – Modelo de Acumulação de Resultados

Os modelos de identificação e acumulação que não são baseados em eventos induzem a uma necessidade de "rateio" de receitas e custos, como uma tentativa de se obter informações sobre os diversos objetos de avaliação econômica na empresa. Esses modelos adotam o produto das atividades como menor unidade de geração de riqueza e a conta contábil como o meio de se chegar ao resultado do produto. Conforme já discutido neste trabalho, esses objetos não correspondem à verdadeira origem dos resultados da empresa.

As atividades compõem-se de eventos econômicos, e o menor nível em que se observa um evento é uma transação, sendo esta a menor unidade geradora de resultado. É verdade que, nesse nível, cada transação (ou evento) possui o seu "produto" específico, seja este um empréstimo concedido, um empréstimo mantido ou uma determinada quantia de dinheiro obtida. Esses produtos podem ser entendidos como próprios de um determinado estágio de um processo maior para se chegar ao produto final de uma atividade.

Por outro lado, os modelos baseados em eventos permitem que os resultados das transações sejam acumulados naturalmente, conforme o processo de geração de riqueza da empresa, além de possibilitarem flexibilidade na acumulação de acordo com as necessidades dos gestores.

As operações de um banco, por exemplo, normalmente são segmentadas por tipo de cliente, tais como: pessoas físicas e pessoas jurídicas; entidades públicas e entidades privadas; comércio, indústria e serviços. – representando, cada um desses tipos, rubricas contábeis específicas nos balanços das instituições. Esses atributos referem-se ao tipo de cliente e não caracterizam, do ponto de vista econômico, operações de naturezas distintas. Ao mesmo tempo, essa segmentação de clientes indica uma necessidade de avaliação dessas operações conforme os atributos de cada cliente ou grupo de clientes. A solução proposta neste trabalho, para o atendimento dessa necessidade, não é a abertura de uma rubrica contábil para cada tipo de cliente, mas sim considerar o “cliente” como um objeto específico de acumulação e os seus atributos (região, segmento, personalidade jurídica etc.) como uma das possibilidades de segregação e/ou acumulação de resultados, imprimindo um alto grau de flexibilidade na análise de suas contribuições.

Desse modo, os atributos das diversas unidades de acumulação, quando correlacionados com os atributos das transações, definem diversas possibilidades de acumulação dos resultados (modelo matricial), sem distorcer a representação da realidade físico-operacional da empresa, conforme representa a Figura 33:

Figura 33 – Ilustração de algumas possibilidades de acumulação de resultados das transações, conforme os vários objetos de avaliação (modelo matricial)

O modelo de identificação e acumulação de resultados dos eventos estudados se materializa por meio de uma Matriz de Identificação e Acumulação de Resultados, que é definida a partir da identificação das necessidades de informação dos gestores, conforme exemplificado no Quadro 64:

5.4 MODELO DE INFORMAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E DESEMPENHOS

O modelo de informação refere-se aos atributos necessários para comunicação das informações aos gestores, de modo a apoiar as suas decisões em todas as fases do processo de gestão (planejamento, execução e controle). Integra-se, portanto, aos modelos de decisão, mensuração, identificação e acumulação de resultados.

Os conceitos que integram os modelos de decisão, mensuração e informação materializam-se, no modelo de gestão econômica, na forma de dois conceitos fundamentais, que viabilizam o processo de gestão:

- a) **avaliação de resultados** - que se refere à avaliação das contribuições das transações, eventos, produtos e serviços, isto é, a todos os objetos físicos; e
- b) **avaliação de desempenhos** - que se refere à avaliação das contribuições das áreas e das atividades sob responsabilidade dos gestores.

Esses conceitos permeiam todo o processo de gestão, nas fases de planejamento, execução e controle, e estruturam o modelo de informação do sistema de informações de gestão econômica.

Cabe destacar que o **planejamento** não corresponde a "decisões que serão tomadas no futuro", mas sim a decisões tomadas no presente em relação ao futuro da empresa e que, portanto, requerem **controle**, visando a garantir o alcance dos objetivos almejados. Da fase de controle, podem surgir ações corretivas tanto dos desempenhos que vêm sendo realizados como dos planos estabelecidos.

Nesse sentido, o sistema de informações de gestão econômica permite a simulação de alternativas e o monitoramento permanente dos desempenhos planejados e realizados. Os desempenhos são, então, avaliados conforme os orçamentos e padrões

que expressam as diretrizes e as políticas da empresa num determinado período, com base nos seguintes conceitos:

- **Orçamento Original** – expressa a quantificação física e monetária dos planos produzidos na fase de planejamento operacional. Corresponde aos volumes planejados, valorizados pelos preços planejados;
- **Orçamento Corrigido** – corresponde aos volumes orçados originalmente, valorizados pelos preços específicos vigentes no momento da realização dos planos;
- **Orçamento Ajustado** – corresponde aos novos volumes orçados, mensurados pelos mesmos preços utilizados no orçamento corrigido;
- **Realizado Padrão** – corresponde aos volumes realizados, avaliados por índices e preços-padrão;
- **Realizado Real** – corresponde aos volumes realizados, considerando as quantidades de recursos efetivamente consumidos.

A comparação entre esses orçamentos permite que sejam isolados os fatores que provocam desvios entre desempenhos planejados e realizados, evidenciando o impacto econômico (resultado) de cada um desses fatores:

- **Variação de Inflação** – calculada pela diferença entre o orçamento corrigido e o orçamento original, expressa as divergências de estimativa dos preços vigentes;
- **Variação de Ajuste de Planos** – calculada pela diferença entre o orçamento ajustado e o orçamento corrigido, expressa os desvios ocorridos em razão de alterações nos planos originais, quando na fase de programação;
- **Variação de Volume** – calculada pela diferença entre os valores do realizado padrão e do orçamento ajustado, expressa os desvios entre os volumes planejados e os realizados;

- **Variação de Eficiência** – calculada pela diferença entre o desempenho efetivamente realizado e o realizado-padrão, espelhando os impactos econômicos causados pelos desvios dos padrões preestabelecidos.

A Figura 34 esquematiza os conceitos aplicáveis ao modelo de avaliação de resultados e desempenhos, de modo a evidenciar as causas entre os desempenhos planejados e realizados:

Figura 34 – Modelo conceitual de avaliação de resultados e desempenhos – GECON

O Quadro 65 ilustra a possibilidade de integração dos modelos de decisão e mensuração dos eventos, conforme o que foi estudado, ao modelo de Informação para avaliação de resultados e desempenhos de uma área de responsabilidade, demonstrando a sua adequação ao processo de gestão econômica:

ÁREA DE RESPONSABILIDADE:			Agência X			PERÍODO:			jan/2000
ESTRUTURA DE RESULTADOS		ORÇAMENTO		REALIZADO		VARIAÇÃO		TOTAL	
		ORIGINAL	CORRIGIDO	AJUSTADO	PADRÃO	REAL	INFLAÇÃO	AJUSTE	EFICIÊNCIA
CAPTAÇÃO									
Receita Financeira		7.200	7.269	6.600	5.700	5.700	69	(669)	(900)
(-) Custo Financeiro		(6.000)	(6.058)	(5.500)	(4.750)	(3.800)	(58)	558	750
(=) Margem Financeira		1.200	1.212	1.100	950	1.900	12	(112)	(150)
Ganho Monetário		8.000	8.077	7.333	6.333	6.333	77	(744)	(1.000)
(-) Custo Atualização Monetária		(7.035)	(7.103)	(6.449)	(5.569)	(4.456)	(68)	654	879
(=) Margem Inflacionária		965	974	885	764	1.878	9	(90)	(121)
(=) Margem de Contribuição		2.165	2.186	1.985	1.714	3.778	21	(201)	(271)
APLICAÇÃO									
Receita Financeira		22.800	23.019	25.200	24.600	22.550	219	2.181	(600)
(-) Custo Financeiro		(17.100)	(17.264)	(18.900)	(18.450)	(18.450)	(164)	(1.636)	450
(=) Margem Financeira		5.700	5.755	6.300	6.150	4.100	55	545	(150)
Receita de Atualização Monetária		20.050	20.243	18.379	15.873	12.698	193	(1.864)	(2.506)
(-) Perda Monetária		(25.333)	(25.577)	(23.222)	(20.056)	(20.056)	(244)	2.355	3.167
(=) Margem Inflacionária		(5.284)	(5.334)	(4.843)	(4.183)	(7.357)	(51)	491	660
(=) Margem de Contribuição		416	420	1.457	1.967	(3.257)	4	1.036	510
SERVIÇOS									
Receita c/ Serviços		5.000	5.048	4.038	3.534	4.200	48	(1.010)	(505)
(-) Custos Variáveis		(1.000)	(1.010)	(808)	(707)	(700)	(10)	202	101
(=) Margem c/ Serviços		4.000	4.038	3.231	2.827	3.500	38	(808)	(404)
(=) Margem Operacional		6.581	6.645	6.672	6.508	4.020	63	27	(164)
(-) Custos Estruturais		(2.000)	(2.019)	(2.019)	(2.019)	(2.500)	(19)	-	(481)
(=) Resultado da Área		4.581	4.625	4.653	4.489	1.520	44	27	(164)

(2.968) (3.061)

Através da aplicação dos conceitos de orçamentos e mensuração de resultados, obtém-se uma idéia clara não apenas das causas que motivaram os desvios, mas também dos seus respectivos efeitos econômicos, em termos de receitas e custos. São isolados, para cada componente de receita e de custo, nas margens com captação, aplicação e serviços, bem como nas despesas estruturais, os desvios ocorridos em função de:

- índices de inflação divergentes dos projetados;
- alterações dos planos originalmente estabelecidos;
- variações entre os volumes planejados e os efetivamente realizados;
- nível de eficiência realizado em relação aos padrões preestabelecidos (preços, taxas).

A análise dessas variações conduz à identificação das causas dos desvios, que são expressas em termos de seus respectivos impactos econômicos (favoráveis/desfavoráveis), permitindo ações corretivas orientadas aos problemas detectados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moeda, como um recurso econômico, possui um valor intrínseco, que espelha a sua capacidade de troca por outros ativos. A decisão de trocá-la por outros ativos é um outro evento econômico resultante da decisão de aplicação. A gestão dos negócios de uma instituição financeira envolve, como qualquer outro empreendimento (industrial, comercial, serviços), uma busca constante da melhor composição (*mix*) de ativos e passivos.

Administrar um empreendimento de intermediação financeira requer avaliações individuais e conjuntas das decisões de captação e de aplicação de recursos financeiros, considerando as possibilidades e restrições existentes. A decisão de comprar um imóvel por meio de um financiamento, por exemplo, envolve tanto o reconhecimento do valor econômico do bem adquirido (imóvel) como do financiamento obtido, sendo que o resultado econômico gerado por esse negócio corresponde ao somatório das margens de contribuição da aquisição do imóvel (margem operacional) e do financiamento desse imóvel (margem financeira). Em outras palavras, o valor econômico do ativo independe da forma como ele foi financiado.

Do mesmo modo, numa operação de captação de recursos financeiros, o valor econômico do bem adquirido (recursos financeiros à vista) independe do valor econômico do passivo contratado para obtê-lo. Igualmente, o uso que se fará desse ativo configura uma outra decisão (aplicação), que deverá ser tomada à luz das alternativas de aplicação existentes.

Os efeitos dessas decisões (captação e aplicação) de recursos devem ser mensurados separadamente, de modo que se evidencie a margem de contribuição de cada uma dessas operações para o banco. Desse modo, identifica-se a verdadeira origem do resultado econômico do banco, cuja otimização certamente requererá compor o *mix*

ideal de ativos e passivos e, portanto, um conjunto de decisões de captação e aplicação de recursos.

Uma outra justificativa para a mensuração individual desses eventos decorre do próprio modelo de gestão típico de uma instituição financeira, em que as decisões de captação e aplicação ocorrem de forma descentralizada, em diferentes pontos comerciais. Evidentemente, essas decisões devem respeitar as políticas e metas do banco, cujo papel é desempenhado pelos orçamentos e padrões, com vistas a se buscar atingir os resultados econômicos planejados, espelhando os níveis ótimos de desempenho.

Um aspecto relevante, que vale a pena ser lembrado, é que o valor econômico do ativo obtido (caixa) independe do valor econômico do seu financiamento, isto é, do passivo contratado para obtê-lo. Também o valor econômico dos recursos concedidos num empréstimo independe do valor econômico desse empréstimo. Mesmo que uma entidade capte \$ 100 e empreste os mesmos \$ 100, ainda assim cada decisão gerou um resultado diferente, os quais são independentes entre si.

Desse modo, no estudo empreendido sobre os eventos, demonstra-se que não apenas é possível como também é necessário segregar a contribuição gerada por uma operação de captação da contribuição gerada por uma de aplicação dos recursos captados, de modo a evidenciar as contribuições das áreas, atividades, eventos e transações para a formação do resultado global da empresa.

De acordo com o modelo de gestão usual de uma instituição financeira, o recurso obtido não é gerenciado pela unidade captadora, mas sim transferido imediatamente para a área financeira, que se encarregará de gerenciá-lo, juntamente com outros recursos financeiros, de modo a otimizar o seu uso. Otimizar o uso desses recursos envolve equilibrar riscos e liquidez, a fim de obter a melhor rentabilidade para a empresa como um todo.

Ao mesmo tempo, ainda com base num modelo de gestão típico de Instituições financeiras, no qual as áreas operacionais são consideradas unidades de negócios, a gestão das operações contratadas é responsabilidade da unidade que a realizou. Esse modelo visa assegurar ao banco a flexibilidade e velocidade requerida no mundo atual dos negócios, em que oportunidades e ameaças, quando identificadas, requerem ações imediatas dos gestores, visando aproveitá-las ou minimizar os seus efeitos.

No âmbito de responsabilidade de cada gestor, devem ser empreendidas as ações que mais contribuam para a otimização dos resultados do banco. Isso requer que os modelos de decisão dos gestores contemplem todas as variáveis relevantes que impactam os resultados econômicos do banco, conforme os diversos eventos econômicos envolvidos na gestão dessas operações. Requer também que sejam reconhecidos todos os impactos econômicos decorrentes das decisões dos gestores, no momento em que ocorrem, e associando-os aos seus respectivos gestores responsáveis.

As transações de captação e de aplicação de recursos financeiros não impactam o patrimônio do banco somente com a passagem do tempo, como pregam os modelos tradicionais de apuração de resultados em instituições financeiras (societário e os modelos gerenciais baseados no modelo societário). Esses modelos reconhecem receitas e custos financeiros somente com a decorrência do tempo (pró-rata) e, desse modo, tornam-se inaptos para mensurar o impacto econômico no patrimônio da instituição no momento em que as transações são realizadas. Somente com o reconhecimento desse impacto no momento em que ele ocorre é possível acompanhar a verdadeira evolução da riqueza da empresa. Conforme estudado, a evolução da riqueza da empresa ocorre mediante a realização de transações (eventos econômicos), que normalmente envolvem a troca de recursos que divergem quanto aos seus respectivos valores econômicos. O princípio de mensuração de receitas financeiras e custos financeiros somente em função da passagem do tempo não permite o reconhecimento do impacto causado por essas trocas no momento em que elas acontecem. Isso implica a necessidade de mensuração

dos resultados das operações financeiras com base no conceito de evento econômico, que permite reconhecer todos os impactos econômicos causados pelas transações no momento em que eles acontecem.

No momento da realização de uma transação financeira é gerado resultado econômico, decorrente da diferença entre o valor dos ativos e passivos envolvidos.

Desse modo, todos os efeitos econômicos causados pela decisão de captação e aplicação de recursos financeiros devem ser reconhecidos e estruturados de acordo com um modelo de mensuração e decisão que façam sentido lógico para os gestores, permitindo conhecer esses efeitos e interpretá-los corretamente.

O estudo dos eventos econômicos que ocorrem na atividade de intermediação financeira de um banco baseou-se em exemplos numéricos, por meio dos quais foram analisados os impactos patrimoniais causados no momento da contratação, durante a manutenção e no resgate/liquidação de uma operação financeira.

Para decidirem com acerto, os gestores necessitam de instrumentos que lhes indiquem o resultado econômico das alternativas disponíveis no momento da tomada de decisão. Esses Instrumentos devem ser capazes de indicar aos gestores as necessidades e oportunidades de se tomar decisões, tanto sobre a realização de uma nova operação de crédito como sobre a manutenção de uma operação em carteira ou, até mesmo, sobre a liquidação antecipada de um empréstimo, considerando possíveis alterações nos cenários conjunturais e seus efeitos sobre o resultado da instituição.

Cabe destacar que, para a gestão econômica das operações financeiras, custos fixos como, por exemplo, pessoal, aluguel e sistemas, são considerados na mensuração dos desempenhos das áreas e atividades, e não nos resultados das operações, produtos, eventos e transações. Da mesma forma, custos como postagem, formulários e materiais de consumo podem se referir a atividades e não a um determinado produto ou ao evento objeto de mensuração.

CONCLUSÃO

Este estudo realizou-se no ambiente da gestão econômica de instituições financeiras, com o objetivo de contribuir para a mensuração dos principais eventos econômicos que ocorrem em suas atividades, de modo a permitir a construção de modelos decisórios que possibilitem a escolha de alternativas (decisão) que otimizem os resultados econômicos da empresa.

Com essa finalidade, assumiu-se preliminarmente uma hipótese do tipo afirmativa ("A requer B"), isto é: a formulação de modelos decisórios voltados para a otimização de resultados (variável A) requer a identificação dos eventos econômicos e a correta mensuração dos seus impactos econômicos e patrimoniais (variável B). Dessa hipótese, foram deduzidas conseqüências do tipo "se A, então B", como, por exemplo: se os eventos econômicos são ocorrências que impactam a situação econômica e patrimonial da empresa (variável X), então os modelos decisórios e de mensuração devem ser estruturados sobre esses eventos (variável Y). Segundo POPPER, o método científico consiste em tentativas de falseamento de uma hipótese, o que ocorre pela experimentação do que dela se pode deduzir, conforme realizou-se no Capítulo 5 deste trabalho.

Ao final do Capítulo 4, foram extraídos dos principais conceitos estudados os requisitos dos modelos de decisão e mensuração aplicáveis aos eventos econômicos, no contexto da gestão econômica. A aplicação desses conceitos ao ambiente das instituições financeiras desenvolveu-se no Capítulo 5, de forma orientada ao atendimento desses requisitos, estudando-se os impactos econômicos e patrimoniais dos principais eventos econômicos que ocorrem em suas atividades. Desse modo, procurou-se demonstrar, por meio da aplicação do modelo de mensuração proposto para os eventos estudados, que a correta mensuração dos seus impactos econômicos e patrimoniais permitem a construção

de modelos decisórios que contribuem efetivamente para a otimização dos resultados de uma instituição financeira. Metodologicamente, isso significa que foram realizados experimentos conceituais que “corroboram” a hipótese central assumida preliminarmente.

O conjunto das soluções reunidas neste trabalho constitui uma proposta única e inovadora para a identificação e tratamento dos eventos econômicos da atividade básica de instituições financeiras. O ineditismo dessa proposta certamente não está ligado à descoberta de novos conceitos de mensuração econômica, mas sim ao estudo de como esses conceitos se comportam e se correlacionam quando aplicados ao ambiente decisorial de instituições financeiras.

A partir da aplicação desses conceitos e do estudo das suas conseqüências no ambiente decisorial de instituições financeiras, extraem-se as seguintes principais conclusões:

1. os resultados econômicos de uma instituição financeira nascem de suas transações individuais. Os efeitos econômicos e patrimoniais das principais transações financeiras são previsíveis e repetíveis, podendo ser agrupados segundo a sua natureza e estruturados em modelos de decisão baseado em eventos econômicos;
2. as operações financeiras de captação e aplicação de recursos geram resultados econômicos no momento da sua contratação, durante a sua manutenção (tempo-conjunturais) e no momento da sua liquidação – e não somente com a passagem do tempo como preconizam os modelos tradicionais de mensuração;
3. os resultados econômicos gerados pela passagem do tempo são exclusivamente os decorrentes das variações de valor econômico dos ativos e passivos no patrimônio da empresa, confrontados com o custo de

oportunidade de mantê-los durante o período. Se todas as expectativas de um momento no tempo (T_0) a outro (T_1) fossem confirmadas, o resultado econômico seria igual a zero. Como essa situação é irreal, dado o caráter de incerteza intrínseco à decisão, devem ser identificadas as causas de variação do valor dos ativos e passivos, conforme o impacto dos eventos tempo-conjunturais (para essa finalidade, foi proposto um modelo de apuração das variações do valor econômico de ativos e outro de apuração das variações no valor econômico de passivos);

4. os resultados decorrentes de liquidações antecipadas de ativos podem trazer benefícios para a empresa se o valor recebido for maior do que o valor econômico do ativo liquidado ou, no caso de passivos, for menor do que o valor econômico do passivo liquidado. Numa transação dessa natureza, um resultado econômico nulo significa que a empresa simplesmente antecipou os benefícios futuros do ativo ou, no caso de passivos, antecipou os sacrifícios futuros;
5. o valor econômico de um ativo inferior ao saldo devedor de um financiamento indica reais possibilidades de ganho para a empresa, por meio da proposição de descontos para liquidação antecipada. O desconto máximo a ser concedido é aquele que iguala o valor a receber ao valor econômico do ativo. Do mesmo modo, o valor econômico de um ativo constitui um bom parâmetro para renegociações de dívidas;
6. o modelo de mensuração proposto contempla uma proposta concreta de apuração das variações do valor econômico dos ativos e passivos financeiros, apurando as variações de tempo, de inflação, de indexadores, de risco e de taxas de oportunidade, de modo a suportar as decisões de manutenção ou liquidação desses ativos e passivos;

7. o valor econômico de um passivo financeiro não se confunde com o valor econômico do recurso captado na mesma transação. Por isso, as operações de captação geram resultados pontuais;
8. do mesmo modo, o valor econômico de um ativo obtido numa transação de empréstimo não se confunde com o valor econômico dos recursos emprestados. Depois da concessão de um empréstimo, o recurso emprestado já não existe mais no patrimônio da empresa – o que ficou foi um novo ativo, e é este novo ativo que precisa ser gerenciado. O custo histórico corrigido pelas condições contratuais (saldo devedor) não espelha o valor econômico do ativo;
9. a decisão de liquidação de passivos financeiros, na data do seu vencimento, pelo seu valor de face não gera resultado econômico;
10. o recebimento de fluxos de caixa futuros esperados dos ativos (prestações), na data do seu respectivo vencimento, gera uma receita decorrente da recuperação do risco de crédito, por não ter sido confirmada a hipótese de não-recebimento inerente ao conceito desse tipo de risco;
11. a margem financeira de um evento demonstra os efeitos econômicos líquidos da decisão tomada, em relação aos custos de oportunidade de mercado;
12. a margem inflacionária de um evento demonstra os efeitos econômicos da inflação interna sobre os ativos e passivos financeiros comparados aos efeitos econômicos dos índices de atualização monetária externos à empresa (por meio dos Indexadores das operações com taxas pós-fixadas). Ambos os efeitos constituem receitas e custos efetivos para a empresa. Os efeitos da inflação interna demonstram ganhos ou perdas em termos de poder aquisitivo da empresa, enquanto os efeitos dos índices externos correspondem a custos de oportunidade inflacionários;

13. do ponto de vista econômico, a inflação que gera ganhos ou perdas monetárias para a empresa não é a que se aplica sobre os valores emprestados (ativos) ou captados (passivos) no passado (valores históricos). O que a empresa ganha ou perde com a inflação reflete-se nos fluxos de caixa futuro, sendo estes a base para aplicação dos índices esperados de inflação interna. Desse modo, a inflação tem efeitos tanto sobre as receitas e custos esperados (de oportunidade) dos ativos e passivos financeiros como sobre ajustes eventualmente efetuados no fluxo futuro de benefícios em função do risco de crédito sobre os ativos;
14. o reconhecimento do impactos econômicos de expectativas de juros, inflação, indexadores e riscos é requerido para apurar o valor econômico de ativos e passivos financeiros. A apuração de resultados tempo-conjunturais é uma forma de lidar com a subjetividade intrínseca ao conceito de valor econômico. A subjetividade é inerente ao mundo dos negócios e os gestores devem estar aptos a lidar com ela. Os modelos decisórios propostos sobre os eventos estudados permitem constituir instrumentos que podem contribuir nesse sentido. O reconhecimento de expectativas certamente não é tão objetivo quanto a contabilidade de custos históricos. A subjetividade, entretanto, é intrínseca aos negócios e ao próprio conceito de valor ("o valor econômico é subjetivo").
15. os modelos decisórios e de mensuração apresentados demonstram que os efeitos dos principais eventos relacionados às operações de captação e aplicação financeira podem ser identificados, estruturados, acumulados e reportados com base num modelo de avaliação de resultados e desempenhos voltados para as necessidades básicas de planejamento e controle;

16. o modelo apresentado propõe e demonstra que o foco da mensuração contábil deve ser a transação, como um requisito para atender aos modelos decisórios dos gestores, com vistas à otimização de resultados da empresa. Historicamente, a contabilidade registra eventos e o método de registro contábil é baseado em transações. Entretanto, os métodos de apuração de resultados contábeis e gerenciais em instituições financeiras concentram-se no conceito de atividade (resultado da intermediação financeira) e de produto (resultados de depósitos à vista, depósitos a prazo, empréstimos etc.), não evidenciando os resultados dos eventos econômicos e transações. Desse modo, esses métodos tornam-se extremamente limitados para o atendimento de modelos decisórios voltados para a otimização dos resultados de uma instituição financeira, tendo em vista que as transações constituem a verdadeira origem dos seus resultados econômicos;
17. a apuração de resultados baseada em transações permite a acumulação matricial desses resultados, isto é, conforme as necessidades dos gestores em termos de avaliação de objetos relevantes para a gestão, tais como: eventos, produtos, atividades, áreas, clientes, segmentos, regiões – enfim por quaisquer outros objetos ligados às transações. A correlação entre os atributos dos objetos (por exemplo, segmento de clientes) e das transações (período, entidade, produto a que se referem) permite diversas formas de apresentação e análise dos resultados da empresa;
18. a adoção do conceito de transação como núcleo fundamental da mensuração de resultados das operações financeiras viabiliza o reconhecimento de resultados pontualmente, isto é, no momento em que se originam;
19. os modelos decisórios baseados em eventos contemplam as principais variáveis que compõem o ambiente próximo de uma Instituição financeira

(volumes, prazos, taxas, riscos), as quais se referem às suas transações, mantendo os gestores sensíveis aos fatos que dão origem aos resultados da empresa;

20. o conceito de custo de oportunidade aplicado aos modelos decisórios permite que as alternativas de um problema de decisão sejam simuladas e que sejam escolhidas as que geram ganhos efetivos para a empresa. No momento da decisão, o resultado gerado é igual ao resultado simulado, tendo em vista que os custos de oportunidade consideram as condições realmente existentes e imediatamente disponíveis;

21. ao considerar o valor econômico dos ativos e passivos envolvidos no problema da decisão, os quais incorporam os custos de oportunidade da empresa, os modelos de decisão propostos asseguram que o lucro de uma decisão é realmente um acréscimo de riqueza patrimonial à empresa;

22. os modelos decisórios dos eventos estudados estruturam as variáveis relevantes que afetam os resultados da empresa, viabilizando simulações que permitam a escolha das melhores alternativas para a empresa, dentro de um contexto de planejamento;

23. os modelos de decisão e mensuração propostos consideram o papel das áreas (comerciais e financeira), segregando responsabilidades, dentro de um modelo de gestão empreendedor (unidades de negócios) que se volta para a otimização de resultados. Por isso, as unidades de negócios são consideradas como centros de investimentos, conferindo-lhes um alto grau de autonomia, sem perda de controle;

24. os modelos propostos atendem ao princípio básico da teoria da comunicação da contabilidade, no que se refere à geração de informação para cada tipo principal de usuário. A informação econômica, na forma proposta neste

trabalho, volta-se ao atendimento de dois importantes grupos de usuários da informação contábil: os investidores (donos do capital) e os gestores (administradores do capital). Ao identificar, mensurar e reportar os eventos econômicos que determinam a origem e evolução da riqueza econômica do empreendimento, a contabilidade estará apta a atender aos modelos decisórios dos agentes econômicos, os quais – presume-se – estão interessados na eficácia empresarial;

25. desse modo, fornecem-se bases conceituais para o sistema de Informações de apoio às decisões dos gestores em Instituições financeiras, em relação aos modelos de decisão, mensuração, acumulação e informação dos eventos estudados:

- em relação aos modelos de decisão, procurou-se identificar, estruturar e mensurar economicamente as variáveis relevantes associadas aos principais eventos econômicos ligados às operações objeto deste estudo;
- em relação ao modelo de mensuração, foram apresentados os conceitos e foi demonstrada a sua aplicação à avaliação de ativos e passivos financeiros de uma Instituição financeira, como forma de viabilizar a mensuração dos resultados econômicos dos eventos e transações;
- sobre o modelo de identificação e acumulação de resultados, destaca-se que a mensuração de resultados baseada em eventos e transações permite o confronto de receitas e custos (confrontação) no momento e no período a que se referem (competência), associando-os às áreas responsáveis (entidade) pela sua geração, bem como a outros objetos de avaliação relevantes. Nesse sentido, foi proposta uma matriz de Identificação e acumulação de resultados;

- no que se refere ao modelo de informação, o modelo de mensuração proposto é condizente com o processo de avaliação de resultados e desempenhos, que consiste na comparação entre os resultados planejados e realizados, viabilizando a evidenciação e efetuando a quantificação econômica das causas de variações entre esses desempenhos.

Destaque-se, ainda, que os modelos de decisão, mensuração, acumulação e informação integram-se sistêmica e conceitualmente, assegurando a uniformidade de conceitos requerida para que o sistema de informações suporte adequadamente o processo de gestão econômica. Os modelos de decisão e mensuração, conforme estudados, destinam-se a viabilizar a simulação e escolha das melhores alternativas econômicas sobre os principais eventos econômicos de uma instituição financeira, contribuindo para a otimização dos seus resultados econômicos, num contexto de planejamento, execução e controle.

Ao final de uma tarefa como a empreendida neste trabalho, acreditamos estar contribuindo com um pequeno passo, por menor que seja, para demonstrar a necessidade e possibilidade de: 1) direcionamento do foco da mensuração contábil para os fenômenos que realmente interessam à gestão empresarial, que são os eventos econômicos e transações; 2) integração da mensuração contábil ao processo de gestão da empresa, como forma de suprir adequadamente os modelos decisórios dos gestores sobre os eventos econômicos, com vistas à otimização dos resultados globais da empresa; 3) adoção de conceitos econômicos para mensuração de ativos e passivos e, portanto, do lucro, como um esforço de aproximação da prática contábil ao mundo real dos negócios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

ALMEIDA, Lauro Brito de. *Estudo de um modelo conceitual de decisão, aplicado a eventos econômicos, sob a ótica da gestão econômica*. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado apresentada à FEA/USP.

ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. *Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais*. São Paulo, Pioneira, 1999.

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado financeiro*. São Paulo, Atlas, 1999.

BESSIS, Joël. *Risk management in banking*. London, John Wiley & Sons, 1998.

BIO, Sérgio R. *Sistemas de informação: um enfoque gerencial*. São Paulo, Atlas, 1985.

CARNEIRO, Ricardo. *Os clássicos da economia*. São Paulo, Ática, 1997.

CARVALHO, Marcelino Freitas de. *Uma contribuição ao estudo da controladoria em instituições financeiras organizadas sob a forma de banco múltiplo*. São Paulo, 1995. Dissertação de mestrado apresentada à FEA/USP.

CARVALHO, Silvio A. *Desenvolvimento de novas técnicas para a gestão bancária no Brasil*. São Paulo, 1993. Tese de doutorado apresentada à FEA/USP.

CATELLI, Armando. *Sistema de contabilidade de custos padrão*. São Paulo, 1972. Tese de doutorado apresentada à FEA/USP.

CATELLI, Armando. *Apostamentos de aula da disciplina Controladoria Avançada do Programa de Doutorado em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP*. São Paulo, 1994. Material não publicado.

CATELLI, Armando; GUERREIRO, Reinaldo; PEREIRA, Carlos Alberto. *Avaliação de resultados e desempenhos em instituições financeiras: um enfoque de gestão econômica - GECON*. Anais do VI Congresso Internacional de Custos. Acapulco, México, 1997a.

CATELLI, Armando; GUERREIRO, Reinaldo; PEREIRA, Carlos Alberto; ALMEIDA, Lauro Brito de. *Sistema de Gestão Econômica - GECON: um instrumento para mensuração, otimização e avaliação de resultados e desempenhos*. Anais do V Congresso Internacional de Custos. Acapulco, México, 1997b.

CATELLI, Armando. *Controladoria: uma abordagem da gestão econômica - GECON*. São Paulo, Atlas, 1999a.

CATELLI, Armando; COSTA, Ana Paula Paulino da; ALMEIDA, Lauro Brito de. *Transações como objeto de gestão: uma análise da abordagem GECON e dos sistemas tradicionais*. Anais do VI Congresso Brasileiro de Custos. São Paulo, FEA/USP, 1999b.

CATELLI, Armando; PARISI, Cláudio; SANTOS, Edilene Santana. *Gestão econômica da atividade financeira na empresa*. Anais do VI Congresso Brasileiro de Custos. São Paulo, FEA/USP, 1999c.

COPELAND, Thomas E.; KOLLER, Tim; MURRIN, Jack. *Valuation: measuring and managing the value of companies*. 2. ed. New York, John Wiley & Sons, 1994.

CRUZ, Rozany Ipaves. *Uma contribuição à definição de um modelo conceitual para a gestão econômica*. São Paulo, 1991. Dissertação de mestrado apresentada à FEA/USP.

DOWNES, John; GOODMAN, Jordan Eliot. *Dicionário de termos financeiros de investimento*. São Paulo, Nobel, 1993.

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. Campinas, São Paulo, Papirus, 1996.

EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. *Manual de economia*. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 1998.

FARIAS, Cláudio Gondim Bezerra. *A controladoria no contexto do sistema de gestão econômica (Gecon) – uma abordagem para instituições financeiras*. São Paulo, 1998. Dissertação de mestrado apresentada à FEA/USP.

FISHER, Irving. *The Nature of Capital and Income*. London, Macmillan, 1930.

GIBSON, James L.; IVANCEVICH, John M.; DONNELLY, James H. *Organizações: comportamento, estrutura e processos*. São Paulo, Atlas, 1988.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1989.

GLAUTIER, M.W.E.; UNDERDOWN, B. *Accounting theory and practice*. 3. ed. London, Pitman, 1986.

GUERREIRO, Reinaldo. *A meta da empresa: seu alcance sem mistérios*. São Paulo, Atlas, 1996.

GUERREIRO, Reinaldo. *Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade*. São Paulo, 1989. Tese de doutorado apresentada à FEA/USP.

GUERREIRO, Reinaldo; CATELLI, Armando; DORNELLES, João A. *A controladoria sob o enfoque GECON – Gestão Econômica: a experiência da Caixa Econômica Federal do Brasil*. Revista de Contabilidade do CRC-SP. Ano I, n. 2, julho/1997.

GUERREIRO, Reinaldo; OLIVEIRA, Antonio B. S.; PEREIRA, Carlos Alberto. *O uso do modelo de gestão econômica como instrumento de diagnóstico e análise de Instituições financeiras*. Anais do VI Congresso Brasileiro de Custos. São Paulo, FEA/USP, 1999.

HEYMANN, H.G. & BLOOM, Robert. *Opportunity cost in finance and accounting*. London, Quotum Books, 1990.

HEMPEL, George H.; SIMONSON, Donald G. *Bank management: text and cases*. 5. ed. New York, John Wiley & Sons, 1999.

HENDRIKSEN. Eldon S.; BREDÁ, Michael F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo, Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. São Paulo, Atlas, 1997.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo, Atlas, 1991a.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1991b.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo, Atlas, 1992.

LIMA, Iran Siqueira; PEREIRA, Carlos Alberto; PARISI, Claudio; OLIVEIRA, Antonio B. S. *Contrato de gestão: uma solução para as estatais brasileiras*. Anais do XV Congresso Brasileiro de Contabilidade. Fortaleza, 1996.

LODI, João Bosco. *História da administração*. 9. ed. São Paulo, Pioneira, 1987.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. *Manual de macroeconomia: básico e intermediário*. São Paulo, Atlas, 1998

MARCOVITH, Jacques. *Contribuição ao estudo da eficácia organizacional*. São Paulo, 1972. Tese de doutorado apresentada à FEA/USP.

MARTINS, Eliseu. *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. São Paulo, 1972. Tese de doutorado apresentada à FEA/USP.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo, Atlas, 1994.

MAURO, Carlos Alberto. *Preço de transferência baseado no custo de oportunidade: um instrumento para promoção da eficácia empresarial*. São Paulo, 1991. Dissertação de mestrado apresentada à FEA/USP.

MILLER, Roger LeRoy; VAN HOOSE, David D. *Essentials of money, banking and financial markets*. New York, Addison-Wesley, 1997.

MONTORO FILHO, André Franco *et alii*. *Manual de economia*. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 1998.

MUCCILLO NETTO, João. *Contribuição à análise de problemas de utilização de modelos de avaliação de desempenho e de resultados em instituições financeiras*. São Paulo, 1989.

Tese de doutorado apresentada à FEA/USP.

NASCIMENTO, Auster Moreira. *Uma contribuição para o estudo dos custos de oportunidade*. São Paulo, 1998. Dissertação de mestrado apresentada à FEA/USP.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. *A aplicação dos conceitos de gestão econômica aos eventos econômicos de um banco comercial*. São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado apresentada à FEA/USP.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. *Ensaio sobre o uso de padrões por instituições financeiras*. Anais do VI Congresso Internacional de Custos. Acapulco, México, 1997.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva; PEREIRA, Carlos Alberto. *A gestão econômica dos financiamentos habitacionais*. Anais do VI Congresso Brasileiro de Custos. São Paulo, FEA/USP, 1999.

PARISI, Cláudio. *Uma contribuição ao estudo de modelos de identificação e acumulação de resultados*. São Paulo, 1995. Dissertação de mestrado apresentada à FEA/USP.

PEREIRA, Carlos Alberto. *Estudo de um modelo conceitual de avaliação de desempenhos para gestão econômica*. São Paulo, 1993. Dissertação de mestrado apresentada à FEA/USP.

PEREIRA, Carlos Alberto; OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. *Preço de transferência no sistema de gestão econômica: uma aplicação do conceito de custo de oportunidade*. Anais do 20. ENANPAD. Angra dos Reis, 1996.

PEREIRA, Carlos Alberto. *Avaliação de resultados e desempenhos em Instituições financeiras*. Anais da 6ª Semana de Contabilidade do Banco Central. Porto Alegre, 1997.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. 9. ed. São Paulo, Cultrix, 1993.

RUSS, Jacqueline. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Scipione, 1994.

SAMUELS, Warren; MEDEMA, Steven G.; SCHMID, A. Allan. *The economy as a process of valuation*. Cheltenham, Edward Elgar, 1997

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. *Economia*. 16. ed. Lisboa, McGraw-Hill, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 20. ed. São Paulo, Cortez, 1996.

UNESP – Universidade Estadual Paulista. *Normas para publicações da UNESP*. Volume 4. Dissertações e teses: do trabalho científico ao livro. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

VASCONCELOS, Marco Tullio de Castro. *O processo de gestão de finanças sob a ótica da gestão econômica*. São Paulo, 1994. Dissertação de mestrado apresentada à FEA/USP.

WESSELS, Walter. *Economia*. São Paulo, Saraiva, 1998.